



MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE EDUCACIONAL

Relatório de Gestão

Exercício de 2010

Março de 2011

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO	4
1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ.....	4
2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SNEED	5
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	5
2.1.1. <i>Competência Institucional</i>	5
2.1.2. <i>Objetivos Estratégicos</i>	8
2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	10
2.2.1. <i>Análise do Plano Estratégico da SNEED</i>	11
2.2.2. <i>Análise do Plano de Ação da SNEED</i>	14
2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SNEED	183
2.3.1. <i>Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SNEED</i>	183
2.3.2. <i>Execução Física das Ações Realizadas pela SNEED</i>	185
2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	187
2.4.1. <i>Programação Orçamentária da Despesa</i>	187
2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes	187
2.4.1.2. Programação das Despesas de Capital	187
2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	187
2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	188
2.4.2. <i>Execução Orçamentária da Despesa</i>	188
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da SNEED	188
2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	188
2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	189
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	189
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SNEED por Movimentação	190
2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	190
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	191
2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	191
2.4.3. <i>Indicadores Institucionais</i>	191
3 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	194
3.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	194
4 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	194
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	194
4.2. ANÁLISE CRÍTICA	194
5 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA SNEED	194
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	195
5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	196
5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	197
5.4. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS	197
5.5. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	197
5.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	197
6 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS.....	197
6.1. TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	197
6.1.1 <i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010</i>	197
6.1.2 <i>Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios</i>	197

6.1.3	<i>Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes</i>	198
6.1.4	<i>Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse</i> .	198
6.1.5	<i>Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse</i>	207
6.2	ANÁLISE CRÍTICA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
7	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SNEED	209
7.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS.....	209
8	INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS	211
8.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	211
9	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA SNEED	211
9.1	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	211
10	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA SNEED	211
10.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	212
11	INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SNEED	212
12	INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	212
12.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	212
12.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	213
12.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	213
12.4	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	214
13	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	215
13.1	DECLARAÇÃO PLENA, COM RESSALVA OU ADVERSA	215
14	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	215
14.1	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL.....	215
14.2	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA	215
15	INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO	215
16	INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS SALDOS DOS FINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, AÇÕES DE EXECUÇÃO, RESSARCIMENTOS E INADIMPLÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO	216
17	INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES	216
18	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA UJ	216
19	INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA	216
20	INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	216
21	INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS	216

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte			Código SIORG: 50459
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Esporte Educacional			
Denominação abreviada: Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo			
Código SIORG: 50459		Código LOA:	Código SIAFI: 180007
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SERVIÇOS CULTURAIS E OUTROS SERVIÇOS SOCIAIS			Código CNAE: 8412-4
Telefones/Fax de contato:	(061) 3217-9452	(061) 3217-9451	(061) 3217-9417
Endereço eletrônico: central_segundotempo@esporte.gov.br			
Página da Internet: www.esporte.gov.br/sneed			
Endereço Postal: SEPN Quadra. 511 Edifício Bittar, 2º Andar - CEP: 70.758-900 Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº. 6.379, de 20 de fevereiro de 2008, publicado em 20.2.2008 que altera a Estrutura Regimental do Ministério do Esporte, aprovada pelo Decreto nº. 4.668, de 9 de abril de 2003 (publicado no DOU de 10 de abril de 2003), e a Portaria nº. 92, de 17 de julho de 2003, que aprova o Regimento Interno do Ministério do Esporte (publicada no DOU de 21 de julho de 2003)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Livros 1 - Fundamentos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à ação Amauri Bássoli e Gianna Lepre Perim 2 - Programa Segundo Tempo no Agreste de Pernambuco Ana Rita Lorenzini - Organizadora 3 - Estudos Brasileiros sobre o Esporte - Ênfase no esporte-educacional Manoel José Gomes Tubino 4 - Projeto Aeróbica Esportiva no PST (Cartilha) 5 - Livro Recreio nas Férias e os Valores Olímpicos Amauri Bassoli e Giuliano Pimentel 6- Sistema de Monitoramento & Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte (Sousa et al., 2010) Diretrizes 1 - Programa Segundo Tempo Padrão - Diretrizes e Orientações para Estabelecimento de Parcerias			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
180002	SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
180002	SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
180002		00001	

2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SNEED

2.1. Responsabilidades Institucionais

2.1.1. Competência Institucional

Com base no Decreto nº. 4.668, de 09 de abril de 2003 e suas alterações, à Secretaria Nacional de Esporte Educacional SNEED compete:

- I. Fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor o Plano Nacional de Esporte;
- II. Implantar as decisões relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos programas de desenvolvimento do esporte educacional;
- III. Realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar:
 - a. O desenvolvimento do esporte educacional; e
 - b. A execução das ações de promoção de eventos;
- IV. Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação;
- V. Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades não-governamentais sem fins lucrativos, em empreendimentos ligados ao esporte educacional;
- VI. Manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento do esporte educacional;
- VII. Articular-se com os demais segmentos da Administração Pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área do esporte educacional;
- VIII. Prestar apoio técnico e administrativo ao CNE; e
- IX. Coordenar, formular e implementar políticas relativas aos esportes educacionais, desenvolvendo gestões de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações.

No entanto, considerando o aprimoramento da gestão do Ministério do Esporte e, em especial, desta Secretaria, optou-se por uma reestruturação operacional da SNEED, conforme demonstrado nos últimos relatórios de gestão.

Destaca-se que, no processo de elaboração da Política Nacional de Esporte, das Políticas Setoriais de Esporte, do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte (2008-2010) e no processo de implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, deflagrado por meio das Conferências Nacionais de Esporte, esta Secretaria acabou por assumir papéis e funções

ampliados quando comparados com aqueles apresentados no regimento mencionado anteriormente.

Segundo este entendimento mais amplo, a SNEED, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado do Esporte, tem por finalidade:

- Democratizar e universalizar o acesso ao esporte educacional, na perspectiva da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens;
- Descentralizar e tornar transparente a gestão das políticas públicas de esporte educacional;
- Assegurar o acesso às práticas esportivas educacionais e ao conhecimento científico-tecnológico inerente a elas;
- Dispor sobre a Política Setorial de Esporte Educacional que compõe a Política Nacional de Esporte;
- Propor temas e ações de seu âmbito de atuação para integrar o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;
- Coordenar a implantação das decisões relativas ao Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte voltadas ao desenvolvimento do Esporte Educacional;
- Dirigir e coordenar o Programa Estratégico do Ministério do Esporte “Vivência e Iniciação Esportiva do Esporte Educacional – Segundo Tempo”;
- Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva relativa à sua área de atuação e abrangência;
- Integrar os programas e as ações das Secretarias Nacionais finalísticas do Ministério do Esporte, orientados ao público escolar e juventude, nos diferentes níveis do ensino (básico e superior);
- Articular-se com os demais segmentos da Administração Pública Federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área do esporte educacional;
- Estudar e propor a integração dos Programas e Ações do Governo Federal, orientados ao público escolar e juventude, nos diferentes níveis do ensino (básico e superior);
- Manter intercâmbio e interlocução com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento do esporte educacional;
- Articular de forma a contribuir com a Política de Intercâmbio de Governo Federal, apresentando proposta de troca de conhecimento e experiência – transferência de tecnologia – com países que manifestarem interesse no Segundo Tempo e demais ações voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional;

- Promover a integração de Políticas de Governo orientadas a crianças, adolescentes e jovens, por meio da participação e representação em Conselhos Específicos e demais ações necessárias à sua efetivação;
- Planejar, coordenar e avaliar ações voltadas à proteção, ao resgate e ao incentivo do esporte escolar e de identidade cultural;
- Ampliar ações intersetoriais do Programa Segundo Tempo e da SNEED visando reforçar e potencializar as ações voltadas ao desenvolvimento humano e à inclusão social;
- Prestar apoio técnico ao Ministro de Estado do Esporte e ao Conselho Nacional de Esporte, sobretudo nas questões relativas à sua área de atuação;
- Emitir relatórios técnicos específicos das ações orçamentárias de competência da sua Gestão;
- Promover a participação e o controle social no processo de elaboração e reestruturação dos Programas e Ações de Esporte Educacional;
- Atuar e fazer-se representar, em conjunto com a Secretaria Executiva, no processo de desenvolvimento das Conferências Nacionais de Esporte, de forma a garantir o debate em torno do esporte nacional, em específico, do Esporte Educacional;
- Estudar, elaborar, implantar e avaliar Projetos Especiais que venham a abordar temas transversais como: gênero, etnias e/ou públicos diferenciados, entre outros relacionados ao fomento de modalidades específicas como aquáticas, gímnicas etc, no sentido de comprovar a sua relevância para o desenvolvimento da Política de Esporte Educacional;
- Definir, por meio de planejamento específico, as ações estratégicas plurianuais e os planos de ação anuais que deverão orientar o processo de Gestão Estratégica da Secretaria, com base na legislação e normatização vigente e nos documentos já elaborados anteriormente;
- Fortalecer as parcerias com as Confederações que têm papel fundamental no processo de garantia da participação de crianças, adolescentes e jovens em eventos de Esporte Educacional, Nacionais e Internacionais, em representação ao país;
- Estudar e analisar o calendário anual e plurianual de eventos esportivos da Secretaria, bem como a viabilização dos recursos logísticos para a sua realização;
- Planejar, coordenar, apoiar, avaliar e promover a realização de Eventos Nacionais e Internacionais de caráter educacional;
- Apoiar a participação de crianças, adolescentes e jovens, escolares, em eventos de cunho educacional, nacionais e internacionais;
- Articular com parceiros e patrocinadores, visando à realização de eventos de Esporte Educacional;
- Manter a documentação e base de dados relativa às ações efetivadas pela SNEED;

- Garantir e qualificar o processo de capacitação (continuada) dos Recursos Humanos internos da Secretaria e externos que atuam junto ao Programa e demais ações sob sua gestão;
- Coordenar, formular e implementar mecanismos de controle, monitoramento e avaliação do Programa e Ações sob sua Gestão;
- Coordenar e acompanhar as atividades de controle e fiscalização dos convênios firmados pela SNEED no âmbito do Programa Segundo Tempo.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

Em consonância com o direito assegurado pelo Artigo 217 da Constituição Federal, a Política Nacional do Esporte considera que este é condição essencial para o desenvolvimento humano, freqüentemente negado, principalmente, às camadas sociais de baixa renda. Com esse entendimento, por meio do principal Programa do Ministério do Esporte - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo, busca-se responder às demandas sociais geradas num momento histórico de garantia e de ampliação do conjunto dos direitos constitucionais.

A SNEED atua consoante com os princípios estabelecidos na Política Nacional de Esporte e na Política Setorial de Esporte Educacional e dirige suas atividades considerando um Planejamento Estratégico estruturado a partir de Ações Estratégicas e Resultados Esperados, inicialmente para o biênio 2007/2008, conforme apresentado no Relatório de Gestão do exercício de 2008. Dando continuidade ao processo de Planejamento da SNEED, foi realizado em julho de 2009 o Seminário de Planejamento Estratégico, com a participação de representantes de todos os setores da Secretaria, para revisão do plano e estabelecimento das ações para o biênio 2009/2010. Nesse momento, entendeu-se oportuno redimensionar as ações estratégicas anteriormente estabelecidas, frente às circunstâncias atuais, tornando o Planejamento Estratégico mais adequado à realidade do Programa. Apresenta-se abaixo as ações estratégicas definidas pela gestão:

Ação Estratégica I: Qualificar e ampliar a abrangência do Programa Segundo Tempo:

- Assegurar o atendimento médio anual de 1.500.000 beneficiados;
- Atualizar e aperfeiçoar o atual modelo do Programa Segundo Tempo (metodologia, modelo de conveniamento, forma de execução, parâmetros de RH e beneficiados etc.) agregando valor aos núcleos de Esporte Educacional;
- Fortalecer e estruturar a parceria com o Ministério da Educação – MEC, de forma a ampliar o atendimento, mantendo a identidade do Programa Segundo Tempo;

- Fortalecer as parcerias institucionais com órgãos públicos nas três esferas;
- Validar os Projetos Especiais Universitário, Pessoa com Deficiência e Navegar por meio da realização de projeto piloto;
- Atender aos beneficiados do Programa Segundo Tempo no período de férias escolares de janeiro e julho, consolidando o Recreio nas Férias como estratégia de inclusão da dimensão de lazer nos programas e ações do esporte educacional;
- Articular políticas e ações intersetoriais para o esporte educacional;
- Divulgar ações e projetos de esporte educacional para a sociedade.

Ação Estratégica II: Qualificar e aprimorar a gestão da SNEED:

- Organizar estratégias de gestão e implantar nova estrutura organizacional, com novos processos gerenciais, através do pleno mapeamento do fluxo processual da SNEED e descrição pontual das diversas funções dos seus recursos humanos e departamentos;
- Rever o potencial humano no que tange à sua capacidade produtiva com o objetivo principal de fazer frente à formalização e ao acompanhamento da crescente demanda de convênios do Programa Segundo Tempo;
- Assegurar os recursos materiais e a infra-estrutura física necessários ao pleno funcionamento da SNEED;
- Construir referenciais teóricos que contribuíssem para a documentação e qualificação do Programa Segundo Tempo;
- Ampliar e qualificar a equipe da SNEED;
- Capacitar e qualificar todos os recursos humanos (gestores, professores e monitores) dos convênios, de forma descentralizada e permanente, potencializando a abrangência do Programa Segundo Tempo em todas as suas vertentes;
- Aprimorar os sistemas de informação da SNEED, efetivando o projeto da Plataforma de TI (Tecnologia da Informação), integrando todos os sistemas computacionais internos e externos;
- Reestruturar o espaço físico e equipamentos de tecnologia garantindo maior produtividade.

Ação Estratégica III: Consolidar a avaliação de impacto e o Controle Social do PST, fomentando a produção do conhecimento no âmbito do Esporte Educacional:

- Construir sistema de monitoramento e avaliação de resultado e impacto, de forma a assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade de seus objetivos e ações;
- Consolidar e ampliar os mecanismos de controle social;

- Manter a articulação com a Rede de Instituições de Ensino Superior para estimular a produção de conhecimento relacionado ao PST.

Ação Estratégica IV: Fortalecer o Esporte Educacional brasileiro:

- Contribuir para a implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
- Fortalecer as parcerias com gestores e entidades no âmbito do esporte educacional;
- Apoiar a realização de eventos e atividades diferenciadas de esporte educacional, fortalecendo a participação de crianças, adolescentes e jovens;

2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

O Segundo Tempo é um Programa estratégico do Governo Federal que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral da criança, adolescente e jovem, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social. Os Núcleos de Esporte Educacional visam ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens e oferecem, no contra turno escolar, atividades esportivas sob orientação, prioritariamente, de coordenadores e monitores de Educação Física e/ ou Esporte, reforço alimentar, material esportivo e atividades complementares.

O Programa tem por estratégia de funcionamento o estabelecimento de alianças e parcerias institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira para governos estaduais, municipais, organizações não-governamentais e entidades nacionais públicas ou privadas sem fins lucrativos. Por meio da celebração de convênios com o Ministério do Esporte, essas entidades se tornam responsáveis pela execução do Programa, que se dá pelo funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional.

Desde sua criação em 2003, o Programa Segundo Tempo beneficiou aproximadamente quatro milhões de crianças, adolescentes e jovens, orientados por 66.630 professores e monitores, em 21.277 Núcleos de Esporte Educacional, distribuídos em 2.387 municípios de todas as regiões e Unidades Federativas do país, representando um investimento superior a R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais). A partir de 2005, o Programa manteve atendimento anual superior a um milhão de beneficiados, considerando os parceiros plurianuais.

Para além da ampliação e da continuidade das parcerias desenvolvidas pelo Programa, a democratização do acesso ao esporte passa necessariamente pela articulação entre o sistema

educacional e o sistema esportivo, essencial para assegurar a ampliação da participação de escolares, de todos os níveis de ensino, em atividades e eventos esportivos. Entendendo que o caminho possível é a escola, o Ministério do Esporte e o da Educação estão integrando suas políticas de modo a estabelecer as condições mínimas necessárias para viabilizar a oferta do esporte na escola, integrada ao seu projeto pedagógico, na perspectiva da educação em tempo integral. A proposta em execução insere o Programa Segundo Tempo nas escolas do Programa Mais Educação, que é um passo significativo para implantar uma política esportiva nas escolas brasileiras. Com isso é possível potencializar o número de beneficiados e garantir o acesso ao esporte de forma qualificada, desenvolvendo a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, articulada com o projeto pedagógico da escola.

Além das múltiplas vivências esportivas oferecidas nos Núcleos de Esporte Educacional Padrão, e agora na Escola, o Programa Segundo Tempo tem buscado diversificar sua proposta pedagógica de forma a atender seu público-alvo de acordo com suas especificidades e interesses, realizando projetos pilotos.

Sob este aspecto, 2010 foi um ano promissor. Além de avançar na institucionalização da parceria com o MEC; e de aprimorar e ampliar a participação dessas crianças e jovens do meio de convênios foi possível desenvolver etapas do projeto Recreio nas Férias e também validar diversos pilotos, possibilitando o estabelecimento de diretrizes de atuação e implementação da política pública de esporte.

Cabe ressaltar o reconhecimento do Programa pelas Nações Unidas como um modelo para promoção da educação, saúde e desenvolvimento social através do esporte. Para a UNESCO, "o Programa Segundo Tempo é uma relevante contribuição do Ministério do Esporte para a oferta de serviços sociais às crianças e aos adolescentes brasileiros". Esse reconhecimento se dá também pela total aderência do Programa Segundo Tempo com os objetivos do Milênio, particularmente com a proposta internacional de Esporte para o Desenvolvimento e a Paz coordenado pelo Grupo de Trabalho Internacional vinculado ao UNOSDP - *United Nations Office on Sport for Development and Peace*, onde o Brasil, por meio do Ministério do Esporte, representa o continente Americano.

2.2.1. Análise do Plano Estratégico da SNEED

O Esporte e o Lazer, conforme preconizam os Artigos 6º e 217 da Constituição Federal, são direitos de cada cidadão e constitui dever do Estado garantir o acesso à sociedade. O acesso ao Esporte e ao Lazer contribui para a reversão do quadro de vulnerabilidade social, atuando

como instrumentos de formação integral dos indivíduos e, conseqüentemente, possibilitando o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a promoção da saúde e o aprimoramento da consciência crítica e da cidadania.

Já o Esporte Educacional deve ser compreendido como toda a forma de atividade física que contribua para a aptidão física, bem-estar mental, interação, inclusão social e exercício da cidadania. Conseqüentemente, assume como elementos indissociáveis de seu propósito pedagógico as atividades de lazer, recreação, práticas esportivas organizadas e/ou assistemáticas, modalidades esportivas e jogos ou práticas corporais lúdicas da cultura brasileira, de forma a possibilitar maior vivência e a formação humana e de cidadania, sobretudo de crianças, adolescentes e jovens. É uma abordagem do Esporte que supera a perspectiva mais comum de estímulo à formação de atletas.

Assim, impõe-se à Secretaria, no âmbito das suas responsabilidades institucionais, um ambiente fortemente marcado pela transversalidade das suas ações e pela estreita articulação e alinhamento com as políticas públicas educacionais vigentes no País, análise que ensejou a ampliação de sua competência institucional.

Estas questões foram trabalhadas no desenvolvimento das ações estratégicas apresentadas. Nos 04 eixos validados como prioritários para a atuação da Secretaria no período proposto, foram desenvolvidos aspectos ligados à disseminação do esporte enquanto política pública, ampliação do desenvolvimento de ações de esporte educacional, ações de qualificação do Programa e da gestão, possibilitando os resultados abaixo apresentados:

Resumo das principais decisões, sucessos e resultados positivos

Com a qualificação e ampliação do Programa no decorrer dos últimos anos, em 2010 foram beneficiados aproximadamente 1.500.000 crianças, adolescentes e jovens, em mais de 1.400 municípios, em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal. Nesse período, estiveram ativas 293 parcerias, sendo 02 com o Governo Federal (Ministérios da Educação e Defesa), 26 com Governos Estaduais, 218 com Prefeituras, 09 com outros órgãos públicos federais e 38 com entidades privadas, orientados por 27.544 professores e monitores. Merecem destaque alguns dos resultados (Anexo 1):

- a. A inserção do Programa Segundo Tempo no Mais Educação, através da parceria firmada entre o ME e o MEC, que estão integrando a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas escolas.

O início das atividades por meio da referida parceria ocorreu em 2010, beneficiando 329.659 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 2.650 monitores, em aproximadamente de 1.200 escolas de 87 municípios;

- b. A realização do Projeto Recreio nas Férias, beneficiando 159.900 crianças, adolescentes e jovens, em aproximadamente 288 municípios de 16 Unidades Federativas, em todas as regiões do país;
- c. Capacitação e qualificação de 1.819 recursos humanos (gestores, professores e monitores), por meio de capacitação presencial ou videoconferência, de forma descentralizada e permanente, potencializando a abrangência do Programa em todas as suas vertentes;
- d. Acompanhamento pedagógico e administrativo das parcerias, oferecendo suporte imprescindível aos avanços do Programa, com contatos virtuais e visitas presenciais em 100% dos parceiros e, no mínimo, 20% dos Núcleos de Esporte Educacional, totalizando 70 convênios e 1.239 núcleos visitados (Concepção e Funcionamento das Equipes Colaboradores no Anexo 2);
- e. Execução e validação de projetos para públicos diferenciados, tais como os pilotos voltados ao universitário, à pessoa com deficiência, às questões de gênero além do início da parceria com a SETEC/MEC para implantação nos Institutos Tecnológicos. Houve a execução de 04 pilotos universitários atendendo a 1200 beneficiados, 01 piloto pessoa com deficiência atendendo a 100 beneficiados e 01 piloto aeróbica atendendo a 220 beneficiados, cujos resultados foram à validação do modelo proposto, com ajustes para execução, o desenvolvimento de estudos e pesquisa e o aumento da demanda de solicitações para públicos diversificados. No projeto PST Instituto Tecnológico, foi realizada chamada pública com o Ministério da Educação para seleção dos Campi que receberam a iniciativa em 2011;
- f. Continuidade da parceria com o Ministério da Defesa, no projeto Forças no Esporte, visando à utilização de instalações esportivas militares para a prática de esportes por comunidades carentes, atendendo a 10.000 beneficiados em 2010;
- g. O estímulo à produção do conhecimento no âmbito do Esporte Educacional, de forma a difundir o conhecimento produzido e promover uma reflexão nacional sobre o Esporte Educacional, totalizando cinco publicações;

- h. Fomento à realização de 12 eventos de esporte educacional, beneficiando mais de 9.827 beneficiados, por meio da celebração de convênios com entidades esportivas estudantis como – CBDE, CBDU, Centro de Estudos e Memória da Juventude e demais;
- i. A parceria entre o Ministério do Esporte e o *British Council*, visando troca de experiências e o desenvolvimento de materiais pedagógicos de apoio a professores e monitores do PST. Foi apresentando como resultado final um KIT de cartões de recursos pedagógicos (CRPs), os quais foram introduzidos no Programa Mais Educação/PST e poderão ser nos núcleos do PST.

2.2.2. Análise do Plano de Ação da SNEED

O Plano de Ação 2010 materializa o Planejamento da SNEED que foi realizado em 2009.

Houve a redimensionação das ações estratégicas anteriormente estabelecidas, frente às circunstâncias atuais, tornando o Planejamento Estratégico mais adequado à realidade da gestão e do Programa.

Considerando as dificuldades em executar as propostas nos prazos estipulados, os entraves legais que surgem neste processo de ampliação da efetivação por parte do Estado dos direitos sociais, eleições nacionais com possíveis mudanças de rumos na gestão federal, as dificuldades econômicas que ainda se apresentam como realidade no Brasil (apesar do maior impacto da crise mundial tenha ocorrido em 2008), fizeram com que a equipe se focasse na finalização dos procedimentos iniciados, como forma de consolidar os projetos em andamento e possibilitar a devida avaliação e transição.

Sob este aspecto, a avaliação é que a Secretaria conseguiu avançar em seus objetivos estratégicos:

- Qualificou e ampliou a abrangência do PST, priorizando parcerias públicas, e pelo início efetivo das atividades do Segundo Tempo junto ao Mais Educação;
- Qualificou e aprimorou a gestão da SNEED, por meio da evolução do monitoramento, acompanhamento e do entendimento e aplicação do projeto pedagógico pelos parceiros, além de ampliar as ações relacionadas à capacitação interna e externa;

- Consolidou a avaliação e o controle social do Programa, por meio da finalização e publicação de avaliação de impacto, pelo estabelecimento e pleno funcionamento de espaço próprio para averiguação de questões encaminhadas pelo controle social e pela grande ampliação na produção do conhecimento por parte da Academia;
- Fortaleceu o Esporte Educacional Brasileiro, com a articulação com gestores estaduais e municipais, a inclusão da temática de maneira transversal em outras políticas públicas, a contribuição na III Conferência Nacional de Esporte, e o fortalecimento das ações articuladas para implementar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer e atores institucionais.

Apesar de todos os esforços ainda resta muito a ser feito para ser universalizado o esporte no Brasil.

Atende-se atualmente em média apenas 4% das crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica. Os atores que defendem esta temática necessitam de maior organicidade para contribuir com a priorização do esporte na agenda governamental. O orçamento deve ser ampliado. A participação popular no controle social deve ser fortalecida, ampliada e solidificada, tendo em vista que o controle popular é um dos componentes da nova perspectiva democrática. O modelo de conveniamento inclusive não possibilita a ampliação em escala suficiente para a universalização.

Assim, permanecem os desafios para 2011 e para a próxima gestão.

PLANO DE AÇÃO 2010

Projetos e Análise do Plano de Ação

- 1. Fortalecer e estruturar a parceria com o Ministério da Educação – MEC, de forma a ampliar o atendimento, mantendo a identidade do Programa Segundo Tempo**
 - Implantar o PST nas escolas por meio da parceria com o MEC (Mais Educação);
 - Destinar parte do orçamento para a parceria com o MEC;
 - Institucionalizar a parceria com o MEC;
 - Definir o modelo de execução do PST no Mais Educação;
 - Sensibilizar os gestores para a inserção do esporte nas escolas por meio do PST.

O Programa Segundo Tempo no Mais Educação

O objetivo da parceria ME/MEC é integrar a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas escolas. O Programa Mais Educação já prevê o esporte como um macro campo, no entanto a inserção do PST qualifica a ação em função da sua proposta pedagógica e do processo de capacitação e acompanhamento agregados a esta. As ações são caracterizadas pela viabilidade da oferta do esporte na escola, integrada ao seu projeto pedagógico, na perspectiva da educação em tempo integral.

A integração entre os dois Programas possui como característica ampliar a possibilidade de acesso dos alunos ao esporte, uma vez que não é necessário que a escola disponha de infraestrutura esportiva adicional, já que o Mais Educação se vale de espaços alternativos ou de parcerias locais para viabilizar o desenvolvimento das atividades. Além disso, não é necessário que o Programa Segundo Tempo ofereça o reforço alimentar, já que os alunos recebem a merenda escolar complementada pelo MEC, para permanecer na escola em tempo integral.

A seguir tem-se a descrição da proposta de inserção do PST no Mais Educação apresentada:

O PST é oferecido como uma atividade dentro do Macro campo Esporte e Lazer. Ao optar pelo PST, a escola poderá oportunizar aos alunos múltiplas vivências esportivas, a partir do desenvolvimento dos Fundamentos Pedagógicos adotados pelo programa e demais especificidades descritas abaixo:

- a. Público alvo:** Alunos das escolas que aderiram ao Programa Mais Educação
- b. Composição do Núcleo:** Unidade de ação do programa, constituído de 150 alunos, divididos em 5 turmas de 30 alunos (padrão utilizado pelo Programa Mais Educação)
- c. Atendimento:** O esporte educacional integrado ao projeto pedagógico da escola, desenvolvido pelo profissional de Educação Física, com carga horária de 20h/semanais
- d. Frequência:** 2 encontros semanais com duração de 2h cada (totalizando 4h/semana).

Composição	Recursos Humanos	Quantidade	Carga Horária
Grupo de 150 alunos	Professor de Educação Física	1	20h

- e. Kit material:** cada escola, dependendo do número de núcleos, receberá kits de material esportivo e uniformes. Esse material é de uso exclusivo nas aulas do PST e

cabe aos/as professores(as) e coordenadores(as) da escola zelarem por sua manutenção.

- f. Capacitação e Acompanhamento do desenvolvimento das atividades:** As ações de Capacitação e Acompanhamento Pedagógico seguem os mesmos modelos adotados no projeto padrão, utilizando como ferramentas auxiliares a parceria com a UFRGS, por meio da Rede de Equipes Colaboradoras - ECs. Para tanto, será necessária sua ampliação. Essas equipes são responsáveis pela capacitação, avaliação da qualidade do plano pedagógico e do acompanhamento, por meio das visitas *in loco*, das ações desenvolvidas junto aos alunos, verificando sua pertinência em relação às Diretrizes e Princípios do Programa, bem como sua adequação ao Projeto Pedagógico da Escola, na perspectiva da educação integral. A atual estrutura das ECs, composta por coordenador, vice-coordenador e avaliadores, hoje auxilia na gestão do PST/Mais Educação de sua região. As ECs terão a possibilidade de adicionar novos avaliadores de acordo com a demanda regional de núcleos do programa. Cada equipe indicou um integrante que é responsável por mediar as informações/ações entre Escolas x PST/Mais x Equipe Gestora SNEED. As modalidades de capacitação propostas são presencial, telepresencial, videoconferências, sistema EaD e videoaulas, reduzindo, desta forma, os custos e otimizando o processo.

Outros pontos referentes à parceria devem ser destacados por viabilizarem sua efetivação: o repasse do recurso para contratação do profissional de Educação Física ou Esporte pelo Ministério do Esporte ao MEC este via FNDE, diretamente à escola; a distribuição de material didático (livros) e uniforme (sem alteração das diretrizes do PST), os kits específicos de material esportivo adquiridos pelo ME e distribuídos pelo MEC e ampliação dos quadros de gestão.

O ano de 2010

As ações relativas à inserção do PST na escola foram estruturadas em 2009 visando o funcionamento em 2010. Em fevereiro de 2010, após finalizado o processo de adesão, foi gerado pelo Sistema Integrado de Monitoramento e Controle do MEC – SIMEC, a relação de 1.148 escolas inscritas no PST/Mais Educação, resultando em 2.650 núcleos e 329.659 alunos, conforme apresentado no quadro abaixo:

UF	Quantidade de municípios	Alunado
AC	3	2205
AL	2	2030

AM	3	14734
AP	2	1460
BA	2	9815
CE	2	4425
DF	1	3212
ES	2	4455
GO	9	9337
MA	1	10927
MG	2	14916
MS	3	3735
MT	2	14145
PA	4	72466
PB	4	8166
PE	5	52210
PI	2	610
RJ	14	63346
RN	2	2256
RO	2	6503
RR	1	6266
RS	6	5203
SC	3	1911
SE	2	4227
SP	7	10555
TO	1	544
Total geral	87	329.659

O repasse financeiro às escolas teve início em agosto de 2010, contemplando o ressarcimento dos monitores na estimativa de atendimento por 10 meses:

Cronograma do previsto e realizado entre 2009 e 2010

Previsto		Realizado	
Períodos	Ações	Períodos	Ações
Outubro de 2009 a março de 2010	- Adesão das Escolas	Outubro de 2009 a Abril de 2010	- Adesão das Escolas
Abril de 2010	- Envio do Material Esportivo e Recreativo às escolas	Agosto de 2010	- Início do repasse do recurso p/ pagamento dos monitores e do atendimento aos beneficiados
Março/Abril de 2010	- Repasse do recurso p/ contratação de professores	Outubro a Dezembro de 2010	- Realização de 03 videoconferências

Abril/Maio de 2010	- Capacitação dos professores contratados pelas escolas	Novembro de 2010	- SIMEC: reabertura do PST no Mais Educação para 2011 – somente para as escolas que já aderiram em 2010
Mai a Dezembro de 2010	- Período do atendimento dos alunos	Dezembro de 2010	- Em aberto aprovação da Medida Provisória
		Março 2011	- Previsto para a entrega de materiais

O desenvolvimento da proposta integral pactuada nesta parceria previa que as atividades fossem desenvolvidas pelo profissional graduado de Educação Física. Para tanto, sugeriu-se uma Medida Provisória que possibilitaria o pagamento do profissional, via FNDE. Considerando que a MP não foi publicada até o momento, não foi possível viabilizar o repasse dos recursos as escolas para tal fim, o que acabou por atrasar o início das atividades em 2010. Essa impossibilidade desencadeou uma série de acontecimentos, a destacar:

- a) *Recursos humanos*: a utilização de monitores nas ações pedagógicas do PST no Mais Educação, em substituição à proposta inicial (profissionais de Educação Física), até que se efetive a MP que regulamentará a questão;
- b) *Carga horária de atendimento do PST aos beneficiados inscritos*: alteração do atendimento de 04 h/semanais em 02 encontros (proposta PST) para atendimento em 02 h/semanais em 02 encontros, seguindo normas e procedimentos para os monitores de outras atividades do Programa Mais Educação;
- c) *Metodologia*: O desenvolvimento das atividades por meio do monitor acarretou na adoção de uma nova estratégia na escola, a tecnologia TOPs (Cadernos de Apoio Pedagógico), ou seja, uma metodologia que pode ser trabalhada por leigos em que se utiliza material didático atraente, de fácil manipulação e entendimento, estes, adaptados da tecnologia do Conselho Britânico.
- d) *Capacitação*: O processo de capacitação do PST junto ao Programa Mais Educação já teve seu início no ano de 2010, uma vez que houve 2 encontros pelo sistema de videoconferência do MEC. Nesses encontros foram tratados os temas:
 - A gestão do PST no Mais Educação e os Fundamentos do Programa Segundo Tempo;
 - A gestão do PST no Mais Educação e o Esporte dentro do Programa Segundo Tempo;

- A gestão do PST no Mais Educação e as questões relacionadas a Gênero.

Identificou-se que já pouca participação neste sistema, seja por falta de uma comunicação e envolvimento maior dentro do próprio processo, ou o grupo participante ainda não tem essa ferramenta como um espaço mais efetivo para o sistema de capacitação.

Assim, serão trabalhadas, em 2011, modalidades de intervenção distintas, uma vez que temos somente monitores atuando no processo:

- Realização de um encontro por videoconferência e avaliação do impacto do encontro em relação à participação e envolvimento. Caso haja boa receptividade, participação e envolvimento com debates efetivos pode-se vislumbrar a realização de novos encontros com o uso dessa ferramenta;
- Realização de aulas pelo sistema Telepresencial com duração de duas horas, como ferramenta para avaliar a abrangência e envolvimento com o sistema, uma vez que pelos dados do INEP 30 mil escolas brasileiras possuem o sistema de recepção desse sinal. Com isso, essa experiência será desenvolvida como piloto para as futuras ações, uma vez que se trata de um sistema avançado e que possibilita um contato mais eficiente e rápido com os participantes.

Passado esse primeiro momento, faz-se necessário termos um plano macro para o processo de capacitação de forma ampliada. Tal idealização ficará na dependência dos resultados obtidos junto a essas experiências do ano, uma vez que se pretende ampliar substancialmente a oferta nas escolas brasileiras.

O acompanhamento do Programa Segundo Tempo tem sido incrementado ao longo dos últimos anos com reflexos claros em seu desenvolvimento e impactos alcançados. O mesmo propósito é almejado para essa ação intersetorial, com vistas a avançar em efetividade e consistência pedagógica.

Para tal, o apoio das Equipes Colaboradoras – ECs vinculadas ao Programa Segundo Tempo pelo seu Projeto de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo é imprescindível. As ECs acompanharão o desenvolvimento das ações do PST junto ao Mais Educação. Tendo sido proposta uma estratificação inicial para criar lastro de experiência.

Dessa forma, a planilha abaixo demonstra o que será acompanhado em 2011, constituindo uma *expertise* para o plano futuro com a ampliação da oferta da ação.

Região	UF	Quantidade de municípios	% Municípios a serem visitados	Quantidade de escolas	Alunado	Número de Escolas para visitas	TOTAL
Norte	AC	3	2	10	2205	4	48
	AM	3	2	56	14734	6	
	AP	2	2	8	1460	4	
	PA	4	2	206	72466	22	
	RO	2	2	18	6503	6	
	RR	1	1	23	6266	4	
	TO	1	1	2	544	2	
Nordeste	AL	2	2	10	2030	4	60
	BA	2	2	35	9815	8	
	CE	2	2	20	4425	6	
	MA	1	1	28	10927	4	
	PB	4	2	39	8166	6	
	PE	5	3	187	52210	16	
	PI	2	2	4	610	4	
	RN	2	2	11	2256	6	
	SE	2	2	25	4227	6	
Centro-Oeste	DF	1	1	11	3212	4	28
	GO	9	5	35	9337	10	
	MS	3	2	16	3735	4	
	MT	2	2	52	14145	10	
Sudeste	RJ	14	7	219	63346	30	50
	SP	7	4	33	10555	8	
	ES	2	2	26	4455	6	
	MG	2	2	47	14916	6	
Sul	RS	6	3	21	5203	6	12
	SC	3	2	6	1911	6	
TOTAL	Total Geral	87	60 = 69%	1148	329659	198 = 17%	

A partir da análise das adesões, observou-se que muitas escolas apresentavam um quantitativo elevado de alunos, considerando o quantitativo de 150 alunos para um núcleo do PST. Esse fato desencadeou ações, no intuito de verificar se as escolas teriam as condições estruturais pactuadas para atender aos alunos inscritos.

A consequência desta diferença entre o número de inscritos e o efetivo potencial das escolas no atendimento de alunos poderia provocar uma discrepância significativa nos recursos financeiros e materiais enviados para a escola e o efetivamente utilizado nas atividades do PST, portanto, algumas ações emergenciais foram realizadas:

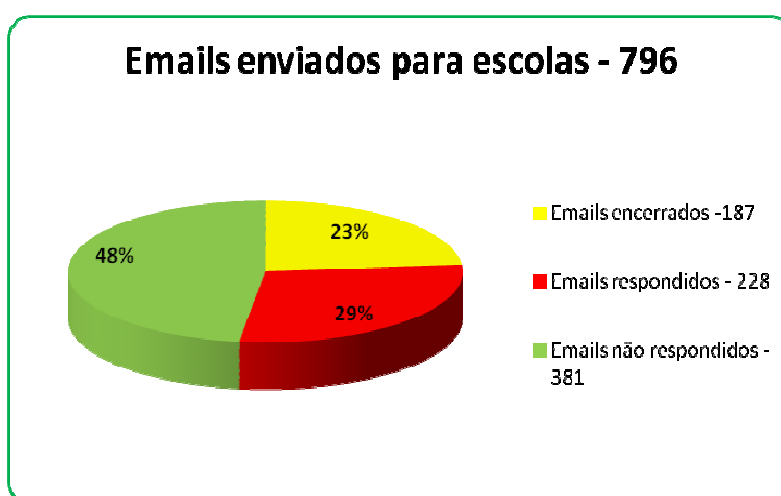
1. Visita às escolas em funcionamento do Mais Educação (Equipe técnica/CGAPA)

Foram realizadas visitas em escolas que estivessem com o Mais Educação em funcionamento. O objetivo foi identificar, no cotidiano escolar, como essas escolas estavam pensando a implementação do PST. Foram escolhidos para amostra quatro UFs: DF, MA, PE e MT – que

apresentaram escolas com números elevados de inscritos no PST. Foi estabelecido contato com os coordenadores estaduais e municipais solicitando que indicassem as escolas que estavam desenvolvendo o Programa Mais Educação.

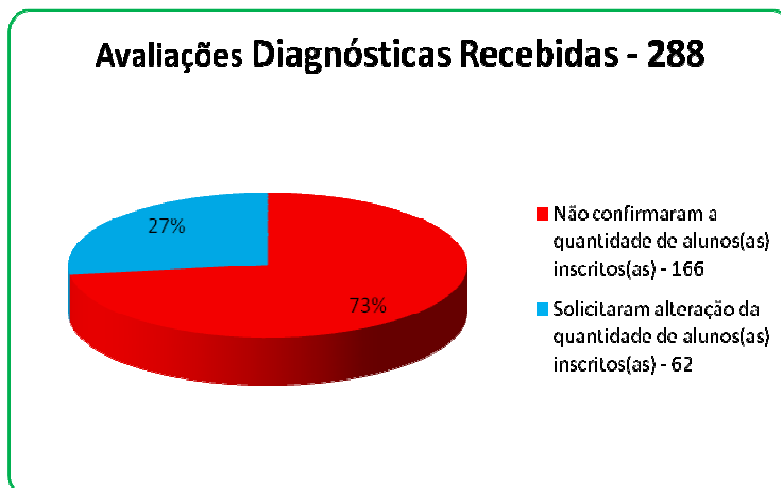
2. Avaliação diagnóstica e informações básicas sobre o PST em todas as escolas

O objetivo desta ação foi fazer um levantamento aprofundado das escolas que aderiram ao PST no Mais Educação, principalmente no que se refere à disponibilidade de estrutura física, sendo esta compatível com o número de alunos inscritos, sem que comprometa as demais atividades da escola. Os contatos foram realizados, por meio de um questionário enviado via correio eletrônico. O retorno de respostas permaneceu baixo e pouco qualificado.



Do total de escolas, 345 (30%) não tinham email registrado na lista.

Após a constatação da impossibilidade desse contato com todas as escolas, foi realizado contato com os Coordenadores do Mais Educação das Secretarias de Educação solicitando reforço para retorno imediato do questionário das escolas.



Como resultado obteve-se que 27% (62) escolas informaram que pretendiam modificar o quantitativo de alunos/as inscritos/as no PST. Esse dado será reforçado mais a frente com os dados dos telefonemas.

3. Força tarefa de contato com as escolas, considerando que uma pequena parcela de escolas respondeu ao questionário.

As ações realizadas acima identificaram a grande dificuldade de contato direto com as escolas, devido principalmente a dados incorretos nas planilhas, a falta de retorno via e-mail e desinformação por parte dos Coordenadores Metropolitanos do Mais Educação e do próprio sistema do MEC.

4. Definição das escolas que teriam retorno do plano consolidado

Para definir o número efetivo de inscritos no PST, foram realizadas 08 reuniões presenciais entre a Equipe Técnica da SNEED/ME e a Equipe da SECAD/MEC responsável pelo SIMEC, no período compreendido entre 22 de agosto de 2009 e 30 de abril de 2010, além dos contatos telefônicos e trocas de correios eletrônicos, realizados até a data de 18/05/2010.

No Seminário Nacional de Educação Integral, organizado pela SECAD, em maio de 2010, foi realizada uma reunião entre os Secretários da SECAD e da SNEED e suas respectivas equipes, onde foram apresentados os problemas identificados em relação à discrepância ainda existente na quantidade de alunos inscritos em cada escola mediante a estrutura disponível para a execução do projeto, bem como no impacto relativo à quantidade de profissionais necessários para esse atendimento.

Como decisão, o MEC optou pelo retorno do plano consolidado de 70 escolas. O critério utilizado para essa seleção foi a divergência entre o número de inscritos no PST e nos outros macrocampos do Mais Educação. Considerou-se que aquelas escolas que tinham o mesmo número de inscritos no Mais Educação e no PST tenderiam a ter competência para o atendimento proposto.

Considerando o contexto ao qual estavam inseridos os problemas elencados, foram realizadas as seguintes ações:

a) Em agosto de 2010 o recurso financeiro para ressarcimento aos monitores foi repassado às escolas, de maneira separada das demais atividades do PST, sendo que as escolas que já possuíam as condições para o desenvolvimento do PST poderiam dar início às atividades (com monitores);

b) Foram fortalecidos os vínculos com as Secretarias de Educação e os respectivos responsáveis pelas escolas que aderiram ao PST no Mais Educação, atualizando a lista de contatos das Escolas/Secretarias, através das Equipes Colaboradoras.

Ações de Capacitação e Acompanhamento do Programa PST/Mais Educação

Inserido na programação do Seminário Nacional de Educação Integral em Brasília/DF (19 a 20/05/2010), foi desenvolvido o Colóquio V - Programa Mais Educação e Programa Segundo Tempo onde foram levantadas questões sobre como as ações do Programa Segundo Tempo poderiam contribuir para o desenvolvimento da educação Integral no Brasil, aproximando escola e comunidade.

Para continuidade das ações de acompanhamento, a Equipe Gestora do PST participou de encontros estaduais e municipais, da agenda da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania - DEIDHUC/SECAD/MEC.

Além disto, foi estabelecida a utilização de videoconferências para capacitação e acompanhamento, assim como participação da Equipe Gestora em Seminários de Educação (e webconferências, no caso de indisponibilidade de salas presenciais). A capacitação sofreu alterações significativas em seu conteúdo e forma para atender ao monitor.

A primeira videoconferência ocorreu em 07/10/2010, com o intuito de fortalecer e potencializar a proposta de subsidiar pedagogicamente as escolas que aderiram ao PST. A vídeo e webconferências foram utilizadas como ferramenta educacional devido ao caráter emergencial da

ação. Desta maneira, o processo foi otimizado a baixos custos. Estavam conectadas 9 salas de transmissão e via web conferência foram contabilizados 200 acessos on-line.

Com o intuito de dar continuidade às orientações sobre o desenvolvimento pedagógico das atividades propostas para as escolas que aderiram ao PST foi realizada a 2ª VIDEOCONFERÊNCIA, com um enfoque pedagógico sobre o tema “Corpo, Gênero e Sexualidade” direcionado à realidade do PST/ Mais Educação e proferido pela professora Silvana Vilodre. Estavam conectadas 14 salas de transmissão e via web conferência foram contabilizados 300 acessos *on line*. Adesão considerada satisfatória.

Em dezembro de 2010, foi realizado o Encontro Nacional de Avaliação do Programa Segundo Tempo (ENAPST), no qual foi desenvolvido o painel “O PST no Mais Educação”, tendo como objetivo principal a discussão e reflexão sobre a proposta inicial da parceria entre o PST e o Mais Educação, assim como a maneira que a proposta se apresenta no momento. Ao final do evento a Equipe Gestora e seus colaboradores elaboraram um relatório sobre as potencialidades e fragilidades da parceria, apontadas durante a oficina, propondo sugestões (Anexo 3).

Resultados qualitativos e quantitativos

Abaixo estão listadas as ações estruturantes do ano de 2010. Vale ressaltar que todas as ações expostas nos itens anteriores afetaram direta e significativamente a obtenção de resultados mais qualitativos.

Resultados qualitativos

- Utilização dos “Cadernos de Apoio Pedagógico¹” como suporte de aplicação metodológica do esporte aos não profissionais da área; (disponível em <http://www.esporte.gov.br/snee/segundotempo/maiseducacao/cadernoApoioPedagogico.jsp>)
- Criação do Manual “Pensando o Programa Mais Educação: A inserção do PST²”;
- Criação do Caderno Pedagógico para o macrocampo Esporte e Lazer uma parceria entre a SNDEL e SNEED³;
- Desenvolvimento das atividades por meio de monitores até que se efetive a MP que regulamentará a questão;
- Realização de videoconferências (e webconferências), como nova estratégia para capacitação do PST/ Mais Educação;

- Produção dos oito temas das diretrizes do PST em videoaulas, que foram gravadas para o desenvolvimento da capacitação pedagógica semipresencial visando à redução de custos e ampliação da abrangência da formação (Anexo 4);
- Participação no Seminário Nacional de Educação Integral em Brasília/DF (19 a 20/05/2010), apresentando no Colóquio V - Programa Mais Educação e Programa Segundo Tempo onde foram levantadas questões sobre como as ações do Segundo Tempo poderiam contribuir para o desenvolvimento da Educação Integral no Brasil, aproximando escola e comunidade;
- Desenvolvimento do painel “O PST no Mais Educação” no Encontro Nacional de Avaliação do Programa Segundo Tempo (ENAPST), em dezembro de 2010, onde o objetivo principal foi a discussão e reflexão sobre a proposta inicial da parceria entre o PST e o Mais Educação, frente a proposta que se apresenta no momento.
- Fortalecimento dos vínculos com as Secretarias de Educação e os respectivos responsáveis pelas escolas que aderiram ao PST no Mais Educação, atualizando a lista de contatos das Escolas/Secretarias, por meio das Equipes Colaboradoras;

Resultados quantitativos

- Aquisição dos kits de materiais esportivos e uniformes, acompanhamento da distribuição para as escolas que optaram pelo PST como uma das modalidades do macrocampo Esporte e Lazer;
- Produção e impressão de Cadernos de Apoio Pedagógico – tecnologia TOPs, para serem distribuídos nas 1.148 escolas;
- 5 mil impressões do Livro de Fundamentos do PST e 5 mil Livros do Recreio nas Férias;
- Gravação dos oito temas das diretrizes PST em videoaulas;
- Aumento no número de salas presenciais e acessos, via web, nas videoconferências de capacitação.

Resultados Esperados para 2011

Como algumas ações foram impossibilitadas pela não aprovação da MP e período de defeso eleitoral, que resultou em atraso na entrega dos materiais, os resultados esperados para 2010 continuam sendo esperados para 2011, a destacar:

- Superação do atual modelo de conveniamento, ampliando as possibilidades de inserção do PST em todas as regiões;
- Ampliação significativa do número de beneficiados considerando a redução de custos para o ME;
- Mais efetividade no desenvolvimento dos projetos considerando que o acompanhamento nas escolas será facilitado;
- Aumento da segurança no repasse e aplicação dos recursos financeiros, uma vez que este refere-se apenas aos recursos para pagamento dos professores, e serão repassados diretamente à escola, sem intermediação;
- Qualificação do atendimento aos beneficiados, em função das atividades do PST estarem integradas ao Projeto Pedagógico da Escola, na perspectiva da educação integral;
- Inserção definitiva da Política de Esporte Educacional na Escola;
- Democratização do acesso ao esporte a partir de sua inserção no Sistema Educacional brasileiro.

Problemas encontrados

Além da não publicação da Medida Provisória que inviabiliza o pagamento do professor e institui o Programa como uma Política de Estado, destacam-se:

- O atraso no repasse dos recursos (iniciado em agosto/2010), bem como a não publicação da MP, seguido do período de defeso eleitoral, fez com que a proposta inicial atrasasse o início das atividades e sofresse adaptações no seu processo de capacitação e desenvolvimento, impactando em algumas escolas o cronograma previsto;
- Distribuição de materiais bloqueada devido ao período de defeso eleitoral dificultando iniciar as atividades no período previsto, ocasionando problemas no processo licitatório

dos materiais esportivos, adiando a distribuição de todos os materiais foi adiada para março de 2011, impactando em algumas escolas o cumprimento do cronograma previsto;

- Expandir a ação de acompanhamento, nos moldes do que é feito atualmente com o PST, de forma a garantir sua efetividade nas escolas envolvidas;
- A falta de interação entre os sistemas de informação e registro dificultou o bom andamento do processo entre os Ministérios da Educação e do Esporte;
- Identificado em algumas escolas um quantitativo elevado de alunos inscritos, deflagrando a possibilidade dessas não terem as condições estruturais para o adequado atendimento dos alunos. Essa ação gerou o retorno do plano consolidado de 70 escolas;
- Grande dificuldade de contato direto com as escolas e secretarias de educação, devido principalmente a dados incorretos nas planilhas (MEC), a falta de retorno via e-mail e a desinformação por parte dos Coordenadores do Mais Educação;
- O alto custo da capacitação presencial, caso haja uma ampliação significativa do número de profissionais atuantes, por exemplo, com a inclusão do PST no Mais Educação e do PST nos Institutos Federais.

Problemas a serem trabalhados no caso de inviabilidade da contratação do profissional de Educação Física por meios legais (aprovação da MP)

- Adesão da metodologia de ensino do esporte por meio dos Cadernos de Apoio Pedagógico;
- Capacitação dos monitores no novo processo metodológico;
- Descontinuidade das ações/políticas educacionais, em virtude dos programas não se caracterizarem como políticas de Estado.

Proposta de soluções para 2011

- Realizar visitas *in loco* pelas Equipes Gestora e Colaboradoras, com maior frequência, objetivando o estreitamento de vínculo, aprofundamento e conhecimento da realidade do cotidiano escolar;

- Disponibilizar o questionário de avaliação diagnóstica no SIMEC, para que a escola responda antes de concluir a inscrição no PST, incluindo seus dados cadastrais e os contatos do responsável pelo Mais Educação;
- Definir um limite máximo inicial de inscritos no PST/Mais Educação, com a possibilidade de expansão após análise do questionário e visita de acompanhamento;
- Ampliar a parceria com a UFGRS ou de viabilizar outro projeto que permita a realização da ação de capacitação e acompanhamento, nos moldes do que é feito atualmente com o PST;
- Para as ações de acompanhamento, as ECs terão a possibilidade de adicionar novos avaliadores de acordo com a demanda regional de núcleos do programa;
- Faz-se necessária a ampliação da Equipe Gestora do PST/Mais Educação;
- Utilizar as modalidades de capacitação no formato presencial, telepresencial, videoconferências, sistema EaD e vídeo-aulas, reduzindo, desta forma, os custos e otimizando o processo;
- Elaborar um manual de orientação - Passo a Passo PST/MAIS EDUCAÇÃO – com informações de orientação e normatização aos atores envolvidos e respectivas funções:
 - ✓ Gestores/Coordenadores das Escolas: orientações gerais da parceria (MEC/ME); informações referentes à contratação de professores e monitores; utilização dos materiais (esportivos e uniformes) enviados pelo Ministério do Esporte/SNEED;
 - ✓ Professores/Monitores do PST: informações referentes ao comprometimento com os pressupostos dos Programas; orientações em relação à EF Escolar e PST; orientações em relação à utilização de espaços para a prática esportiva etc.;
 - ✓ Outros atores envolvidos no processo: com informações gerais referentes aos Programas PST e Mais Educação e sua operacionalização.
- Criar e fortalecer o canal de comunicação entre o PST, o Programa Mais Educação e os atores envolvidos:
 - ✓ Sistema integrado de informações;
 - ✓ Videoconferências;
 - ✓ Plantão de EaD;
 - ✓ Equipes Colaboradoras.

Projeto Piloto Mais Educação (Esporte na Escola) – Maracanaú (CE)

A Secretaria Nacional de Esporte Educacional idealizou uma “ação piloto” para que antes de ações definitivas em relação ao Projeto, as idéias e proposições sejam pensadas e repensadas com respaldo nesta experiência anterior.

Mediante tal panorama, organizou-se a presente proposta, a fim de obter subsídios suficientes para o alinhamento e integração entre os Programas Mais Educação e Segundo Tempo e suas políticas públicas no caminho da escola em tempo integral.

Como forma experimental, está sendo implantado o Piloto de Maracanaú, assim estruturado:

- a) Atuação nas escolas públicas, Municipais e Estaduais;
- b) Núcleos com cento e cinquenta crianças cada, podendo as escolas, de acordo com suas estruturas, ofertar mais de um núcleo;
- c) Núcleo compostos de um Professor/Coordenador de Núcleo (com formação em Educação Física);
- d) O Desenvolvimento das atividades no formato preconizado pelo PST padrão, ou seja, três modalidades (duas coletivas e uma individual);
- e) Funcionamento dos núcleos duas vezes por semana, com encontros de duas horas cada;
- f) Materiais esportivos disponibilizados pela SNEED/ME, assim como as camisetas e materiais institucionais para divulgação (cartazes e folders);
- g) O convênio terá ainda um Coordenador Geral, um Coordenador Pedagógico e também um Coordenador Setorial a cada grupo de quinze núcleos;
- h) A entidade convenente deverá disponibilizar o Coordenador Geral, sendo que os recursos para contratação do Coordenador Pedagógico e de Núcleo são de responsabilidade da SNEED/ME;
- i) O reforço alimentar será custeado pelo Município;
- j) As placas de identificação visual dos núcleos serão custeadas pela convenente.

Espera-se que este Piloto Maracanaú/CE possa fornecer indicadores adequados sobre:

- a) Recursos humanos para o desenvolvimento do PST junto ao Mais Educação;

- b) Estrutura física e material necessário ao desenvolvimento dos Programas;
- c) Tempo exigido para o desenvolvimento das ações integradas no que se perspectiva para cada um dos Programas;
- d) Forma de remuneração e valor atribuído;
- e) Quantitativo de beneficiados por núcleo;
- f) O processo de formação continuada exigido;
- g) O processo de acompanhamento necessário e exigido para o experimento em grande escala;
- h) As avaliações possíveis para o PST no Mais Educação.

Considerando que o município já integra o Programa Mais Educação foi necessário realizar algumas adequações para atender às especificidades dos dois programas. Nesse sentido, destaca-se a ação de reforço alimentar que será substituída pela merenda escolar já custeada pelo MEC, para as escolas que participam do Programa.

Situação Atual

Sua formalização ocorreu em dezembro de 2009, por meio de convênio com a SNEED/ME e encontra-se em fase de estruturação, com previsão para início de atendimento para o ano de 2011.

Quando da elaboração do projeto para formalização do convênio de Maracanaú, que contempla o atendimento a 8.100 alunos, por meio de 54 núcleos de 150 beneficiados, sendo que parte das escolas selecionadas já haviam realizado a adesão ao Programa Mais Educação. Estas foram orientadas a não optar pelo Macro campo Esporte e Lazer, pois essa atividade seria oferecida por meio do projeto piloto do PST. Correspondem a esse universo 44 núcleos. Destes, 11 núcleos terão atendidos pelo PST apenas para os alunos inscritos no programa Mais Educação. Os demais 33 núcleos receberão atendimento do PST para os alunos inscritos e não inscritos no Mais Educação, pois essas escolas possuem apenas 100 alunos inscritos no programa do MEC e terão a possibilidade de indicar mais 50 alunos para participar das atividades esportivas. Os núcleos restantes estão em escolas que não aderiram ao Mais Educação, sendo assim serão oferecidas apenas as atividades esportivas referentes ao piloto do PST. A vigência deste piloto é de 13 meses, sendo 10 meses de execução, com atendimento duas vezes por semana, com duração de duas horas.

Dessa forma, o convênio piloto de Maracanaú apresenta mais uma particularidade que será motivo de estudo e avaliação que diz respeito a uma característica específica na seleção de seus núcleos que corresponde a três tipos de oferta de atividades:

- a. Núcleos com atividades esportivas e atividades dos demais macrocampos para todos os alunos (150 ou mais);
- b. Núcleos com atividades esportivas e atividades dos demais macrocampos para 100 alunos e apenas atividades esportivas para os demais 50 alunos;
- c. Núcleos com apenas a oferta de atividades esportivas para os alunos inscritos.

Essa experiência será de muita valia para a parceria entre os programas, pois todos os núcleos serão desenvolvidos a partir da mesma proposta pedagógica e administrativa. Entende-se que a integração dos programas inseridos no projeto político da escola vem ao encontro da proposta de intersectorialidade, bem como na perspectiva de escola em tempo integral.

Por sua característica de piloto, o acompanhamento pedagógico do convênio de Maracanaú, não será feito por amostragem, mas sim na totalidade de seus núcleos, com o objetivo de se obter o resultado fiel do seu desenvolvimento, tendo em vista que esse projeto se caracteriza como parâmetro para as futuras adequações da parceria com o Programa Mais Educação.

Problemas encontrados e proposta de soluções para 2011

Em virtude das dificuldades de estruturação encontradas pela Prefeitura de Maracanaú, principalmente no que se refere à contratação dos recursos humanos e ainda, devido ao período de Defeso Eleitoral e aos entraves dos processos licitatórios que impossibilitou a distribuição do material esportivo aos parceiros, além de outras ações de estruturação, houve atraso no início das atividades, previsto para ocorrer no próximo Ciclo Pedagógico que se inicia em Fevereiro de 2011.

Dessa forma, entende-se que o Piloto Maracanaú/CE coloca-se como imprescindível às respostas dos aspectos salientados e aos avanços projetados com a inserção e validação do Programa Segundo Tempo na escola.

Projeto Piloto do Programa Segundo Tempo na Escola Integral de Belo Horizonte

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte implantou em sua rede escolar a Escola Integral. Nesse sentido, tendo interesse em manter um estímulo à prática esportiva, propôs o desenvolvimento de um experimento para o Programa Segundo Tempo (PST) vinculado à estrutura vigente no município e a proposta de inserção de Segundo Tempo no Mais Educação.

A proposta consta da oferta do PST com suas diretrizes e fundamentos, com pequenas adaptações, conforme apresentadas na inserção do Programa Mais Educação/MEC e que possa se integrar aos propósitos estabelecidos para a Escola Integral, sem descaracterizá-lo.

Nesse sentido, idealizou-se a organização do Piloto tendo como estrutura:

- a. Os núcleos compostos de cem crianças, sendo divididas em turmas que não ultrapassem o total de 35 beneficiados;
- b. O desenvolvimento do PST e suas possibilidades de oferta de modalidades esportivas, obedecendo-se o desenvolvimento de duas modalidades por semestre. Com isso se atenderá ao princípio da vivência de três modalidades (duas coletivas e uma individual) no período de desenvolvimento do projeto;
- c. Beneficiados com 15 anos terão a liberdade, caso queiram, de fazer a opção pela prática de uma modalidade apenas;
- d. As atividades terão a frequência de dois encontros semanais de duas horas, totalizando quatro horas semanais;
- e. O desenvolvimento das atividades estará sob a responsabilidade de profissionais de Educação Física, formados. Com a assessoria de monitores também da área da Educação Física (graduandos).

Esta proposta terá a duração de 25 meses, sendo um de preparo, dois de recesso e 22 de pleno desenvolvimento.

O Convênio estará coletando informações gerais sobre a proposta desenvolvida que vão desde o perfil dos participantes até a aderência e manutenção dentro do programa. Com isso, espera-se ter dados para futuras proposições de novas configurações para o Programa Segundo Tempo.

Considerações Finais sobre Parcerias ME/MEC

O Programa Mais Educação visa fomentar o processo da educação em tempo ampliado, estimulando as crianças em idade escolar a passar mais tempo na escola com ações que potencializem seu processo formativo. Com essa ação a Educação Brasileira mantém as crianças no espaço escolar com chances de enriquecimento acadêmico, evitando que estas sejam atraídas pelas mazelas das ruas e seus perigos.

O Segundo Tempo por sua vez utiliza a manifestação cultural – esporte como atratividade para suas ações com crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, detem da perspectiva do esporte educacional, ou seja, o esporte que visa a pluralidade, integração, participação e emancipação.

A integração destes programas, tendo em vista suas diretrizes, não acontece ao acaso, nos porque seus propósitos são similares, possibilitando assim ampliar o atendimento com os mesmos recursos, o que caracteriza uma ação intersetorial. Essa ação fará com que os recursos existentes multipliquem o atendimento de crianças, adolescentes e jovens. Hoje o Programa Segundo Tempo atende aproximadamente 1.500.000 beneficiados, com um investimento médio de R\$ 328,00 por beneficiado/ano. Com esse recurso será possível atender cerca de 3.600.000 beneficiados, o que demonstra a grande força da ação intersetorial no Segundo Tempo/Mais Educação.

O que foi preciso para essa integração? Para que essa integração fosse possível foi preciso o reconhecimento do valor implícito em cada um dos programas e seus fundamentos. Tanto o Ministério da Educação como o Ministério do Esporte entendem que essa ação intersetorial, tendo por base o valor social dos programas, é inevitável e imprescindível, potencializando a ação efetiva junto às escolas brasileiras e seus alunos.

Entende-se que em 2010 foi dado um passo importante na aproximação das políticas de esporte e educação que precisa ser fortalecido. A meta para 2011 é ampliar significativamente a oferta do Segundo Tempo nas escolas do Mais Educação, duplicando o numero de beneficiados atendidos. Considerando que o MEC iniciou com 5.000 escolas em 2009, das quais 1148 optaram pela atividade PST em 2010, pretende-se abrir a adesão para 5.000 escolas no ano de 2011, de forma a possibilitar o alcance da meta de atendimento a 2 milhões de beneficiados. Esse movimento vai significar uma redução importante do número de convênios celebrados, visto que a maior parte do orçamento da ação de funcionamento de núcleos do PST – Ação 4377, será destinado ao financiamento do Programa nas escolas do Mais Educação.

As políticas públicas têm gradativamente avançado e reconhecido o valor da manifestação esportiva como um direito do cidadão brasileiro em toda a sua existência. Para tanto, faz-se, necessário que as ações e programas governamentais viabilizem esse o ditame constitucional, disponibilizando a comunidade brasileira o seu direito.

Também é preciso concretizar com urgência o compromisso assumido pelo governo brasileiro em relação às metas para as Olimpíadas de 2016 quanto ao número de beneficiados atendidos pelo Programa Legado Social dos Jogos Olímpicos, que vai muito além da conquista de medalhas

durante os Jogos, e tem como grande desafio a democratização do acesso ao esporte à população brasileira.

2. Atualizar e aperfeiçoar o atual modelo do Programa Segundo Tempo (metodologia, modelo de conveniamento, forma de execução, parâmetros de RH e beneficiados, etc.) agregando valor aos núcleos de Esporte Educacional

- Publicar os manuais de diretrizes do PST;
- Agilizar o processo de formalização de convênios;
- Assegurar os suprimentos para os núcleos do PST.

Publicação do Manual de Diretrizes do Segundo Tempo Padrão

Nesse ano foi publicado documento que atualiza as diretrizes do Programa Segundo Tempo, no âmbito da ação “Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Projeto Padrão” (Anexo 5), e dá publicidade às orientações e procedimentos necessários à elaboração dos projetos, conforme legislação vigente, buscando, assim, nortear a iniciativa das entidades que apresentem interesse em formalizar parceria com o Ministério do Esporte, uniformizando e otimizando os trabalhos. Este documento já se encontrava publicizado na página do Ministério do Esporte em formato de texto.

Agilidade no processo de formalização de Convênios

Em 2010, o processo de formalização de parcerias para a ação “Funcionamento de Núcleo de Esporte Educacional”, gerida pela Coordenação Geral de Formalização (CGFOR), foi dividido em 2 (dois) Ciclos:

- a) Primeiro Ciclo de Formalização PST/2010: Priorização de atendimento às entidades Classificadas no Processo Seletivo para o Programa Segundo Tempo/2009, e as demandas naturais de entidades pleiteantes de Renovações, bem como entidades que já formalizaram convênios com o Programa Segundo Tempo, desde de que cumpram os critérios avaliativos estabelecidos no Processo Seletivo em questão; e
- b) Segundo Ciclo de Formalização PST/2010: Priorização de Renovações de Parcerias com entidades que: (1) se enquadrassem nos critérios de seleção apresentados no Manual de Diretrizes do Programa Segundo Tempo para as Renovações de Parcerias; e (2) tivessem a análise conclusiva favorável da Prestação de Contas, no que tange aos aspectos técnicos, alusivos ao atingimento dos objetivos pactuados no convênio anterior.

Considerando os Ciclos de Formalização, têm-se as seguintes descrições acerca de cada período de formalização:

a) Primeiro Ciclo de Formalização PST/2010 (até 02.07.2010)

Para o Processo Seletivo do Primeiro Ciclo de Formalização fora utilizado a análise proferida das propostas encaminhadas em 2009, as quais tiveram os pleitos Habilitados e Classificados, assim como foram levados a efeito os critérios de seleção apresentados no Manual de Diretrizes/PST, além da priorização nas renovações de parcerias, assim como entidades que já formalizaram convênios com o Programa Segundo Tempo, desde de que cumprissem os critérios avaliativos estabelecidos no Processo Seletivo.

b) Segundo Ciclo de Formalização PST/2010 (iniciado em 02.11.2010)

Cumprir destacar que o 2º Ciclo de Formalização foi direcionado, exclusivamente, para a apresentação de propostas (pleitos) no Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV, no sentido de uniformizar os procedimentos de formalização da Secretaria com as orientações advindas dos controles internos e externos, assim como atender ao estabelecido nas normativas vigentes acerca do tema.

É oportuno destacar, ainda, que em decorrência da obsolescência do Sistema *On Line* do Programa Segundo Tempo para a apresentação de pleitos, o qual não está alinhado às Diretrizes atuais do Programa, optou-se por não utilizar tal mecanismo no processo de formalização em comento, sendo inclusive detectado que os campos disponíveis no SICONV, para o preenchimento de propostas, atendem aos requisitos necessários para que a entidade pleiteante possa encaminhar a proposta para análise desta Secretaria sem prejuízos quanto à ausência de informações, tendo em vista, sobretudo, a possibilidade de anexar documentos à proposta, tais como projeto básico, documentos da entidade proponente e demais instrumentos inerentes à análise da proposta.

Por fim, vale ressaltar que foram amplamente disponibilizadas no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, bem como do próprio SICONV, todas as informações pertinentes (datas do processo seletivo, manuais, modelos de documentação a serem apensadas nas propostas e demais elementos) para a participação das entidades no referido Ciclo de Formalização.

Vale lembrar que o Manual aponta os critérios de Habilitação, Pré-Seleção e Priorização de Parcerias, tais critérios, reproduzidos abaixo, foram utilizados na análise técnica para a formalização das parcerias referentes às Renovações:

I) Quesitos Gerais:

- a) Situação de vulnerabilidade social das regiões, comunidades ou municípios a serem atendidos pelo Projeto (IDH, índices de violência – PRONASCI, IDEB, etc.);
- b) Número de habitantes dos municípios a serem atendidos pelo Projeto ou do município sede da Entidade Proponente;
- c) Áreas de atuação prioritárias do Governo Federal;
- d) Renovações de Parcerias do Programa com boa execução anterior comprovada por meio da análise do cumprimento do objeto;
- e) Parcerias Públicas.

II) Quesitos Relativos ao Diagnóstico da Comunidade e locais de atendimento:

- a) Apresentação de um diagnóstico (histórico da comunidade na qual a entidade proponente está inserida e o projeto será desenvolvido), caracterizando a situação atual com dados sócio-econômicos, educacionais, violência e com a identificação dos problemas, especificando suas causas, o dimensionamento dos mesmos e como se pretende combatê-los. Os itens a seguir dependem da natureza do projeto, e deverá integrá-lo:
- b) Diagnóstico da localização da entidade na comunidade, sua intervenção, as características e o quantitativo de beneficiados diretos e indiretos pelas suas ações;
- c) Informações sobre as principais fontes de renda das famílias residentes no local do projeto e o nível de renda média (quando possível).

III) Qualificação Técnica e Capacidade Operacional da Entidade:

- a) Comprovação de, no mínimo, três anos de existência e funcionamento da Entidade;
- b) Comprovação de experiências anteriormente realizadas no âmbito de Projetos e Ações orientadas a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens por meio do esporte;
- c) Análise do Cumprimento do Objeto e resultados alcançados com a execução de Convênios celebrados anteriormente, respeitados os prazos de apresentação e análise por parte da Secretaria.

Principais Resultados – Formalização Funcionamento de Núcleo de Esporte Educacional

Primeiro Ciclo de Formalização PST/2010

Insta salientar que o foco da presente análise de resultados está voltado ao Programa/SICONV 5100020100088 – Funcionamento de Núcleos do Programa Segundo Tempo – Padrão, onde foram cadastradas propostas referentes ao 1º Ciclo de Formalização PST/2010.

Primeiramente, cabe reiterar que o 1º Ciclo de Formalização PST/2010 utilizou como Critérios de Seleção para formalização de convênios: (1) a classificação do Processo Seletivo 2009; e (2) as demandas naturais de entidades pleiteantes de Renovações, bem como entidades que já formalizaram convênios com o Programa Segundo Tempo, desde de que cumpram os critérios avaliativos estabelecidos no Processo Seletivo em questão.

O Programa/SICONV supramencionado recebeu 270 (duzentas e setenta) propostas, conforme distribuição a seguir:

- a) Propostas Aprovadas: 68
- b) Propostas encaminhadas para Análise: 119
- c) Propostas Não Concluídas (Rascunho/Cadastradas/Em Complementação): 69
- d) Propostas Canceladas/Rejeitadas: 14

No que tange às 14 (quatorze) Propostas Canceladas/Rejeitadas, 12 (doze) delas foram canceladas pelo próprio proponente e 2 (duas) foram rejeitadas por esta Coordenação por não se adequarem ao escopo do Programa Segundo Tempo.

Em relação às 69 Propostas Não Concluídas é oportuno destacar que não foi possível a análise das respectivas propostas, à época, em função da ausência de informações e documentação, por parte da entidade pleiteante, suficiente para avaliação integral do projeto proposto. No entanto ressalta-se que:

- a) 33 entidades não participaram do Processo Seletivo 2009;
- b) 5 entidades foram Desabilitadas no Processo Seletivo 2009;
- c) 13 Propostas foram cadastradas em duplicidade;
- d) 14 Propostas foram cadastradas por entidades Habilitadas e Classificadas no Processo Seletivo; e
- e) 4 propostas foram cadastradas por entidades que se enquadraram no quesito Renovação 2010.

De outra parte, as 119 (cento e dezenove) propostas enviadas para Análise, representam:

- a) 66 entidades que não participaram do Processo Seletivo 2009;
- b) 17 entidades que foram Desabilitadas no Processo Seletivo 2009;
- c) 12 Propostas cadastradas em duplicidade;

d) 21 Propostas que foram cadastradas por entidades Habilitadas e Classificadas no Processo Seletivo; e

e) 3 propostas que foram cadastradas por entidades que se enquadraram no quesito Renovação 2010.

Já das 68 (sessenta e oito) Propostas Aprovadas, 63 (sessenta e três) efetivaram-se em convênios e 5 (cinco) não lograram êxito em sua assinatura, tendo em vista problemas de inadimplência e/ou questões relacionadas à Prestação de Contas de convênios anteriores.

Destarte, percebe-se que das 270 (duzentas e setenta) propostas cadastradas no programa específico para o 1º Ciclo de Formalização de Parcerias com o Programa Segundo Tempo, 110 (cento e dez) entidades estariam aptas a estabelecer parcerias, conforme quadro abaixo:

Propostas Não Concluídas <i>Classificadas Processo Seletivo</i>	Propostas Não Concluídas <i>Renovação 2010</i>	Propostas em Análise <i>Classificadas Processo Seletivo</i>	Propostas em Análise <i>Renovação 2010</i>	Propostas Aprovadas	Total
14	4	21	3	68	110

Considerando que as 18 (dezoito) Propostas Não Concluídas não estariam em condições suficientes de análise, por parte desta Secretaria, observa-se o quantitativo de 92 (noventa e duas) propostas aptas a formalizar convênio, destas, conforme dito anteriormente, 68 (sessenta e oito) foram aprovadas, o que significa 74% (setenta e quatro por cento) do total de entidades, a priori, capazes de firmar parceria com o PST.

Faz-se mister ressaltar que as 24 (vinte e quatro) propostas definidas como “em Análise”, apresentaram ausência de elementos suficientes para análise, sendo que 3 (três) destas propostas foram diligenciadas na própria Proposta/SICONV.

Desta feita importa destacar que as entidades que não obtiveram condições para a formalização de convênios, segundo as observações acima expostas, tiveram suas respectivas propostas rejeitadas.

Segundo Ciclo de Formalização PST/2010

- a) Propostas Cadastradas no Programa/SICONV específico: 113
- b) Propostas Habilitadas: 51
- c) Propostas Desabilitadas: 62
- d) Propostas encaminhadas para Formalização: 24
- e) Convênios Firmados: 17

Principais Problemas – Formalização Funcionamento de Núcleo de Esporte Educacional

O 1º Ciclo de Formalização de 2010, além de renovações, aproveitou o resultado do chamamento realizado em 2009.

Considerando os apontamentos feitos pela CGU no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 244766 – 2ª Parte, e com vistas a diminuir as dificuldades operacionais de divulgação, recebimento de documentos, trâmites internos, potencialização de critérios mais objetivos de análise, o 2º Ciclo foi realizado por meio do Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal- SICONV, inclusive a seleção das propostas a serem atendidas.

Em ambos os modelos de formalização, destacam-se como dificuldades encontradas:

- a. Ausência de qualificação do corpo técnico das entidades proponentes no que respeita à elaboração do projeto e de seus elementos complementares, relativo ao pleito do Programa Segundo Tempo;
- b. Insuficiência de qualificação ao corpo técnico da Coordenação Geral de Formalização CGFOR/SNEED, no que tange às atualizações do Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV);
- c. Sistema *on line* de Pleitos não condizente com as novas diretrizes do PST, assim como não ajustado à nova sistemática de formalização do Governo Federal (SICONV);
- d. Alto índice de inadimplência efetiva junto ao Governo Federal, bem como disfunções nas Prestações de Contas de convênios anteriores das entidades pleiteantes, embargando possíveis formalizações de convênios;
- e. Necessidade de ajustes nas propostas cadastradas no SICONV, por parte das entidades proponentes, gerando atrasos na formalização; e
- f. Inclusão de Propostas no SICONV diferente dos objetivos instituídos nas diretrizes dos Programas específicos, assim como com elementos insuficientes para análise técnica.

A Formalização de convênios relativos ao Programa Segundo Tempo Recreio nas Férias obedeceu a Classificação referente à Chamada Pública específica para esta ação.

Principais Resultados – Formalização Recreio nas Férias

- a) Propostas Cadastradas no Programa/SICONV específico: 40
- b) Propostas de Entidades Classificadas no Processo Seletivo: 9
- c) Propostas não Classificadas no Processo Seletivo: 31
- d) Propostas encaminhadas para Formalização: 9
- e) Convênios Firmados: 7

Em 2010 foram ainda formalizados 04 (quatro) Projetos Pilotos Especiais, criados a partir da construção conjunta de diretrizes de cada projeto, por força do debate com entidades ligadas a cada área de atuação específica e como forma de validar a aplicação em cenários vulneráveis diversos e propostas pedagógicas diferenciadas.

Demais ações orçamentárias da Secretaria

Por seu turno, as ações de Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais, Promoção de Eventos de Esporte Educacional e de Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais foram desenvolvidas por meio de formalização de parcerias de propostas cadastradas no SICONV, as quais propuseram projetos dentro da qualificação das ações em comento.

As Propostas de eventos cadastradas no SICONV foram selecionadas por meio dos critérios estabelecidos nos seguintes instrumentos normativos do Ministério do Esporte:

Portaria nº 167, de 29 de Agosto de 2006:

Requisitos para pré-seleção de Proponentes:

I – Entidade Privada Sem Fins Lucrativos:

- a) Ter sido criada há mais de três anos;
- b) Declarar que atende aos requisitos legais requeridos para recebimento de transferência de recursos do Poder Executivo Federal;
- c) Desenvolver atividades regimentais ou estatutárias em perfeita conformidade com os programas desenvolvidos pelo Ministério do Esporte – ME;
- d) Comprovar experiência prévia nas áreas de parcerias pretendidas e funcionamento regular, de acordo com as respectivas finalidades estatutárias, nos últimos três anos;

- e) Utilizar processos que concorram para maior transparência administrativa indicando, para fins de exercício do controle social, a existência de entidade legalmente organizada em condições de acompanhar a execução do objeto proposto;
- f) Estar em situação de adimplência perante o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
- g) Apresentar a solicitação de recursos acompanhada de demonstrativo evidenciando a compatibilidade e adequação dos valores orçados na proposta, com os preços praticados no mercado, bem assim identificar o montante da contrapartida oferecida.

Requisitos gerais para seleção de Projetos:

- a) Demonstrar que a execução das ações programadas contribui, diretamente, para o alcance de diretrizes e metas previstas no Plano Plurianual de Atividades - PPA;
- b) Guardar o pleito interesse e pertinência em relação às metas programáticas do PPA;
- c) Demonstrar condições de gestão participativa, mediante a indicação de experiência anterior na execução de projeto similar;
- d) Assegurar, no mínimo, 70% de todas as ações físicas programadas para a prática da atividade esportiva;
- e) Demonstrar que os preços previstos para os bens e serviços referentes às ações são compatíveis com os praticados no mercado;
- f) Demonstrar adequação das metas físicas ao plano de aplicação dos recursos;
- g) Identificar os efeitos multiplicadores previstos com a implantação do projeto;
- h) Desenvolver as atividades de forma transversal alcançando outras áreas de interesse social, inclusive viabilizando a integração com outros programas e projetos.

Requisitos específicos para seleção de Projetos:

- a) Oferecer condições de ampliação das possibilidades de práticas esportivas à comunidade local;
- b) Demonstrar possibilidades de melhoria das capacidades e habilidades motoras dos participantes;
- c) Disponibilizar os recursos humanos envolvidos, com especificação da carga horária, necessários ao desenvolvimento do projeto local, inclusive, das atividades complementares (caso existam);
- d) Apresentar declaração de cessão de espaço físico para realização das atividades do Projeto, caso o mesmo seja de propriedade privada;
- e) Demonstrar possibilidades de crescimento do Projeto por meio de adesão de outras parcerias ou maior comprometimento da comunidade local, evitando o assistencialismo;

- f) Identificar o material esportivo necessário para utilização no projeto, com respectiva indicação de quantidades;
- g) Desenvolver, no mínimo, três modalidades esportivas;

Principais Resultados - Ações de Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais, Promoção de Eventos de Esporte Educacional e de Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais

Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais

- a) Número de Propostas Cadastradas no Programa/SICONV específico: 80
- b) Número de Convênios Firmados: 2

Promoção de Eventos de Esporte Educacional

- a) Número de Propostas Cadastradas no Programa/SICONV específico: 111
- b) Número de Convênios Firmados: 13

Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais

- a) Número de Propostas Cadastradas no Programa/SICONV específico: 16
- b) Número de Convênios Firmados: 2

Principais Problemas - Ações de Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais, Promoção de Eventos de Esporte Educacional e de Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais

Destacam-se como dificuldades encontradas na Formalização de Parcerias para as ações em destaque:

- a) Ausência de qualificação do corpo técnico das entidades proponentes no que respeita à elaboração do projeto e de seus elementos complementares, relativo ao pleito do Programa Segundo Tempo;
- b) Insuficiência de qualificação ao corpo técnico da CGFOR/SNEED, no que tange às atualizações do Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV);
- c) Necessidade de ajustes nas propostas cadastradas no SICONV, por parte das entidades proponentes, gerando atrasos na formalização; e
- d) Inclusão de Propostas no SICONV diferente dos objetivos instituídos nas diretrizes dos Programas específicos, assim como com elementos insuficientes para análise técnica.

- e) Dificuldades de postagem de documentação, por parte dos proponentes, via correspondência, especialmente no sentido de cumprimento de prazos, acarretando, assim, sobrecarga no setor de Protocolo desta Secretaria e/ou desta Pasta Ministerial;
- f) Insuficiência de interface com o SICONV, no que tange à documentação relativa à avaliação das propostas;
- g) Ausência de critérios avaliativos objetivos para a apurada seleção de propostas;
- h) Ausência de fluxo interno definido para a otimização de espaço e tempo, no que respeita aos processos da Seleção em análise;
- i) Cronograma (tempo hábil) de procedimentos inadequado para a demanda gerada, tendo em vista a magnitude do Programa Segundo Tempo; e
- j) Ausência de sistema gerencial capaz compilar dados e fluxos referentes ao Processo Seletivo, gerando informações confiáveis, subsidiando relatórios e demais instrumentos oficiais do processo em discussão;

Considerações finais

Em que pese o esforço da SNEED em implantar um processo seletivo e qualificar a escolha dos parceiros, algumas questões merecem ser equacionadas:

Percebe-se uma grande dificuldade em integrar as ações do ME, em especial, a análise da prestação de contas financeira dos convênios anteriores, para que possa possibilitar a avaliação das propostas de renovação, sob uma perspectiva global de aplicação dos recursos públicos, questão que nem sempre se torna possível sob pena de grande descontinuidade no atendimento, tendo em vista o tempo que o processo de análise da prestação de contas (do cumprimento do objeto e financeira) demanda.

O impacto também da análise do cumprimento do objeto para renovação ultrapassa o último convênio firmado para o PST: são avaliadas todas as parcerias que a entidade firmou com o ME, inclusive em outros Programas.

Muitas instituições públicas que tem interesse em implantar núcleos de esporte educacional encontram em permanente inadimplência, impossibilitando a assinatura de convênio.

Além disso, dificuldades internas advindas da tramitação de documentos (entre o proponente, a SNEED e o ME), do próprio processo de formalização (ocasionado pelo desequilíbrio entre demanda e corpo-técnico qualificado para análise), bem como da disponibilidade orçamentária,

fazem com que muitas propostas recebam parecer favorável da SNEED, porém não chegam a ser formalizados.

Não necessariamente os melhores projetos ou as instituições com as melhores pontuações chegam a celebrar convênios em função de não vencerem todas as exigências normativas, assim como o preenchimento adequado da proposta no SICONV, mesmo com o apoio técnico da SNEED, a qual disponibiliza mecanismos de auxílio (manuais, modelos e instrumentos congêneres) para a apresentação completa da proposta.

Desta maneira, a SNEED possibilitou, de forma aberta e transparente, condições para que as entidades apresentassem seus pleitos, nas medidas estabelecidas nos critérios avaliativos, fazendo com que o processo de seleção, mesmo com alguns percalços, fosse conduzido dentro das perspectivas normativas vigentes, sobretudo, de forma pioneira em 2009 (primeiro processo seletivo do PST com critérios de avaliação classificatórios), assim como em 2010, em especial o 2º Ciclo de Formalização (realizado integralmente no SICONV, de acordo com os preceitos legais).

SUPRIMENTOS

A Coordenação-Geral de Eventos e Suprimentos – CGES, criada em 2009 para implementar um projeto de substituição dos materiais esportivos e uniformes do Programa Pintando a Liberdade por materiais comprados pela própria SNEED, em virtude da grande demanda gerada pelo Programa Segundo Tempo, e ainda, visando a ampliação do Projeto Recreio nas Férias, teve como metas para o ano de 2010:

- Finalização do processo de contratação de empresa de distribuição e logística iniciado em 2009;
- Finalização de todos os processos de compras iniciados em 2009;
- Distribuição de materiais Esportivos e Uniformes para as entidades conveniadas do Segundo Tempo;
- Distribuição de Materiais esportivos e Uniformes para as escolas do PST/Mais Educação;
- Distribuição de Materiais Esportivos, Recreativos e Uniformes para as entidades participantes do Recreio nas Férias;
- Distribuição de Materiais do PROESP para as entidades do PST selecionadas.

Materiais Esportivos – PST

Devido ao grande volume de materiais licitados, à participação de várias empresas na concorrência, bem como as impugnações, houve um grande atraso na conclusão do processo licitatório, e, principalmente, à solicitação de suspensão do processo pelo Tribunal de Contas da União. Somente em 25 de novembro foi assinada a Ata de Registro de Preço nº 20/2010, para a aquisição de 10.000 (dez mil) kits de materiais esportivos para o Programa Segundo Tempo.

Todavia, em virtude de contingenciamento e da liberação de apenas R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), foi solicitado à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, em 29 de novembro de 2010, a aquisição emergencial de 3.270 (três mil duzentos e setenta) kits de Materiais Esportivos do Segundo Tempo para suprir as demandas mais prementes dos convênios formalizados em 2009 e atender o PST/Mais Educação. Com os recursos liberados foi possível a aquisição de 5.990 kits, que beneficiarão 774.359 crianças, adolescentes e jovens, dos convênios Padrão e do Mais Educação. A previsão para o início da entrega dos referidos kits é 01 de março de 2011.

Em virtude do atraso no processo licitatório dos Materiais Esportivos para o PST e no sentido de minimizar o impacto da falta desses materiais no atendimento dos beneficiados, a SNEED solicitou ao Pintando a Liberdade que encaminhasse, excepcionalmente, um KIT por núcleo (Anexo 6), com bolas e redes em quantitativo adequado para atendimento por 06 meses, às entidades que naquele momento se encontravam com dificuldades para realizar o atendimento pactuado (Anexo 7 - Relação das entidades).

Desta forma, com o quantitativo de kits adquirido, somente será atendida a demanda do PST/Mais Educação e parte dos Convênios formalizados em 2009, dando-se prioridade para o recebimento dos Kits às entidades que já receberam Ordem de Início, de forma a não atrasar mais o atendimento aos beneficiados.

Vale destacar que se espera impactos efetivos do novo kit nas escolas, diante de sua qualidade e diversidade.

Uniformes – PST

No dia 22 de fevereiro foi assinada a Ata de Registro de Preço nº 05/2010, para a aquisição de 10.000 (dez mil) kits de uniformes do Programa Segundo Tempo.

Foi solicitada à SPOA, em 16 de março de 2010, o empenho para aquisição de 5.600 (cinco mil e seiscentos) kits de uniformes, sendo 3.100 kits do PST para atender à demanda dos convênios formalizados em 2009 e 2.500 kits para o PST/Mais Educação.

Após aprovação do empenho para a aquisição dos uniformes, foi realizado um cronograma para o recebimento dos kits no Centro de Distribuição contratado pelo ME, dando prioridade para o recebimento dos Kits de Uniforme do PST.

Na primeira fase da entrega dos uniformes foi identificado que as embalagens eram de papelão, em desacordo com o item 4.2, Lote E, do Termo de Referência do edital licitatório.

Ressalta-se que todo o quantitativo solicitado para o atendimento ao Programa Segundo Tempo e para o PST/Mais Educação já foi entregue pelo fornecedor.

Devido o impedimento na distribuição de materiais com a logomarca do Governo Federal no período eleitoral, a programação para a distribuição dos Kits de uniformes do Programa Segundo Tempo foi adiada, sendo iniciada após a conclusão do segundo turno eleitoral.

Foi solicitada à empresa de logística e distribuição, o envio de 1.540 (mil quinhentos e quarenta) kits para atender a 48 (quarenta e oito) instituições que já haviam recebido Ordem de Início - O.I. ou estavam em fase de finalização.

Dos 5.600 (cinco mil e seiscentos) kits adquiridos, foram distribuídos 1.540 (hum mil, quinhentos e quarenta) kits (Anexo 8), restando hoje em estoque 1.560 (hum mil quinhentos e sessenta) kits para atender a demanda dos convênios formalizados em 2009 e 2.500 kits para o PST/Mais Educação.

Houve como principais problemas, as caixas danificadas, que dificultaram, em alguns casos, a correta armazenagem nos pallets. Não obstante, o problema já estava solucionado.

Outra dificuldade identificada foi o tamanho das logomarcas nas camisetas. Embora a empresa fornecedora tenha confeccionado de acordo com o solicitado no Projeto Básico e com o tamanho das logomarcas conforme estipuladas no Manual de Identidade Visual do Programa Segundo Tempo, foi percebido que o tamanho era menor que os usados nas camisetas antes distribuídas pelo Pintando a Liberdade.

Por fim, os kits de uniformes montados para atender o PST/Mais Educação foram montados de forma padrão, contendo o mesmo quantitativo de uniformes em cada kit, diferente da forma utilizada pelo MEC para inscrição das escolas, que cadastrou os alunos por escola e não por núcleo.

Uniformes – Recreio nas Férias

No dia 26 de janeiro foi assinada a Ata de Registro de Preço nº 04/2010, para a aquisição de 25.000 (vinte e cinco mil) kits de uniformes do para o Projeto Recreio nas Férias.

A solicitação para aquisição de 6.000 (seis mil) kits de uniformes do Projeto Recreio nas Férias, necessários para atender às edições do Projeto em julho de 2010 e janeiro de 2011, foi encaminhada à SPOA em 25 de março de 2010.

É importante salientar que todos os 6.000 (seis mil) kits solicitados foram devidamente recebidos e armazenados no Centro de Distribuição.

Para o Projeto Recreio nas Férias - edição julho de 2010, foram distribuídos kits para 18 (dezoito) entidades habilitadas, de forma a auxiliar no desenvolvimento do Projeto. Foi solicitada à Empresa de logística e distribuição, o envio de 1.037 (mil e trinta e sete) kits para atender às 18 (dezoito) instituições habilitadas a executarem o Recreio nas Férias, conforme Anexo 9.

Para a Edição janeiro de 2011, foram distribuídos kits para 6 (seis) entidades habilitadas para promoverem o Projeto. Foi solicitada à Empresa de logística e distribuição, via Requisição de Transporte de Materiais, o envio de 128 (cento e vinte e oito) kits para atender as 6 (seis) instituições selecionadas para promover o Recreio nas Férias, conforme Anexo 10.

No total de 6.000 (seis mil) kits adquiridos da empresa Janbones Ind. Com. Exp. e Imp. de Bonés Confecções, foram utilizados 1.165 (mil cento e sessenta e cinco) kits, o restante 4.835 (quatro mil oitocentos e trinta e cinco) kits encontram-se armazenados no Centro de Distribuição da empresa de logística.

Materiais Recreativos - Recreio nas Férias

No dia 11 de junho foi assinada a Ata de Registro de Preço nº 15/2010, para a aquisição de 25.000 (vinte e cinco mil) kits de Materiais Recreativo para o Projeto Recreio nas Férias.

Foi solicitado à SPOA, em 01 julho de 2010, a aquisição de 1.100 (mil e cem) kits de uniformes do Projeto Recreio nas Férias, para atender a edição do projeto em julho de 2010.

Foi solicitada a Empresa de logística a coleta e distribuição, o envio de 821 (oito centos e vinte e um) kits para atender a 13 (treze) instituições selecionadas para promover o Recreio nas Férias, conforme Anexo 11.

Para Recreio nas Férias Edição janeiro de 2011, foram distribuídos kits para 06 (seis) entidades habilitadas para promoverem o Projeto. Foi solicitada a Empresa de logística e distribuição, via Requisição de Transporte de Materiais, o envio de 128 kits para atender as 06 instituições selecionadas para promover o Recreio nas Férias, conforme Anexo 12.

Do total de 1.100 (mil e cem) kits adquiridos da empresa ALM - Áudio, Vídeo e Suprimentos para Informática LTDA, foram utilizados 949, o restante (151 kits) encontram-se armazenados no Centro de Distribuição da empresa de logística.

Materiais Esportivos - Recreio nas Férias

No dia 14 de janeiro de 2010 foi assinada a Ata de Registro de Preço nº 02/2010, para a aquisição de 4.000 (quatro mil) kits de Materiais Esportivos para o Projeto Recreio nas Férias e em seguida solicitado a SPOA, em 05 maio de 2010, a aquisição de 1.000 (hum mil) kits de Materiais Esportiva do Projeto Recreio nas Férias, para atender a edição do projeto em julho de 2010.

Foram distribuídos kits de materiais esportivos para 16 (dezoito) entidades habilitadas para promoverem o Projeto Recreio Nas Férias-edição julho de 2010. Foi solicitada a Empresa de logística e distribuição, via Requisição de Transporte de Materiais, o envio de 877 kits para atender a 16 instituições selecionadas para promover o Recreio nas Férias, conforme Anexo 13.

Para Recreio nas Férias Edição janeiro de 2011, foram distribuídos kits para 6 (seis) entidades habilitadas para promoverem o Projeto. Foi solicitada a Empresa de logística e distribuição, via Requisição de Transporte de Materiais, o envio de 128 kits para atender as 06 instituições selecionadas para promover o Recreio nas Férias, conforme Anexo 14.

Materiais PROESP

No dia 15 de março foi assinada a Ata de Registro de Preço nº 09/2010, para a aquisição de 10.000 (dez mil) kits Projeto Esporte Brasil – PROESP. Até o momento não houve pedido de compras para os kits do PROESP.

Logística e Distribuição

No dia 29 de abril de 2010 foi assinado o Contrato Prestação de Serviço Nº 33/2010, com o objeto da contratação de serviços especializada em Logísticas de Transporte e Distribuição de mercadorias, para o Programa Segundo Tempo.

No mês de julho de 2010, foram realizados a entrega de 2.744 volumes, e em dezembro mais 379 volumes, totalizando a entrega de 3.128 kits para Projeto Recreio nas Férias – edições julho 2010 e janeiro 2011, sem ocorrência de maiores problema.

Foi ainda solicitada entre os dias 27 de outubro e 16 de dezembro, a entrega de 1.540 Kits de Uniformes do Programa Segundo Tempo para 48 entidades que receberam Ordem de Início. Totalizando a quantidade de 4.663 volumes entregues sem ocorrência de maiores problemas.

METAS/PERSPECTIVAS PARA 2011 – SUPRIMENTOS

- Acompanhar junto à empresa de logística a execução da programação de recebimento, armazenagem e distribuição dos kits de materiais esportivos do PST, dando-se prioridade para a entrega às entidades que já receberam Ordem de Início;
- Entrega ao MEC dos kits de Uniformes e Materiais Esportivos do PST/Mais Educação;
- Concluir a distribuição do quantitativo de uniformes solicitados para as entidades formalizadas em 2009;
- Solicitar a aquisição de Uniformes, kits PROESP e Materiais Esportivos, para suprir a demanda remanescente dos convênios formalizados em 2009, como também para os formalizados em 2010;
- Utilizar o saldo em estoque dos kits de Uniformes, Recreativo e Esportivo do Recreio nas Férias para atender demanda das entidades que poderão ser selecionadas para a realização do Projeto Recreio nas Férias- Edição julho de 2011;
- Programar, de acordo com a demanda do Programa Segundo Tempo, a entrega de suprimentos às entidades que formalizaram convênio em 2009, 2010 e 2011 a partir do momento em que estiverem aptas ao recebimento dos materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A gestão, em 2010, buscou atualizar e aperfeiçoar o atual modelo do Programa Segundo Tempo.

Para tanto, trabalhamos na melhoria da metodologia aplicada, na forma de execução, na qualificação dos recursos humanos, de forma agregar valores aos núcleos.

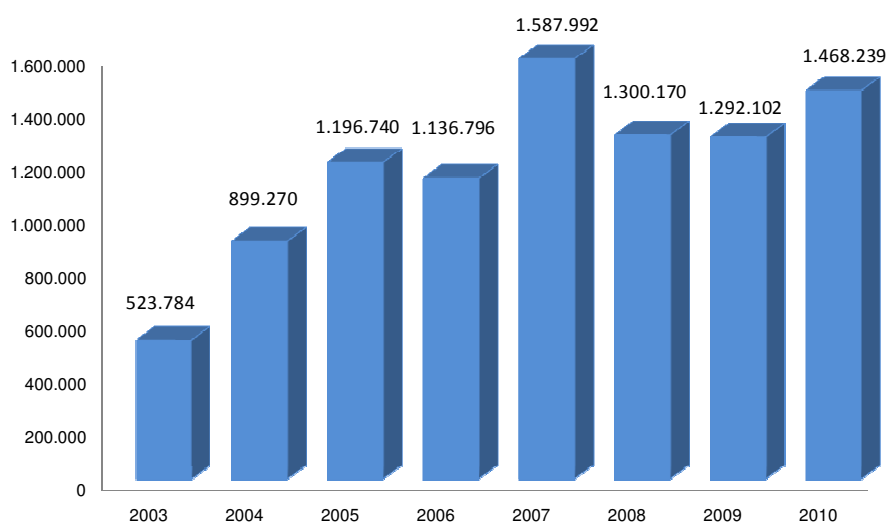
Vale destacar a procura de alternativas para o processo de formalização dar parceria, a finalização dos procedimentos licitatórios (possibilitaram que a execução do Programa passasse a ser realizada com ferramental de alta qualidade e diversidade), a publicação das diretrizes do programa, em outras tantas ações discorridas neste relatório.

3. Assegurar o atendimento médio anual de 1.500.000 beneficiados

- Aprimorar a relação da SNEED com os convenentes;
- Pleitear a ampliação dos recursos orçamentários destinados à formalização de novos convênios;
- Assegurar a liberação dos recursos necessários ao funcionamento dos núcleos do PST.

Com a qualificação e ampliação do Programa no decorrer dos últimos anos, em 2010 este funcionou em mais de 1.400 municípios, em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal. Nesse período, estiveram ativas 293 parcerias, sendo 02 com o Governo Federal (MEC e MD), 26 com Governos Estaduais, 218 com Prefeituras, 09 com outros órgãos públicos e 38 com organizações não governamentais, beneficiando aproximadamente 1.468.239 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 27.544 professores e monitores. Foi assegurado o repasse dos recursos as parcerias, de acordo com a disponibilidade financeira do Ministério do Esporte.

Segue quadro com a evolução do atendimento desde a criação do Programa:



Já o aprimoramento da relação da SNEED com os convenientes se deu pela maior interface técnica, designação de técnicos específicos para cada parceria, ampliação do atendimento, ampliação dos espaços de interação das capacitações, melhoria do sistema de informação e demais atendimentos feitos pela Secretaria.

Em relação aos recursos orçamentários, foi pleiteado aumento de valores para 2010, o qual não teve retorno se comparado o valor previsto na LOA. No entanto, houve o aumento da liberação do limite orçamentário, passando de R\$ 130.000.000,00 para aproximadamente R\$ 150.000.000,00, o que demonstra, na prática, mais recursos para o esporte educacional e a percepção que esta política está sendo devidamente executada pelo Ministério e tendo resultados sólidos. Segue quadro demonstrativo:

Ação Orçamentária
4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional

	Lei + Créditos	Empenhos
Orçamento 2008	221.659.001	122.419.654
Orçamento 2009	187.383.340	128.906.129
Orçamento 2010	191.555.000	147.687.523
Total	600.597.341	399.013.306

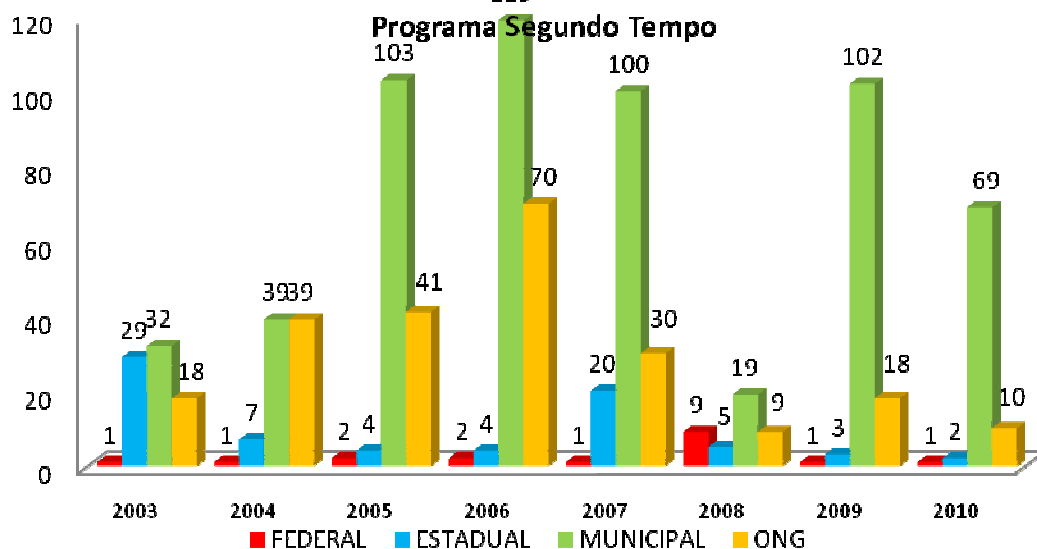
No entanto, vale destacar que os recursos destinados ainda são insuficientes para o atendimento do público alvo do Programa, razão pela qual novos pleitos foram feitos para ampliação do orçamento 2011.

4. Fortalecer as parcerias institucionais com órgãos públicos nas três esferas

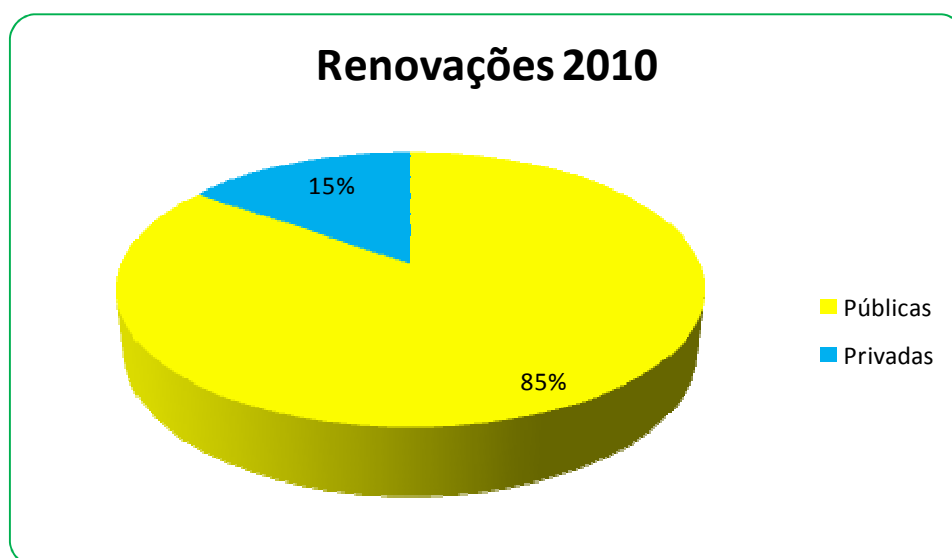
- Priorizar as parcerias municipais;
- Priorizar as renovações das parcerias públicas (estados e municípios);
- Realizar estudo para estabelecer critérios de conveniamento com entidades privadas sem fins lucrativos.

A SNEED tem buscado a ampliação e o fortalecimento das parcerias municipais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

**Comparativos de convênios formalizados por natureza jurídica -
2003 - 2011**



Ao mesmo tempo, a SNEED procura priorizar as renovações das parcerias públicas (estados e municípios). Segue quadro demonstrativo:



A Secretaria também se debruçou em identificar alternativas para aprofundar a análise na seleção das entidades privadas parceiras do Segundo Tempo.

Um dos critérios estabelecidos foi a renovação das parcerias tomando como base, em especial, o Relatório de Cumprimento do Objeto (RCO) do convênio anterior (já no 2º Ciclo de Formalização, o percentual de atendimento aos beneficiados aprovado no RCO do convênio anterior foi diretamente proporcional ao quantitativo pactuado em nova parceria), além do estabelecimento de critérios de avaliação do projeto básico enviado, documentos comprobatórios da capacidade técnica operativa e preenchimento adequado da proposta e do Plano de Trabalho no Sistema SICONV.

No entanto, pontuar uma análise como essa foi considerado como um problema na formalização de parcerias. Elas são subjetivas quando ultrapassam o escopo de identificar se cumpriu ou não o item a contento na descrição do projeto básico.

Na grande maioria das propostas de entidades privadas não se percebe elementos factíveis para a consolidação, continuidade e sustentabilidade do Programa, tampouco estabelecimento de articulações com setores públicos para mobilização de parcerias visando à qualificação do projeto. Desta forma, os modelos norteadores para elaboração do projeto básico e rol de documentações para o aferimento da capacidade técnica e operacional, disponíveis aos pleiteantes do PST, mostram-se, dessa maneira, insuficientes para a efetiva seleção de parceiros privados, os quais devem atuar, obrigatoriamente, como gestores públicos, objetivando a consecução integral das perspectivas e diretrizes do Programa.

Ademais, na análise de cumprimento do objeto também há variações de entendimento da área técnica responsável, que devem ser respeitadas, mas que dificultam a objetividade da qualificação. No entanto, o critério de seleção respaldado no RCO, é de fato, um objeto real do que a entidade foi capaz de assegurar aos beneficiados durante a vigência da parceria. É importante, portanto, considerar não somente os percentuais avaliados da aprovação do RCO, mas também verificar as condições que o gestor aplicou os recursos públicos e de que forma foram respeitadas as normativas vigentes.

Diante do exposto, está em elaboração uma proposta de avaliação objetiva do desempenho operacional da parceria, com base no estabelecimento de critérios e pontuações específicas, os quais servirão tanto para análise da viabilidade de prorrogação como de nova pactuação.

Em estudo também se encontram os quesitos para avaliação da formalização disponíveis no Manual de Diretrizes do Programa Segundo Tempo.

5. Validar os Projetos Especiais Universitário, Deficiente e Navegar por meio da realização de projeto piloto –

- Acompanhar o desenvolvimento do projeto piloto e validar o modelo “Pessoa com Deficiência”;
- Acompanhar o desenvolvimento do projeto piloto e validar o modelo “PST Universitário”;
- Implantar núcleos do “PST Navegar” com o novo modelo;
- Definir o modelo e implantar núcleos do PST no ensino médio;
- Qualificar as relações com os parceiros dos Projetos Especiais;
- Identificar parcerias, articular financiamento e decidir sobre a implantação dos Projetos Esportivos Socioeducativos, e Indígena.

Projetos Piloto

Os Projetos Especiais são destinados a comunidades específicas não atendidas diretamente pelo Programa Segundo Tempo, ou seja: Pessoas com Deficiência, Comunidades Indígenas, Comunidades Quilombolas, Universidades, PST Padrão na Universidade e Jovens em Unidades Socioeducativas ou que tenham particularidades no atendimento e/ou implementação.

Parte dos projetos especiais foram implantados em forma de projetos pilotos, a partir de Diretrizes propostas pela SNEED, com acompanhamento pedagógico, administrativo e avaliação. Ao final do

projeto piloto, estas foram validadas, modificadas ou não e serviriam para a implantação definitiva de núcleos.

Já os pilotos Comunidades Indígenas e Jovens em Unidades Socioeducativas teriam apenas suas propostas de diretrizes reformuladas por um grupo de especialistas de cada área.

Ficou decidido também que o Projeto Navegar faria parte dos Projetos Especiais e que seriam envidados esforços para sua reativação, tendo em vista que dos quarenta núcleos implantados desde 1999 em todo o país, apenas dois estavam em funcionamento e o investimento em material permanente (barcos, botes, motores de popa, etc.) feito pelo Ministério do Esporte havia sido muito significativo.

Para viabilizar os estudos, foram estabelecidas que seriam desenvolvidas as seguintes ações:

- Estruturação o processo de capacitação dos Projetos Especiais em todos os níveis e procedimentos;
- Reformulação das Diretrizes dos Projetos Especiais Universitário e Navegar;
- Coordenação da reformulação das Diretrizes dos Projetos Especiais Indígenas, Unidades de Medidas Socioeducativas e Deficientes;
- Confecção de texto para capacitação das Equipes Colaboradoras;
- Capacitação das Equipes Colaboradoras;
- Produção do material didático para capacitação dos Coordenadores de Núcleo do Projeto Segundo Tempo Navegar.

Para acompanhar os Núcleos dos Projetos Especiais foi criada a Equipe Colaboradora dos Projetos Especiais vinculados à Equipe Gestora e os Formulários de Visitas do PST Padrão foram adaptados para cada projeto. Para a avaliação final destes, foi elaborada uma entrevista semiestruturada que foi aplicada no primeiro semestre de 2010.

No ano de 2009 foram iniciados os Projetos Pilotos de três Projetos Especiais em seis Universidades Federais, o “PST Universitário”, o “PST Padrão na Universidade” e o “PST Pessoas com Deficiências”, com objetivo de se obter subsídios para a formulação das diretrizes finais. Abaixo o quadro detalhando de cada um dos Projetos Especiais. Vale lembrar que as diretrizes de cada Piloto já foram apresentadas nos Relatórios de Gestão anteriores.

Projeto Piloto Universitário

O Piloto do PST Unviersitário se desenvolveu nas Universidades Federais de Santa Maria, Ouro Preto, Minas Gerais e na UnB. O quadro abaixo mostra a data de início e fim.

UNIVERSIDADE	DATA ORDEM DE INÍCIO	DATA FINAL
Universidade Federal de Ouro Preto	1 de outubro de 2009	31 de novembro de 2010
Universidade Federal de Santa Maria	20 de maio de 2009	30 de abril de 2010
UNB/DF	28 de Agosto de 2009	31 de agosto de 2010
Universidade Federal de Minas Gerais	3 de Novembro de 2009	7 de dezembro de 2010

Para o acompanhamento dos núcleos dos pilotos foram realizadas duas visitas *in loco*, a cada IES, por membros da EC Especial. Nestas visitas, houve a aplicação dos Formulários de Coleta adaptados, dos quais resultou um Relatório Consolidado (RC). Na segunda visita foi também aplicada uma entrevista semi-estruturada, com vistas à obtenção de mais subsídios para a formulação de uma proposta de diretrizes.

Estes documentos produzidos levantaram um número considerável de informações que podem ser relevantes para o aprimoramento das novas parcerias. Neste sentido, as entrevistas e os RCs foram analisados e categorizados em cinco grupos: projeto pedagógico, monitoria, materiais, beneficiados, capacitação e desenvolvimento, os quais são abordados a seguir.

O projeto pedagógico dos núcleos foi concebido com base nas diretrizes e no livro das capacitações do PST. Na UFSM foi realizado um diagnóstico junto aos estudantes, para conhecer as preferências esportivas e os horários disponíveis dos mesmos. Este é um aspecto positivo, pois de certa forma garante a participação de mais estudantes nas atividades.

Em geral, pode-se dizer que os projetos pedagógicos propostos foram cumpridos, todavia houve pequenas mudanças, tais como alterações de atividades, devido a reformas nos local inicialmente proposto e separação por sexo em um esporte, devido à solicitação dos próprios beneficiados.

Em relação à monitoria, alguns relatos indicam a necessidade de um maior número de monitores por núcleo, de modo que seja possível um melhor atendimento do público beneficiado. Em relação a esta questão, as estruturas empregadas pela Universidade de Brasília, bem como das Universidades Federais de Minas Gerais e de Ouro Preto despontam como alternativas interessantes. Neste sentido, nos núcleos da Universidade de Brasília, o número de coordenadores de núcleo foi reduzido de três para dois e o número de monitores subiu de seis para oito, ao passo que nos demais núcleos das outras universidades existem um número considerável de monitores voluntários e bancados pelo conveniente, atuando nas atividades

esportivas e complementares, tornando possível a oferta de atividades qualificadas a um maior número de beneficiados, sem que haja maiores custos ao Ministério do Esporte. Observou-se que, em geral, quem ministra as atividades são os monitores da área, sendo que os Coordenadores de Núcleo atuam na supervisão.

Sobre os materiais utilizados pelos núcleos nas atividades, as falas demonstram que tanto os adquiridos com recursos do Ministério do Esporte, quanto os cedidos pelas Universidades costumam ser de qualidade adequada. Neste sentido, salienta-se que a qualidade dos materiais esportivos é de grande relevância para a execução das atividades planejadas em cada núcleo, uma vez que boa parte dos beneficiados já possui experiências esportivas e físicas anteriores, gerando a necessidade de materiais de qualidade superior para que as práticas possam ser interessantes, atendendo as demandas técnicas de cada grupo.

Em relação aos beneficiados, as entrevistas demonstram que um reduzido número de pessoas com deficiência e necessidades especiais participa das atividades desenvolvidas nos núcleos das quatro universidades. Além disso, as falas apontam que as atividades costumam ser realizadas de forma mista, exceto em esportes como o futebol e futsal, devido às reclamações dos homens de não conseguirem praticar as atividades de forma mais intensa, como pode ocorrer em abordagens mistas. As coordenações não apresentaram uma solução conciliadora, acabando por atender os reclames.

As capacitações receberam críticas, devido ao fato de não serem específicas às necessidades dos núcleos do Programa Segundo Tempo Universitário. Neste sentido, foram realizadas sugestões para que novos processos de capacitação devam ser realizados exclusivamente para os núcleos universitários, de modo que, seja possível um espaço para a troca de informações e experiências entre os participantes. Além disso, o processo de capacitação à distância, empregado em alguns núcleos, recebeu declarações divergentes. Um integrante do convênio da Universidade de Brasília defendeu esta abordagem, ao passo que outros relatos apontaram que as experiências nesse modelo não atenderam às expectativas e tiveram pouca serventia à equipe de trabalho, como nos núcleos da Universidade de Ouro Preto.

Sugestões de alterações

Portanto, com base no exposto acima, sugere-se que os seguintes aspectos sejam levados em consideração no aprimoramento das diretrizes para os próximos convênios:

a) Um diagnóstico para a formulação do projeto básico e diagnósticos semestrais visando à adequação dos horários das atividades promovidas de acordo com a disponibilidade dos beneficiados, devido às constantes alterações nas grades horárias de aula dos acadêmicos, as

quais ocorrem semestralmente. Esta estratégia pode contribuir para a diminuição da evasão dos beneficiados;

b) A necessidade de um maior número de estagiários e menos coordenadores. Sugere-se que seja aumentado o número de bolsistas para três a cada 100 beneficiados e que cada universidade tenha um Coordenador Geral do convênio e um Coordenador Pedagógico para cada dois Núcleos, sem a necessidade de Coordenadores de Núcleo. Quando a distância entre os campi onde houver núcleos for significativa, deverá haver a mesma proporção de Coordenadores Pedagógicos por Núcleo. O número mínimo de Núcleos por convênio deverá ser de três.

c) A utilização de diversos meios para a divulgação do Projeto, como jornais, redes sociais, cartazes, correspondências eletrônicas, folders e banners, em ambientes variados, demonstra ser uma estratégia interessante.

Não houve relatos de estabelecimento de parcerias com instituições externas as universidades ligadas ao esporte de alto rendimento. Houve sim parcerias internas com Pró-Reitorias, Comissões de Graduação, Diretórios/Centros Acadêmicos, Diretórios Centrais de Estudantes e Casas dos Estudantes. Ou seja, houve articulação interna em apoio ao projeto.

A nossa conclusão é de que o PST Universitário atingiu plenamente aos objetivos estabelecidos nas diretrizes e, conseqüentemente, sugere-se que, realizadas as poucas alterações acima descritas, o mesmo seja expandido e ofertado às Universidades Brasileiras.

Resultados alcançados

Com base nos relatórios de visitas e na entrevista com Coordenador Geral, Coordenadores de Núcleo, Monitores e beneficiados foi elaborada uma proposta de diretrizes para a implantação dos núcleos (Anexo 15 – PROPOSTA DE DIRETRIZES PST UNIVERSITÁRIO).

Projeto Piloto Pessoas com Deficiência

O Núcleo Piloto Pessoas com Deficiência desenvolveu-se na Universidade Federal de Pelotas. Os mesmos procedimentos de visitas de acompanhamento e entrevista final dos especiais foram aplicados.

UNIVERSIDADE	DATA DE ORDEM INÍCIO	DATA FINAL
Universidade Federal de Pelotas	21 de setembro de 2010	28 de fevereiro de 2011

O objetivo era, a partir do modelo proposto, democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, contribuindo para a efetivação dos direitos e construção da cidadania das crianças e jovens com deficiência, em situação de vulnerabilidade social.

Este projeto piloto foi desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas e teve como público alvo 70% de crianças e jovens com deficiência (visual, auditiva, mental e física), na faixa etária entre 07 e 29 anos com a duração de um ano.

As atividades esportivas oferecidas nos núcleos tiveram caráter educacional tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, de forma a favorecer a consciência de seu próprio corpo, explorar seus limites, aumentar as suas potencialidades, desenvolver seu espírito de solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo.

O processo de ensino-aprendizagem foi voltado para estimular a compreensão da convivência em grupo, das regras necessárias à organização das atividades, da partilha de decisões e emoções, fazendo com que o indivíduo pudesse reconhecer seus direitos e deveres para uma boa convivência social. A definição das modalidades desenvolvidas junto aos beneficiados considerou o contexto como um todo: especificidades das deficiências apresentadas, disponibilidade de recursos físicos e humanos para desenvolvê-las, forma de organização, vigência do Projeto, considerando a organização deste Piloto em 01 Ciclo Pedagógico, além dos meses de Planejamento, de forma a oferecer, no mínimo, três modalidades esportivas diferentes.

Além das modalidades esportivas, foram oferecidas atividades complementares relacionadas à educação, à saúde, à cultura, ao meio ambiente, entre outras áreas.

Com base nos resultados deste piloto, poderão ser implantados núcleos específicos de pessoas com deficiência em todo o Brasil.

Além desta ação mais específica, muitos Núcleos do Segundo Tempo considerados padrão, desde o início de sua implantação, também atendem crianças e jovens com uma ou mais das quatro deficiências apontadas acima, respeitando um dos objetivos do programa, a inclusão social.

Outra ação realizada por esta Secretaria foi a inclusão de dois capítulos específicos desse tema nas duas edições dos materiais didáticos do Programa Segundo Tempo, e ainda a capacitação de todos os profissionais atuantes nos núcleos do programa:

- Inclusão, Gênero e Deficiência – Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo – 2008 (Anexo 16);
- Questões da Deficiência e as Ações no Programa Segundo Tempo - Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo da Reflexão à Prática – 2009 (Anexo 17).

Resultados alcançados

Com base nas visitas e na entrevista com o Coordenador Geral, Coordenador de Núcleo, Monitores e beneficiados, foi elaborada uma proposta de diretrizes (Anexo 18 – Diretrizes PST com Deficiência) para a implantação dos núcleos.

Projeto Piloto PST Padrão na Universidade

Foram implantadas, em 2009/2010, as seguintes parcerias do PST Padrão na Universidade:

UNIVERSIDADE	DATA DE ORDEM INÍCIO	DATA FINAL
Universidade Federal de Ouro Preto	22 de julho de 2009	25 de julho de 2011
Universidade de Brasília	30 de Julho de 2009	7 de junho de 2011
Universidade Estadual de Londrina	Não recebeu a 1ª parcela	

Como forma de avaliação e validação do modelo, foram realizadas entrevistas com integrantes das equipes técnicas dos convênios da Universidade de Brasília e Universidade Federal de Ouro Preto, do Programa Segundo Tempo Padrão na Universidade, os quais levantaram um número considerável de informações que podem ser relevantes para o aprimoramento destas iniciativas.

Neste sentido, a análise realizada nestas entrevistas destacou aspectos relacionados à capacitação, à equipe de trabalho e ao desenvolvimento das atividades nos núcleos, os quais são abordados a seguir.

Em relação à equipe de trabalho, tanto os relatos do núcleo da Universidade Federal de Ouro Preto, como da Universidade de Brasília indicam:

a) a necessidade de um maior número de monitores por núcleo, de modo que seja possível um melhor atendimento do público beneficiado. Neste sentido, foi sugerido que os recursos disponibilizados deveriam permitir um número de monitores suficiente para que as turmas dos atuais 30/35 alunos para 15 alunos;

b) foi salientado pelos entrevistados da Universidade de Brasília que o valor da bolsa dos monitores é insuficiente para os núcleos localizados em cidades de elevado custo de vida, bem como a carga horária dos monitores de 20 horas semanais gera problemas, devido aos demais compromissos acadêmicos destes universitários;

c) sobre o desenvolvimento das atividades dos núcleos do Programa Segundo Tempo Padrão na Universidade, os relatos indicam que os recursos disponibilizados para o transporte dos beneficiados são reduzidos. Desta forma, impossibilitando que comunidades mais distantes e, muitas vezes, mais necessitadas possam ser atendidas, devendo ser estudada a disponibilização de meios de deslocamentos.

Salienta-se que as entrevistas foram desenvolvidas para a obtenção de informações suplementares ao procedimento de avaliação *in loco* e não somente para o levantamento de informações relevantes para o aprimoramento destas iniciativas. Desta forma, alguns aspectos podem ter recebido uma atenção reduzida, ou até mesmo, não terem sido abordados. Entretanto, as informações detalhadas acima, podem servir como instrumentos auxiliares para o aprimoramento das diretrizes dos presentes e futuros convênios do Programa Segundo Tempo Padrão na Universidade.

Projeto Segundo Tempo Navegar

O Projeto Especial “PST Navegar”, diferentemente dos outros projetos, não foi submetido a um projeto piloto. A metodologia teve como objetivo a reativação, inicialmente, de 20 dos 40 núcleos do Projeto Navegar implantados desde 1999 no país. Uma equipe colaboradora, todos com experiência com o Projeto Navegar desde 2003, foi criada para fazer um levantamento dos equipamentos adquiridos pelos convênios celebrados com o Ministério do Esporte (Anexo 19), bem como elaborar as sugestões de diretrizes para o projeto pedagógico (Anexo 20 – Diretrizes PST Navegar), e desenvolver material pedagógico para capacitação.

Esta equipe iniciou os trabalhos em novembro de 2009. A metodologia inicial de fazer o levantamento através de formulário enviado aos parceiros não obteve êxito, tendo em vista a dificuldade de identificação dos responsáveis pelos núcleos. Partiu-se então para as visitas *in loco* nos 40 núcleos existentes no país, finalizadas em 2010.

Resultados obtidos

O levantamento detalhado *in loco* realizado por técnicos especializados proporcionou uma visão clara do estado de conservação dos barcos, botes, motores de popa etc., bem como o custo para recuperação dos mesmos, em cada núcleo.

Encontra-se em fase de finalização um caderno pedagógico sobre os três esportes náuticos (remo, vela e canoagem) oferecidos no projeto, segurança na condução destes esportes e educação ambiental, para ser utilizado nas capacitações dos coordenadores do projeto. Este material foi testado em duas capacitações piloto de três núcleos em Goiás, sob a responsabilidade da AGEL e, posteriormente, em uma capacitação no Núcleo do Navegar no município de Estrela, no Rio Grande do Sul.

Foi também proposta edital para chamamento público de parceiros em 2010 mas este, em virtude do contingenciamento da Pasta, foi cancelado.

Propostas para 2011

Os Projetos “Universitário”, “Padrão na Universidade” e “Pessoas com Deficiência” atenderam plenamente aos objetivos propostos para o projeto piloto, como refletem os relatórios específicos apresentados. Desta forma, essas propostas de desenvolvimento do PST poderão ser oferecidas pela SNEED como novos modelos de conveniamento para os futuros parceiros, a partir das novas diretrizes validados.

O Projeto Especial “PST Navegar” deverá ter 20 Núcleos implantados, aguardando definições orçamentárias. Ademais, haverá o lançamento do livro que servirá de base para a capacitação dos professores e monitores dos núcleos que formalizarem convênio com o ME.

Os Projetos Especiais “Unidades Socioeducativas” e “Indígenas” poderão ter seus Projetos Pilotos implantados, com o mesmo objetivo dos três pilotos já realizados, havendo recursos orçamentários disponíveis.

Programa Segundo Tempo nos Institutos Federais Tecnológicos

A proposta de implantação de Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo, junto aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET vem oportunizar o acesso a prática esportiva de crianças, adolescentes e jovens nas estruturas físicas esportivas existentes nos Institutos selecionados, contribuindo para o fortalecimento dos demais alicerces balizadores do IFET.

Estruturado a partir do potencial instalado nos atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como as iniciativas de priorização do jovem como centro da política pública na atualidade, são considerados prioridades na agenda do Governo Federal.

Os Institutos Federais são um modelo em expansão, com aproximadamente 354 unidades até o final de 2010, sendo que, metade das vagas é destinada à oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial de currículo integrado.

É reconhecido o grande potencial de atuação dos Institutos Federais na promoção da prática esportiva educacional, em face da presença de seus *campi* em todas as mesorregiões do território nacional e pelas condições estruturais favoráveis — elevada qualidade do parque esportivo e alta qualificação do corpo docente — presentes na maior parte dos *campi*.

Neste momento, a implantação de Núcleos do Programa Segundo Tempo na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem um caráter de atividade de extensão acadêmica, destinado ao atendimento da comunidade externa ao campus, preferencialmente constituída de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Com isto, espera-se despertar na comunidade o sentimento de pertencimento.

Situação Atual

Para execução deste piloto, foi realizada em 28/03/2008 a “1ª Oficina de Implantação do Programa Segundo Tempo na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”. Foram indicados vários institutos para possibilitar a construção das diretrizes do PST nos Institutos, porém a implementação só foi iniciada em 2010, por meio da Chamada Pública SNEED / SETEC n.º 01 /2010.

As responsabilidades estariam assim distribuídas entre os Institutos (Coordenador Geral/Administrativo e Coordenador de Núcleo); o MEC com a infraestrutura; o ME responsável pelo ressarcimento dos monitores, reforço alimentar e doação do kit de materiais esportivos.

De 30 de agosto a 01 de setembro de 2010 foi realizada, em Brasília, a capacitação dos Coordenadores Gerais e Coordenadores de Núcleo dos Institutos Federais.

Durante o evento surgiram controvérsias sobre o entendimento do papel do Coordenador de Núcleo (professor), por parte dos participantes, o que gerou um abaixo assinado encaminhado ao Ministério do Esporte. Este, por sua vez, formalizou o acontecimento ao MEC, o qual solicitou a confirmação de participação a todos os Institutos previstos na parceria com o Segundo Tempo. Assim, o prosseguimento das ações referentes à estruturação do Programa Segundo Tempo nos Institutos Federais será retomada após a manifestação do MEC sobre o retorno dos Institutos à solicitação supracitada.

Os procedimentos de estruturação, capacitação e acompanhamento operacional, pedagógico e administrativo do PST no IFETS deverão seguir os modelos aplicados atualmente, com as

adequações necessárias em cada processo, a fim de atender às especificidades da parceria, como por exemplo:

- Adequação do formulário do Primeiro Relatório (fase de implementação): os procedimentos de implementação serão simplificados por se tratar de Termo de Cooperação entre órgãos federais, bem como o acompanhamento operacional;
- Capacitação e acompanhamento pedagógico: deverão ser integrados ao acompanhamento realizado pela Rede de Equipes Colaboradoras do PST.

Resultados

- Ampliação do quantitativo dos núcleos da proposta do piloto original, de 20 para 50 núcleos, em reunião realizada em 27/01/2010, entre o Ministério do Esporte, da Educação e os Institutos Tecnológicos.
- Seleção dos institutos parceiros.

Principais problemas identificados

- Divergências no entendimento do papel do coordenador de núcleo (professor), por parte dos participantes, o que gerou um abaixo assinado encaminhado ao Ministério do Esporte, em relação às atribuições do profissional que atua como Coordenador de Núcleo;
- Falta da concretização do repasse de recursos do Ministério do Esporte para Ministério da Educação

Proposta de mudança

- Elaboração de referencial teórico para fundamentação pedagógica do PST Institutos: material de apoio abordando conteúdos, orientações metodológicas e textos de apoio com referências bibliográficas de suporte, fundamentadas nas diretrizes do PST.

6. Atender aos beneficiados do Programa Segundo Tempo no período de férias escolares de janeiro e julho, consolidando o Recreio nas Férias como estratégia de inclusão da dimensão de lazer nos programas e ações do esporte educacional

- Fortalecer as relações institucionais visando o apoio ao Recreio nas Férias;
- Realizar as edições de janeiro e julho 2010, ampliando o atendimento;
- Adotar medidas para garantir a realização em 2011.

Recreio nas Férias

O Recreio nas Férias é um projeto vinculado ao Programa Segundo Tempo/PST, que também contribuiu com a qualificação e com o alinhamento pedagógico do Programa com o calendário escolar.

Com o objetivo de oferecer aos beneficiados do Programa Segundo Tempo, no período de férias escolares de janeiro e de julho, opções de lazer que preencham o seu tempo livre de forma prazerosa, através do desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas que ajudem a fortalecer a autoestima das crianças, adolescentes e jovens, além de promover o envolvimento da comunidade e das famílias e, ainda, atender a ação estratégica desta Secretaria Nacional de oferecer eventos e atividades diferenciadas aos beneficiados do PST, planejou-se a realização das edições de Janeiro e Julho de 2010.

O processo de seleção das parcerias para o Recreio nas Férias, Edição Piloto, iniciou-se com a definição dos critérios de participação e a publicação da Chamada Pública (Anexo 21). A resposta ao chamamento por parte das convenientes, deu-se, por meio da assinatura de Termo de Adesão. Ao final deste processo, as entidades habilitadas, por meio da chamada pública, realizarão o atendimento em suas comunidades, conforme norteia o Manual de Diretrizes (Anexo 5).

No entanto, em decorrência da morosidade dos processos licitatórios para a aquisição dos materiais esportivos e recreativos, bem como pela rescisão do contrato de fornecimento de uniformes e, principalmente, pelo contingenciamento financeiro, a edição de Janeiro de 2010 foi cancelada. A decisão foi comunicada a todos os envolvidos.

Todavia, em razão de já estarem ultimando os procedimentos para realização do evento e devido ao avançado processo de inscrição dos beneficiados, sete entidades solicitaram autorização e apoio para realizarem o Evento com recursos próprios, quais sejam:

UF	Entidade	Nº Beneficiados
GO	P.M. Goiânia	5.100
RS	P.M. Nova prata	2.000
SC	Instituto Contato	25.000
SC	P.M. Coronel Freitas	200
SE	P.M. Aracaju	5.200
SP	ONG Bola Pra Frente	18.000

SP	Federação Paulista de Xadrez	7.000
----	------------------------------	-------

O apoio do ME às entidades ocorreu por meio da doação de materiais esportivos, recreativos, gráficos e de divulgação de forma estruturar o desenvolvimento das atividades do Projeto.

Entretanto, é importante informar que a Prefeitura Municipal de Aracaju/SE e a ONG/OSCIP Pra Frente Brasil, considerando que as mesmas já estavam com todos os procedimentos de formalização concluído, tiveram seus pagamentos efetuados.

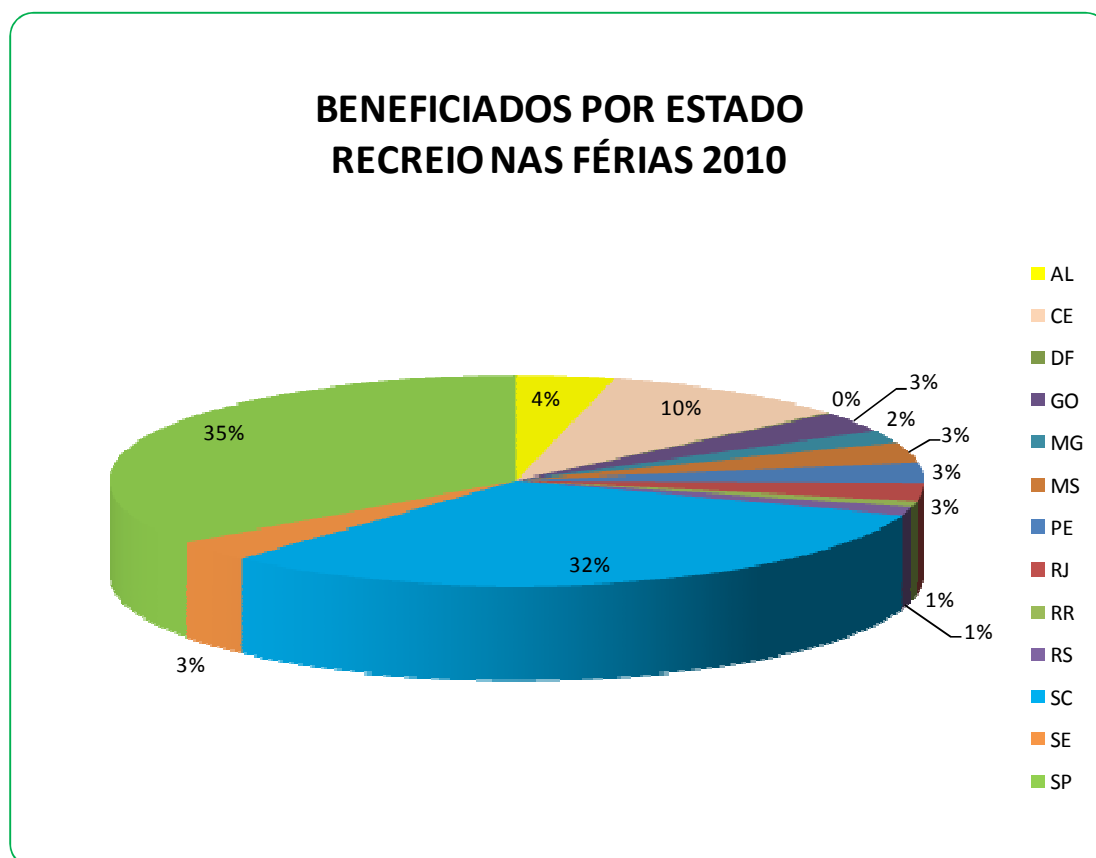
Os Eventos ocorreram em janeiro, durante os dias 8 a 22 e de 25 a 29, ressalte-se a realização em período excepcional compreendido entre 1º/3 e 5/3/2010, em razão de adequação do calendário escolar prejudicado pela ocorrência de greve.

Já na edição de julho, no que se refere à seleção de entidades para executar o Projeto, foi divulgada Chamada Pública em 19 de abril de 2010 (Anexo 22) sendo que o resultado foi divulgado no sítio do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br) em 6 de maio de 2010. Nesse sentido, as entidades selecionadas foram:

UF	Entidade	Nº Beneficiados
AL	Fundação Delmiro Gouveia – FUNDEG	2.000
AL	Instituto de Desenvolvimento Humano – IDESH	4.200
CE	P.M. Fortaleza	8.000
CE	SESC/CE	8.000
DF	Universidade de Brasília - UNB	200
MG	P.M. Ibiá	400
MG	P.M. Uberlândia	2.500
MG	Universidade Federal de Ouro Preto	200
MS	Fundação Municipal de Esporte - FUNESP/MS	5.000
PE	Associação Caruaruense de Ensino Superior - ASCES	4.900
RJ	P.M. Volta Redonda	4.500
RR	P.M. Boa Vista	1.400

RS	Universidade Federal de Pelotas	100
SC	Instituto Contato	25.000
SP	Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM	6.000
SP	Federação Paulista Xadrez	7.000
SP	ONG Bola Pra Frente	18.000

Os gráficos a seguir representam a abrangência do Evento, nos meses de janeiro e julho de 2010, apresentando o quantitativo de beneficiados e entidades por Estado.





Na edição de Julho, a realização dos eventos ocorreu durante os dias 12 a 16, 19 a 23 e de 26 a 30, e foram atendidos ao todo mais de 159 mil beneficiados do Programa Segundo Tempo em 13 estados e 288 municípios.

FORMATO

O Projeto Recreio nas Férias tem uma metodologia própria que orienta o seguinte formato:

a) Organização por Pólos

Denominam-se “pólos” os locais onde se realizaram as atividades.

b) Organização por Núcleos

Denominam-se “núcleos” os grupos de 100 participantes.

c) Recursos humanos

Cada pólo possuía 1 coordenador, 2 monitores que já atuavam no PST e 1 monitor suplementar (este último foi contratado especificamente para atuar durante o Evento). Ressalte-se que a contratação de pessoas para complementação do quadro de recursos humanos que já atuam no Programa Segundo Tempo deveu-se ao fato do agrupamento simultâneo e num mesmo espaço físico de todos os beneficiados, além do passeio previsto, o que gerou a necessidade de um maior número de profissionais na equipe do

Projeto Recreio nas Férias. Para este cálculo, procurou-se estabelecer a seguinte proporção: 1 profissional para cada grupo de 30 crianças.

d) Duração

Cada núcleo realizou o projeto em 5 dias da semana. Cada convênio definiu, de acordo com o número de vagas, os espaços físicos e as demandas locais e, ainda, se iria desenvolver o projeto em um, dois ou três (no caso da Edição de Julho) dos períodos abaixo especificados:

Janeiro/2010	Julho/2010
18 a 22 de janeiro	12 a 16 de julho
25 a 29 de janeiro	19 a 23 de julho
*1º/3 a 5/3/2010	26 a 30 de julho

* Excepcionalmente realizado em março em razão de adequação do calendário escolar prejudicado pela ocorrência de greve.

e) Horário

Período integral – das 9h às 16h

f) Alimentação

Todos os participantes receberam, diariamente, dois kits lanche e um lanche reforçado ou almoço.

Diferentemente do que ocorreu na Edição Piloto, a maioria das entidades parceiras (aproximadamente 53%) teve condições de oferecer uma refeição completa aos beneficiados, e as demais optaram por servir um lanche reforçado, o que demonstra um equilíbrio na composição dos cardápios apresentados.

PROGRAMAÇÃO

a) Atividades culturais

Na programação das atividades, assim como na edição-piloto, foi obrigatório a realização de uma apresentação artística, no próprio pólo – podendo ser uma peça teatral, música, dança, ou outra manifestação da cultura local;

Novamente percebeu-se que o resgate à cultura local foi uma constante, conforme exemplos apresentados pelos parceiros: Folia de Reis e Congado (MG), apresentação de “Papa angu” e danças regionais (PE), Quadrilha e Pau de Fita (SC), Coco de Roda (AL), Grupo de Dança Boi Bumbá (RR), dentre outras manifestações artísticas e culturais regionais.

b) Passeio:

Programação comum às entidades, as quais ofereceram aos beneficiados passeios em período integral, a algum ponto turístico de interesse, tais como: parques aquáticos, de diversões e ambientais, zoológicos, museus (inclusive oceanográficos), cinemas, clubes, entre outros.

c) Atividades esportivas e recreativas

Para as entidades foi dada a incumbência de oferecer atividades com um caráter diferenciado daquelas trabalhadas pelos núcleos no decorrer do ano, constituindo-se assim de atividades essencialmente lúdicas, recreativas, de participação e cooperação e, na medida do possível, que estimulassem a inclusão de pessoas com deficiência, o voluntariado, e a participação das famílias. Destarte, as atividades esportivas e as recreativas realizadas, foram compostas de jogos de *bets*, queimada, *badminton*, vôlei de areia; *rúgbi*; rodas de leitura; oficinas de dança, teatro música; dentre outras.

d) Tema gerador

Para a edição de Janeiro de 2010, manteve-se o Tema “Meio Ambiente”, considerando sua relevância e boa aceitação. Já para a edição de Julho de 2010, o Tema Gerador escolhido foi “Valores Olímpicos”, tendo em vista a sua importância e atualidade. O planejamento das atividades inseriu na programação ações específicas, com o objetivo de enriquecer e adaptar as brincadeiras, de forma a transmitir conceitos referentes à preservação ambiental (edição de janeiro de 2010), bem como conceitos relativos ao Olimpismo (edição de julho de 2010).

A análise dos relatórios de avaliação enviados pelos nossos parceiros apresenta um resultado extremamente positivo no que diz respeito ao formato e à programação definidos para as Edições.

CONTRAPARTIDA

Para este projeto, as entidades parceiras se responsabilizaram pelo transporte necessário para viabilizar o passeio, bem como pelas apresentações culturais exibidas em cada um dos pólos. Uma parte dos convênios optou por oferecer a contrapartida por meio de “bens e serviços economicamente mensuráveis”.

A avaliação é de que as entidades cumpriram com a contrapartida oferecida, e que os convênios ofereceram aos seus beneficiados passeio, em alguns casos mais de um, assim como ocorre com às apresentações culturais.

CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A capacitação é realizada em duas etapas. A primeira etapa é ministrada pelas Equipes Colaboradoras - ECs e se destina à formação dos coordenadores de núcleo. A segunda etapa da capacitação configura-se como uma reprodução da primeira etapa, sendo transmitida dos coordenadores para os monitores, com o acompanhamento de um formador das ECs.

Todavia, o processo de capacitação de algumas entidades, nas edições de 2010, ocorreu em apenas uma etapa, em virtude do número de profissionais em formação, de forma que os coordenadores e monitores foram orientados sobre as diretrizes do Projeto simultaneamente.

Para essas capacitações, os temas foram organizados em uma versão preliminar do livro que foi publicado em novembro, intitulado **Valores Olímpicos** (Anexo 23).

O acompanhamento foi um dos pontos de maior destaque no projeto. Com a participação das Equipes Colaboradoras que já atuam no acompanhamento pedagógico e administrativo do PST, foi possível acompanhar 100% dos convênios envolvidos e um total de aproximadamente 20% de pólos durante a realização das edições do Recreio.

Esse acompanhamento possibilitou uma análise da execução dos projetos pelas entidades na ponta, nos locais das atividades, com isso, além de se obter informações mais precisas quanto às atividades, foi possível colaborar e orientar no desenvolvimento pedagógico quando necessário. Neste processo estiveram envolvidos formadores de quase todas as equipes colaboradoras.

Ressalte-se que o acompanhamento, durante a execução das atividades, busca averiguar a correta aplicação de todas as ações previstas, inclusive o universo de atendimento dos beneficiados.

RECURSOS MATERIAIS

Como na Edição Piloto, os recursos materiais foram de fundamental importância para o enriquecimento das propostas de atividades no planejamento, oferecendo uma maior possibilidade de diversificação das ações que contemplem as diversas áreas – recreativas, esportivas, culturais e artísticas. Cada pólo recebeu um kit com a seguinte composição:

- Kit de Materiais Recreativos (Anexo 24);
- Kit de Materiais Esportivos (Anexo 25);
- Kit de Materiais de Divulgação e Inscrição (Anexo 26).

Uniforme Beneficiado

- 1 camiseta;
- 1 boné.

Uniforme Coordenador e Monitor

- 2 camisetas;
- 1 boné.

CUSTOS

A parceria entre o Governo Federal e as entidades é realizada mediante a transferência de recursos do Ministério do Esporte, para o custeio do reforço alimentar e contratação dos profissionais, ficando a entidade responsável por oferecer uma contrapartida, que pode ser na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, conforme descrito anteriormente.

Sendo assim, as 2ª e 3ª edições do Recreio nas Férias tiveram um custo total de R\$ 5.205.116,18 (cinco milhões e duzentos e cinco mil e cento e dezesseis reais e dezoito centavos) com recursos do Ministério. A média por pólo foi de aproximadamente R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) e o custo médio por beneficiado ficou em aproximadamente R\$ 33,00 (trinta e três reais).

Considerando as metas estabelecidas para 2010: realização das edições de janeiro e de julho de 2010 do Projeto Recreio nas Férias; e preparação das edições do Projeto Recreio nas Férias, edições de janeiro e de julho de 2011.

AVALIAÇÃO E RESULTADOS

Relatórios

Na Edição Piloto foi construído um roteiro para a elaboração de um relatório para cada um dos convênios que executaram o Recreio nas Férias, a partir dos documentos recebidos pelos parceiros e colaboradores que fizeram o acompanhamento do Projeto. Nesse sentido, o modelo foi aprimorado para as edições de janeiro e julho de 2010, porém mantendo o mesmo objetivo.

As informações foram extraídas, basicamente, do Relatório Consolidado e do Formulário de Registro e Avaliação por Convênio, que são preenchidos no Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo – SIAPA e Sistema de Eventos, respectivamente.

A partir dessas informações, os relatórios foram elaborados no sentido de relatar e avaliar o desenvolvimento de todas as ações previamente pactuadas com as entidades parceiras.

Vale ressaltar que o acompanhamento efetuado pelas Equipes Colaboradoras foi de fundamental importância para a comprovação do cumprimento das ações pactuadas entre a entidade parceira e o Ministério do Esporte e também para o desenvolvimento das atividades, considerando que os Professores Colaboradores puderam auxiliar os recursos humanos envolvidos, de forma pedagógica e voltada para as diretrizes estabelecidas pelo Programa Segundo Tempo.

Principais problemas

Com a apuração dos documentos finais das Edições de Janeiro e de Julho/2010 do Projeto Recreio nas Férias, verificou-se que algumas dificuldades apontadas no relatório TCA 2009 foram sanadas, tais como a qualidade dos materiais doados e o tamanho dos uniformes, por parte do Ministério, e quanto à compra, à distribuição e ao armazenamento dos lanches, por parte das convenientes, aumentando, assim, o rendimento na execução das ações.

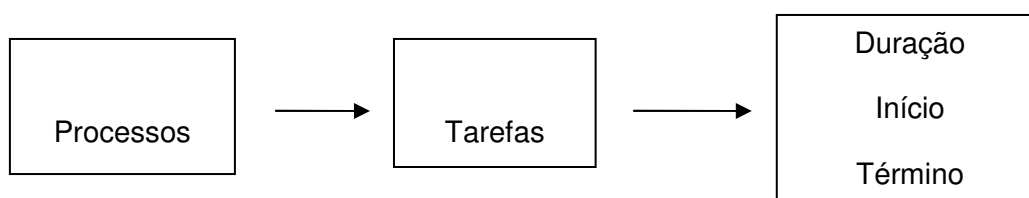
Entretanto, cumpre esclarecer que as principais dificuldades relatadas pelos Convênios foram quanto à realização da Capacitação e à mudança do Tema Gerador em datas próximas à realização do Evento. Também convém registrar dificuldades relatadas em razão de fatores climáticos, tais como chuva e frio que atrapalharam em alguns casos a realização de atividades.

PLANEJAMENTO DA PRÓXIMA EDIÇÃO (JANEIRO 2011)

O planejamento da edição de janeiro de 2011 foi iniciado logo após a análise dos primeiros formulários de avaliação da edição de julho de 2010.

Para tanto, foi elaborado um planejamento detalhado do Projeto, no sentido de programar as ações que devem ser desenvolvidas no período pré-execução, o acompanhamento do Projeto, bem como a forma de levantamento e processamento de todas as informações após o seu término.

Este planejamento se desenvolveu no sentido de identificar:



Parte das tarefas já foi realizada como, por exemplo, a revisão de todo o material gráfico (divulgação e inscrição), pedagógicos e dos modelos de documentos e formulários a serem enviados aos parceiros, mas principalmente as tarefas relacionadas às compras.

Ademais, em 25 de outubro de 2010 foi publicada a Portaria nº 198 Portaria 198, de 25 de outubro de 2010 (Anexo 27), com o intuito de instituir a Chamada Pública 2 (Anexo 28) destinada a selecionar órgãos ou entidades, para a execução do Projeto Recreio nas Férias nos períodos de 17 a 21 e 24 a 28 de janeiro de 2011.

Diante disso, em princípio foram habilitadas, para a execução do Projeto Recreio nas Férias, 7 (sete) entidades:

ENTIDADE	UF
ONG BOLA PRA FRENTE	SP
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÁCARA	MG
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA	SP
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS	MG
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE	RJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO	RS
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO	CE

Apesar disso, assim como na edição de janeiro de 2010, o Ministério do Esporte ficou impedido de transferir recursos para as entidades habilitadas a participarem da edição de janeiro de 2011 do Projeto Recreio nas Férias, pelo mesmo motivo, qual seja, contingenciamento financeiro.

Contudo, o Serviço Social do Comércio de Fortaleza/CE e a Prefeitura Municipal de Hortolândia/SP já haviam recebido os valores referentes às ações de RH e Reforço Alimentar quando da formalização do Convênio para desenvolvimento do Programa Segundo Tempo e, por isso, realizarão o evento normalmente.

Já as entidades Prefeitura Municipal de Resende/RJ e Prefeitura Municipal de Santo Ângelo/RS, habilitadas pelo Resultado Final da Chamada Pública, em face do contingenciamento e da impossibilidade de repasse financeiro por parte desta pasta, manifestaram o interesse em executar o Projeto com recursos próprios, sendo que o Ministério do Esporte encaminhou, na forma de doação, os materiais necessários ao desenvolvimento das atividades (materiais esportivos, recreativos, gráficos e de divulgação).

Isto posto, quanto aos procedimentos operacionais de responsabilidade da Coordenação Geral de Eventos e Suprimentos – CGES, cumpre destacar que, após a divulgação dos resultados, foi encaminhado um ofício para as duas entidades que já possuíam valores previstos para o Recreio nas Férias no Plano de Trabalho do convênio formalizado para o Programa Sendo Tempo, no sentido de comunicar sua habilitação, bem como informar os procedimentos que se seguiriam após a divulgação do resultado. Para as demais entidades, encaminhou-se também um ofício (Anexo 29) que comunicava a impossibilidade de transferência de recursos por parte do Ministério do Esporte, bem como informando da hipótese de realizarem o evento utilizando rendimentos do convênio PST em vigência ou mediante recursos próprios.

Nesse sentido, a partir da divulgação do resultado final da Chamada Pública e do encaminhamento das comunicações, iniciaram-se os procedimentos para a operacionalização do Evento, com o contato com as instituições de forma a receber, processar e transmitir as informações aos envolvidos, tais como dados dos pólos escolhidos pelas entidades, programação das atividades que serão realizadas e o cardápio com a descrição dos lanches que serão servidos, orientações quanto à capacitação e o correto preenchimento do Sistema de Eventos.

Ademais, com vistas a promover a capacitação dos coordenadores de núcleo, a CGES elaborou um cronograma com a data, o local, a quantidade de turmas e os formadores, que foi realizada em outubro de 2010.

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

A edição de janeiro/2011 contará com uma equipe responsável pela *interface* entre a Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED e as entidades parceiras, com o objetivo de viabilizar a operacionalização do Projeto.

A Equipe é dividida em grupos de trabalho. E esse procedimento visa possibilitar a agilidade na tomada de decisões e soluções de problemas, elevando o rendimento das ações referentes à operacionalização e acompanhamento do Projeto.

FORMATO

A edição de Janeiro de 2011 manterá o mesmo formato das edições anteriores de 2009 e de 2010, ajustando-se apenas o período de duração: 17 a 21 de janeiro e 24 a 28 de janeiro.

Metas (perspectivas)

Realização do Recreio nas Férias, nos meses de janeiro e julho de 2011, com aproximadamente 100.000 (cem mil) beneficiado em cada período de férias escolares

Considerações Finais

Para concluir ressalta-se o fato que em 2010 ampliou-se o atendimento, passando de 104 mil beneficiados em 2009 para 154.500 em 2010. Neste sentido, afirmar-se que o fortalecimento das relações institucionais tem sido plenamente alcançado, assim como a inclusão da dimensão do lazer no PST é hoje uma realidade.

7. Organizar estratégias de gestão e implantar nova estrutura organizacional, com novos processos gerenciais

- Aprimorar o Sistema de Acompanhamento Operacional do PST;
- Aprimorar o Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do PST;

Desde a implantação do novo Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Segundo Tempo em 2008, conforme relatado nos Relatórios de Gestão anteriores, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional tem buscado seu aprimoramento de forma permanente. O investimento na qualificação dos processos gerenciais e no desenvolvimento dos Sistemas informatizados tem dado o suporte necessário para que os Sistemas de Acompanhamento do PST funcionem de forma integrada.

Embora o acompanhamento operacional desenvolvido pela Equipe Técnica esteja mais voltado para as questões processuais, o acompanhamento pedagógico e administrativo, desenvolvido pelas Equipes Colaboradoras, subsidia as decisões da área técnica a partir dos dados coletados nas visitas in loco e no acompanhamento do planejamento pedagógico dos convênios. As Equipes Colaboradoras, por sua vez, dependem das informações produzidas pela Equipe Técnica no acompanhamento processual da execução dos convênios. Para favorecer a integração das ações sem que haja sobreposição de tarefas, o acompanhamento se dá da seguinte forma:

- o **Equipes Colaboradoras (professores das universidades):** Acompanhamento Sistemático dos convênios com caráter formativo, durante toda a vigência, considerando os aspectos pedagógicos e administrativos, por meio de visitas in loco;
- o **Equipe Técnica da Secretaria de Esporte Educacional - SNEED:** Acompanhamento Sistemático com caráter orientativo, de controle e fiscalização, durante toda a vigência dos convênios, considerando os aspectos técnicos e operacionais, por meio do acompanhamento processual e de visitas in loco.

O Departamento de Esporte Escolar e Identidade Cultural – DEEIC é responsável pela supervisão da atuação de cada uma das Coordenações que atuam no Acompanhamento dos Convênios celebrados no âmbito da Ação de Funcionamento de Núcleos do Programa Segundo Tempo. As atribuições de cada setor, a integração das Coordenações nos procedimentos previstos e a organização destes no acompanhamento dos convênios desde a sua celebração até o término da vigência e a análise técnica da prestação de contas estão definidas no Fluxo de Acompanhamento dos Convênios do PST (Anexo 30).

Apresenta-se a seguir o trabalho desenvolvido em 2010 no acompanhamento integrado dos convênios que estiveram vigentes no período. Além das ações realizadas, procurou-se registrar as problemáticas vivenciadas no dia a dia do monitoramento dos convênios e as mudanças implementadas pela gestão, visando a superação dos problemas enfrentados.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL DO PST

Compete à Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional – CGAO, o Acompanhamento dos Convênios formalizados junto ao Ministério do Esporte que tenham por objeto a implantação de núcleos de esporte educacional do Programa Segundo Tempo.

Esse acompanhamento é realizado desde o momento de sua assinatura até o término da vigência, por meio do atendimento dos procedimentos previstos na Ficha de Acompanhamento Operacional – FAO (Anexo 31), a qual tem por finalidade orientar as ações dos técnicos da CGAO durante todo o período de vigência de cada convênio, tendo o foco voltado para as questões operacionais, acompanhando sua gestão e sua execução junto aos beneficiados.

No modelo atual de trabalho a Equipe Técnica está constituída por 24 (vinte e quatro) servidores. Cada técnico tem sob a sua responsabilidade cerca de 10 a 15 (dez a quinze) convênios, com supervisão direta das coordenações conforme a fase de execução (Implementação - CGIMP, Operação - CGOPE e Avaliação do Aspecto Técnico da Prestação de Contas Final - CGAT), e cuja gestão é de responsabilidade da Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional – CGAO.

A Coordenação de Acompanhamento Operacional também mantém a responsabilidade de se integrar com as demais áreas da Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED, com o objetivo de complementar o acompanhamento dos convênios. Esta integração se dá diretamente com a CGAPA – Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo, CGES – Coordenação Geral de Eventos e Suprimentos, responsáveis pela capacitação pedagógica dos recursos humanos nos convênios, e Equipes Colaboradoras, e Eventos como o Recreio nas Férias e Suprimentos dos convênios (uniformes e materiais esportivos) respectivamente, e indiretamente com as Coordenações responsáveis pela gestão da informação e do orçamento, bem como, a Assessoria do DEEIC – Departamento de Esporte Escolar e Identidade Cultural, responsável pelo processamento das denúncias e das informações obtidas no acompanhamento *in loco*.

Conforme já tratado no Relatório de Tomada de Contas Anual - 2009, a partir da integração dos processos gerenciais da SNEED, foi possível introduzir uma visão de conjunto ao acompanhamento dos convênios, essencial para uma avaliação minuciosa dos resultados alcançados. Com a nova sistemática, essa visão que era aplicada pelo técnico somente na fase de análise do cumprimento do objeto, passou a ser considerada ao longo da vigência do convênio.

A meta principal da CGAO é acompanhar sistematicamente todos os convênios em vigência de acordo com a normativa vigente à época de sua celebração, por meio dos procedimentos realizados pelas Coordenações de Implementação, Operação e Análise Técnica da Prestação de Contas Final (PCF).

No ano de 2010 ainda estão em vigência convênios formalizados desde 2007, sendo que a partir de setembro de 2008 os convênios passaram a ser celebrados no SICONV. Sendo assim, estiveram em vigência no ano de 2010 310 (trezentos e dez) convênios.

Além dos convênios, a CGAO acompanha também todos os Termos de Cooperação celebrados no âmbito da Ação de Funcionamento de Núcleos do Programa Segundo Tempo, sendo 04 (quatro) de 2008, 01 (um) de 2009, totalizando, portanto, 315 (trezentos e quinze) projetos em acompanhamento em 2010, cujo detalhamento encontra-se especificado no Anexo 32.

Considerando a distribuição dos convênios por Coordenação, de acordo com a fase em que se encontra, embora exerça a supervisão geral de todas as ações realizadas no acompanhamento dos mesmos cabe à Coordenação Geral o gerenciamento dos recursos humanos e o controle de toda a parte administrativa.

Visando ao aprimoramento do acompanhamento operacional realizado pelas Coordenações vinculadas à Coordenação Geral, em relação aos aspectos administrativos, foram definidas as seguintes metas:

- Capacitar de forma permanente os Recursos Humanos (Equipe Técnica e Apoio);
- Promover a integração da Equipe Técnica;
- Efetivar a gestão dos Recursos Humanos (férias, banco de horas, entre outros);
- Distribuir de forma equilibrada os convênios à Equipe Técnica considerando critérios como número de núcleos, complexidade do projeto, abrangência do convênio e tempo de experiência do técnico.
- Estabelecer duplas de trabalho para a ocasião das férias e/ou ausência dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento dos convênios;
- Inserir de forma mais efetiva na cultura de trabalho de toda a equipe o Sistema Informativo de Convênios - SIC, e a Ficha de Acompanhamento Operacional – FAO;
- Analisar e redistribuir as atribuições aos servidores do setor de Apoio;
- Organizar e sanear os arquivos físicos e virtuais da Coordenação;
- Rever os fluxos de entrada e saída de documento, aprimorando os controles destes fluxos através da sua simplificação e apoio do SIC – Sistema Informativo de Convênios, no qual são inseridos todos os dados/documentos;
- Revisar e aprimorar os controles em geral da coordenação, essencialmente o monitoramento dos documentos (entrada e saída) e datas/prazos;

- Rever e reestruturar todos os modelos de acompanhamento processual visando aperfeiçoar o trabalho e reduzir o tempo de resposta da Equipe Técnica.
- Capacitação dos técnicos e adequação do acompanhamento operacional através do Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal – SICONV.

Pensando nas metas descritas acima a Coordenação Geral, juntamente com as subcoordenações de acompanhamento promoveu as seguintes ações:

- Reuniões semanais com toda a equipe técnica CGAO (turnos matutino e vespertino) e setor de Apoio, propiciando integração da equipe e a troca de experiências e debates de casos concretos;
- Capacitações e demonstrações das funcionalidades no preenchimento da FAO – Ficha de Acompanhamento Operacional e operação do SIC - Sistema Informativo de Convênios;
- Definição dos técnicos titulares e respectivos substitutos;
- Revisão e saneamento dos controles da produção dos servidores do setor;
- Deliberação sobre as funções inerentes ao setor de Apoio e o responsável por executar cada uma delas;
- Inserção do número do documento de origem nas respostas elaboradas pela equipe técnica, com vistas a cruzar os dados e permitir a visualização dos documentos com resposta pendente no SIC;
- Implementação da Folha de Rosto, que deve ser apensada a todo documento elaborado pelo técnico e encaminhado para correção da Coordenação, a qual tem por finalidade indicar a coordenação responsável e monitorar os prazos internos de revisão;
- Mobilização do setor de Apoio para o mapeamento e saneamento dos arquivos físicos das Coordenações (CGIMP, CGOPE e CGAT);
- Revisão do fluxo de entrada e saída de documentos, e criação de um setor de apoio ao preenchimento do SIC, que inclui todos os documentos recebidos no formulário respectivo assim que dão entrada.
- Controle geral dos convênios sob acompanhamento de cada coordenação da CGAO;

Tendo em vista que a CGAO – Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional - conta com outras três coordenadorias subordinadas, é mister destacar que o acompanhamento operacional dos convênios perpassam as ações da CGIMP – Coordenação Geral de Implementação,

responsável pela fase de estruturação do convênio, da CGOPE – Coordenação Geral de Operação, responsável pela fase de atendimento aos beneficiados e; da CGAT – Coordenação Geral de Análise Técnica da Prestação de Contas Final. No caso desta última, responsável pela emissão do parecer técnico da PCF, embora integrada à CGAO, a sua atuação depende não apenas do acompanhamento operacional, mas de todas as ações de acompanhamento realizados no Programa Segundo Tempo, conforme apresentado a seguir:

FASE DE ESTRUTURAÇÃO – ORDEM DE INÍCIO

A Coordenação de Implementação – CGIMP, vinculada à CGAO é responsável pelo acompanhamento dos convênios da Ação de Funcionamento de Núcleos do PST desde o momento da celebração até o início do atendimento aos beneficiados, ou seja, acompanha todos os procedimentos efetuados pelo parceiro visando à estruturação do convênio para o funcionamento de núcleos até que o mesmo receba a Ordem de Início (procedimento já detalhado no Relatório de Gestão 2009) e cumpra todas as solicitações proferidas por esta unidade gestora, garantindo assim o atendimento aos beneficiados com todas as ações pactuadas.

Em Dezembro de 2009 foram formalizados 124 convênios denominados Padrão, somando-se aos 14 convênios formalizados em anos anteriores que por dificuldades na sua estruturação não receberam Ordem de Início até o final de 2010. Em julho de 2010 em um novo processo, foram formalizados mais 59 convênios e em dezembro mais 23 convênios. No final do exercício, 172 convênios encontravam-se em fase de implementação.

Após a distribuição dos convênios, os procedimentos passam a ser assumidos pelos técnicos responsáveis, designados por despacho interno. Para tanto, foram realizadas capacitações referentes ao processo de análise dos procedimentos preliminares para a Ordem de Início.

Foi realizada também a Capacitação Gerencial destinada a todos os Coordenadores Gerais, onde são proferidas todas as orientações referentes à estruturação do convênio.

No intuito de viabilizar a execução e a conclusão dos procedimentos junto aos parceiros, foram tomadas as seguintes providências:

- Orientações permanentes aos parceiros, por meio de telefone e correio eletrônico;
- Reuniões com os parceiros no intuito de avaliar as dificuldades enfrentadas em busca de soluções para a viabilidade da execução (foram realizadas pela CGIMP, 24 reuniões com parceiros durante o ano de 2010).

No entanto, após uma avaliação realizada, devido à conclusão de impossibilidade do cumprimento das exigências de acordo com as Diretrizes do PST e Plano de Trabalho aprovado para a obtenção da OI, e considerando a defasagem dos valores pactuados em anos anteriores para o desenvolvimento das Ações de Recursos Humanos, Material Esportivo Suplementar e Reforço Alimentar, em dezembro de 2010 foi tomada a decisão de não renovar 01 convênio de 2006 e foram rescindidos 06 convênios, 05 formalizados em 2007 e 1 formalizado em 2008, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Rescisões	Convênio
PM Aparecida de Goiânia/GO 242/2007	Publicada rescisão em 13/01/11
Associação Pró- Ensino em Santa Cruz do Sul - APESC/RS 185/2007	Publicada rescisão em 19/01/11
Prefeitura Municipal de Codó/MA 319/2007	Publicada rescisão em 13/01/11
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer/ES 204/2007	Publicada rescisão em 19/01/11
PM Ribeirópolis/SE 176/06	Expirado sem prorrogação de vigência
Secretaria do Estado de Esporte e Lazer do DF Convênio 212/07	Publicada rescisão em 16/09/10
Secretaria do Estado de Esporte e Lazer do DF Convênio 702360/2008	Publicada rescisão em 29/06/10

As principais dificuldades apresentadas que culminaram na rescisão dos convênios, foram nas ações de Recursos Humanos (dificuldade no atendimento à qualificação exigida e comprovação da ampla divulgação para seleção) e aquisição do Reforço Alimentar (recursos insuficientes).

Foram analisadas também 02 solicitações de reconhecimento de atendimento anterior à Ordem de Início e avaliação do prazo de vigência necessário para o cumprimento do objeto:

Análises de reconhecimento de atendimento anterior à Ordem de Início e avaliação do prazo de vigência	
Associação Moacyr Bastos Convênio 114/2008	Decisão: Ordem de Início em 25/01/11 com reconhecimento do atendimento realizado entre maio e setembro/09 (documento para correção)

UFRGS- Navegar 002/2008	Decisão: reconhecimento do período de 04 meses de atendimento realizado e prorrogada vigência por mais 14 meses. –
----------------------------	---

Cabe ressaltar que foram expedidos em dezembro de 2010, ofícios de recomendações, reiterando Recomendações e Notificações para todos os convênios vigentes, exceto os convênios formalizados em 2010, visto que muitos não haviam recebido a primeira parcela dos recursos pactuados.

a) Convênios Formalizados em 2007 e 2008

Ordens de Início concedidas em 2010: **(12) Convênios**

Ordens de Início 2010 - Convênios 2007/2008		
TO	Secretaria de Esporte do Estado do Tocantins	702239/2008
MG	Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude – SEEJ	281/2007
RJ	Associação Fazendo Acontecer	702203/2008
RO	PM Porto Velho	050/2008
PE	Secretaria Especial de Esportes	051/2008
MG	PM Uberlândia	702200/2008
ES	PM Serra	344/2007
PR	PM Paranaguá	261/2007
RN	Secretaria do Estado de Educação e Cultura/RN	430/2007
SP	PM Hortolândia	702369/2008
SE	Secretaria de Esportes e Lazer de Sergipe	283/2007
MG	PM Ibiá	702768/2008

Em análise = **(09) Convênios**

Todos os convênios foram notificados a encaminhar uma posição sobre a viabilidade de execução. Apresenta-se tabela abaixo sobre as providências encaminhadas e decisões:

<p>Secretaria de Estado da Educação e Cultura/PB Convênio 308/2007</p>	<p>Providência solicitada: enviar um posicionamento quanto à solicitação de mudança do partícipe executor, Secretaria da Educação para Secretaria do esporte e viabilidade da execução Prazo: 48h Decisão: Envio de Ofício Notificação com prazo de resposta até 31/01/11, informando ainda sobre as providências para rescisão do convênio, no caso de descumprimento do prazo.</p>
<p>Prefeitura Municipal de Candeias/BA Convênio /2007</p>	<p>Providência solicitada: posicionamento sobre as providências adotadas no sentido do atendimento, assim como a documentação remanescente para a finalização dos procedimentos referente à estruturação do projeto. Prazo: 15 dias Decisão: Recebida documentação em 21/01/11 e enviado Ofício de recomendações.</p>
<p>Prefeitura Municipal de Nilópolis/RJ Convênio 702290/2008</p>	<p>Providência solicitada: encaminhar um posicionamento sobre as providências adotadas no sentido de atendimento, assim como a documentação remanescente para finalização dos procedimentos referentes à estruturação do projeto Prazo: 5 dias (enviado 23/12/10) Decisão: Envio de Ofício Notificação com prazo de resposta até 31/01/11, informando ainda sobre as providências para rescisão do convênio, no caso de descumprimento do prazo.</p>
<p>Secretaria de Estado da Educação e do Esporte/AL Convênio 323/2007</p>	<p>Providência solicitada: posicionamento sobre as providências adotadas no sentido do atendimento, assim como a documentação remanescente para a finalização dos procedimentos referente à estruturação do projeto Prazo: 5 dias Decisão: O convênio está finalizando os procedimentos de estruturação e foi prorrogado até 2012. Enviado Ofício de recomendações.</p>
<p>Instituto Gente Ambiente/AP Convênio 445/2007</p>	<p>Providência solicitada: posicionamento sobre as providências adotadas no sentido do atendimento, assim como a documentação remanescente para a finalização dos procedimentos referente à estruturação do projeto Prazo: 5 dias Decisão: Envio de Ofício Notificação com prazo de resposta até 31/01/11, informando ainda sobre as providências para rescisão do convênio, no caso de descumprimento do prazo.</p>
<p>Secretaria de Estado Esporte e Lazer Navegar Convênio – 326-07</p>	<p>Providência solicitada: encaminhar um posicionamento sobre a viabilidade da execução do projeto, a conclusão dos procedimentos preliminares, assim como a documentação remanescente. Prazo: 15 dias Decisão: Prorrogada Vigência do convênio até 16/03/12.</p>

<p>Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer – SETUL Convênio 202/2007</p>	<p>Providência solicitada: posicionamento sobre as providências adotadas no sentido do atendimento, assim como a documentação remanescente para a finalização dos procedimentos referente à estruturação do projeto. Prazo: 5 dias Decisão: Envio de Ofício Notificação com prazo de resposta até 31/01/11, informando ainda sobre as providências para rescisão do convênio, no caso de descumprimento do prazo.</p>
<p>AGEL Navegar Convênio 014/2007</p>	<p>Providência solicitada: enviar um posicionamento sobre as providências adotadas no sentido do atendimento, assim como a documentação remanescente para a finalização dos procedimentos referente à estruturação do projeto. Prazo: 5 dias Decisão: Envio de Ofício Notificação com prazo de resposta até 31/01/11, informando ainda sobre as providências para rescisão do convênio, no caso de descumprimento do prazo.</p>
<p>Em análise</p>	
<p>Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu Convênio 045/2008</p>	<p>Status: Recebida documentação referente às solicitações do Parecer de Termo Aditivo nº 042/2010. Decisão: Elaboração de Informação sugerindo rescisão do convênio.</p>

b) Convênios Formalizados em 2009

Sem apresentação de documentos = (26) Convênios

Em análise = (39) Convênios

Finalizando análise = (15) Convênios

Autorizadas Ordem de início = (44) Convênios (*1 retroativa)

Pendências - Repasse da 1ª Parcela

UF	Parcerias	Convênio
BA	Prefeitura Municipal de Brejões	710832/2009
AM	Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte	717508/2009
BA	Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues	724192/2009
PR	Universidade Estadual de Londrina	730264/2009
CE	Prefeitura Municipal de Aquiraz	717891/2009
CE	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte	718222/2009

Pendência sobre dificuldades para execução:

<p>Associação do Verde e Proteção do Meio Ambiente- AVEPEMA.</p> <p>Convênio nº 726101/2009</p>	<p>Providência: enviado ofício de notificação em 23/12/10</p> <p>Decisão: Envio de Ofício Notificação com prazo de resposta até 03/02/11, informando sobre a rescisão do convênio, no caso de descumprimento do prazo.</p>
---	--

Cabe ressaltar que em dezembro de 2010 foram enviados Ofícios de Notificação para todos os convênios vigentes, exceto os formalizados em 2010, que até o momento não apresentaram a documentação de OI, assim como Ofícios reiterando solicitações para as entidades que não apresentaram respostas aos Ofícios de recomendação anteriormente enviados no sentido de agilizar os procedimentos de estruturação.

A situação de análise do processo de Ordem de Início de cada convênio está demonstrado nos anexos 33 e 34.

c) Convênios Formalizados em 2010

Os referidos convênios serão distribuídos aos técnicos em janeiro de 2011, para o devido acompanhamento, cabendo ressaltar que nenhum convênio apresentou até o momento a documentação comprobatória das ações de estruturação de forma satisfatória para a concessão da Ordem de Início.

No caso dos convênios formalizados em julho de 2010, as primeiras providências como o envio do Ofício de Orientações e Ofícios relativo ao Período de Defeso Eleitoral foram tomadas pela Coordenação, devido à urgência do envio e prazo estipulado para a distribuição dos convênios aos técnicos responsáveis.

Pendência: Envio dos Ofícios de Orientações Preliminares e Manual de Orientações de Estruturação para os novos convênios.

Previsão de realização: Janeiro de 2011.

Principais Problemas Identificados na fase de estruturação do convênio

Dos cento e vinte e quatro (124) convênios formalizados em 2009, setenta e quatro (74) receberam a 1ª parcela apenas entre maio e setembro de 2010 (60%) e dos formalizados julho em

2010, apenas doze (12) receberam a 1ª parcela dos recursos até o momento. Com isto, há um impacto direto na estruturação dos convênios, visto que algumas ações dependem dos recursos repassados pelo ME para sua execução e a Ordem de Início só é concedida após a conclusão de todas as ações pactuadas.

Outro fator que impactou diretamente na estruturação dos convênios e início das atividades, foi o atraso na licitação dos materiais esportivos distribuídos por este ME. Cabe lembrar que a falta dos referidos materiais é fator impeditivo para o início das atividades. Para minimizar os impactos, foram tomadas as seguintes providências:

- Consulta junto às entidades, da possibilidade de suprimento com materiais próprios até a efetiva entrega dos materiais pelo ME;
- Consulta junto ao Pintando a Liberdade, da possibilidade de atendimento aos convênios em fase final de estruturação que não possuem condições de suprir os núcleos com materiais próprios;
- Enviados Informes periódicos à CGES do andamento dos procedimentos de estruturação dos convênios para o estabelecimento de prioridades no envio dos materiais.

Dos convênios vigentes, que ainda não obtiveram OI, foi feita uma avaliação dos principais problemas detectados nesta fase. São eles:

- Início das atividades sem a autorização desta unidade gestora e sem a comprovação da implementação de todas as ações;
- Dificuldades de implementação das ações pactuadas, destacando as ações de Recursos Humanos, no que se refere à seleção de profissionais com a qualificação exigida pelo PST e Reforço Alimentar, devido à impossibilidade de aquisição dos cardápios propostos na formalização nos valores pactuados, na maioria dos casos e dificuldades de elaboração e/ou armazenamento dos gêneros alimentícios.
- Mudança de gestão das entidades acarretando novas providências para reestruturação.

Cabe registrar ainda a excepcionalidade quanto à ação Planejamentos Pedagógicos, referente à análise do Planejamento Pedagógico do Convênio e de Núcleos, devido à finalização de ajustes no Sistema de Acompanhamento (SICAPP), foi estabelecido que os convênios que se encontravam em **fase final de estruturação** deveriam ter obrigatoriamente o Planejamento Pedagógico do Convênio aprovado para a Autorização de Início, porém a inclusão dos Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos não seria um impeditivo para a autorização de início,

devendo ser inseridos obrigatoriamente no prazo estabelecido pela CGAPA, conforme ofício de orientações enviado. Os demais convênios, que estão em análise, deverão ter ambos procedimentos finalizados para autorização.

Nesta fase também foram detectados problemas referentes à fase de formalização, sendo necessários ajustes em vários convênios. Outro problema identificado que causou impacto nas análises foi o número de pleitos referentes às alterações no Plano de Trabalho, atrasando a conclusão da estruturação de determinadas ações e conseqüentemente a concessão de Ordem de Início.

Foram necessários aproximadamente noventa (90) ajustes no Plano de Trabalho aprovado dos convênios vigentes e saneamentos de vários Processos formalizados em 2009, tendo como principais causas:

- a) Substituição de núcleos;
- b) Alteração de cardápio do Reforço Alimentar;
- c) Alteração de Coordenador Geral e Pedagógico;
- d) Suplementação de ações para ajustes no Plano de Trabalho, visando a adequação às Diretrizes do PST.

Com referência ao acompanhamento dos convênios, foram verificadas as seguintes dificuldades:

- Atraso ou ausência de respostas aos ofícios recebidos;
- Dificuldades nas análises de pleitos e análises de Ordem de Início;
- Dificuldade de estabelecer um controle dos documentos recebidos pelos técnicos e respostas enviadas;
- Demora nas correções dos documentos produzidos, gerando um atraso no envio e resposta aos Convenientes;
- Grande demanda de correções e orientações para a coordenação, devido ao volume de análises recebidas e inexperiência de grande parte do corpo técnico.

Neste contexto, sugere-se uma avaliação quanto às exigências para a ação de Infra-estrutura, desde a fase de formalização, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de parcerias para a cessão de espaços, principalmente com entidades privadas, no sentido de garantir a

implantação dos núcleos nos espaços inicialmente estabelecidos e para o público alvo originalmente selecionado.

Há de se considerar também a dificuldade e falta de atenção dos técnicos nas análises, em geral devido à falta de capacitação constante, e também a metodologia utilizada para correção dos documentos, causando morosidade na conclusão e envio. Cabe ressaltar que muitas vezes a coordenação assume as demandas dos técnicos, devido à urgência e complexidade dos documentos.

Neste sentido é mister considerar ainda que as urgências ocorrem ou se acumulam em virtude da complexidade dos fluxos internos, bem como do controle precário dos mesmos.

Quanto aos instrumentos utilizados, ainda não conseguimos implementar de forma total e eficiente o SIC – Sistema Informativo de Convênios, e a FAO – Ficha de Acompanhamento Operacional. Cabe reconhecer que a coordenação necessita utilizar com maior frequência tais instrumentos como forma de incorporá-los às rotinas. No entanto, foi solicitado a todos os técnicos o preenchimento das FAOs, validação e preenchimento do SIC e verificação junto ao apoio do controle de documentos para providências e saneamento dos procedimentos em aberto.

Outro fator que merece avaliação é o período previsto de estruturação estabelecido no cronograma de execução dos convênios, levando em consideração por exemplo, os convênios formalizados em 2009, que em sua grande maioria tiveram estabelecidos o prazo de 3 meses de estruturação.

Considerando o recebimento da 1ª parcela e os meses previstos no plano de Trabalho, dos 124 convênios formalizados, apenas 9% dos convênios conseguiram se estruturar dentro do prazo estipulado.

O impacto gerado pelo atraso no período de estruturação é considerável, visto que todos os convênios formalizados neste ano necessitarão de Termo Aditivo para o cumprimento total do objeto.

Resultados Obtidos em 2010

Apesar dos parceiros ainda necessitarem de um período maior que o previsto no Plano de Trabalho para a estruturação do convênio, verifica-se que a Capacitação dos Coordenadores Gerais e orientações prestadas pela área técnica (CGIMP) nesta fase, significaram melhoria na execução das ações em atendimento às Diretrizes do PST, como:

- Adoção de Pregão pela maioria dos parceiros para as aquisições do Reforço Alimentar e Material Suplementar (valores acima de R\$ 8.000,00). Verificado que a grande maioria

ainda utiliza o Pregão Presencial, porém apresentadas as devidas justificativas;

- Realização de Divulgação de acordo com as Diretrizes do PST, com grande abrangência para a seleção dos Recursos Humanos. Desta forma verificada a vinculação de um maior número de profissionais com qualificação de acordo com as Diretrizes do programa;
- Núcleos estruturados de forma satisfatória ao atendimento de beneficiados e atividades propostas e devidamente cadastrados no Sistema do ME;
- Identificação dos Núcleos com Materiais de acordo com o Manual de Marcas do ME, na grande maioria dos convênios;
- Início das atividades com um Planejamento Pedagógico do desenvolvimento das atividades alinhado com os Fundamentos do PST;
- Contato dos técnicos de forma mais freqüente com as entidades, possibilitando prestar o devido auxílio e acompanhamento;

Vale destacar o aprimoramento constante nos Instrumentos de análise e orientações, embora ainda tenhamos deficiências quanto ao corpo técnico. Desde 2008 são realizadas capacitações internas, no sentido de aprimorar a análise e qualificar os profissionais.

Com isto, concluímos que a instituição da ordem de Início foi um marco nesta gestão e um ganho de qualidade na execução dos convênios, uma vez que garante a implementação de todas as ações contempladas no Plano de Trabalho e Projeto Básico, além da aderência à Proposta Pedagógica alinhada aos fundamentos do PST, garantindo o desenvolvimento das atividades e iniciando o atendimento ao público alvo de forma adequada.

FASE DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIADOS – CICLOS PEDAGÓGICOS

Após a conclusão dos procedimentos referentes à Fase de Implementação, o convênio, ainda sob a responsabilidade do técnico inicialmente designado, passa a ser supervisionado pela Coordenação de Operação, por meio do desenvolvimento das seguintes Ações e respectivo cadastro no Sistema Informativo de Convênios – SIC:

Nesta fase, que compreende o maior período de execução física e efetivo atendimento aos beneficiados, são adotados os seguintes procedimentos:

a) Monitoramento do Pagamento da 2ª Parcela: Tendo em vista que a condição para o pagamento da 2ª parcela é o recebimento da Ordem de Início, passa a ser de responsabilidade da CGOPE a análise do Plano de Trabalho – Cronograma de Desembolso, juntamente com o saneamento das ressalvas emitidas pelo setor de Implementação, quando for o caso, para que seja encaminhado à Assessoria de Gestão do Orçamento o Despacho da CGAO com a autorização para os procedimentos pertinentes à questão (empenho e/ou pagamento).

Além disso, faz-se necessário conferir o valor empenhado e pago, por meio do SIAFI e publicação do DOU, e ainda, verificar se a entidade faz jus à prorrogação de vigência por meio de Apostilamento.

b) Acompanhamento do Ciclo Pedagógico e Capacitação:

A interface entre os setores de Implementação, Operação e Acompanhamento Pedagógico é essencial no modelo de Acompanhamento atualmente utilizado.

Desta forma, alguns procedimentos são fundamentais para o adequado desenvolvimento dos trabalhos, a exemplo da solicitação de confirmação do efetivo atendimento aos beneficiados, com vistas à identificação de interrupções durante o Ciclo Pedagógico e verificação de substituições de Recursos Humanos e respectiva atualização do Sistema/ME.

c) Análise de Pleitos Diversos:

A CGOPE é responsável pela expedição de ofícios com as orientações sobre os procedimentos a serem adotados, no caso de solicitações de Prorrogação de Vigência, Suplementação de Recursos e Duplicidade de Cadastro no Sistema ME, entretanto diversos pleitos são encaminhados diariamente pelas entidades, a fim de regularizar a execução do convênio, tais como: informação de paralisações; substituição de recursos humanos, núcleos e beneficiados; alteração de cardápio, utilização de saldo de economia e/ou rendimentos, etc.

Após o recebimento dos pleitos, a área técnica é responsável pela análise, abertura de diligências, se for o caso, e emissão de documento final (parecer ou informação), com o posicionamento final da unidade gestora, o qual é encaminhado oficialmente à Convenente para ciência e/ou providências pertinentes no prazo estabelecido.

Registre-se que todos os documentos recebidos/enviados têm seu registro efetuado junto ao SIC no formulário relativo.

d) Atendimento às Recomendações da Ordem de Início:

Devido às dificuldades encontradas pelas Convenientes no cumprimento de todos os procedimentos preliminares para a obtenção da Ordem de Início, algumas autorizações são emitidas com recomendações, cujo monitoramento do atendimento é de responsabilidade da CGOPE juntamente com a CGIMP, sendo este, condicionante para a reavaliação da parceria.

e) Entidades de Controle Social:

Da mesma forma, o acompanhamento da parceria efetivada com a Entidade de Controle Social também é realizado pela CGOPE, por meio do encaminhamento do Formulário de Verificação dos Aspectos Operacionais, visando o acompanhamento in loco da execução do projeto durante sua vigência. Essa ação tem possibilitado o acompanhamento de convênios que ainda não foram visitados por este Ministério e para os que foram. A análise destes formulários permite o cruzamento dos dados coletados nas visitas ou a partir dos relatórios enviados pelas Convenientes, ampliando o foco do acompanhamento dos convênios.

f) 2º Relatório de Acompanhamento:

Conforme detalhado no item V deste documento, os Relatórios de Acompanhamento visam à coleta de informações de acordo com a fase do projeto, para o monitoramento pontual da execução das ações previstas e sua aderência à Proposta Pedagógica do PST.

Na Fase Operacional, tem-se o 2º Relatório, o qual deve ser encaminhado, pela entidade, no terceiro mês de cada ciclo pedagógico, sendo essencial para a análise de quaisquer pleitos e avaliações, a exemplo dos relatórios de visita, vistoria e prestação de contas.

g) Visitas das Equipes Colaboradoras e Vistorias:

A partir da avaliação do Convênio pela Equipe Colaboradora, e da análise e recomendações indicadas pela Assessoria, o técnico responsável analisa o resultado, confronta com o acompanhamento realizado por meio dos procedimentos operacionais e relatórios de acompanhamento e elabora informação consignando os aspectos operacionais da execução do

projeto avaliado e valida as recomendações pedagógicas relevantes para o alinhamento das ações pactuadas, quando houver.

Nesse caso, as recomendações são enviadas à Convenente para serem cumpridas com prazo determinado. O retorno da entidade Convenente é acompanhado pelo técnico responsável que, para avaliar o cumprimento das recomendações dá continuidade à Ficha de Avaliação iniciada pela Assessoria do DEEIC, podendo demandar nova visita das Equipes Colaboradoras, ou, dependendo da sua gravidade, vistoria realizada por técnico da SNEED.

É mister destacar que as respostas apresentadas pela entidades Convenentes devem ter por respaldo a documentação comprobatória relativa, para serem efetivamente consideradas.

Para os convênios antigos, formalizados até setembro de 2007, e ainda para os convênios novos que demandam complemento à ação das Equipes Colaboradoras (a exemplo de convênios com denúncias), são realizadas vistorias *in loco*, por amostragem, conforme Planejamento da Coordenação de Operação, o qual é elaborado a partir dos seguintes elementos:

- ✓ Necessidade de vistoria com vistas à emissão da “ORDEM DE INÍCIO” e/ou liberação da segunda parcela;
- ✓ Necessidade de confirmação do cadastramento integral dos núcleos, beneficiados e recursos humanos envolvidos no projeto para verificar o efetivo quantitativo de beneficiados atendidos, bem como a estrutura física e de pessoal utilizada no funcionamento dos núcleos/atividades, no intuito de confirmar as informações repassadas na Fase de Implementação;
- ✓ Monitoramento do desenvolvimento das demais ações pactuadas no PT (reforço alimentar, divulgação, materiais esportivos e suplementares) a qualquer tempo;
- ✓ Necessidade de buscar elementos para subsidiar decisões administrativas sobre ampliação do prazo de execução ou sobre outros pleitos apresentados pelas entidades convenentes;
- ✓ Coleta de informações e/ou constatação das impropriedades verificadas quando da análise dos Relatórios de Acompanhamento;
- ✓ Índícios de impropriedades e/ou irregularidades detectadas que demandem complemento à ação das Equipes Colaboradoras (a exemplo de convênios com denúncias).

Para o acompanhamento de convênios com denúncias, a Equipe Colaboradora responsável pelo convênio é acionada com vistas à realização de visita *in loco*, com foco nos fatos delatados,

objetivando ampliar e aprimorar a coleta de informações e, por conseqüência, contribuir no processo de apuração de denúncias realizado por esta unidade gestora.

Quando da realização de vistorias, também para a verificação de denúncias, os técnicos utilizam instrumento específico de coleta de dados e, ao final, emitem Parecer Técnico consignando os aspectos operacionais da execução do projeto avaliado e, caso necessário, as recomendações relevantes para o alinhamento das ações pactuadas. Nesse caso, as recomendações também são enviadas à Entidade Conveniente para serem cumpridas com prazo determinado, assim como descrito acima.

Definição do período para realização das visitas:

Para a CGOPE, as visitas são relevantes em diversos momentos da execução do convênio, principalmente para corroborar com as informações repassadas a este Ministério, pelas entidades parceiras, no decorrer do atendimento aos beneficiados, as quais muitas vezes divergem da estrutura inicialmente apresentada na fase de implementação e/ou das Diretrizes do Programa definidas quando do processo de formalização.

Isto posto, após avaliação desta Coordenação Geral foram estabelecidos 03 momentos para a realização da vistoria, os quais seguem abaixo:

- ✓ Até 45 dias após o recebimento da Ordem de Início, sendo no mínimo 1 (um) por ciclo pedagógico;
- ✓ Quando do deferimento de prorrogação de vigência;
- ✓ Quando do recebimento de denúncias.

Faz-se necessário registrar a importância da visita aos núcleos quando os períodos referentes a recesso e/ou paralisação das atividades divergirem consideravelmente do estabelecido no Plano de Trabalho/Projeto Básico. Nestes casos, a solicitação parte da CGAO, em caráter excepcional, após avaliação da real necessidade do deslocamento.

h) Identificação de problemas graves:

No decorrer da análise dos Relatórios emitidos, bem como dos contatos telefônicos/e-mails, realizados entre as ECs e área técnica da SNEED, se forem identificados casos graves de entidades que não executaram os convênios de acordo com as Diretrizes do PST, devem ser encaminhados à CGAO imediatamente após a finalização da visita, em tempo hábil para adoção de providências.

O repasse das informações subsidia a tomada de decisões por esta unidade gestora, como por exemplo, prorrogações de vigência e/ou utilização do saldo de economia e rendimentos, sendo muitas vezes a única fonte para a equipe/ME.

Tendo em vista a relevância dos dados apurados e a necessidade de refinar o fluxo dessa informação, as Coordenações envolvidas no processo somaram esforços e os impactos já puderam ser observados no segundo semestre de 2010, visto que a maioria das visitas realizadas nos meses de setembro/outubro tiveram as recomendações decorrentes encaminhadas às entidades Convenientes nos meses de novembro/dezembro.

i) 1ª Visita/Vistoria de acompanhamento:

A partir do 2º semestre de 2009, foi instituída a visita obrigatória a todos os convênios que tiveram Ordem de Início, no prazo de até 45 dias após a autorização, pela Equipe Colaboradora responsável pelo convênio, o qual acompanharia para realização da 1ª vistoria.

Esta visita/vistoria tem como intuito constatar a implementação de todas as ações de estruturação pactuadas e a verificação do saneamento das eventuais recomendações consignadas no ofício de recomendações expedido à época da Autorização de Início.

O procedimento foi efetivado no primeiro semestre de 2010, ocasião em que foram realizadas vistorias e visitas aos seguintes convênios:

Nº	Convênios Visitados em 2010	Número do Convênio	Status Relatório
1	Instituto Adventista de Educação e Assistência Social /SP	241/2007	Finalizado no processo
2	Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas /BA	054/2008	Finalizado no processo
3	AGEL/GO	400/2007	Finalizado no processo
4	FUNDESPI	065/2008	Finalizado no processo
5	Instituto Contato	702201/2008	Finalizado no processo
6	Bola pra Frente	717917/2009	Finalizado no processo
7	AGEL/GO	4002007	Finalizado no processo

8	Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu	058/2008	Finalizado no processo
9	Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa/BA	152/2007	Finalizado no processo
10	SESC /CE	702202/2008	Finalizado no processo
11	Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG	702203/2008	Finalizado no processo
12	Prefeitura Municipal de Serra/ES	334/2007	Finalizado no processo
13	Prefeitura Municipal de Anta Gorda/RS	726852/2009	Finalizado no processo
14	Secretaria de Estado de Educação e da Cultura /RN	430/2007	Finalizado no processo
15	Secretaria de Pernambuco	051/2008	Finalizado no processo
16	Associação Fazendo Acontecer	702203/2008	Finalizado no processo
17	Prefeitura Municipal de Volta Redonda/RJ	720876/2009	Finalizado no processo
18	IDESH/AL	720303/2009	Finalizado no processo
19	Instituto de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente - IDEC/GO	726146/2009	Finalizado no processo
20	Prefeitura Municipal de Goiânia (reunião)	446/2007	Correção
21	Prefeitura Municipal de Paranaguá/PR	261/2007	Correção
22	Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo/RS	720303/2009	Correção

FLUXO CGAPA X CGOPE

1. A área técnica repassa as informações sobre os convênios que necessitam de visita no prazo de 30 dias para a CGOPE;
2. A CGOPE encaminha a relação dos Termos Aditivos com antecedência de 03 meses à CGAPA, bem como as informações da área técnica sobre a necessidade de visitas no prazo de 30 dias;
3. A Equipe Colaboradora realiza a visita e emite o Relatório do Convênio no prazo de 15 dias (estabelecido pela CGAPA);
4. A CGAPA valida o Relatório Consolidado e envia à Assessoria do DEEIC;
5. Assessoria do DEEIC analisa o relatório e profere as recomendações aplicáveis no prazo de 10 dias e encaminha à CGOPE;
6. A CGOPE direciona o referido Relatório à área técnica/ME no prazo de 01 dia;

7. O técnico da CGAO responsável pelo acompanhamento do convênio avalia o teor das constatações frente aos demais documentos apensados aos autos e valida/encaminha à entidade Conveniente as recomendações pertinentes no prazo de 07 dias do recebimento;
8. O documento deve então, ser encaminhado à Conveniente no prazo de 05 dias, a contar da elaboração do documento, com exceções apenas no caso de Termos Aditivos de Prorrogação de Vigência;
9. No caso de solicitação de esclarecimentos de dúvidas sobre o Relatório e/ou complementação das informações, a equipe técnica deve orientar o parceiro a encaminhar a solicitação por e-mail à CGOPE, que por sua vez, repassará à CGAPA, para providências. Quaisquer contatos telefônicos diretos entre a área técnica/ME e Equipe Colaboradora devem ser formalizados por e-mail à CGAPA.

j) Solicitação de material esportivo para reposição, remanescente ou envio de 2ª remessa:

Em função da dificuldade no atendimento da demanda do PST pelo Programa Pintando a Liberdade, algumas entidades de convênios formalizados anteriormente a Novembro de 2009 (ocasião em os materiais esportivos necessários para o desenvolvimento das atividades nos núcleos passaram a ser doados pelo referido programa) tiveram a entrega parcial de seus materiais e uniformes, sendo necessário o envio dos itens remanescentes e/ou da 2ª remessa (no caso das parcerias plurianuais).

Também ocorrem casos das parcerias ainda estarem em execução e do material doado e recebido já se encontrar muito desgastado pelo uso constante.

Em abas as situações, o técnico da CGOPE recebe a solicitação, avalia a pertinência e encaminha à CGES via despacho o documento do deferimento do pleito, bem como o pleito apresentado pela conveniente demonstrando a necessidade de reposição de material para reposição/atendimento integral.

Após a adoção das providências pertinentes pela a CGES, esta comunica ao técnico responsável, via email, sobre envio de materiais e solicitação da devolução do Termo de Recebimento assinado. Após o recebimento envia à CGAO, via despacho, cópia do termo de recebimento assinado pelo Parceiro para ser apensado ao processo.

Ademais, no sentido do saneamento e gestão, a CGOPE juntamente com a CGES tem reiterado a solicitação de que o parceiro envie o Termo de Recebimento, assinado pelo dirigente, logo em seguida ao recebimento de qualquer quantidade de material.

k) Monitoramento das informações inseridas no Sistema Informatizado ME

Monitoramento do cadastramento integral dos núcleos, beneficiados e recursos humanos envolvidos no projeto, perante o Sistema deste Ministério, conforme determina a Portaria nº. 137, de 20/06/08, que objetiva assegurar o alcance da meta de beneficiados pactuada, bem como a efetiva disponibilização da estrutura física e de pessoal necessária ao regular funcionamento dos núcleos/atividades. A conclusão do referido cadastro consiste em pré-requisito para o recebimento da Ordem de Início, e conseqüente liberação da parcela remanescente. Ressalte-se que a qualidade da base cadastral permanece condicionada às limitações do Sistema *on line* já mencionadas em relatórios anteriores e em fase de superação com a perspectiva de implantação do novo sistema informatizado.

Verificação diária do banco de dados de beneficiados e recursos humanos (com o apoio da CGMI que precede a verificação semanal), quanto à incidência ou não de duplicidades no cadastramento, evitando erros ou fraudes no Sistema.

A atualização permanente do cadastro também é monitorada pela GTINF e cobrada da entidade parceira pelo técnico responsável pelo convênio. Nesse sentido, cabe registrar que todas as alterações nos locais de funcionamento de Núcleo e na Coordenação Geral que por ventura ocorram durante a execução são repassadas pela área responsável pelo acompanhamento dos projetos à GTINF.

l) 2º Relatório de Acompanhamento – Fase Operacional:

Os Relatórios de Acompanhamento do Convênio foram padronizados por esta unidade gestora e disponibilizados às entidades parceiras, objetivando a coleta de informações de acordo com a fase do projeto, para o monitoramento pontual da execução das ações previstas e sua aderência à Proposta Pedagógica do PST. Nesse sentido, a entidade parceira deve preencher, durante o período de vigência, 02 modelos de Relatórios, correspondentes às fases de execução do projeto e um terceiro relatório que abrange todas as fases, e integra a prestação de contas dos convênios:

* 1º Relatório (Fase de Implementação - Demonstrativo de Procedimentos Preliminares): Relativo aos meses iniciais, devendo ser encaminhado no período previsto para estruturação (variando de 02 a 06 meses, conforme definido em cada projeto) e após concluídos os Procedimentos Preliminares.

* 2º Relatório (Fase Operacional – Desenvolvimento do Projeto): Relativo a cada Ciclo Pedagógico, devendo ser encaminhado no terceiro mês de cada ciclo. Ressalte-se que a previsão do número de Ciclos Pedagógicos define a quantidade de relatórios a serem encaminhados, respeitado o mínimo de 02, sendo um de cada modelo.

* 3º Relatório (Fase Final – Cumprimento do Objeto): Relativo a todo o período de vigência do convênio, devendo ser encaminhado juntamente com a Prestação de Contas Final no prazo máximo de 60 ou 30 dias, contados após o término da vigência, a teor do disposto no Art. 31, caput, da IN STN 01/97 ou Art. 56, caput, da Portaria Interministerial 127/08 respectivamente (legislação aplicável de acordo com o período da formalização).

No particular do 2º Relatório de Acompanhamento, a entidade é oficializada sobre a necessidade de envio e de sua periodicidade de envio após o recebimento da Ordem de Início – ocasião em que o projeto entra na fase de execução.

O técnico monitora o envio do referido relatório pela conveniente e, ao receber o documento preenchido, o avalia em ficha específica e, se for o caso, profere recomendações com base nos demais elementos disponíveis.

m) Revisão dos modelos/procedimentos

Alguns dos principais instrumentos adotados pela Coordenação de Operação (Alteração de Cardápio; Prorrogação de Vigência; Solicitação de Material Esportivo; Substituição de Recursos Humanos e Núcleos/Municípios; Alteração do Plano de Trabalho; Alteração da Entidade Fiscalizadora; Utilização de saldo de economia e rendimentos; Suplementação de Recursos, e Alteração de contrapartida), também foram atualizados, conforme apresentado a seguir:

- Check-List

O Check List foi inserido na rotina de trabalho no final de 2008 para orientar o trabalho dos técnicos no acompanhamento dos convênios e na revisão processual dos mesmos. A instituição do referido instrumento foi de suma importância para o acompanhamento efetivo de todos os

procedimentos efetuados na análise do convênio, desde a Formalização até a Prestação de Contas Final.

Mesmo após realização de capacitações junto à equipe técnica foi observado pelas Coordenações juntamente com a Direção do Programa que, devido às mudanças na equipe técnica e dificuldades no manuseio do documento por parte dos usuários, apesar dos esforços, grande parte dos “Check List” ainda não havia sido preenchida.

Diante desse contexto, o Check List teve seu conteúdo e formatação revisados, passando em abril/2010 a ser mais sucinto/objetivo ao orientar o passo-a-passo do acompanhamento operacional, sendo intitulado de “Ficha de Acompanhamento Operacional (FAO)”.

Para alinhar o entendimento, o procedimento foi apresentado à equipe em evento de capacitação em março/2010.

- Termos Aditivos de Prorrogação de Vigência – Anexo 35 - Modelo Parecer TA

Considerado por esta Coordenação, como a ação mais relevante no acompanhamento dos convênios, em consequência da realização do saneamento processual, o modelo de Parecer de Termo Aditivo foi reestruturado, e a estimativa é de que em 2011 passe a ser utilizado o extrato do SIC em detrimento ao histórico digitalizado de especificações dos prazos de vigência do convênio e de prorrogações de vigência concedidas.

Foi dada continuidade a aplicação da Memória de Cálculo para apresentação da base de cálculo utilizada quando da avaliação da utilização de rendimentos e/ou economias e ainda para unificação dos Planos de Trabalho, do Programa Segundo Tempo e do Projeto Recreio nas Férias, conforme quadro a seguir:

	Ação 01	Ação 02	Ação 03	Ação 04	Ação 05	Total
Valor PT Original	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx
Valor Utilizado	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx
Saldo	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx
Novo PT	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx	R\$ xxx
Saldo de Rendimento:						R\$ xxx
Utilização do Saldo de Rendimento:						Valor
Indicação de onde será aplicado o saldo de rendimento						R\$ xxx

Saldo a utilizar e/ou sujeito a devolução:	R\$ xxx
--	---------

Com relação aos Aspectos Operacionais, quando tratados nos Pareceres de Termos Aditivos (saneamento processual mediante avaliação de todos os pleitos que necessitem de apreciação da SNEED), cumpre informar que após análise estes são enviados às entidades - mesmo tratamento adotado com as informações e diligências, estabelecendo os respectivos prazos para apresentação de respostas (se for o caso), tais como substituição de núcleos, substituição de Recursos Humanos, entre outros.

As informações e diligências devem ser encaminhadas à Convenente no prazo de 05 dias, a contar da elaboração do documento, com exceções apenas no caso de Termos Aditivos de Prorrogação de Vigência.

A entidade Convenente tem 15 dias para se manifestar a respeito das recomendações consignadas na Informação/Parecer/Ofício, a contar da data do recebimento do documento, sendo a solicitação reiteração em caso de silêncio.

n) Saneamento processual – convênios vigentes e expirados na Operação:

De forma geral, os técnicos fizeram o levantamento das pendências dos processos mediante o preenchimento/atualização sistemática da Ficha de Acompanhamento Operacional – FAO, a qual reúne todos os prazos e procedimentos que devem ser adotados quando do acompanhamento da execução das parcerias. As lacunas identificadas estão sendo tratadas, mediante análise de pleitos e reiteração de ofícios.

Produtos Concluídos

No ano de 2010, no que tange à Coordenação de Operação (CGOPE), a redistribuição dos processos e a integração das demais fases/procedimentos possibilitou a adequação do acompanhamento operacional do convênio, pois o mesmo passou a ser tratado como um todo, com sua história, suas peculiaridades, dentro de um contexto específico. Tendo em vista a integração dos procedimentos relacionados ao processo de acompanhamento, vários foram os produtos concluídos no exercício de 2010, destacando-se:

- A emissão de cerca de 87 Prorrogações de Vigência, das quais 20 foram realizadas por meio de Apostilamento, tendo em vista o atraso na liberação dos recursos pactuados, e 67 por meio de Pareceres Técnicos de Termos Aditivos, que além da dilação do período de execução, analisaram pleitos diversos apresentados pela entidade, e solicitaram

esclarecimentos/documentos para fins de saneamento processual, objetivando o adequado cumprimento da meta pactuada no Instrumento de Convênio;

- Rescisão de 3 convênios, a saber:
 - 2 decorrentes de dificuldades enfrentadas pelas entidades na execução da parceria;
 - 1 decorrente da solicitação da entidade sob a alegação de cumprimento do objeto antes do prazo da vigência estabelecido;
- Indeferimentos de pleitos de prorrogação de vigências (02 Informações), as quais tiveram por respaldo as constatações *in loco* das ECs e/ou técnicos responsáveis pelo acompanhamento;
- Emissão de, no mínimo, 1 Informação e/ou Parecer por Convênio, com vistas ao deferimento de pleitos, tais como:
 - Substituição de Beneficiados, Recursos Humanos ou Núcleos;
 - Alteração de Cardápio;
 - Utilização do Saldo de Rendimentos da Aplicação Financeira;
 - Remanejamento e/ou Suplementação de Recursos;
 - Alterações/Substituições de itens relacionados do Plano de Trabalho;
 - Substituição da Entidade de Controle Social;
 - Alteração na Forma da Contrapartida e Reposição de Material Esportivo.
- Análises dos Formulários de Verificação dos Aspectos Operacionais encaminhados pelas Entidades Fiscalizadoras, em instrumento de avaliação específico;
- Análises dos Relatórios de Acompanhamento – Fase Operacional, enviados pelas entidades parceiras em ficha específica;
- Análise dos Relatórios de Vistoria emitidos pelos técnicos do ME e aos Relatórios Consolidados de Visita emitidos pela Equipe Colaboradora, ambos proferidos após acompanhamento *in loco* aos núcleos dos convênios;

Faz-se necessário destacar que, para a conclusão dos produtos do setor, vários instrumentos foram utilizados, no intuito de obter subsídios para as referidas análises, a exemplo dos Relatórios Consolidados, emitidos pelas ECs; Relatórios de Vistoria, emitidos por servidores do ME e

Relatórios de Acompanhamento específicos de da fase de funcionamento dos núcleos; entre outros documentos operacionais utilizados pela equipe técnica.

Resultados Alcançados

Os eventos de capacitação realizados ao longo de 2010 e as reuniões de equipe promovidas no 2º semestre/2010 agregaram qualidade ao trabalho dos técnicos. Esse processo foi continuado no transcorrer do ano mediante a elaboração dos documentos de forma conjunta (técnicos + coordenação), fazendo com que a equipe tenha uma visão preliminar da execução dos convênios como um todo.

A implementação do SIC e sua utilização também merecem destaque, visto que permitem a análise de pleitos/consultas aos dados dos convênios mesmo com o processo físico fora do setor. Deve ainda ser trabalhada sua inserção na rotina dos técnicos para que o sistema esteja sempre atualizado. Importante salientar neste caso, que os fluxos de informações para o Sistema Informativo de Convênios será oportunamente alterado fazendo com que os técnicos mantenham o sistema atualizado à medida que o convênio evoluir processualmente.

Ainda assim, considerando que os convênios permanecem mais tempo do que o previsto na fase de operação, e muitas são as dificuldades na execução, a quantidade e a diversidade de pleitos recebidos para alterações/adequações é enorme. Para que o técnico possa analisá-los e juntamente com a gestão da Secretaria indique a melhor decisão para cada caso concreto, considerando os princípios da administração pública, é necessário um conhecimento bastante amplo das possibilidades previstas na normativa e das Diretrizes do Programa.

Embora a Secretaria tenha investido na formação dos Recursos Humanos, as condições de trabalho e as condições salariais têm levado a uma rotatividade muito grande na área técnica, com impacto efetivo na qualidade das análises proferidas, o que tem demandado dedicação exclusiva das coordenações do Departamento.

Para o cumprimento das demandas, faz-se necessário adotar medidas estruturais para o cumprimento da carga horária da equipe técnica de 8 horas, bem como investir na qualificação dos profissionais, por meio de capacitações que se mostrem eficazes no aprendizado.

Além disso, faz-se necessário reavaliar o quadro de servidores (equipe técnica e apoio), posto que em determinados casos têm-se observado dificuldades no cumprimento das demandas, devendo

ser observada a estratégia de contratação, qualificação, capacitação e espaço para atender as expectativas do setor.

Para isso seria necessário ampliar os cargos atualmente disponíveis, não apenas em quantitativo, mas também em relação ao nível salarial e à forma de vinculação, de forma a qualificar a seleção dos Recursos Humanos e superar os problemas operacionais.

Propostas de Mudanças

Nesse sentido, estão em estudos mudanças que visam otimizar os procedimentos das coordenadorias internas da CGAO, conforme citado anteriormente, e também garantir agilidade no trâmite processual, bem como, aprimoramento do controle documental. Apresenta-se abaixo algumas das mudanças propostas:

- Criação de Equipes Técnicas compostas de 01 (um) Líder/Coordenador e aproximadamente 05 (cinco) técnicos;
- Redução no número de convênios por técnico, sendo a quantidade ideal para o atual nível de detalhamento processual de 07 (sete) convênios por técnico;
- Contratação de mais técnicos de nível médio, de forma a completar a equipe visando a situação ideal do item anterior;
- Realização de reuniões diárias entre os líderes para passagem de conhecimento e nivelamento das práticas de condução junto aos parceiros;
- Capacitação dos líderes para coordenar o acompanhamento em todas as fases do convênio;
- Capacitação dos líderes para acompanhar a execução da execução por meio do SICONV;
- Intensificar o uso do SIC – Sistema Informativo de Convênios, incluindo os controles documentais e de prazos;
- Aumento da estrutura física da CGAO com o objetivo de abrigar todos os técnicos e colaboradores da área;
- Atualizar os equipamentos de informática, microcomputadores, impressoras e scanners;

- Rever os modelos de ofícios enviados dos parceiros à CGAO, de forma a padronizar as informações e pleitos dos mesmos.
- Rever os modelos de parecer, informações e diligências visando a padronização, mas evitando a automatização das análises;
- Rever a forma de elaboração e correção dos documentos produzidos visando qualificar a produção e otimizar o tempo da Equipe Técnica e das Coordenações.
- Rever os fluxos de documentos e processos eliminando retrabalho e despachos desnecessários ou repetitivos;
- Rever o nível de detalhamento processual dando aos técnicos maior agilidade nas respostas aos parceiros e no próprio aprendizado.

Tais alterações deverão ser iniciadas em meados do mês de fevereiro 2011, e possivelmente necessitarão de ajustes pontuais à medida que forem implantadas, mas com certeza trarão à CGAO mais agilidade no acompanhamento dos convênios em vigência, e contribuirão com o aprimoramento da atuação da SNEED, que tem como meta o aumento exponencial dos atendimentos aos beneficiados do Programa Segundo Tempo com a qualidade desejada, podendo alcançar resultados mais positivos.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DO PST

Análises dos Planejamentos Pedagógicos

O presente relatório refere-se ao estado da arte dos planejamentos pedagógicos de núcleos (PPNs) em relação ao processo de acompanhamento pedagógico e administrativo do Programa Segundo Tempo - SNEED/ME.

O processo de acompanhamento do Programa Segundo Tempo envolve diversas ações (suporte pedagógico e administrativo) e atores (convênios, equipes do ME e equipes colaboradoras).

A rede de equipes colaboradoras é responsável pelas ações de capacitação dos recursos humanos dos convênios, plantão de suporte e apoio pedagógico, avaliação in loco das ações desenvolvidas e avaliação dos planejamentos pedagógicos de núcleo. Destaca-se que essas ações caracterizam-se essencialmente pelo caráter orientador aos parceiros do Ministério do Esporte – Programa Segundo Tempo.

A elaboração do planejamento pedagógico de núcleo é de responsabilidade do coordenador de núcleo, supervisionado pelo coordenador geral do convênio. As ações planejadas, aqui referenciadas pelo planejamento pedagógico de núcleo (PPN), são entendidas pela equipe gestora como fatores essenciais para o alcance dos objetivos e da qualidade do atendimento ao beneficiado.

Os dados apresentados a seguir referem-se à situação das avaliações dos planejamentos pedagógicos pelas equipes colaboradoras, ou seja, se elas encontram-se finalizadas e/ou em processo de análise. Referem-se também a informações gerais do contexto do processo de avaliação, ações desenvolvidas pelo acompanhamento e sugestões.

Estado da Arte e análise dos dados

No estado da arte é apresentado o quadro resumo da posição atualizada de avaliação dos PPNs pelas Equipes Colaboradoras, divididos em PPNs (Modelo antigo) que se encontram com prazo vencido de avaliação e PPNs (Modelo antigo e Modelo Novo) que se encontram dentro do prazo estabelecido para avaliação.

a. PPNs (Modelo antigo) que se encontram com prazo vencido de avaliação

O quadro abaixo (Quadro 01) apresenta os convênios que tiveram suas avaliações de PPNs realizadas das seguintes formas:

- a.1. PPNs avaliados dentro do prazo previsto pelas ECs;
- a.2. PPNs finalizados com ressalvas por estarem em sua maioria em poder do convenio, refletindo negativamente no processo de avaliação de PPNs e ultrapassando o tempo determinado pela Equipe Pedagógica;

Quadro 1 - RESUMO – SITUAÇÃO ECs x PPNs AVALIADOS

EC	CONVÊNIO	QTDE NÚCLEOS	PPNs FINALIZADOS (Modelo antigo)	% FINALIZADOS	OBSERVAÇÕES
01	465/2007 - PM MANAUS	120	110	92%	a) 66 PPNs finalizados com ressalvas; b) Falta o convênio inserir 10 PPNs para serem analisados;
05	112/2008 - ASCES	25	25	100%	
	051/2008 GOV. EST. PERNAMBUCO	105	62	59%	a) PPNs em análise e muitos em poder do convenio, o qual alega que esta esperando a aprovação do PPC para finalizar os PPNs (modelo antigo), seguindo orientações.

06	152/2007 PM BOM JESUS DA LAPA	10	10	100%	
	252/2007 PM CORRENTINA	04	04	100%	
	131/2007 - SETRE	50	50	100%	a) 50 PPNs finalizados com ressalvas
	054/2008 - PM LAURO FREITAS	50	50	100%	a) 50 PPNs finalizados com ressalvas em 18/11;
07	115/2008 - INSTITUTO PRÓ-AÇÃO	09	09	100%	
	702239/2008 - SEC TOCANTINS	10	10	100%	
08	351/2007 - PM CUIABÁ	30	30	100%	
	328/2007 - PM PALMAS	06	06	100%	
	050/2008 - PM PORTO VELHO	08	08	100%	
09	400/2007 – AGEL	60	00	00%	a) 08 PPNs inseridos na plataforma, mas que não permitem análise pela EC, tendo em vista os núcleos e endereços estarem desatualizados.
	446/2007 - PM GOIANIA	51	51	100%	a) 48 PPNs finalizados com ressalvas;
	702204/2008 - FUNESP	50	50	100%	a) 25 PPNs finalizados com ressalvas em 18/11;
11	344/2007 - PM SERRA	08	08	100%	
12	281/2007 – SECRET. ESPORTE E JUVENTUDE SEEJ/MG	200	117	58,5%	a) O Convênio inseriu apenas 117 PPNs que estão analisados; b) Falta inserir 83 PPNs correspondentes aos núcleos;
	394/2007- PM RIBEIRAO DAS NEVES	03	03	100%	a) CONVENIO ENCERRADO EM 31/10/2010
	305/2007 - PM CONSELHEIRO LAFAIETE	01	01	100%	a) CONVENIO ENCERRADO EM 02/09/2010
13	128/2007 - PM BH	85	85	100%	a) 55 PPNs finalizados com ressalvas
	321/2007 - PM IPATINGA	30	30	100%	a) CONVENIO ENCERRADO EM 13/11/2010
	452/2007 – PM UBERABA	12	12	100%	
	702200/2008 – PM UBERLANDIA	50	50	100%	
15	447/2007 PM GUARULHOS	36	36	100%	a) 03 PPNs finalizados com ressalvas;
	457/2007 - COOPERSPOR	33	30	91%	a) 27 PPNs finalizados com ressalvas;
17	INSTITUTO CONTATO	250	250	100%	a) 81 PPNs finalizados com ressalva;
	239/2007 – PM COLOMBO	06	06	100%	
	702205/2008 - PM CORONEL FREITAS	02	02	100%	a) CONVENIO ENCERRADO EM 27/10/2010
	702237/2008 - PM STA ROSA DE LIMA	02	02	100%	
18	457/2007 - COOPERSPOR	28	28	100%	a) 07 PPNs finalizados com ressalvas;

19	053/2008 – SESPORTE GOV EST CEARA	125	125	100%	a) 30 PPNs avaliações finalizadas com ressalvas;
20	053/2008 – SESPORTE GOV EST CEARA	108	108	100%	a) 61 PPNs avaliações finalizadas em ressalvas
TOTAL		TOTAL	1567	1368	87%

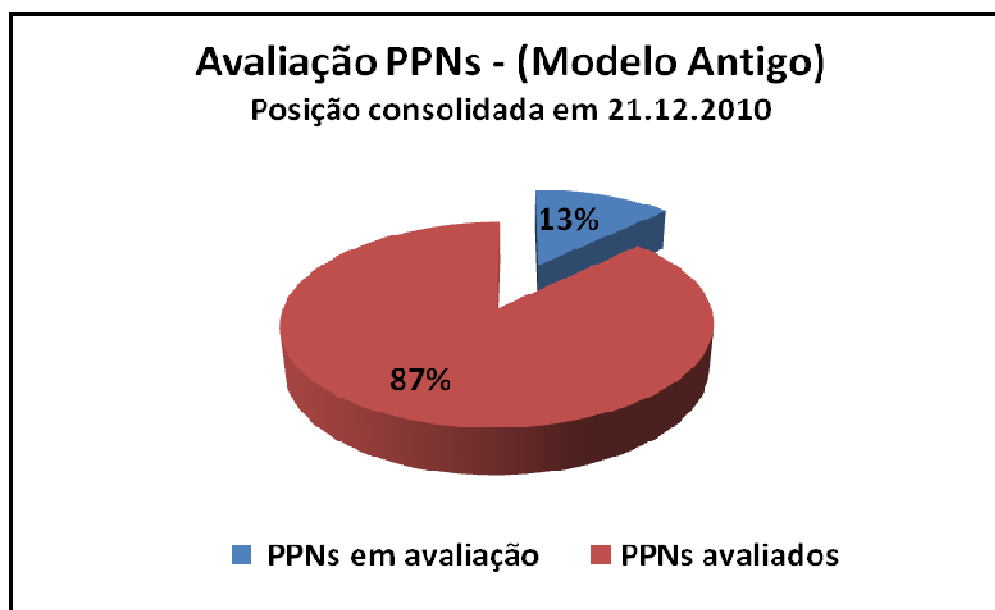


Gráfico 1 - Posição consolidada de Avaliação PPNs – 21/12/2010

Após análise realizada, observamos que alguns convênios merecem especial atenção da Equipe Gestora/Técnica na solução de aspectos que podem ter interferido no processo de andamento de análise dos PPNs pelas Equipes Colaboradoras, conforme abaixo (Quadro 02) com as devidas observações:

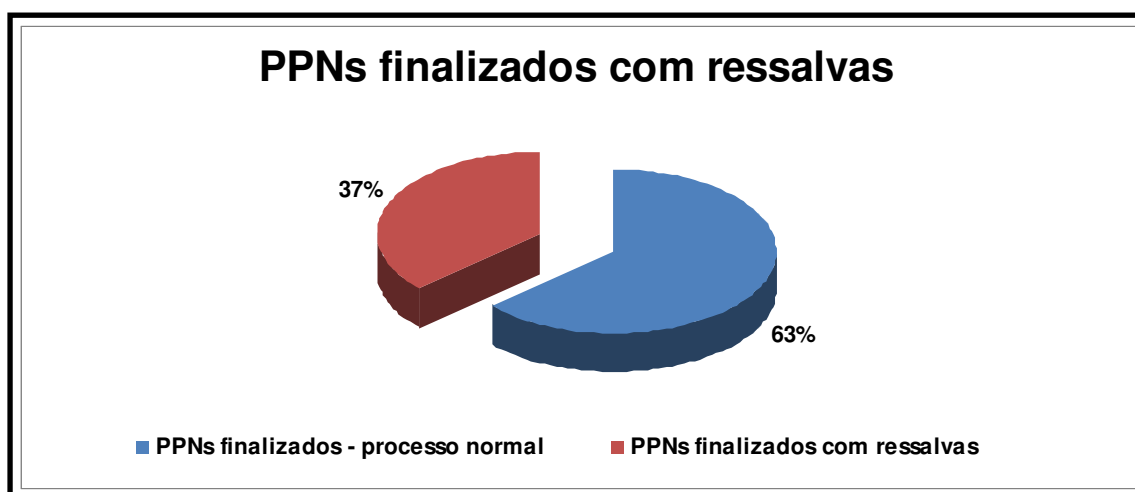
Quadro 2 – CONVÊNIOS A SEREM OBSERVADOS PELA EQUIPE GESTORA / PST

EC	CONVÊNIO	OBSERVAÇÕES
01	465/2007 - PM MANAUS	Falta o convênio inserir 10 PPNs para serem analisados;
09	400/2007 – AGEL	Segundo a EC o convênio altera a disposição dos núcleos e não mantém informado/atualizado a equipe técnica do ME, dificultando a inserção dos planejamentos. A plataforma apresenta apenas 08 PPNs inseridos, mas que não permitem análise pela EC, tendo em vista, os núcleos e endereços estarem desatualizados.
12	281/2007 - SEEJ	Falta inserir 83 PPNs correspondentes aos núcleos para que a EC possa realizar a avaliação.
15	457/2007 - COOPERSPOR	Há necessidade de observar a existência de núcleos excluídos que não permitiram a finalização das avaliações com ressalvas, totalizando o convênio como um todo. 04 PPNs finalizados com ressalvas;

A seguir (Quadro 03) apresentamos os convênios que tiveram avaliações de PPNs finalizadas com ressalvas, conforme orientações da Equipe Pedagógica. As ressalvas referem-se em sua maioria pela demora e/ou não devolução de PPNs que estavam em poder do convênio, acarretando em atrasos nos prazos estabelecidos pela Equipe Gestora para o processo de avaliação de planejamentos e no não atendimento às solicitações dos avaliadores das ECs, refletindo assim, de forma negativa no processo proposto pelo Programa Segundo Tempo. Destaca-se que foram solicitadas às equipes colaboradoras que preenchessem o formulário da Missiva 05, esclarecendo as dificuldades encontradas para avaliação de cada núcleo.

Quadro 3 – CONVÊNIOS COM PPNs FINALIZADOS COM RESSALVAS

EC	CONVÊNIO	OBSERVAÇÕES
01	465/2007 - PM MANAUS	66 PPNs finalizados com ressalvas;
06	131/2007 - SETRE	50 PPN finalizados com ressalvas
09	054/2008 - PM LAURO FREITAS	50 PPNs finalizados com ressalvas em 18/11;
	446/2007 - PM GOIANIA	48 PPNs finalizados com ressalvas;
15	702204/2008 - FUNESP	25 PPNs finalizados com ressalvas em 18/11;
	128/2007 - PM BH	55 PPNs finalizados com ressalvas
17	447/2007 PM GUARULHOS	03 PPNs finalizados com ressalvas;
	INSTITUTO CONTATO	81 PPNs finalizados com ressalva;
15/18	457/2007 - COOPERSPOR	34 PPNs finalizados com ressalvas;
19	053/2008 – SESPORTE GOV EST CEARA	30 PPNs finalizadas com ressalvas
20	053/2008 – SESPORTE GOV EST CEARA	61 PPNs finalizadas com ressalvas



b. PPNs (Modelo antigo e Modelo Novo) que se encontram dentro do prazo estabelecido para avaliação.

O quadro 04 abaixo apresenta os convênios que tiveram suas avaliações de PPNs realizadas das seguintes formas:

b.1. PPNs (modelo antigo) que se encontram em avaliação e dentro do prazo previsto, tendo em vista que os convênios e respectivos coordenadores foram orientados a esperarem o funcionamento do novo sistema de inserção de PPNs da plataforma PST que aconteceu em 30/10/2010.

b.2. PPNs (modelo novo) que se encontram em situação de análise pela EC, situação de rascunho ou ainda não foram inseridos pelo convênio. Destaca-se que alguns convênios estão aguardando o processo de capacitação oportunizado pela SNEED/ME, sendo assim encontram-se dentro dos prazos estabelecidos.

OBS: Segundo orientações da Equipe Pedagógica, o processo de avaliação dos referidos PPNs transcorrerá normalmente, tendo em vista que se encontram dentro do prazo estabelecido.

Quadro 4 - RESUMO – SITUAÇÃO ECs x AVALIAÇÃO PPNs (no prazo estabelecido)

EC	CONVÊNIO	QTDE NÚCLEOS	PPNs FINALIZADOS	% FINALIZADOS	OBSERVAÇÕES
01	450/2007 - PM Boa Vista	07	00	00%	b) Não apresenta PPNs inseridos na plataforma.
03	430/2007 – SEC EST EDUC RN	17	00	00%	c) Não apresenta PPNs inseridos na plataforma;
	720876/2009 IDESH	120	73	61%	a) PPC aprovado. b) PPNs inseridos na plataforma e em análise.
05	702242/2008 FUNDEG	20	00	00%	a) PPC aprovado. b) PPNs inseridos na plataforma e em análise.
	283/2007 – SEC EST ESPORTE LAZER SERGIPE	50	00	00%	a) PPC aprovado em 16.11.2010. b) 60 PPNs inseridos na plataforma em situação de rascunho e análise. c) Aguardando capacitação
06	723427/2009 PM RIBEIRA POMBAL	12	00	00%	a) PPC aprovado em 16/11/2010; b) Não apresenta PPNs inseridos na plataforma; c) Aguardando capacitação;
	722566/2009 PM SÃO SEBASTIAO DO PASSÉ	30	00	00%	a) PPC aprovado em 09/11/2010; b) PPNs inseridos na plataforma e em avaliação pela EC; c) Aguardando capacitação;
	722568/2009 PM CAMPO ALEGRE DE LOURDES	08	00	00%	a) PPC aprovado em 08.09.2010. b) Não apresenta PPNs inseridos na plataforma; c) Aguardando capacitação;
	718382/2009	10	00	00%	a) PPC aprovado em 30.10.2010;

	PM LAPAO				b) Não apresenta PPNs inseridos na plataforma; c) Aguardando capacitação;
08	725057/2009 FAMEPI PI	126	00	00%	a) PPC aprovado em 11/11/2010; b) Apresenta apenas 01 PPN inserido na plataforma; c) Aguardando capacitação;
11	702203/2008 ASSOC. FAZENDO ACONTECER	30	03	10%	a) PPNs (modelo antigo) inseridos na plataforma e em análise da EC.
	726109/2009 PM VOLTA REDONDA	90	00	00%	a) PPC aprovado em 11.11.2010. b) PPNs inseridos na plataforma em situação de rascunho e em análise;
	726143/2009 INST. SEMEAR	20	00	00%	a) PPC aprovado em 09/11/2010. b) A plataforma apresenta apenas 01 PPN inserido para análise (situação de rascunho).
	720519/2009- PM ENG. P. FRONTIM	04	00	00%	a) PPC aprovado em 11/11/2010 b) PPNs inseridos e em análise pela EC. c) Aguardando capacitação
	722576/2009 - FUNCAB	60	00	00%	a) PPC aprovado em 09/11/2010 b) 60 PPNs inseridos e em análise pela EC c) Aguardando capacitação
12	712606/2009 - PM CHACARA	04	00	00%	a) PPC aprovado em 11/11/2010; b) 04 PPNs inseridos e em análise pela EC. c) Aguardando capacitação
	728975/2009 - PM PATOS DE MINAS	16	00	00%	a) PPC aprovado em 17/08/2010. b) 20 PPNs inseridos Em rascunho e em análise pela EC. c) Aguardando capacitação
	719306/2009 - INSTITUTO CIDADE	60	00	00%	a) PPC aprovado em 12/11/2010. b) 69 PPNs inseridos Em rascunho e em análise pela EC. c) Aguardando capacitação
13	702768/2008 - PM IBIÁ	04	00	00%	a) PPC aprovado em 13.12.2010; b) PPNs inseridos na plataforma em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação
	725463/2009 - PM CONGONHAS	02	00	00%	a) PPC aprovado em 11.11.2010; b) PPNs inseridos na plataforma para avaliação da EC. c) Aguardando capacitação
	726144/2009 - PM SABARÁ	20	00	00%	a) PPC aprovado em 24.11.2010; b) PPNs inseridos na plataforma para avaliação da EC. c) Aguardando capacitação
14	340/2007 - PM JUNDIAÍ	30	30	100%	a) SITUACAO PPNs OK
	717917/2009 -ONG BOLA PRA FRENTE	180	00	00%	a) PPC aprovado em 20/11/2010. b) PPNs (modelo antigo) inseridos na plataforma e em análise pela EC.O convenio irá inserir os PPNs em modelo novo, seguindo orientações da Equip. Pedagógica.

	724748/2009 - PM TATUÍ	05	00	00%	a) PPC aprovado em 16.11.2010. b) Aguardando capacitação
15	217/2007 - PARANA ESPORTE	103	00	00%	a) PPC aprovado pela EP em 04/2010; b) EM 16.12.2010 – a plataforma não apresenta PPNs inseridos (modelo novo). c) Segundo informações da EC o convenio foi orientado pela Equipe Gestora a aguardar o PPC para inserir os PPNs no modelo novo.
	044/2008 - PM CAMPINAS	50	00	00%	a) A PLATAFORMA apresenta ppns (modelo antigo) inseridos para análise e que estão em poder do convênio desde janeiro. Este foi orientado pela Eq. Gestora a aguardar o modelo novo do PPN. Apresenta apenas 01 PPN lançado.
16	217/2007 - PARANA ESPORTE	103	00	00%	a) Segundo informações da EC o convênio foi orientado pela Equipe Gestora a aguardar o PPC para inserir os PPNs no modelo novo. b) EM 16.12.2010 – a plataforma não apresenta PPNs inseridos (modelo novo).
17	261/2007 PM PARANAGUA	20	00	00%	a) PPC inserido na plataforma e em situação de rascunho em 16/12/10. b) Não apresenta PPNs inseridos.
18	200/2007 - FUNDERGS	80	00	00%	a) PPC inserido na plataforma – em situação de rascunho;
	716852/2009 - PM ANTA GORDA	04	00	00%	a) PPC aprovado em 18/10/2010. b) 04 PPNs inseridos na plataforma em análise e em rascunho.
	720303/2009 - PM DR RICARDO	02	00	00%	a) PPC aprovado em 11/11/2010. b) 03 ppns inseridos na plataforma em análise e em rascunho.
	722281/2009 – PM SANTO ANGELO	12	00	00%	a) PPC aprovado em 16/11/2010. b) 12 PPNs inseridos do modelo novo, em análise c) Aguardando capacitação.
	726118/2009 – CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL	54	00	00%	a) PPC aprovado em 09/11/2010. b) 14 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação.
	724764/2009 - PM BAGÉ	10	00	00%	a) PPC aprovado em 11/11/2010. b) 10 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação.
	724191/2009 – PM TRAMANDAÍ	10	00	00%	a) PPC aprovado em 11/11/2010. b) 10 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação.
	722570/2009 - PM NOVO HAMBURGO	40	00	00%	a) PPC aprovado em 16/11/2010. b) 40 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de rascunho e em análise;

					c) Aguardando capacitação.
19	714425/2009 - PM MARANGUAPE	20	00	00%	a) PPC aprovado em 09/12/2010. b) 19 ppns (modelo novo) inseridos em situação de rascunho c) Aguardando capacitação.
20	702202/2008 SESC/CE	80	00	00%	a) A plataforma não apresenta PPNs inseridos para análise. Segundo a coordenadora da EC, essa dificuldade foi relatada na reunião com a EG em Fortaleza, onde estava presente o Dirceu, que juntamente com o professor Álvaro tentaram sanar alguns problemas existentes, mas a questão da correção não obtivemos êxito
	726117/2009 - PM SOBRAL	70	29	42%	a) PPC aprovado em 16/11/2010.
21	702359/2008 - FEDERACAO PAULISTA XADREZ	70	70	100%	b) SITUACAO PPNs OK c) CONVENIO RESCINDIDO EM 31/12/10
	702369/2008 - PM HORTOLÂNDIA	20	00	00%	a) PPC aprovado em 16/11/2010. b) 20 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de rascunho e em análise. c) Aguardando capacitação.
	722292/2009 - PM CRISTAIS PAULISTAS	04	00	00%	a) PPC aprovado em 11/11/2010. b) 09 PPNs inseridos em situação de rascunho e em análise. c) Aguardando capacitação.
	722552/2009 - PM SERRANA	04	00	00%	a) PPC aprovado em 16/11/2010. b) 12 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de rascunho em análise. c) Aguardando capacitação.
	720627/2009 - PM PITANGUEIRAS	03	00	00%	a) PPC aprovado em 16/11/2010. b) 03 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de análise. c) Aguardando capacitação.
22	720301/2009 - PM SÃO BERNARDO DO CAMPO	40	00	00%	a) PPC aprovado em 09/11/2010. b) 69 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação.
	722589/2009 - ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ	10	00	00%	a) PPC aprovado em 04/11/2010. b) 09 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação.
	719993/2009 - PM EMBU-GUAÇU	04	00	00%	a) PPC aprovado em 03/11/2010. b) 02 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação.
23	726170/2009 - PM SANTANA/AP	20	00	00%	a) PPC aprovado em 16/11/2010. b) 08 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação.
24	725598/2009 - PM MONTES CLAROS/MG	20	00	00%	a) PPC aprovado em 03/11/2010. b) 20 PPNs (modelo novo) inseridos em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação.

25	724439/2009 – PM COMUNIDADE NOVA	50	00	00%	a) PPC aprovado em 02/08/2010. b) 54 PPNS (modelo novo) inseridos em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação.
	726112/2009 - INSTITUTO DE CULTURAL AMBIENTAL – ICA	100	00	00%	a) PPC aprovado em 02/08/2010. b) 155 PPNS (modelo novo) inseridos em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação.
	726185/2009 - LIGA DE ARTES MARCIAIS DA REGIÃO DOS LAGOS	36	00	00%	a) PPC aprovado em 19/08/2010. b) 17 PPNS (modelo novo) inseridos em situação de rascunho. c) Aguardando capacitação.

Ressalta-se, nesta análise, que os PPCs dos Convênios de 2007 e 2008 não foram analisados por orientação da equipe gestora, uma vez que os mesmos fazem parte de procedimentos anteriores. Entretanto, o processo pode estar em atraso na implantação dos PPNS na plataforma PST, em decorrência de o convênio estar se ambientando com o novo sistema de PPNS, e que só foi disponibilizado em 30/10/2010.

Sugestões

Controle de inserção de PPNS

Sugere-se que a plataforma limite o número de inserções de PPNS, respeitando o número de núcleos declarados pelo convênio. Esta sugestão se dá pela constatação de convênios que tem um número de PPN lançado superior ao número de núcleos declarados.

Relatório Geral de Acompanhamento

Para facilitar um acompanhamento geral do programa, sugere-se que o sistema disponibilize uma página com valores resumidos contendo as seguintes informações:

- a) Identificação da EC;
- b) Identificação do convênio;
- c) Status do PPC (aprovado/em análise/não inserido/rascunho);
- d) Número de Núcleos;
- e) Número de PPNS incluídos.
- f) Número de PPNS enviados à CGAPA (aprovados);
- g) Percentual de PPNS finalizados;

h) Percentual de PPNs pendentes.

Considerações Finais

Após análise do processo de avaliação dos planejamentos pedagógicos de núcleo e apontadas as situações individualizadas de cada um dos convênios relacionados às respectivas equipes colaboradoras responsáveis pelo apoio e suporte pedagógico verificaram que:

- 1) As equipes colaboradoras têm cumprido com sua função de análise dos PPNs caracterizando-se como importante suporte orientador aos coordenadores de núcleo e geral;
- 2) A relação entre equipe colaboradora/avaliador e convênio/coordenador de núcleo tem sido satisfatória, fortalecendo o processo de avaliação de Planejamentos Pedagógicos de Núcleos (PPNs) proposto pelo PST, haja vista que há um fluxo considerável de trocas de orientações/ajustes de PPNs entre os atores citados, tendo um intervalo de 2 a 5, chegando em alguns casos até 11 intervenções via plataforma, conforme figura 01 abaixo.

Núcleo: CEMEA - Centro Municipal de Educação Avançada Abadia		Avaliador: Maria Flávia Soares Pinto Carvalho 06874810669	
-	Avaliação In Loco: 2009-11-22 19:29:42		Liberado p/ coord. EC
-	Avaliação pedagógica: 2009-11-12 22:11:06		Liberado p/ CGAPA
-	Projeto pedagógico: 2009-11-12 19:42:01		Liberado p/ EC
-	Avaliação pedagógica: 2009-10-26 22:08:07		Liberado p/ convênio
-	Projeto pedagógico: 2009-10-23 09:16:32		Liberado p/ EC
-	Avaliação pedagógica: 2009-10-17 20:27:42		Liberado p/ convênio
-	Projeto pedagógico: 2009-10-10 15:53:14		Liberado p/ EC
-	Avaliação pedagógica: 2009-09-14 12:13:01		Liberado p/ convênio
-	Projeto pedagógico: 2009-09-02 18:22:42		Liberado p/ EC

Figura 1 – EXEMPLO - FLUXO DE ORIENTAÇÕES ENTRE EC x CONVÊNIOS

- 3) As dificuldades encontradas são provenientes, em sua maioria, pelo não comprometimento dos coordenadores de núcleo e/ou coordenador geral em não atender às orientações dos avaliadores/EC na melhoria da qualidade dos planejamentos dos núcleos, o que no entendimento do Programa é uma ação fundamental para o cumprimento dos objetivos.

Apesar dos aspectos considerados, verificamos que a plataforma carece ainda de ajustes que possam facilitar uma melhor visualização do andamento do processo de avaliação de PPNs, conforme sugestões descritas anteriormente. No entanto, considera-se que a elaboração da

plataforma PST como suporte do Processo de Avaliação de Planejamentos e canal de comunicação entre Equipes Colaboradoras e Convênios foi um marco na organização pedagógica e administrativa do Programa Segundo Tempo, podendo servir como modelo para outros programas esportivos sociais inseridos em Políticas Públicas do Esporte.

Análise Qualitativa do Processo de Avaliação e Acompanhamento dos Planejamentos Pedagógicos de Convênio e de Núcleos

A exigência de planejamentos para o Programa Segundo Tempo (PST) sempre existiu, contudo, a partir do ano de 2008, além da exigência formal para a aprovação das propostas, passou-se a ter um acompanhamento mais detalhado da organização, apresentação e desenvolvimento do mesmo.

A implantação das Equipes Colaboradoras e todo o processo de capacitação em serviço desenvolvido por meio do Projeto de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do PST da SNEED/UFRGS, fez com que essa ação do planejamento se consolidasse e ganhasse papel importante no processo de autorização, desenvolvimento e avaliação dos convênios.

Não se coloca como uma prática comum que em ações dessa natureza se acompanhe com tanta presteza e aproximação o desenvolvimento dos planos propostos. Nem sempre por descaso e/ou falta de compromisso, mas por se entender que essa é uma ação natural e que deveria ser observada mais eficientemente pelos parceiros. Entretanto, não temos essa prática tão consolidada a ponto de ser relegada e/ou confiada apenas aos papéis apresentados. Nesse sentido, a SNEED preocupada com o efetivo desenvolvimento das propostas organizadas e apresentadas, assim como com a qualidade do que se apresenta, instituiu todo um processo de apoio e acompanhamento para os Planejamentos de Convênio e Núcleos.

No processo de capacitação desenvolvido pela SNEED e que passou a ser obrigatório a todos os parceiros a partir de 2008, existe uma temática específica que subsidia a elaboração de Planejamentos e outras tantas que contribuem nos fundamentos do PST. Assim, a partir dessa data, a SNEED vem mantendo a vigilância e cobrança na estruturação de Planos que sejam minimamente aceitáveis e que correspondam às ações pretendidas e desenvolvidas nos diversos núcleos do PST pelo Brasil. Nessa função as Equipes Colaboradoras (ECs) desenvolvem papel fundamental e se envolvem diretamente no processo de orientação e acompanhamento.

Contudo, mesmo com toda a organização disponibilizada e apoio destinado a essa ação, ainda temos muito a avançar e desenvolver. Mas com toda certeza podemos afirmar que muito já foi

feito em se tratando de reconhecimento da importância do planejar, de como se organizar e como avaliar continuamente as ações.

As ações iniciais em 2008

Os procedimentos iniciados em 2008 encontravam planos totalmente desconexos e com total falta de estrutura técnica e pedagógica.

Os avaliadores tiveram um trabalho importante procurando demonstrar aos parceiros a necessidade de se estruturar adequadamente os planos e o que dessa organização se poderia colher em termos de qualidade das ações. Como já salientado, houve um processo inicial de adaptação e que precisou ser vencido pelos parceiros, pois o programa vinha de uma sistemática que não exigia um desenho tão estruturado dos planos e nem tampouco havia um acompanhamento com cobrança direta.

Para o processo de acompanhamento foi criado o meio eletrônico denominado SIAPA – Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (Figuras 02 e 03), que apresentou uma plataforma (Plataforma PST – www.pst.uem.br) para ser utilizada no processo. Os conveniados deveriam implantar seus planos e as ECs monitoravam esse procedimento e via sistema mantinham contatos diretos com os mesmos inferindo sobre a qualidade e organização dos planos apresentados.



Figura 2 – Plataforma PST – www.pst.uem.br – SIAPA/SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO – PASSO 01



Figura 3 – Plataforma PST – www.pst.uem.br – SIAPA/SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO – PASSO 02

Numa conduta de incredibilidade os parceiros não se sentiram muito à vontade com os procedimentos, pois não fiavam que tal procedimento fosse mantido e efetivamente cobrado. Porém, o tempo demonstrou que a SNEED manteve o procedimento e gradativamente se mudou o paradigma de distanciamento para o de aproximação e vigilância democrática das ações.

Não foi uma tarefa fácil, muito ao contrário, a resistência ainda existe e a credibilidade ainda está em construção, portanto, há a necessidade contínua de esclarecimento sobre os procedimentos, cobranças e exigências básicas para o pleno desenvolvimento dos convênios.

O ano de 2009

Para o ano de 2009 os procedimentos foram mantidos e fortalecidos juntos aos convênios e processo de capacitação, uma vez que houve incremento dos temas trabalhados e também um novo redirecionamento na apresentação da temática do planejamento, tudo isso como forma de subsidiar e qualificar os trabalhos desenvolvidos pelo PST. Esse avanço nas temáticas pode ser observado diretamente no novo livro de Fundamentos Pedagógicos do PST: da reflexão à prática (Anexo 36).

Os conveniados, mais familiarizados com os procedimentos apresentados pelo SIAPA e suas exigências, transitaram com mais tranqüilidade com as novas tecnologias disponibilizadas. Podemos salientar que foi um ano mais tranqüilo, o que não quer dizer que tenhamos conseguido vencer os obstáculos naturais da falta de compromisso e seriedade com o tema planejamento, assim como os cuidados técnicos de sua elaboração.

Durante o ano ainda foi grande a dificuldade observada junto aos parceiros na estruturação de planos que pudessem ser considerados adequados ao desenvolvimento das propostas e que se vinculassem adequadamente com as diretrizes pedagógicas do PST.

As ECs continuaram a ter trabalhos acadêmicos e embates pedagógicos com os Convênios, uma vez que ainda se detectou que os profissionais envolvidos sofrem pela falta de um mais adequado embasamento sobre o tema. Nesse sentido, o trabalho continuou a ser forte e as trocas de informações e acertos via SIAPA foram intensos, haja vista a média de seis trocas de informações entre EC e Convênio para o fechamento dos planos no sistema. Salienta-se ainda que nem sempre se chegou a bom termo o fechamento, que por vezes o foi por decurso de prazo e a necessidade de encerramento do mesmo, pois já havia transcorrido grande parte do tempo do projeto, sendo inviável a sua continuidade.

O ano de 2010

A chegada do ano de 2010 motivou a Equipe Gestora a se reposicionar frente ao problema dos planejamentos. Novas ações foram implantadas a fim de amenizar os caminhos e acertos para o tema.

Foi constituída a Equipe Pedagógica (EP) que se responsabilizou, entre outras coisas, pelo processo de avaliação do Planejamento Pedagógico de Convênio (PPC). A Equipe Pedagógica já avaliou 135 PPCs, tendo aprovado 78 e mantendo 57 ainda em análise e ajustes, conforme relacionados no Anexo 36- (Relação dos PPCs analisados pela Equipe Pedagógica). O Gráfico 03 ilustra essa ação em percentuais. Adotou-se na SNEED a sistemática de que os Convênios só teriam Ordem de Início (OI) a partir do momento que conseguissem atender pedagogicamente a apresentação do PPC, ou seja, que os mesmos fossem liberados pela EP. No aspecto administrativo, outros documentos também são exigidos para que se obtenha a Ordem de Início.

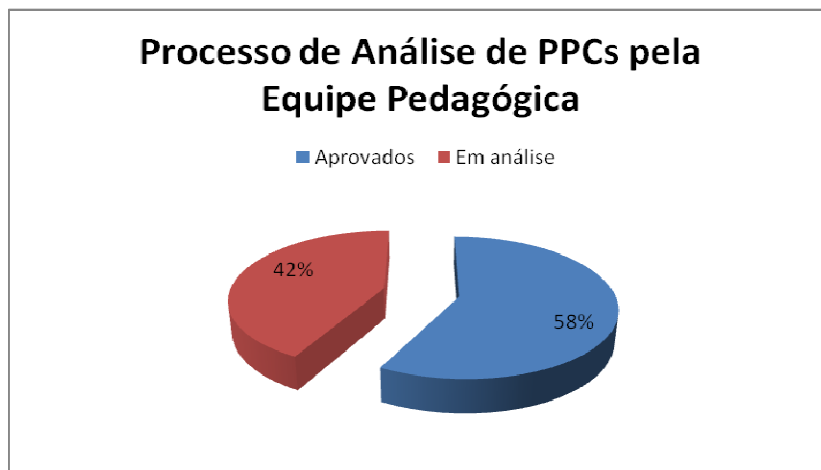


Gráfico 03 – PPCs APROVADOS PELA EQUIPE PEDAGÓGICA

Esse procedimento teve como meta amenizar o trabalho futuro em relação aos PPNs, pois grande parte do plano já estará adequada e aprovada, bastando apenas que nos PPNs sejam replicados. Ainda como forma de facilitar e adequar o sistema, idealizou-se uma nova plataforma para que os Convênios pudessem registrar seus PPNs. Essa nova plataforma, mesmo tendo sido idealizada no início do ano, levou muito tempo para ser convertida em sistema, fato normal em se tratando de organização tecnológica.

Dessa forma, centrou-se muita atenção aos PPCs, liberando os Convênios de que, neste período de desenvolvimento da plataforma, implantassem os PPNs. Tal fato retardou um pouco o processo de análise, pois os Convênios tiveram mais tempo para disponibilizar os planos. Contudo, no final de outubro e início de novembro a nova plataforma foi disponibilizada e os convênios novos (2010, assim como os remanescentes e que estavam em regime de aprovação) puderam iniciar o procedimento adequado de implantação dos PPNs.

Esse fato fica claro quando se observa os dados do Estado da Arte dos PPNs (Gráfico 04) que esse relatório traz, indicando que muitos convênios ainda estão em fase de análise, mesmo tendo seu início em período anterior. Esse compasso entre data de implantação e avaliação e aprovação de PPC e PPNs deve acontecer dentro dos próximos dois meses.

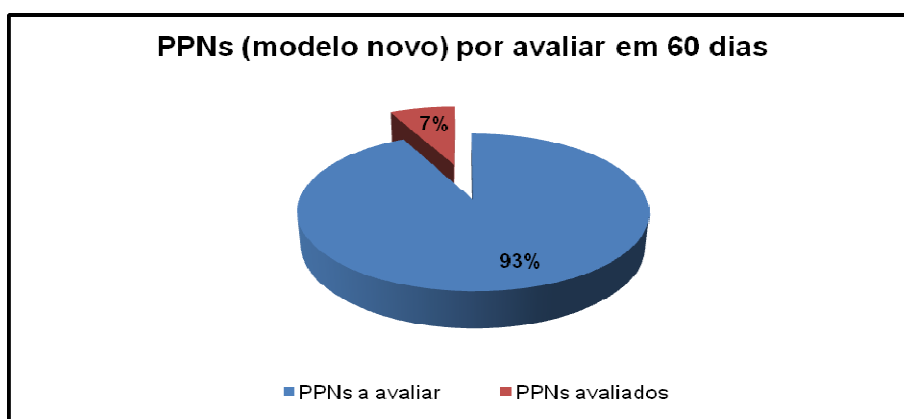


Gráfico 4 – PPNs POR AVALIAR NO PRAZO DE 60 DIAS

A nova plataforma que traz o novo formulário eletrônico para o PPN integra todo o sistema – SIAPA, e disponibilizará oportunamente todos os dados estatísticos que a SNEED tanto almejava, ou seja, ter dados consistentes e imediatos sobre núcleos, suas atividades, seu RH, sua estrutura física e material, modalidades desenvolvidas e tudo que envolve a ação pertencente aos núcleos. Com toda certeza isso facilitará uma visualização geral do PST em nível nacional, favorecendo a adoção de políticas públicas que potencializem suas ações e consolidação.

CADASTRAMENTO DE PLANOS PEDAGÓGICOS

Acesse as informações dos núcleos já cadastrados para esse convênio, ou realize o cadastro de novo núcleo.

Os cadastros gravados como rascunho, é visível somente ao cadastrante, permitindo alterações posteriores. Os cadastros finalizados não permitem alterações, sendo enviado para avaliação do Programa Segundo Tempo.

Convênio

Planejamento Pedagógico para Convênio

PPC18-005-2010 - APROVADO - [Ver](#)

Plano Pedagógico dos Núcleos

PPN versão anterior		
PPN versão NOVA		
PPN18-1286-2010	- Rascunho	Ver
PPN18-1287-2010	- Rascunho	Ver
PPN18-1689-2010	Escola Municipal Olavo Bilac - Rascunho	Ver
PPN18-1288-2010	Ginásio Municipal de Esporte - Liberado p/ EC	Ver

[Cadastrar um novo PPN \(Versão NOVA\)](#)

Figura 4 – LINK DE INSERÇÃO DE PPNs (MODELO NOVO)

Também como avanço idealizado para o novo sistema está a facilidade em se apresentar os dados e propostas que os núcleos estarão desenvolvendo, uma vez que o sistema disponibiliza aos seus usuários caminhos claros e simples (Figuras 04 e 05) para o seu preenchimento.

Planejamento Pedagógico do Núcleo (1/9)	
Identificação do Documento	
Número do documento (PPN): PPN18 2077 2010 Data do PPN: 21/12/2010	
Número do Convênio: 728971/2009 - Código do núcleo: NUC18-2077-2010	
Número do documento (PPC): PPC18-013-2010 - Data do PPC: 13/11/2010	
Identificação do Núcleo	
Nome do núcleo:	<input type="text"/>
UF:	Selecione <input type="button" value="v"/>
Município:	Selecione <input type="button" value="v"/>
Endereço:	<input type="text"/>
Número:	<input type="text"/>
CEP:	<input type="text"/>
Complemento:	<input type="text"/>
Telefone do núcleo:	<input type="text"/>

Figura 5 – PPNs / PÁGINA INICIAL DE INSERÇÃO DE DADOS

Por fim, entendemos que a nova ferramenta e procedimentos poderão em curto espaço de tempo atender a algo que vimos buscando nos últimos três anos, ou seja, qualificar os planos apresentados e disponibilizar à SNEED uma ferramenta que a municie de dados confiáveis sobre todo o PST.

ACOMPANHAMENTO *IN LOCO*: VISITAS AOS NÚCLEOS

Um dos fatores mais importantes do processo de acompanhamento administrativo e pedagógico dos convênios do PST é o trabalho desenvolvido pelas Equipes Colaboradoras –ECs por meio da realização de visitas periódicas aos núcleos, momento em que os profissionais envolvidos avaliam o desenvolvimento pedagógico e a organização administrativa que o núcleo oferece aos beneficiados, mediante a utilização de um instrumento de coleta de dados especificamente elaborado para a execução desta ação.

Desta forma, constatar a realidade do local onde o parceiro realiza as suas ações, bem como as diversidades encontradas em cada região do Brasil onde o PST acontece é de suma importância. Ademais, este tipo de acompanhamento permite a obtenção de dados e informações que consubstanciam a SNEED com a possibilidade de intervir no funcionamento adequado dos convênios quanto às ações pactuadas.

Considerando a amplitude das informações obtidas e os resultados proporcionados por este processo, no decorrer deste exercício, os instrumentos de coleta e o Relatório Consolidado foram aprimorados em relação ao período de 2009. Ao finalizar o ano de 2009, constatou-se a necessidade de aprimorar os supracitados instrumentos tendo em vista as sugestões das ECs e as observações verificadas pela Equipe Gestora ao analisar o resultado final da utilização de cada um destes documentos.

No Encontro Nacional das ECs realizado em Fevereiro de 2010, na cidade de São Paulo, foi apresentada a nova proposta para o instrumento de coleta de dados com alterações de forma e conteúdo. Estas alterações foram implementadas para as visitas do primeiro semestre de 2011, sendo lançada no Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo - SIAPA nos meses subseqüentes ao Encontro.

Quanto ao percentual de núcleos a serem visitados em cada convênio, foi mantido o percentual de 20%, enquanto os convênios com até 10 núcleos teriam todas as suas unidades visitadas. Também foi estabelecido durante o Encontro que para o ano de 2010 todas as turmas de cada núcleo visitado deveriam ser acompanhadas pelos avaliadores. Ressalta-se da importância de se conhecer previamente as Grades Horárias dos núcleos para a organização da programação das visitas.

Ainda no processo de visita aos núcleos, estabeleceu-se que a Equipe Gestora estratificaria quais os núcleos deveriam ser visitados (convênios com mais de 10 núcleos) levando em consideração a localização do núcleo (zona rural, região central, periferia, escolas públicas, escolas particulares e outras características). Este trabalho foi realizado para cada convênio por um membro da Equipe Gestora e enviado a cada EC em tempo hábil para a conferência dos núcleos e suas grades horárias além da confirmação da localização para que na seqüência fosse feita a solicitação de visitas com antecedência de 15 dias da realização da primeira visita programada.

Processo de visitas aos convênios/núcleos

Quanto à logística para a execução das visitas, o processo de solicitação implantado no ano anterior continuou e facilitou a organização de todos os procedimentos envolvidos em todas as etapas deste processo. Com o intuito de aprimorar este sistema, durante o Encontro com as ECs nos meses de julho e agosto, foi apresentado um novo modelo de solicitação de visitas, via sistema, incluindo os procedimentos necessários para que as ECs possam especificar os avaliadores, convênios/parcerias e os núcleos a serem visitados, e por fim, fazer com que estas informações possam ficar arquivadas no Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo - SIAPA, facilitando o seu controle e a obtenção imediata dos dados deste processo *on line*.

Instrumento de coleta de dados - AVIL

Assim como no ano de 2009, o instrumento de coleta de dados continuou a ser reformulado em sua estrutura em 2010. O objetivo sempre foi o de proporcionar uma coleta de dados mais sistematizada durante as visitas, diretamente relacionada com a estrutura do Relatório Consolidado. Proporcionando maior integração dos conteúdos das informações obtidos em cada

núcleo. Desta forma, a adequação do instrumento proporcionou um procedimento de coleta mais eficiente, identificando os pontos fortes e fracos do desenvolvimento dos núcleos e, conseqüentemente, dos convênios, tanto em suas ações pedagógicas quanto administrativas (Anexo 38). As ECs têm o prazo de 15 dias a partir do término das visitas a cada convênio para lançar o instrumento de coleta devidamente preenchido no SIAPA.

No quadro abaixo apresenta-se a distribuição de visitas realizadas nos primeiro e segundo semestres de 2010:

2010	Convênios	Núcleos visitados	Relatórios Consolidados produzidos	Avaliadores envolvidos
1º Semestre	68	678	68	141
2º Semestre	42	561	42	141
TOTAL	70	1239	100	141

*Nos primeiro e segundo semestres não houve visitas regulares a quatro convênios que estavam com as atividades paralisadas por questões administrativas.

Relatórios Consolidados

É importante salientar que os Relatórios Consolidados-RC também foram aperfeiçoados no decorrer deste ano, objetivando refletir a realidade constatada nas visitas e representar um cenário fiel da parceria, além de seguir a mesma estrutura do instrumento de coleta.

A partir do segundo semestre, as ECs tiveram acesso a um modelo de RC com alterações advindas das sugestões, fato que facilitou o seu preenchimento e a compreensão dos itens, abordados. Com o intuito de aprimorar ainda mais este documento, iniciou-se a elaboração de num novo modelo de RC, no qual as informações dos instrumentos *in loco* são agrupadas por item automaticamente pelo sistema (SIAPA) as informações são agrupadas conforme a seqüência das informações contidas no instrumento de coleta, facilitando muito o trabalho de análise e interpretação dos dados coletados pelas ECs. Com isso, espera-se que haja mais precisão na análise dos dados, bem como uma maior qualidade na interpretação dos itens avaliados pelo documento.

Questões:**1. Convênios com pendências de capacitação e visitas**

No segundo semestre de 2010, o processo de acompanhamento dos convênios realizado pela SNEED considerou dois grupos distintos:

- a. Os convênios em atividade e acompanhados desde o semestre anterior;
- b. Os convênios com a autorização para início das atividades com os beneficiados entre os meses de julho a outubro e que deveriam ser inseridos no processo de acompanhamento.

O contingenciamento de recursos e o período de Defeso Eleitoral, ocorrido a partir de julho de 2010, exigiram da SNEED a tomada da decisão de postergar o processo de acompanhamento, ou seja, a realização das visitas e capacitações dos convênios enquadrados no item b (total de 24 parcerias), para o início do Ciclo Pedagógico de 2011, a partir da segunda quinzena de fevereiro.

Em dezembro, do corrente ano, foi elaborada a reprogramação do acompanhamento e capacitação para o grupo dos 24 convênios. Considerando a previsão de indisponibilidade de recursos no início de 2011, pela dependência da liberação do orçamento da União, houve a necessidade de novamente alterar o processo de acompanhamento e capacitação previsto para a segunda quinzena de fevereiro, considerando ainda que essas entidades encontram-se em procedimentos iniciais das atividades junto aos beneficiados, após o período de recesso. Optou-se por aplicar os recursos disponíveis na continuidade do processo de acompanhamento, nos convênios que já se encontravam em desenvolvimento, levando em conta os períodos de vigência e encerramento de algumas parcerias.

Proposta para o Acompanhamento e Capacitação de Convênios Pendentes – 2010**Capacitação:**

As capacitações deverão ser realizadas a partir do mês de fevereiro/2011, a fim de ser aproveitado o período de reinício das aulas, após o recesso. Para atingir o pleno atendimento, serão aplicadas as modalidades de capacitação presencial e/ou por vídeo-aulas. Esta última corresponde a um novo formato no qual são utilizados vídeoaulas em DVDs, produzidas exclusivamente para serem utilizadas nos convênios e parcerias do programa, a partir dos conteúdos pedagógicos e fundamentos do PST. A utilização desses DVDs poderá ampliar a abrangência do processo formativo até o nível dos monitores.

Acompanhamento *in loco*:

A realização das visitas nos 24 convênios pendentes também deverá ocorrer a partir do mês de fevereiro/2011. Excepcionalmente os critérios utilizados, para a estratificação e definição, diferente do percentual definido em 20% dos núcleos nas visitas regulares, serão os seguintes:

- Convênios com até 5 núcleos – serão visitados **100%** dos núcleos e respectivas turmas
- Convênios de 6 a 10 núcleos – serão visitados **50%** dos núcleos e respectivas turmas
- Convênios de 11 a 20 núcleos – serão visitados até **20%** dos núcleos e respectivas turmas
- Convênios acima de 21 núcleos: serão visitados inicialmente **10%** dos núcleos e respectivas turmas

Observação:

- ✓ Os critérios descritos para os convênios de até 10 núcleos serão adotados em todas as visitas do semestre
- ✓ Quando os núcleos visitados apresentarem situação desfavorável, a EC deverá completar, na sequência, os 20% das visitas. Quando favorável, deverá ser completado o percentual de 20% dentro do ciclo de visitas do semestre.
- ✓ Os prazos de entrega dos relatórios pelas ECs também foram redimensionados. O novo instrumento de coleta (AVIL) deverá ser aplicado e a finalização do relatório deverá ser concluída no prazo de 5 dias após o término das visitas.

Em dezembro de 2010 foram implantadas inovações na plataforma informatizada, referentes à sistematização do acompanhamento *in loco*. Para a completa utilização do novo sistema é necessária a inserção dos Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos - PPNs pela entidade e sua validação pela Equipe Colaboradora - EC. Na sequência são liberadas as visitas ao convênio e, conseqüentemente, os instrumentos de coleta, que migram as informações coletadas ao novo formulário de Relatório Consolidado.

Tendo em vista que os referidos convênios já se encontravam em execução antes da finalização deste novo sistema, foi necessário estabelecer que os relatórios consolidados provenientes das visitas realizadas neste regime específico deverão ser elaborados em formulários próprios, fora do sistema, a fim de não causar atrasos nas suas finalizações.

Desta forma, será gerado pelas ECs, após cada visita, o **Relatório Parcial de Visita** (Anexo 39) que orientará as ações da SNEED sobre o desenvolvimento do convênio neste período específico de execução. Os prazos de entrega desses relatórios também serão redimensionados, conforme segue:

- Instrumento de coleta ou AVIL (*Avaliação in loco*) – 5 (cinco) dias após o término do bloco de visitas;
- Relatório Parcial de Visita: 15 (quinze) dias após o término do bloco de visitas, ou seja, 10 (dez) dias após o lançamento dos instrumentos de coleta.

A seguir apresentamos a relação e cronograma dos convênios que serão inseridos na reprogramação descrita:

Nº	Convênios	Nº Convênio	Vigência	Número visitas	Número núcleos	Previsão capacitação	Previsão visitas
1	Sec. Estado Esporte e Lazer de Sergipe	283/2007	1/9/2011	10	50	Março	Fevereiro
2	Federação das Assoc. Moradores do Piauí - FAMEPI	725057/2009	29/3/2011	26	126	Março	Fevereiro
3	Fundação Prof. Carlos Augusto Bittencourt – FUNCAB	722576/2009	27/6/2011	12	60	Março	Fevereiro
4	Prefeitura Municipal Chácara	712606/2009	4/5/2011	4	4	Março	Março
5	Prefeitura Municipal Congonhas	725463/2009	27/3/2011	2	2		Fevereiro
6	Instituto Cidade	719306/2009	15/6/2011	12	60	Março	Março
7	Prefeitura Municipal Sobral	726117/2009	30/5/2011	14	70	Março	Fevereiro
8	Prefeitura Municipal São Sebastião do Passé	722566/2009	27/3/2011	6	30	Fevereiro	Fevereiro
9	Prefeitura Municipal Ribeira do Pombal	723427/2009	29/3/2011	8	12	Fevereiro	Março
10	Prefeitura Municipal Campo Alegre de Lourdes	722568/2009	30/3/2011	3	8	Fevereiro	Março
11	Prefeitura Municipal Engenheiro Paulo de Frontin	720519/2009	23/3/2011	4	4	Março	Fevereiro
12	Instituto Social Semear	726143/2009	27/3/2011	4	20		Fevereiro
13	Prefeitura Municipal Patos de Minas	728975/2009	30/3/2011	4	16	Fevereiro	Março
14	Prefeitura Municipal Hortolândia	702369/2008	31/12/2011	4	20	Fevereiro	Fevereiro
15	Prefeitura Municipal Serrana	722552/2009	29/3/2011	4	4	Março	Fevereiro
16	Prefeitura Municipal Cristais Paulistas	722292/2009	30/3/2011	4	4		Fevereiro
17	Prefeitura Municipal Tatuí	724748/2009	29/3/2011	5	5		Março
18	Comunidade Nova	724439/2009	21/3/2011	10	50	Março	Fevereiro
19	Liga de Artes Marciais da Região dos Lagos	726185/2009	30/3/2011	8	36		Fevereiro
20	Instituto de Cultura Ambiental - ICA	726112/2009	30/3/2011	20	100	Março	Fevereiro
21	Prefeitura Municipal Santana – AP	726170/2009	23/6/2011	4	20	Março	Março
22	Prefeitura Municipal Doutor Ricardo	720303/2009	29/3/2011	2	2	Março	Março
23	Prefeitura Municipal Santo Ângelo	722281/2009	30/3/2011	3	12		Março
24	Consócio Público Intermunicipal de Alto Uruguai	726118/2009	30/3/2011	11	54	Março	Março

Apesar do aumento dos recursos humanos disponibilizados para a CGAPA e da otimização do processo de análise dos RCs, o tempo despendido para que o convênio possa ser notificado oficialmente pela SNEED/ME, mediante as recomendações advindas das visitas realizadas pelas ECs e baseadas no relatado pelos RCs, ainda é longo, pois, esta tramitação precisa, normalmente de pelo menos 60 dias.

Este período começa a ser contado a partir do término do bloco de visitas realizadas em cada convênio as ECs têm 3 semanas para completar as visitas para que posteriormente sejam feitas as emissões das recomendações. A CGAPA tem procurado diminuir o tempo gasto neste fluxo, determinando prazos e solicitando o cumprimento rigoroso pelas ECs, bem como para o quadro

de pessoal administrativo desta coordenação. O objetivo é de que este processo seja finalizado o mais rápido possível, tendo como foco principal a qualidade da análise dos RCs. Neste quesito, cabe as ECs seguirem as normas estabelecidas para as visitas, preenchendo adequadamente o instrumento de coleta de dados e também o RC de cada convênio. Além disso, é fundamental que as ECs cumpram o prazo determinado. Após o trabalho das ECs, inicia-se a revisão dos relatórios pela CGAPA e a interação com a assessoria e demais coordenações até o encaminhamento das recomendações aos convênios.

AVALIAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE VISITAS E VISTORIAS

Em face da nova sistemática de acompanhamento dos convênios celebrados no âmbito do Programa Segundo, em Julho/2010 foi atribuída à Assessoria do DEEIC a responsabilidade sobre a análise dos conteúdos dos Relatórios Consolidados de Visita e Relatórios de Vistoria, no sentido de possibilitar uma avaliação mais abrangente das condições da execução nas dimensões pedagógica/administrativa/operacional e sugerir as medidas cabíveis em face das constatações, especialmente no tocante às recomendações a serem proferidas à entidade parceira.

Descrição dos Procedimentos Internos:

Nesse contexto, foi estabelecido o seguinte fluxo: tão logo liberados os referidos relatórios pelas Coordenações responsáveis – CGAPA (Visita) e CGAO (Vistoria), esses deveriam ser tramitados à Assessoria do DEEIC, para a análise dos conteúdos, registro das problemáticas identificadas em Instrumento de Avaliação específico (Anexo 40), e, ao final, apresentação de proposta de Despacho à Diretoria (Anexo 41), consignando as recomendações cabíveis.

Na sequência, os referidos instrumentos eram encaminhados à CGAO, coordenação responsável pelo acompanhamento operacional, para em conjunto com a unidade técnica avaliar a pertinência das recomendações sugeridas face às condições da execução no momento, considerando a possibilidade de já terem sido adotadas medidas saneadoras e/ou tomadas decisões relativas.

Nessa perspectiva, com base nas Recomendações acatadas pela Diretoria, coube à CGOPE/CGAO expedir os ofícios de notificação às entidades parceiras (Anexo 42), acompanhar o atendimento pela entidade no prazo assinalado e adotar as providências subsequentes.

Convém ressaltar que o quantitativo de relatórios de visita tem por base o planejamento das Equipes Colaboradoras de acompanhar “in loco” cada convênio, em cada ciclo pedagógico,

durante o período que compreende sua execução, gerando a média de 02 Relatórios Consolidados de Visita por ano/convênio.

Com relação às vistorias, no primeiro semestre de 2010, estas eram realizadas somente em casos específicos, principalmente quando havia necessidade de fiscalização in loco para verificação de aspectos operacionais ou de fatos objeto de denúncia.

A partir do segundo semestre de 2010, conforme já citado, a gestão decidiu que o primeiro acompanhamento da Equipe Colaboradora seria realizado em conjunto com o Técnico responsável pelo convênio, com vistas a ampliar o acompanhamento já realizado nas dimensões pedagógica e administrativa, o que gera mais 1 Relatório de Vistoria por ano/convênio.

Em decorrência do trabalho realizado pela Assessoria do DEEIC no processamento dos dados extraídos dos Relatórios de Visita e Vistoria, no ano de 2010 tem-se o seguinte balanço:

- ✓ Revisão de 85 Relatórios de Visita, para fins de Prestação de Contas Final;
- ✓ Avaliação dos conteúdos de 136 Relatórios de Visita;
- ✓ Avaliação dos conteúdos de 13 Relatórios de Vistoria;
- ✓ Expedição de 92 Instrumentos de Avaliação;
- ✓ Expedição de 91 Despachos de recomendações;
- ✓ Supervisão da expedição de 88 Ofícios de recomendações.

Principais Resultados:

- ✓ **Aprimoramento na estruturação e nos conteúdos dos Relatórios:** Com base nas avaliações realizadas, foram identificadas questões a serem consideradas pelas Equipes Colaboradoras durante o procedimento de visita (aspectos principais a serem observados na avaliação de cada ação), bem como a serem avaliadas pela CGAPA durante o procedimento de revisão (conferência da integralidade as informações registradas no Relatório, a partir da Coleta de Dados/Check-list).
- ✓ **Qualificação do atendimento promovido:** ao identificar os problemas na execução, a entidade recebe orientações (a partir das constatações da EC e da SNEED) no sentido da superação/regularização, materializando o aprimoramento das ações implementadas;
- ✓ **Utilização dos elementos do acompanhamento:** os indicadores extraídos dos acompanhamentos realizados durante toda a vigência do convênio, associados aos outros

mecanismos de controle, têm servido para subsidiar a tomada de decisões, inclusive sobre a Prestação de Contas, a renovação ou não da parceria, ou ainda a sua renovação mediante a redução da meta de beneficiados.

Fragilidades:

- ✓ **Lapso temporal entre a visita/vistoria e o retorno das recomendações à entidade:** os fluxos que envolvem a elaboração dos relatórios, as revisões pelas coordenações responsáveis e a expedição de recomendações à entidade não têm sido célere, devido a complexidade da integração, as limitações de pessoal e o acúmulo de demandas das áreas técnicas.

Desta forma, é recorrente que as informações não cheguem à ponta em tempo hábil, não se efetivando o saneamento das impropriedades/irregularidades identificadas; bem como que a EC não tenha ciência dos resultados antes do próximo acompanhamento, oportunidade em que deveria ser verificada a superação dos problemas identificados.

Para o próximo exercício, é fundamental que os avanços neste processo continuem, abrangendo toda a sua tramitação e, desta forma, as recomendações possam chegar aos convênios mais rapidamente, e as questões administrativas e pedagógicas apontadas possam ser resolvidas a tempo de aperfeiçoar as ações desenvolvidas pelos parceiros e conseqüentemente melhorar a qualidade do atendimento aos beneficiados do PST.

Nesse sentido, faz-se necessário que seja constituída uma nova estrutura que permita a integração dos procedimentos, que atualmente perpassam pela expedição dos Relatórios (sob a responsabilidade da CGAPA), pelo processamento dos dados e das recomendações (sob a responsabilidade da ASSED) e pela expedição dos ofícios (sob a responsabilidade a CGOPE/CGAO).

Vislumbra-se que tal medida permitirá a redução dos procedimentos, a celeridade dos trâmites administrativos, a integração das informações e o conhecimento mais amplo sobre as condições da execução de cada convênio, assim possibilitando uma avaliação precisa sobre suas condições e a viabilidade da manutenção/renovação das parcerias.

8. Assegurar os recursos materiais e a infra-estrutura física necessários ao pleno funcionamento da SNEED

- Garantir a infraestrutura física e material necessários ao desempenho das atribuições da Secretaria;

- Implantar e aprimorar os sistemas de controle e gerenciais.

Infraestrutura física e ampliação de quadro de servidores

Várias foram as iniciativas da SNEED em 2007 a 2009 até se chegar à consolidação da alteração da estrutura física à sede atual, bem como a ampliação do quadro de servidores com o concurso público.

No entanto, o aumento da demanda advinda da complexidade implementada na ordem de início e acompanhamento pedagógico, administrativo e operacional; a realização de procedimentos licitatórios de um conjunto de materiais; o atesto dos produtos e controle na entrega e recebimento por parte do parceiro; a inclusão da ferramenta SICONV e a alteração da cultura de monitoramento da gestão, entre outros, fez com que a Secretaria reiniciasse duas agendas junto à Secretaria Executiva deste Ministério: a nova ampliação do espaço físico e a incorporação de novos servidores.

Obviamente, esta problemática afeta outros importantes setores deste Ministério, fato que até o presente momento não foi objeto de equacionalização, diante dos inúmeros fatores nacionais que impactam na possibilidade de ampliação do número de servidor e de gastos com aluguéis.

De toda forma, estas necessidades permanecem na prioridade da agenda de gestão da Secretaria, buscando não apenas espaço e quadros, mas também alternativas institucionais de ampliar o monitoramento diminuindo os insumos burocráticos, a exemplo do Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do Programa, em parceria com a UFRGS (Anexo 43) apresentado no item 7 do Plano de Ação.

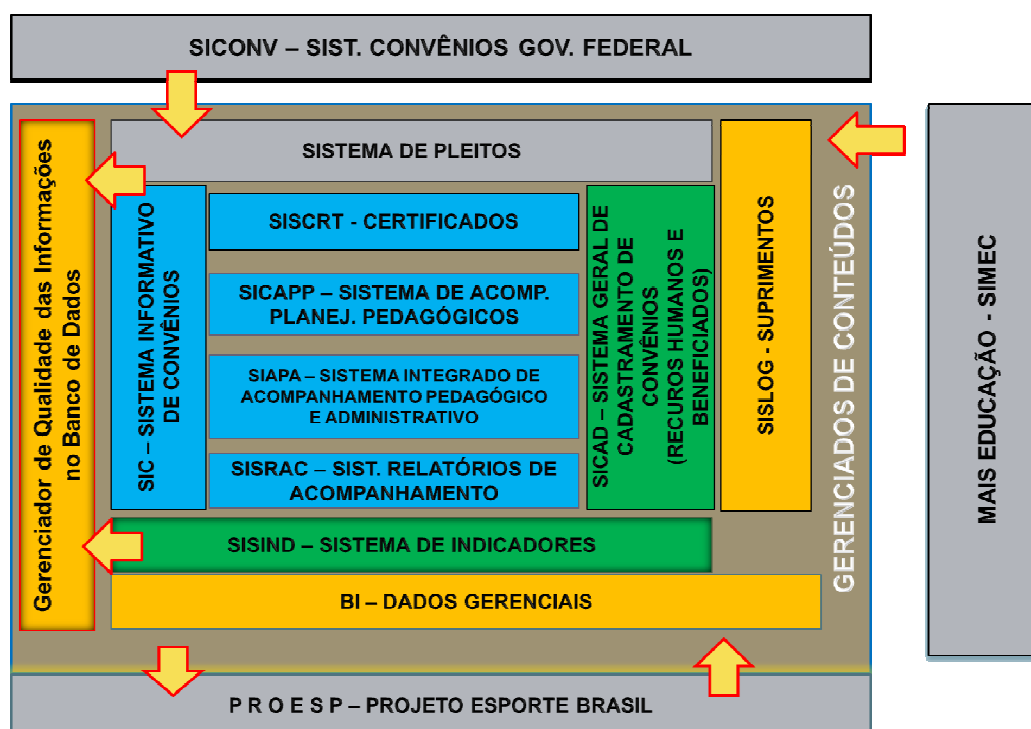
Tecnologia de Informação: insumo para o bom desenvolvimento da gestão

A Coordenação e Gestão da Tecnologia da Informação tem como meta manter e desenvolver a plataforma tecnológica da SNEED, de forma a atender interna e externamente as demandas por controles administrativos e pedagógicos do Segundo Tempo.

Desde a sua criação em meados de maio de 2008, e durante todo o ano de 2009, optou-se por promover ajustes na estrutura informatizada e nas sistemáticas de trabalho da SNEED, para adequar o projeto da plataforma tecnológica às necessidades básicas de trabalho, e também às necessidades gerenciais, de gestão. Em 2009, o projeto foi reestruturado e validado, dando início

à reformulação dos sistemas. Para tanto, conforme citado nos relatórios anteriores, manteve-se parceria e a equipe de desenvolvimento da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

Com produção acima do esperado, 2010 foi o ano no qual a plataforma tecnológica efetivamente entrou em operação, com alimentação feita pela SNEED (com dados de 632 convênios firmados entre 2003 a 2010), ao mesmo tempo em que parte dos sistemas foi concluída, como observado abaixo:



Legenda:

- Sistemas em Construção
- Sistemas em Análise e Projeto
- Sistemas Concluídos em funcionamento
- Sistemas externos

Observação: Os sistemas em construção possuem definidas as regras de negócio, o banco de dados e protótipo.

Descrição Sintética dos Sistemas:	
SIC	Este módulo tem a função de abrigar e disponibilizar todas as informações dos convênios do Programa

<p>Sistema Informativo de Convênios</p>	<p>Segundo Tempo, desde a sua formalização até a prestação de contas.</p> <p>É um sistema <i>web</i> colaborativo no qual todas as áreas da Secretaria Nacional do Esporte Educacional inserem informações e documentos ao longo das fases de celebração, execução, acompanhamento e fiscalização dos convênios.</p> <p>Este módulo está diretamente integrado com SIAPA e em perspectiva ao SICAD e permite o acesso para consulta por outros setores do ME e pelas Equipes Colaboradoras.</p> <p>Módulo colaborativo acessado e alimentado pelas diferentes áreas da SNEED. Além disso, é atualmente acessado pela Equipes Colaboradoras (ECs), para consulta sobre os convênios, devendo expandir este acesso a todo o ME.</p>
<p>SIAPA Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo</p>	<p>Este módulo faz todo o gerenciamento pedagógico e administrativo dos convênios, possibilitando o acompanhamento por parte da Equipe Pedagógica, Equipes Colaboradoras e Equipe Técnica.</p> <p>Possibilita também a administração das visitas aos convênios e a coleta de dados das visitas para as avaliações <i>in loco</i> e relatórios consolidados.</p> <p>Está integrado diretamente com SIC, SICAPP e SICAD.</p> <p>É um módulo colaborativo gerido e acessado pelas Equipes Colaboradoras e CGAPA – Coordenadoria Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo. As demais áreas de SNEED utilizam-se das informações do sistema para acompanhamento dos convênios.</p>
<p>SICAPP Sistema Integrado de Acompanhamento dos Planejamentos Pedagógicos de Convênios e Núcleos</p>	<p>Módulo de função única e uso exclusivo dos coordenadores gerais e coordenadores de núcleo dos convênios formalizados.</p> <p>A função principal é permitir a inserção dos Planejamentos Pedagógicos dos Convênios (PPC) e Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos (PPN), essenciais para que os convênios obtenham a Ordem de Início e atendimento aos beneficiados.</p> <p>Está integrado diretamente com o módulo SIAPA.</p> <p>Os responsáveis pela inserção dessas informações são os próprios convenientes, a gestão das</p>

	informações é feita pela Equipe Pedagógica e CGAPA.
<p>SISRAC</p> <p>Sistema Integrado de Relatórios de Acompanhamento dos Convênios</p>	<p>Este sistema agiliza a operacionalização dos relatórios periódicos de acompanhamento, os quais são exigidos dos convênios durante a sua vigência, permitindo o controle e o gerenciamento por parte da Equipe Técnica.</p> <p>Este sistema estará diretamente integrado com SIC e SICAD.</p> <p>O módulo SISRAC também é abastecido de informações pelo próprio convênio durante o desenvolvimento e andamento do Plano de Trabalho.</p> <p>O acompanhamento é feito pelas 3 áreas da SNEED/DEEIC, desde a implantação do Convênio até a sua Prestação de Contas.</p>
<p>SICAD</p> <p>Sistema Integrado de Cadastro Geral (Constou com denominação diferente no TCA 2009 – S.I.S.CONV)</p>	<p>O cadastro geral, de preenchimento obrigatório por parte do convenente, tem como principal função o gerenciamento das informações cadastrais dos núcleos, recursos humanos e beneficiados dos convênios.</p> <p>O gerenciamento ocorre antes do início das operações do convênio, durante e após. É pré-requisito para obtenção da Ordem de Início.</p> <p>Está integrado a todos os demais sistemas.</p> <p>A responsabilidade inicial de inserção e manutenção das informações neste módulo é do convenente, com acompanhamento direto pela SNEED nas áreas de Implementação, Operação e Prestação de Contas.</p>
<p>SISCRT</p> <p>Sistema Integrado de Certificação de Recursos Humanos do PST</p>	<p>Módulo destinado ao controle e emissão das certificações de capacitações dos recursos humanos dos convênios formalizados.</p> <p>Está integrado ao SICAD e SIC.</p> <p>De uso exclusivo da CGAPA para inserção das informações e emissão de certificados durante e após os eventos de capacitação do Programa Segundo Tempo.</p>
<p>SISLOG</p> <p>Sistema de Logística de Suprimentos do PST</p>	<p>Módulo será destinado à definição e controle dos materiais esportivos e diversos destinados aos convênios do Programa Segundo Tempo, com funções de distribuição e localização para entrega dos</p>

	<p>materiais.</p> <p>Estará integrado com SIC e SICAD.</p> <p>Uso exclusivo CGES – Coordenadoria Geral de Eventos e Suprimentos.</p>
<p>SISIND</p> <p>Sistema de Indicadores do PST</p>	<p>Sistema de Indicadores Quantitativos e Qualitativos referentes ao desenvolvimento do Programa Segundo Tempo.</p> <p>Estará integrado ao SICAD e SIAPA.</p> <p>Este módulo receberá informações automaticamente dos demais sistemas e será de uso exclusivo da direção da SNEED.</p>
<p>Gerenciador de Qualidade de Informações</p>	<p>Este módulo terá a função de varredura em todo o banco de dados. Para isso, deverá conter as principais regras de validação dos cadastros.</p> <p>No estudo preliminar está previsto que seu funcionamento será ininterrupto indicando qualquer anomalia ou inconsistência no banco de dados.</p> <p>Este módulo receberá informações automaticamente dos demais sistemas e será de uso exclusivo da Gestão da Informação da SNEED.</p>
<p>Inteligência Geral do PST (BI)</p>	<p>Módulo será responsável pela geração de informações gerenciais através de toda a plataforma.</p> <p>As informações poderão ser aglutinadas e totalizadas conforme a necessidade do usuário de alto nível, permitindo a extração de informações estratégicas do programa.</p> <p>Este módulo receberá informações automaticamente dos demais sistemas e será de uso exclusivo da direção da SNEED.</p>
<p>Sistema de Pleitos</p>	<p>O Sistema de Pleitos poderá, em estudos posteriores, vir a compor a plataforma informatizada da SNEED.</p> <p>É um sistema de uso exclusivo da Coordenação Geral de Formalização de Convênios e se integrado à plataforma deverá disponibilizar dados para os módulos SIC e SICAD.</p>
<p>Sistema de Eventos</p>	<p>O Sistema de Eventos tem por finalidade atender a CGES, essencialmente na realização do Recreio nas Férias, e os eventos do DEUNI.</p> <p>O sistema tem capacidade de controlar as atividades,</p>

	<p>entrega de materiais e lanches.</p> <p>As informações são inseridas pelo conveniente com acompanhamento e gestão das áreas citadas acima.</p>
--	--

A concepção de uma plataforma informatizada integrada por si só agrega valor ao trabalho e à produção de todas as equipes envolvidas, motivando a mudança e a atitude assertiva.

Constata-se a cada dia a redução dos controles paralelos em planilhas eletrônicas e a disponibilização das informações instantaneamente, ou seja, a consolidação da plataforma como ferramenta única de trabalho. Paralelamente a este movimento tem-se a permeabilidade das informações através das diversas coordenações da SNEED, o que contribuirá para a mudança de cultura, atualmente individualizada passando à colaborativa.

Com a base informatizada projetada, em fase conclusiva, e o histórico de falhas permissivas no sistema de beneficiados houve o interesse da Controladoria Geral da União – CGU, em compreender mais amplamente a plataforma, a qual vem auxiliando na manutenção do sistema e na elaboração de regras e travas que farão parte do novo Sistema de Cadastro Geral – SICAD, principal ferramenta de uso dos convenientes na fase de implementação e execução dos convênios do Segundo Tempo.

Tais resultados serão plenamente mensuráveis e auditáveis em 2011, quando a totalidade da plataforma informatizada estará concluída.

Os maiores problemas enfrentados durante este exercício decorrem da falta de planejamento da área de sistemas do ME, que não contempla um plano diretor de informática e, intrinsecamente, pelas dificuldades apresentadas pela CGMI/SPOA para atender às solicitações de desenvolvimento de sistemas modernos e integrados. A partir daí, buscou-se de todas as maneiras concentrar e consolidar as informações disponíveis tornando o projeto para a nova plataforma mais complexo.

Desse modo, permanece a escolha em manter o desenvolvimento dos sistemas novos na plataforma UEM – Universidade Estadual de Maringá, buscando a total integração dos sistemas e consolidação de informações possível, conforme pode ser observado no desenho da plataforma mostrado acima e na descrição dos sistemas que a compõe.

Em outra frente de trabalho intensificou-se o acompanhamento por meio da verificação da qualidade dos dados nos sistemas legados, Sistema de Convênios e Sistema de Pleitos, ambos concebidos e mantidos pela CGMI/SPOA.

Com relação ao sistema de convênios que gerencia o banco de dados dos Recursos Humanos e Beneficiados dos convênios do Programa Segundo Tempo, foi solicitada à CGMI/SPOA a construção de dispositivos de varredura periódica que filtrem dados irregulares ou duplicados, a partir de critérios diversificados. Também solicitou-se a implementação de rotinas de lista de chamadas dos beneficiados, ferramenta esta ainda não disponível.

Ao sistema de pleitos resta a conclusão do módulo gerencial que deverá apoiar todo o processo de seleção das entidades que pretendem se conveniar ao Programa Segundo Tempo.

Neste contexto, tem-se somado aos nossos esforços o apoio e a orientação da CGU – Controladoria Geral da União, subsidiando a busca de anormalidades no banco de dados de beneficiados, e também a concepção de regras que deverão compor o novo sistema de cadastro geral do Programa Segundo Tempo.

Problemas:

- Deficiência de espaço físico, fazendo com que a equipe seja dividida em turnos de trabalho, prejudicando assim a produtividade e, conseqüentemente, gerando quebra de prazos;
- Sobrecarga de trabalho para os servidores, haja vista o conjunto de novos procedimentos e sistemas cujas informações, gerenciamento e monitoramento da execução cada vez mais são exclusivos destes;
- Obsolescência dos equipamentos de informática causando lentidão e excessivas paradas de produção, e inúmeros chamados para a equipe de *helpdesk*;
 - Falta de planejamento da área de sistemas do ME, que não contempla um plano diretor de informática;
 - Dificuldades apresentadas pela CGMI/SPOA para atender às solicitações de desenvolvimento de sistemas modernos e integrados.

Perspectivas para a Área de TI:

Todo o esforço para o desenvolvimento de novos sistemas que permitam o controle e o acompanhamento do Programa Segundo Tempo tem gerado resultados bastante positivos. Os sistemas de acompanhamento como SIAPA – Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo, e SIC – Sistema Informativo de Convênios têm contribuído muito para que todas as informações estejam acessíveis em tempo real a toda Equipe Técnica e principalmente às Equipes Colaboradoras.

O principal avanço dos sistemas neste ano está na integração das informações e redução drástica do retrabalho como exemplo, podemos citar os instrumentos de planejamento do convênio e dos núcleos, bem como, a coleta de informações dos para avaliação, que passaram a ser totalmente integrados, desde a inserção pelo próprio coordenador geral do convênio até a conclusão dos relatórios consolidados, fazendo com que as informações trafeguem por todos os instrumentos dando mais agilidade e assertividade ao acompanhamento de modo geral.

Em 2011 estaremos fechando toda a integração com a substituição do atual sistema de Convênios que controla os Recursos Humanos, Núcleos e Beneficiados do Programa Segundo Tempo, isto significará a automatização do convênio dentro dos sistemas do início ao final da sua vigência.

9. Construir referenciais teóricos que contribuam para a documentação e qualificação do Programa Segundo Tempo

- Publicar os referenciais teóricos das pesquisas, congressos e seminários;
- Ampliar a produção científica sobre o esporte educacional nas universidades e institutos;
- Realizar congresso ou seminário de esporte educacional.

No Plano de ação proposto, destacaram-se três projetos para priorização e fomento em 2010: a realização de eventos para discussão conceitual de esporte educacional, a ampliação da produção científica e a elaboração e publicação de pesquisas, em espaços de discussão acadêmica, como congressos e seminários.

Para tanto, houve a realização de Encontro Anual das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 09 e 10 de Dezembro de 2010, na cidade de São Paulo – SP, com a temática Avaliação e Perspectivas Futuras (Anexo 3).

Este encontro teve por finalidade elaborar um balanço das realizações da SNEED em relação ao PST no seu último ciclo gerencial, buscando junto aos participantes apontamentos para a elaboração de um documento que possa subsidiar as suas futuras gestões. Foram convidados parceiros dos convênios de administrações públicas (municipais e estaduais) e privada, assim como entidades fiscalizadoras e integrantes dos órgãos de controle, em especial da Controladoria Geral da União. Os convênios fizeram-se representar pela presença de Coordenadores Gerais, Pedagógicos, Setoriais e de Núcleos, assim como de monitores.

A programação elaborada para o evento teve a lógica organizacional que buscou municiar os participantes com as realizações e avaliações que a própria Secretaria e seu contingente de RH realizaram, assim como de visões e pesquisas realizadas por entidades parceiras. A partir das apresentações e discussões, os participantes se subdividiram em grupos para os trabalhos nas oficinas. Todos tiveram plena liberdade para escolher a oficina temática.

Registra-se os temas trabalhados nas conferências, painéis e oficinas:

Conferências

Esporte Educacional: da conceituação à ação – uma política viável

Esporte e Educação: uma relação imprescindível

Palestras

Programa Segundo Tempo – passado, presente e futuro

Avaliando o PST

Avaliação Pedagógica do PST

Painéis

O PST na visão dos gestores (Estadual, Municipal e Terceiro Setor)

A Proposta Pedagógica do PST na visão dos educadores

O Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do PST

Projetos Especiais no PST – Avaliando as experiências

Oficinas

Tema 01 – A proposta Pedagógica do PST

Tema 02 – As diretrizes do PST

Tema 03 – Acompanhamento e Fiscalização dos Convênios do PST

Tema 04 – Os Projetos Especiais no PST – estruturando as propostas

Tema 05 – O PST no “Mais Educação”

As oficinas foram organizadas para levantar três aspectos que deveriam ser aprovados pela plenária. Aspectos abordados: Potencialidades, Fragilidades e Sugestões de Ações e/ou Procedimentos.

As “Potencialidades” procuraram apontar aspectos que foram considerados como satisfatórios e que merecem ser destacados e fortalecidos em futuras gestões, pois se colocam como estruturantes e fortalecedores de todo o Programa.

As “Fragilidades” demonstram aspectos que necessitam ser mais bem observados pela futura gestão, pois em muitos casos poderão se colocar como impeditivos e dificultar avanços futuros para o PST.

Já as “Sugestões” pontadas, baseadas no balanço realizado entre potencialidades e fragilidades, buscaram indicar à futura gestão da SNEED, encaminhamentos que podem facilitar e potencializar as ações do PST junto à sociedade brasileira.

Além da realização do referido evento, os referenciais teóricos sobre o Esporte Educacional foram ampliados, com as valiosas contribuições de pesquisadores, doutores e, sobretudo, de colaboradores que atuam no desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, com destaque para:

- Livro “Estudo Brasileiro sobre o Esporte Educacional: ênfase no esporte-educacional, cujo objetivo era a Produção e difusão de conhecimento na área do esporte educacional. Escrito pelo Prof. Manoel Tubino, a pedido do Ministério do Esporte, produzindo quatro estudos sobre o Esporte Contemporâneo e suas relações com o Esporte Educação (Anexo 44).
- Livro “Programa Segundo Tempo no Agreste de Pernambuco”, da Prof. Ana Rita Lorenzini, cujo objetivo é o estímulo à produção científica pelos coordenadores que atuam nos convênios do PST. O livro retrata experiências práticas do Programa Segundo Tempo no Agreste Pernambucano, mais precisamente realizadas pelo convênio ASCES (Anexo 45).
- Livro “Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte” (Anexo 46), produzido por Professores do Centro de Estudos em Educação Física, Esporte e Lazer dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS).

Publicações *on line* sobre o Programa Segundo Tempo

Publicação em periódicos:

Revista Lecturas, Educación Física Y Deportes, Revista Digital - www.efdeportes.com – Buenos Aires/Argentina:

- Ano 15, nº 142, março de 2010 – A saúde como tema educacional desenvolvido no Programa Segundo Tempo: um estudo exploratório - Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd142/a-saude-como-tema-educacional-no-programa-segundo-tempo.htm>
- Ano 15, nº 148, setembro de 2010 – O Segundo Tempo e a escola: diálogos e limites a partir da experiência de Campinas, Brasil – Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd148/o-segundo-tempo-e-a-escola-dialogos-e-limites.htm>
- Ano 15, nº 150, novembro de 2010 - Motivação para a prática esportiva: Programa Segundo Tempo, Região 16 – Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd150/motivacao-para-a-pratica-esportiva.htm>

Apresenta-se a relação completa das publicações da SNEED no Anexo 47.

O PST tem vinculado ao seu processo de acompanhamento pedagógico e administrativo, 44 (quarenta e quatro) Universidades e aproximadamente 160 profissionais com qualificação em nível de mestrado e/ou doutorado.

Nesse sentido, o PST passou a ser visualizado, estudado e avaliado por esses profissionais em suas práticas cotidianas do processo formativo profissional, da mesma forma que incentivaram e estimularam a produção acadêmica sobre o programa. Com isso, podemos destacar o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, que acabou tendo entre seus finalistas trabalhos vinculado aos estudos do PST e sua representatividade e significância social. Da mesma forma podemos citar que vários trabalhos relacionados a especializações e mestrados são desenvolvidos tendo por tema o PST e seus desdobramentos.

Esse movimento fez com que o PST estimulasse as Universidades e seus cursos de graduação em Educação Física a contemplar em seus currículos o tema do esporte e inclusão social, destacando assim a importância de o futuro profissional dominar conhecimentos que consigam atender aos requisitos teóricos e práticos deste tipo de atuação, que é cada vez mais necessária.

Entretanto, destaca-se que ainda há muito por ser feito e estudado. Mesmo o PST se caracterizando como sendo um dos maiores programas sociais envolvendo esporte em todo o mundo, suas estratégias, conteúdos e tecnologias carecem de melhorias continuadas. Dessa forma, estimular o vínculo e envolvimento pleno de Instituições de Ensino Superior deve se manter na pauta deste Ministério.

Estratégias diferenciadas de capacitação do Programa Segundo Tempo:

Outro aspecto que merece ser destacado são as ações de publicidade do Programa Segundo Tempo em 2010, principalmente, na temática de qualificação do processo de capacitação dos professores e monitores que atuam nos núcleos de esporte educacional, com a estratégia de produção e distribuição de vídeos-aulas sobre os Fundamentos Pedagógicos do Programa - 10.000 cópias (Anexo 48).

Entendeu-se, por oportuno, redimensionar as ações anteriormente estabelecidas de atuação multiplicadora por parte dos Coordenadores Gerais e de Núcleos que, após receberem a capacitação presencial repassavam os conhecimentos aos monitores, tornando a capacitação mais adequada à realidade de descentralização do Programa.

Quanto ao Projeto Recreio nas Férias, considerando que cada edição do evento tem um tema gerador, destaca-se a produção de mais um livro da série “Recreio nas Férias e os Valores Olímpicos”, além das gravações dos vídeos-aulas. O layout do material, seguindo a comunicação pré-estabelecida para o Projeto reforçou o princípio de unidade e agregou mais valor ao legado de publicações do Programa Segundo Tempo (Anexo 49).

Ainda em 2010, foi elaborada uma Cartilha, objetivando dar publicidade às Diretrizes e procedimentos para o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo no âmbito da ação “Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional”, buscando, assim, nortear a iniciativa das entidades que apresentem interesse em formalizar parceria com o Ministério do Esporte, uniformizando e otimizando os trabalhos necessários à elaboração dos Projetos.

Com essas iniciativas o Programa tem fortalecido cada vez mais a interação com a Academia, ampliando seus horizontes e promovendo uma ressignificação da formação de educadores que atuam no Esporte Educacional para além dos limites de suas parcerias, criando uma mobilização significativa nas Instituições de Ensino Superior, que por sua vez leva a uma reflexão permanente sobre sua responsabilidade social.

10. Construir Sistema de Monitoramento e Avaliação de resultado e impacto, de forma a assegurar a eficiência, eficácia e efetividade de seus objetivos e ações:

- Implantar Sistema de Controle e Monitoramento para o Programa, com definição de indicadores de desempenho;
- Desenvolver e implantar um sistema efetivo de avaliação do Programa.

Sistema de Monitoramento e Avaliação

Em conformidade com o Plano de Avaliação elaborado nos termos do convênio celebrado entre o Ministério do Esporte e a Sociedade Mineira de Cultura (PUC Minas) (Convênio nº 700735/2008 SICONV), foi estabelecida parceria para a realização de pesquisa de avaliação do Programa Segundo Tempo e do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

A estrutura do plano de avaliação contemplou¹:

a. Propósito da Avaliação:

- Desenvolvimento de Sistema de Monitoramento e Avaliação (Sistema de M&A) para os Programas, através da construção e validação de indicadores de eficiência, eficácia (quantitativa e qualitativa) e efetividade/impacto, e teste modelo por meio de experiência piloto, de forma que possa ser replicado, finalizado em 2010.
- Publicação dos resultados de Pesquisa Nacional e dos grupos focais e entrevistas, alcançando critérios de eficiência, eficácia e efetividade, executado em 2010.

b. Perguntas de Avaliação

Desenvolvidas, durante os anos de 2009 a 2010, por meio de diversas Oficinas com a equipe gestora do Programa para definição dos componentes avaliativos e dos indicadores e outros recursos avaliativos. Dentre os indicadores e perguntas de avaliação, pode-se citar:

- Satisfação do beneficiado (direto e indireto)
- Percepção do direito ao lazer e esporte
- Motivação para participar

c. Métodos de Avaliação

A estratégia geral de avaliação baseou-se na aplicação e teste dos componentes, indicadores e instrumentos validados junto à equipe gestora do Programa por meio de piloto como etapa preliminar e necessária para a realização de Pesquisa Nacional, com base em técnica de amostragem aleatória estratificada. Esta foi realizada em 2010.

Também neste ano foi realizada a aplicação de *survey* junto aos usuários como uma das estratégias de pesquisa, além da utilização de dados secundários, a realização de entrevista em profundidade e de grupo focal. A coleta dos dados da Pesquisa Nacional (aplicação do *survey*)

¹ Elaborado com base no Plano de Avaliação do Manual de Elaboração Plano Plurianual 2008-2011

ficou a cargo da empresa CP2 Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda. (<http://www.cp2.com.br/>).

d. Composição da Equipe de Avaliação

A equipe de avaliação foi composta inicialmente por quatro membros da equipe de pesquisadores da PUC Minas (Sociedade Mineira de Cultura), além de três estagiários (apoio) e dois especialistas validadores convidados. Além disso, a equipe contou com o auxílio de técnico especializado em pesquisa de campo e técnicos especializados em processamento de dados. O plano de avaliação contemplou ainda a participação de diversos colaboradores, a exemplo de recursos humanos dos núcleos de esporte educacional do PST, membros das Equipes Colaboradoras, além da equipe gestora do Programa.

e. Procedimentos de Avaliação

As atividades desenvolvidas na avaliação envolveram de modo resumido:

- ✓ Identificação dos principais componentes do sistema de M&A;
- ✓ Elaboração de indicadores, instrumentos e outros recursos avaliativos;
- ✓ Validação do sistema de M&A (indicadores, instrumentos e outros recursos avaliativos) por meio de piloto ;
- ✓ Realização de Pesquisa Nacional para aferição dos indicadores validados;
- ✓ Documentação do sistema de M&A e publicação dos resultados da Pesquisa Nacional.

f. Apresentação e Uso

Divulgação dos trabalhos através da publicação de livro com os resultados da pesquisa e documentação do Sistema de M&A para reprodução pela SNEED.

g. Orçamento

O valor global da avaliação foi de R\$ 453.195,52 (quatrocentos e cinqüenta e três mil, cento e noventa e cinco reais e cinqüenta e dois centavos), sendo R\$ 361.232,32 o valor do repasse, e de R\$ 91.963,20 o valor da contrapartida financeira. Esse montante compreendeu a avaliação dos Programas Segundo Tempo e Esporte e Lazer da Cidade.

Principais resultados

Um dos propósitos da avaliação, conforme salientado no item “a” do Plano de Avaliação é o “desenvolvimento de Sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A)”, através da coleta de dados

para composição dos indicadores de desempenho, contribuindo assim para o estabelecimento de indicadores do Programa. O desenho do Sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) em conjunto com a Matriz de Indicadores do Programa Segundo Tempo², possibilitaram a construção do “MANUAL OPERACIONAL DE EXTRAÇÃO (CONSTRUÇÃO) DOS INDICADORES – PROGRAMA SEGUNDO TEMPO” (Anexo 50), desenvolvido em parceria com a PUC Minas, e base para o desenvolvimento do Sistema de Indicadores do Programa Segundo Tempo (SISind). O SISind será uma ferramenta de fundamental importância para o Acompanhamento Pedagógico e Administrativo dos núcleos de esporte educacional e para atestar a eficiência, eficácia e efetividade do Programa.

O referido Manual contempla diversos indicadores³, a exemplo da focalização territorial e frequência do beneficiado.

Como forma de subsidiar o desenvolvimento do SISind, cada indicador apresentado no Manual estão delimitados:

- I – Conceito;
- II – Interpretação (incluindo limites da interpretação);
- III - Método de cálculo;
- IV – Fontes;
- V – Periodicidade;
- VI – Abrangência.

O Manual apresenta, ainda, com relação aos indicadores de desempenho:

- a) Os requisitos necessários para os Sistemas Informatizados da SNEED;
- b) Os instrumentos requeridos para aferição dos indicadores:
 - *Survey Beneficiado*;
 - *Survey Família*;
 - *Survey Monitor* ;

² Os indicadores da Matriz de Indicadores do Programa Segundo Tempo foram validados junto à equipe gestora do Programa com base no Guia Metodológico / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - Brasília : MP, 2010

³ Indicadores com fontes constituídas e a constituir

- *Survey* Coordenador (incluindo Núcleo, Geral, Setorial e Pedagógico);
- Observação com Registro (Monitor, Coordenador e Responsável pelo Beneficiado);
- Instrumento de Coleta de Dados “in loco” (revisão).

Como resultado da avaliação, em 2010 foi publicado o livro Sistema de Monitoramento & Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte (Sousa et al., 2010 - Anexo 51).

Cumprido ressaltar alguns dos principais resultados da Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Segundo Tempo:

Dados gerais:

Período de realização: 21/08 a 29/09.

Amostra: 1961 pessoas (64,4% beneficiados e 35,6% responsáveis).

Instrumento: questionário com questões fechadas e abertas.

Objetivo: percepção sobre o programa.

Caracterização dos Beneficiados:

Idade: média de 12 anos.

Escolaridade: ensino fundamental.

Deficiências: 2% se declararam, 24% reconhecem no núcleo.

Renda média familiar mensal: R\$ 1074,35, com maior concentração até R\$ 600,00

O Programa Segundo Tempo foi avaliado positivamente pelos beneficiados. Conforme apresentado na avaliação final, “quando os beneficiados foram questionados sobre qual nota dariam ao Programa Segundo Tempo, entre 0 e 10, apenas 3,1% atribuíram notas entre 0 e 4 (ruim ou muito ruim), 0,8% avaliaram o programa com notas 5 ou 6 (regular), enquanto 95,5% atribuíram notas entre 7 e 10 (muito bom ou bom). Em confirmação a essa boa avaliação geral, 86% dos participantes afirmaram que já tinham indicado ou que poderiam indicar o Programa Segundo Tempo a outra pessoa” (Souza et al., 2010).

11. Capacitar e qualificar todos os recursos humanos (gestores, professores e monitores) dos convênios, de forma descentralizada e permanente, potencializando a abrangência do Programa Segundo Tempo em todas as suas vertentes

- Validar e aprimorar o processo de capacitação alcançando todos os RHs do programa, de forma descentralizada e permanente.

O processo de capacitação do Programa Segundo Tempo coloca-se como destaque nos avanços conquistados pelo Programa no seu todo. Desde o ano de 2007 tem havido investimentos por parte do Ministério do Esporte por meio da Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED nesta ação de formação continuada.

Os reflexos podem ser observados na condução administrativa e pedagógica do Programa que, gradativamente, consolidam-se no cotidiano dos núcleos. As ações do PST têm avançado significativamente e conquistado o reconhecimento de Órgãos de Controle interno e externo ao Ministério, assim como dos usuários de forma geral.

A SNEED/ME conta com a parceria de 44 Instituições de Ensino Superior do país que liberam seus 170 profissionais para essa ação de formação continuada, o que resulta em ganhos gerais para os participantes do processo de forma direta, assim como para os futuros profissionais a serem formados na área da Educação Física. O reconhecimento por parte desses profissionais envolvidos e o novo olhar para um programa social dessa magnitude fazem com que haja reflexos diretos no processo formativo desenvolvido por essas instituições, fortalecendo sobremaneira a política pública do Esporte Educacional brasileiro.

O processo de capacitação de 2010 manteve a seguinte organização:

- a. Capacitação Gerencial** – Destinada ao Coordenador Geral e Pedagógico, por tratar dos aspectos relativos a estruturação e funcionamento do programa;
- b. Capacitação Pedagógica** – Destinada ao Coordenador de Núcleo, Pedagógico e Setorial, por tratar dos conteúdos metodológicos do atendimento ao beneficiado;
- c. Capacitação Projetos Especiais** – Específica para os profissionais de cada um dos projetos;

Em 2010, além do modelo de capacitação presencial utilizaram-se novas estratégias como as videoconferências para a capacitação dos Recursos Humanos envolvidos no PST/Mais Educação e as vídeo-aulas, que foram gravadas para o desenvolvimento da capacitação pedagógica semipresencial visando reduzir os custos e ampliar a abrangência da formação, podendo chegar ao nível dos monitores. O grupo de temas aplicados permaneceu o mesmo, reorganizado no ano

de 2009 e que vem mantendo significativa relevância junto aos capacitados do programa, conforme este relatório comprova.

Para o ano de 2010 foram capacitados os Convênios que estavam iniciando o processo e os que tiveram substituição de grande contingente de seus Coordenadores de Núcleos. Assim, o número total de capacitados durante o ano foi de 1.819 pessoas. Destaca-se que nesse total estão incluídas as capacitações gerenciais e pedagógicas, conforme demonstrativo das capacitações realizadas no ano de 2010, apresentado no quadro 1 (Anexo 52). Além disso, foram realizados mais dois eventos junto às Equipes Colaboradoras e convenientes que contribuíram para o processo de capacitação e aprimoramento das ações do PST (Anexo 53).

Durante as capacitações, foi realizada ainda pesquisa junto aos Coordenadores participantes, visando obter o perfil destes Recursos Humanos (Anexo 54).

Em todas as etapas do processo de capacitação, seja ela gerencial ou pedagógica, a SNEED realiza um processo avaliativo sobre três aspectos centrais: infraestrutura, organização das temáticas e desenvolvimento das temáticas (Anexo 55 e 56).

Avaliação qualitativa do processo de Capacitação Pedagógica

A Capacitação Pedagógica tem conseguido avanços significativos ao longo dos últimos anos, pois sua estrutura e fundamentação são reconhecidas e vem atendendo as demandas conforme apresentado nos relatos anteriores.

Em reunião avaliativa realizada em dezembro de 2010, na cidade de São Paulo, o processo de Capacitação Pedagógica foi discutido, apontando indicativos importantes e que devem nortear as futuras ações e encaminhamentos do processo de capacitação pedagógica. O documento referente à questão pedagógica está apresentado no Anexo 3 (Relatório Encontro Anual das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo).

Cabe destacar alguns dos pontos mais importantes levantados na reunião:

Os Temas trabalhados

Os temas escolhidos para serem trabalhados no PST sofreram alterações e resignificações ao longo desses últimos três anos. Houve uma busca concreta por parte dos autores em aproximar os temas das realidades vividas nos núcleos do PST. Este aspecto reforçou o processo avaliativo

positivo por parte dos participantes das capacitações do programa, atribuindo a ele uma validação extremamente positiva.

Os autores foram instigados a limpar e clarear as teorias e argumentações apresentadas nos textos, pois estes se apresentavam de forma extremamente acadêmica e distante de uma condição de aplicação imediata junto aos atores do PST. Nesse sentido, o livro “Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática” atingiu resultado positivo e conseguiu a aproximação tão almejada, da mesma forma que incrementou o processo com uma mais adequada organização e distribuição dos temas, assim como com a inclusão de outros que se fizeram necessários. Essas alterações ocorreram em decorrência das sugestões dos participantes e também dos avaliadores das Equipes Colaboradoras. Apenas para destacar, nesse novo material foram feitas reformulações que se prenderam a:

- a) Reelaboração do texto introdutório, deixando-o mais próximo da realidade que envolve o PST;
- b) Facilitação da apresentação teórica sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem motora;
- c) Separação em textos próprios para os temas relacionados à deficiência e gênero. No material anterior ambos foram tratados em texto único, causando complicações no trato com as especificidades de cada um. Essa separação foi providencial e facilitou o entendimento sobre os conhecimentos que se relacionam a cada uma das temáticas;
- d) Da mesma forma que em aprendizagem e desenvolvimento, o tema relacionado ao ensino dos esportes foi redimensionado e reestruturado de modo a possibilitar um amplo entendimento da proposta. O objetivo foi facilitar e demonstrar que o processo de iniciação esportiva pode se dar de muitas formas e, por meio de jogos e brincadeiras, facilitar a vida esportiva futura de muitos jovens;
- e) Incrementou-se o processo com a estruturação do tema sobre metodologia do ensino dos Esportes e da Educação Física. Havia uma lacuna que precisava ser mais bem esclarecida e apresentada a todos os atores do PST. O texto procurou demonstrar como que os professores podem atuar no trabalho cotidiano junto aos beneficiados do PST, com exemplificações que apresentam situações corriqueiras e que por vezes perdem valor pedagógico se não forem bem observadas por quem coordena as ações;
- f) Houve também uma preocupação em reapresentar o tema sobre planejamento. Os profissionais envolvidos ainda apresentam dificuldades em apresentar adequadamente um plano pedagogicamente estruturado. Isso fez com que houvesse a necessidade de se ampliar e detalhar de forma mais particularizada cada uma das etapas do processo exigido sobre planejamento.

Essas ações e mudanças gerais colocadas em prática no material desde o ano de 2009 e replicadas no ano de 2010 deram bons resultados e conseguiram atender de forma satisfatória o processo de capacitação até o presente momento.

Durante a reunião avaliativa ocorrida em São Paulo, novas indicações para o processo foram dadas e merecem ser avaliadas adequadamente para que resultem em incremento ao material até aqui produzido, ou seja:

- ✓ Ampliar a abordagem do texto de fundamentos teóricos do Programa Segundo Tempo, buscando melhor articulação entre as demais temáticas apresentadas na proposta pedagógica do programa;
- ✓ Procurar facilitar o processo de planejamento a fim de que os coordenadores consigam atender de forma mais satisfatória essa ação;
- ✓ Construir textos mais simples e acessíveis;
- ✓ Construir textos específicos para o processo de formação continuada nos núcleos;
- ✓ Construir uma editoração mais atraente e simples que cativa os leitores;
- ✓ Produzir material didático para o ensino das modalidades esportivas, aproximando a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo das realidades dos núcleos;
- ✓ Produzir material em EaD para subsidiar a capacitação dos coordenadores e monitores de núcleo;
- ✓ Apresentar mais claramente os conceitos de esporte educacional, da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo;
- ✓ Utilizar na proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo diferentes formas de linguagem, tais como textos, vídeos, cartões, execução de tarefas, entrega de relatórios, considerando as diferentes formas de compreensão e aprendizagem dos coordenadores e monitores dos núcleos;
- ✓ Manter o processo de formação continuada, tendo os coordenadores a modalidade presencial e para os monitores via EaD e vídeo-aulas;
- ✓ Produzir textos e materiais didáticos que permitam aos coordenadores, monitores e beneficiados dos núcleos, a discussão, reflexão e compreensão dos direitos da criança e do adolescente, presentes nos diversos documentos e leis que orientam as políticas públicas, de forma a garantir que os beneficiados exerçam sua cidadania;
- ✓ Produzir textos que orientem os coordenadores e monitores ao trabalho intersetorial nas próprias comunidades. Eles devem apontar estratégias que identifiquem os diversos órgãos (ONG's, Conselho Tutelar, Escolas, Associações de Bairro, Conselhos Municipais de Educação, dentre outros), entendendo-se que, ao se criar a intersetorialidade local, ampliam-se

as possibilidades de contribuição à garantia dos direitos da criança e do adolescente, assim como a ampliação das possibilidades de desenvolvimento.

Há o indicativo de duas temáticas importantes e que devem compor o novo corpo de conhecimentos a ser elaborado, ou seja, os direitos das crianças e as políticas públicas relacionadas, assim como a questão do trabalho intersetorial a partir dos próprios núcleos. Da mesma forma há indicativos de novas estruturas para as capacitações e formas de aproximação do Grupo Consultor dos Coordenadores e Monitores, o que demonstra que a ação de formação continuada vem sendo acertada e que novos ajustes podem potencializá-la.

Por fim, neste processo qualitativo, verifica-se que as capacitações do PST se colocam como um Marco divisor, ou seja, a sua implantação potencializou as ações do programa e vem consolidando uma proposta pedagógica condizente com os atuais ditames da Política Pública do Esporte Educacional.

A organização do processo de capacitação

As experiências presenciais têm sido produtivas e importantes. As últimas capacitações presenciais conseguiram trazer a participação dos coordenadores de forma mais efetiva, disponibilizando espaços para suas exposições e aproximações com os temas abordados nas oficinas. Isso potencializou as discussões e serviu como forma de incentivo aos coordenadores, pois viram nesse momento uma forma de apresentarem suas experiências.

Contudo, nos dois últimos anos foram vivenciadas novas estruturas organizacionais, ou seja, os modelos telepresencial e EaD. Os resultados obtidos foram também positivos e poderão, em curto espaço de tempo, servirem como novas possibilidades de desenvolvimento das capacitações do programa, uma vez que conseguem atender a um público muito numeroso simultaneamente e também com custos mais reduzidos. Entretanto, ainda há que se avaliar efetivamente sua repercussão no cotidiano dos núcleos. Indica-se aqui que essas novas modalidades organizacionais possam se colocar de forma efetiva para os coordenadores que já vivenciaram o modelo presencial, pois assim os complementos seriam mais simples e ágeis. Ainda como forma de colaborar para o andamento dos trabalhos realizados, os participantes da reunião avaliativa indicaram que seria interessante que, no modelo de capacitação presencial, os formadores realizassem os experimentos junto aos beneficiados dos núcleos. Isso tem a ver com a credibilidade e demonstração de que o proposto é viável e tem condições de ser desenvolvido efetivamente no cotidiano dos núcleos.

Em relação à organização das capacitações, considera-se sua forma consistente e que deve ser mantida, atentando-se para possibilidades tecnológicas inovadoras e de custos mais reduzidos, contudo, sem a perda da qualidade até então obtida.

Avaliação Geral do Processo de Capacitação Gerencial

A Capacitação Gerencial, da mesma forma que a Pedagógica, tem sido essencial aos avanços que o PST tem obtido ao longo dos últimos anos. Dessa forma, a SNEED mantém um processo de capacitação que visa subsidiar os participantes dos conhecimentos gerais que a função de Coordenador Geral de Convênio requer.

Durante o ano de 2010 houve o desenvolvimento de duas capacitações (janeiro e agosto) que atendeu a demanda instalada de novas parcerias. Tendo em vista a relevância e política da SNEED, todos os Coordenadores Gerais devem participar do processo para que possam avançar nas tratativas administrativas de implantação.

Até o presente momento essa ação foi bem recebida e avaliada pelos participantes. Os dados avaliativos do ano de 2010 estão apresentados no Anexo 55.

Avaliação qualitativa do processo de Capacitação Gerencial

A Capacitação Gerencial, da mesma forma que a Capacitação Pedagógica, tem conseguido avanços significativos ao longo dos últimos anos. Embora os temas trabalhados sejam pertinentes, alguns ajustes merecem ser repensados:

- a) Revisar os temas de forma que a Equipe Gestora defina se todos são realmente necessários ao processo de capacitação do Coordenador Geral;
- b) Buscar formas didáticas para que o desenvolvimento dos temas sejam mais facilmente compreendidos e assimilados pelos participantes;
- c) Rever o tempo de duração do processo de capacitação;
- d) Idealizar um processo de gravação de DVD sobre as temáticas centrais do processo de capacitação, o qual possa ser disponibilizado a todos os Coordenadores;
- e) Aproximar os Coordenadores Gerais por meio do Sistema Telepresencial. A experiência realizada em MG (capacitação pedagógica) pode servir como um exemplo positivo.

Tais pontos, em perspectiva, podem resultar em benefícios gerais a todo o processo desenvolvido para as capacitações gerenciais.

Por fim, salienta-se que esse processo até então desenvolvido vem cumprindo seu papel e atendendo aos propósitos de constituição de um PST cada vez mais organizado e justo administrativamente.

Considerações Finais

O processo de Capacitação dos Coordenadores de Núcleos do Programa Segundo Tempo, dos Coordenadores Setoriais e Pedagógicos e dos Coordenadores Gerais dos convênios participantes constituiu-se em significativa ação de intervenção e capacitação pedagógica para consolidar a formação continuada dos sujeitos envolvidos neste programa, particularmente daqueles que nas instituições convenientes exercem a função de Coordenador de Núcleo e respondem pelas ações organizacionais e pedagógicas desenvolvidas em seus respectivos Núcleos.

Esse processo permitiu o contato direto das Equipes Colaboradoras com todos os coordenadores, bem como possibilitou a discussão de temas relevantes e necessários presentes em suas práticas pedagógicas, resultado da continuidade do processo de capacitação desenvolvida pela CGAPA em todo território nacional.

Os indicadores obtidos com o uso do instrumento de avaliação demonstram o êxito de resultados, que acrescidos das demais informações expressam elevado nível de apreensão do conhecimento, integração entre os diferentes segmentos envolvidos no processo e o fortalecimento de um vínculo de confiança e seriedade profissional entre os coordenadores, Equipe Colaboradora e CGAPA.

12. Consolidar e ampliar os mecanismos de controle social

- Efetivar e qualificar o controle social no PST.

No Programa Segundo Tempo a participação e o controle social se viabilizam por meio da avaliação da execução do Programa por entidades da sociedade civil, pelo Sistema de Controle, Monitoramento e Avaliação e pelos beneficiados e suas famílias. Vale destacar também o Sistema Ouvidor do Ministério do Esporte e a participação democrática das Conferências Nacional de Esporte, as quais apresentam os subsídios que norteiam a intervenção estatal na área de esporte.

As Entidades Fiscalizadoras são indicadas pelas Entidades Convenientes, questão que permanece sendo exigida em 2010, como representantes da sociedade civil, responsabilizando por exercer o Controle Social dos respectivos projetos, possuindo um papel importante no

acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, bem como na avaliação dos serviços prestados à sociedade, com vistas à boa e regular aplicação dos recursos públicos. As Diretrizes do Programa de 2010 estabelecem requisitos para a seleção e indicação da Entidade de Controle Social, devendo ser uma entidade preferencialmente pública, com abrangência compatível com amplitude do convênio/área de funcionamento dos núcleos, priorizando Conselhos Estaduais e Municipais. Foram mantidos os procedimentos estabelecidos nos anos de 2008 e 2009, no sentido de orientar as entidades responsáveis pelo Controle Social dos convênios celebrados no âmbito do Segundo Tempo a exercerem efetivamente a obrigação assumida no acompanhamento da execução, com a isenção necessária, e encaminhamento de Formulário específico, com dados para subsidiar a análise do cumprimento do objeto. As entidades indicadas são oficiadas para envio do Formulário de Verificação dos Aspectos Operacionais (Anexo 57), o qual faz parte do monitoramento e é um documento que fundamenta a análise de cumprimento do objeto.

Como forma de participação e controle social, destaca-se o modelo de Controle, Monitoramento e Avaliação do Programa Segundo Tempo, estruturado a partir de Equipes Colaboradoras formadas por profissionais da área de Educação Física vinculados a Instituições de Ensino Superior de todas as regiões do país, descentralizando, qualificando e reduzindo os custos do acompanhamento, tendo sido reconhecido pelos órgãos de controle, assim como pela comunidade da área que hoje o referenciam em eventos técnico-científicos da área, e servindo de exemplo para outros programas de governo.

Destaca-se também a avaliação pelos beneficiados e suas famílias viabilizada pela Pesquisa Nacional de Avaliação dos Resultados e Impacto do Programa Segundo Tempo, desenvolvida em parceria com a PUC/MG “Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo: Elaboração de Método Avaliativo”, já explicitada acima.

O canal aberto pela Ouvidoria com a população é de suma relevância para o fortalecimento do exercício da cidadania e para tornar mais transparentes as ações deste Ministério, tendo sido efetivado em 2010, considerando a redução no número de processos de denúncias e elevação do número de mensagens solucionadas.

Ao apurar as denúncias, a unidade gestora teve oportunidade de intervir na execução de projetos, no sentido da resolução de problemas pontuais enfrentados ou da implementação de ações corretivas face o previsto nos instrumentos firmados e na legislação vigente, contribuindo para a identificação de fragilidades, o aprimoramento da gestão e a correta aplicação dos recursos públicos.

AVALIAÇÃO DE QUESTIONAMENTOS/DENÚNCIAS

Introdução:

Compete a SNEED avaliar e emitir posicionamento acerca de todos os questionamentos/denúncias relativos aos convênios firmados no âmbito da Ação de Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Segundo Tempo, tanto os recebidos pelo Sistema Ouvidor do Ministério, quanto os recebidos por outros meios de comunicação, a exemplo do endereço eletrônico institucional.

Após recebimento e classificação da denúncia, esta é repassada a esta unidade para análise e manifestação formal acerca da matéria, procedimento que desde 2008 passou a integrar o Sistema de Controle, Monitoramento e Avaliação dos Convênios do PST, mantendo-se em 2009 e 2010.

Compete também à SNEED, por meio da Assessoria do DEEIC, avaliar as mensagens recebidas no Sistema Ouvidor que foram classificadas como reclamações, sugestões, elogios e solicitação de informações, que não demandam a formação de processo.

Importa ressaltar que, tanto no caso de processo de denúncia quanto nas mensagens classificadas, cabe à Ouvidoria finalizar o procedimento mediante o encaminhamento de resposta ao interessado.

A SNEED também recebe denúncias, reclamações, sugestões, elogios e solicitação de informações pelo endereço institucional denuncia.pst@esporte.gov.br, para os quais é dado o mesmo tratamento daqueles recebidos formalmente pela Ouvidoria/ME, que podem ser classificados como Informação, Reclamação, Sugestão ou Denúncia.

Contudo, a gestão da análise e do encaminhamento da resposta ao interessado fica sob a responsabilidade direta desta unidade, salvo quando têm caráter de denúncia.

Nesta hipótese, a Assessoria encaminha correspondência eletrônica à Ouvidoria para abertura de processo ou apensamento a processo já existente com o mesmo objeto, passando a seguir os mesmos trâmites do procedimento formal acima citado.

Desta forma, durante o exercício de 2010 esta unidade gestora deu continuidade aos procedimentos apuratórios inerentes à gestão de reclamações, sugestões, elogios, solicitação de

informações e denúncias, ratificando e aprimorando algumas ferramentas de gestão já informadas no TCA de 2009.

Descrição dos Procedimentos Internos:

DENÚNCIAS

Após o recebimento do processo de denúncia pela SNEED do Sistema Ouvidor, a Diretoria o encaminha à Assessoria do DEEIC, para as providências cabíveis.

Na sequência, a Assessoria realiza uma análise preliminar acerca dos fatos delatados, face dos elementos e das ferramentas disponíveis, inclusive os constantes do processo (se relativo a convênio), proferindo, se necessário, uma Informação na qual são consignadas as medidas apuratórias cabíveis, a exemplo:

- a) Oficiar a entidade Convenente para prestar esclarecimentos e apresentar prova documental (com vistas a assegurar o contraditório e a ampla defesa), resguardando o sigilo da fonte;
- b) Realizar visita ou vistoria para verificação/apuração “in loco”, considerando a natureza do fato (administrativa e/ou pedagógica); e
- c) Demandar acompanhamento pontual por Setores da unidade, entre outras.

Tão logo concluídos os procedimentos apuratórios, a área técnica analisa todo o conjunto de elementos que instruíram o processo de denúncia e expede um Relatório Final, apresentando uma conclusão sobre o fato questionado, podendo apontar medidas corretivas a serem cumpridas pela entidade parceira.

Ao final, envia cópia integral do processo para arquivamento e alimenta o Sistema Ouvidor, registrando as informações relativas à conclusão.

Logo após, promove a devolução dos autos à Ouvidoria, para que esta adote as providências subseqüentes, inclusive o encaminhamento de posicionamento ao interessado.

Quando a denúncia tem relação com convênios do Programa, cabe ainda à Assessoria do DEEIC encaminhar cópia integral do processo para apensamento aos autos respectivos, ciência do inteiro teor pela CGAO e técnico responsável pelo acompanhamento do convênio, e adoção das providências pertinentes.

Por fim, as informações relativas ao procedimento são lançadas pela Assessoria no Formulário 17 – Denúncias/Reclamações do SIC.

MENSAGENS OUVIDORIA

Com relação às mensagens classificadas como reclamações, sugestões, elogios e solicitação de informações, que não demandam a formação de processo, esta unidade promove a avaliação e a registra diretamente no Sistema.

Desta forma, a área técnica consulta diariamente o Sistema Ouvidor, identificando as novas mensagens relativas ao Programa Segundo Tempo, cumprindo seguinte fluxo:

- a) imprime uma cópia da mensagem;
- b) lança os dados na planilha de controle;
- c) avalia os fatos em face dos elementos constantes dos autos do convênio relativo (se for o caso) e demais ferramentas disponíveis;
- d) ao final, alimenta o sistema ouvidor com as conclusões relativas.

De igual forma, quando a mensagem se refere a convênio, as informações relativas ao procedimento são lançadas pela Assessoria no Formulário 17 – Denúncias/Reclamações do SIC.

Ressalte-se que cabe à Ouvidoria encaminhar resposta ao interessado.

Por fim, cumpre destacar que nos casos em que não é possível a identificação do convênio relativo aos fatos, a Assessoria demanda a Ouvidoria para solicitar ao interessado informações complementares, estabelecendo o prazo de 30 dias para resposta, sob pena de arquivamento por falta de elementos para apuração.

Cumpre destacar que nos casos em que não é possível a identificação do convênio relativo aos fatos, a Assessoria encaminha correspondência eletrônica ao interessado, solicitando informações complementares, estabelecendo o prazo de 30 dias para resposta, sob pena de arquivamento por falta de elementos para apuração.

Quanto as correspondências eletrônicas recebidas pelo endereço eletrônico que têm caráter de denúncia, a Assessoria os encaminha à Ouvidoria para abertura de processo ou apensamento a

processo já existente com o mesmo objeto, passando a seguir os mesmos trâmites do procedimento formal já citado.

Ademais, cabe salientar que apenas a Assessoria do DEEIC tem acesso ao referido endereço eletrônico, respeitando rigorosamente em todas as situações, independentemente da natureza dos fatos e classificação dada, as determinações legais relativas ao sigilo da fonte.

Principais Resultados:

- Efetivação da Ouvidoria do ME como um canal aberto com a população, de suma relevância para o fortalecimento do exercício da cidadania e para tornar mais transparentes as ações deste Ministério;
- Interface com a entidade local do Programa Segundo Tempo, bem como com as Equipes Colaboradoras e Técnicas responsáveis pelo acompanhamento do projeto, no sentido da resolução de problemas pontuais enfrentados ou na implementação de ações corretivas face o previsto nos instrumentos firmados e na legislação vigente, contribuindo para a identificação de fragilidades, o aprimoramento da gestão e a correta aplicação dos recursos públicos;
- Considerável redução no número de processos de denúncias, visto que a maioria das correspondências eletrônicas recebidas por esta unidade e mensagens via Sistema da Ouvidoria tratam de Informações, Reclamações e/ou Solicitações.

Fragilidades:

- Limitação quantitativa e qualitativa do corpo técnico, para apuração de denúncias de natureza grave, a exemplo de desvio de recursos e bens do projeto, fraudes em processos licitatórios, contratações de recursos humanos, dentre outros fatos de maior grau de complexidade;
- Demora ou ausência de resposta da entidade parceira às diligências que solicitam esclarecimentos ou documentação comprobatória acerca dos fatos questionados;
- Ausência de treinamentos específicos nessa área.

Perspectivas:

Resultados alcançados – Diminuição significativa

No exercício de 2010 foi possível confirmar a considerável redução do número de processos de denúncias (total de 19), em relação ao exercício anterior (total de 36), correspondendo ao percentual de 50%.

Atribui-se esse resultado à efetividade da nova sistemática de monitoramento, a avaliação e o controle da execução dos convênios, implementada desde outubro de 2008, que integrou o acompanhamento realizado pela Equipes Colaboradoras, os procedimentos operacionais desenvolvidos pela Equipe Técnica desta Secretaria e o acompanhamento das Entidades Fiscalizadoras, dirimindo muitas impropriedades/irregularidades na execução dos projetos e, por conseqüência, muitos conflitos que motivavam a apresentação de denúncias.

No caso de denúncias envolvendo convênios, a depender da natureza dos fatos e da complexidade, pode ser determinada a realização de vistoria por técnico deste Ministério, ou de visita pela Equipe Colaboradora responsável pelo acompanhamento, estabelecendo-se o foco específico nas dimensões pedagógico e administrativo, objetivando ampliar e aprimorar a coleta de informações, contribuindo assim no processo de apuração de denúncias realizado por esta unidade gestora.

Os resultados dessa integração têm se mostrado eficaz, favorecendo a análise das denúncias recebidas e o pleno acompanhamento da execução dos projetos.

Como balanço do exercício de **2010** foram recebidos 19 processos de denúncias, tendo 13 sido finalizados e 06 encontram-se em fase final. Importa registrar que em **2010** também foram finalizados **03** processos de denúncias remanescentes do ano de **2008** e **22** processos de denúncias remanescentes do ano de **2009**. Para tanto, no ano de 2010 foram expedidas 09 Informações e 30 Relatórios Finais.

Ressalte-se que os processos concluídos já foram devolvidos à Ouvidoria, conforme demonstrado nas Planilhas de Denúncia 2008, 2009 e 2010 (Anexo 58).

Ademais, com relação às mensagens recebidas em **2010** via o Sistema Ouvidor (Informações, Reclamações e/ou Solicitações), do total de 565, tem-se o seguinte balanço: 553 foram solucionadas; 5 foram arquivadas por falta de elementos; 2 solicitados maiores esclarecimentos ao interessado; 4 tiveram diligência aberta; e 01 permanece pendente.

Por fim, com relação ao endereço eletrônico institucional denuncia.pst@esporte.gov.br, em 2010 foram recebidas 60 mensagens, tendo 56 sido respondidas/solucionadas e 03 arquivadas por falta de elementos, restando 01 para resposta no exercício de 2011.

Registre-se que em 2010 também foram respondidos 27 correspondências eletrônicas remanescentes de 2009, destes 03 foram solucionados com pendências.

13. Ampliar e qualificar a equipe da SNEED

- Elaborar e implementar plano emergencial para novos servidores;
- Homogeneizar e divulgar os conceitos e diretrizes do PST para equipe da SNEED;
- Elaborar e implementar plano de capacitação de RH da SNEED (também no âmbito da fiscalização);
- Contratar serviços especializados;
- Instituir rede de acompanhamento e avaliação das demais ações da SNEED.

Em 2010, 39 (trinta e nove) servidores foram capacitados em diversas áreas de atuação técnica. Também foram realizadas capacitações internas, possibilitando que houvesse a transferência de conhecimento entre os colegas de trabalho.

Ressalta-se como estratégica a capacitação do quadro permanente de concursados e demais recursos humanos com larga experiência. Este fato é verificado, em especial, quando os recursos humanos capacitados contribuem com a gestão da Secretaria, disseminando o conhecimento obtido nos diversos cursos e eventos, tornando este permanente.

No entanto, outras diversas ações merecem ser realizadas em 2011: específicas em sistema de convênio - SICONV, sobre os novos direcionamentos do Tribunal de Contas da União e Controlaria Geral da União, sobre processo de auditoria, sobre gestão pública, relacionadas à construção de planejamento, implementação e validação de políticas públicas, entre outras.

Como principais problemas destaca-se a quantidade insatisfatória de Recursos Humanos em relação à demanda, principalmente nas áreas de implementação e acompanhamento dos convênios do Segundo Tempo; falta de disponibilidade de capacitação em massa dos Recursos Humanos, causando um desnivelamento na produção técnica do acompanhamento dos convênios do Programa Segundo Tempo; baixa oferta na capacitação do Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV, bem como insipiência do sistema, causando dificuldades na execução dos convênios de forma geral.

14. Articular políticas e ações intersetoriais para o esporte educacional

- Sensibilizar a inclusão da temática “esporte” nos planos e políticas nacionais de outras áreas;
- Promover o debate para garantir o esporte no plano nacional de juventude;
- Fomentar a cooperação internacional na área do esporte educacional;
- Efetivar a parceria do PST com núcleos de esporte de base como possibilidade de “aprimoramento” do público “específico” do PST;
- Desenvolver ações de gênero;
- Promover articulação e incentivar ações de emprego e renda orientados às ações da SNEED;
- Garantir representatividade da SNEED/ME junto aos conselhos e grupos de trabalho que apresentem relação com o público alvo, projetos e ações da SNEED;
- Articular ações com a área de saúde.

A SNEED, junto com as demais áreas deste Ministério, participando dos espaços de articulação institucional e de participação democrática, buscou incluir a agenda da política pública de esporte como uma das ações necessárias para o desenvolvimento humano e importante ferramenta para alcance de objetivos propostos pelas ações, programas e projetos das outras áreas temáticas.

Neste sentido, esta Secretaria prosseguiu com sua atuação com vistas a incluir a temática “esporte” nos planos e políticas nacionais de outras áreas, bem como articular a implementação das resoluções da III Conferência Nacional de Esporte e Lazer.

Sobe este aspecto, cabe destacar o Plano Nacional de Juventude, que está em debate na Câmara dos Deputados por meio do Projeto de Lei nº 4530/2004. Este foi construído pela Comissão Especial do Plano Nacional de Juventude, tendo o esporte como uma das variáveis de intervenção dos cenários de vulnerabilidade juvenil e direito a ser garantido.

No entanto, cabe registrar o importante avanço alcançado pela temática juvenil com a promulgação da Emenda Constitucional nº 65, de 13.07.2010, a qual altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude.

Além da juventude, em 2010, a Secretaria representou o Ministério do Esporte nos seguintes espaços de articulação institucional: Comitê Gestor do Programa Mais Educação, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Nacional de Juventude, Comissão

Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, Comissão Intersectorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Comissão Intersectorial de Acompanhamento do SINASE, Comitê do Projeto Rondon.

Outra ação de articulação que merece ser registrada é a do Ministério da Saúde e o Ministério do Esporte, por meio das Secretarias Nacionais de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer além do Gabinete do Ministro, iniciaram um debate acerca de ações intersectoriais para execução de políticas que aliem o esporte e a saúde.

Este debate teve como documentos norteadores o Plano Nacional de Redução da Obesidade, o Plano Nacional de Atividade Física, Política Nacional de Esporte e os resultados das Conferências Nacionais de Saúde e das de Esporte.

Houve a proposta de atualização do Plano Nacional de Atividade Física e outras ações articuladas, as quais estão em avaliação pelas áreas técnicas.

Articulação internacional também faz parte da agenda de construção de política pública da gestão.

Em 2010 houve avanços significativos na Cooperação Internacional, relacionada ao Projeto TOPS.

Relembrando, o Projeto TOPS é uma iniciativa que tem como principal objetivo materializar a aproximação do Ministério do Esporte com o Conselho Britânico, no sentido de trocar experiências e materiais pedagógicos de apoio aos professores e monitores do Segundo Tempo, tendo como meta a implantação de 3 núcleos pilotos, para a verificação da viabilidade e da eficiência da metodologia no Segundo Tempo.

Destaca-se a capacitação da Equipe que desenvolveu o Projeto Piloto PST/TOPS, (realizada em fevereiro de 2010) bem como de todos que estarão à frente das ações nos núcleos pilotos, pelo grupo de trabalho coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Petersen e pela Coordenadora da SNEED/ME Silvia Bortoli, e formado pelos consultores Prof. Ms. Alexandra Folle (UDESC), Prof. Dr. Edison Roberto dos Santos (UFSC) e Prof. Ms. Michel Angillo Saad (UNOESC), integrantes das Equipes Colaboradoras que compõe a Rede do PST, bem como todos aqueles que estariam à frente das ações nos núcleos participantes do Piloto.

Foram selecionadas 03 entidades onde o Piloto seria implementado, quais sejam:

- Instituto Contato (SC);

- IDESH – Maceió (AL);
- UFRGS 1 – Porto Alegre (RS).

A implantação e o monitoramento dos núcleos foi procedida pelos Consultores, no seguinte cronograma:

Planejamento das visitas de acompanhamento	Julho
Reunião de equipe para acompanhamento e/ou planejamento	Agosto
Coleta de dados inicial	Agosto
Acompanhamento in loco	Setembro
Coleta de dados final	Outubro
Avaliação dos resultados e entrega do relatório Final	Novembro

Para isso, o grupo de consultores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e o Ministério do Esporte, que trabalharam na aplicação, acompanhamento e avaliação dos cartões, produziram materiais de pesquisa para proceder sua avaliação. Os instrumentos utilizados foram:

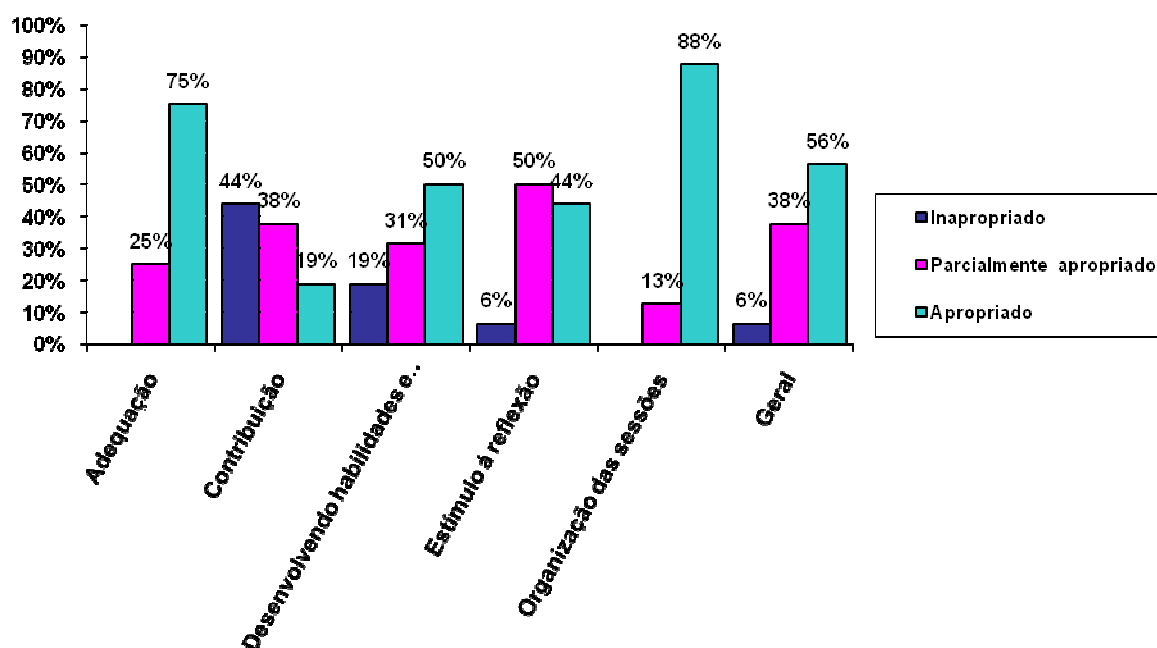
- Expectativas iniciais - para ser coletado após o treinamento e antes do início das atividades nos núcleos;
- Ficha de observação;
- Avaliação das atividades e jogos pelos alunos;
- Avaliação das atividades e jogos pelos professores e monitores;
- Avaliação dos CRP pelos professores e monitores – esses últimos para serem coletados após um período de realização das atividades nos núcleos.

Ao final de todo esse processo foi elaborado um relatório com a análise completa dos resultados, cujos trechos mais relevantes reproduzimos a seguir.

Foram analisados diversos aspectos quanto ao resultado da execução do projeto. As expectativas iniciais de coordenadores e monitores dos núcleos pilotos, em relação à utilização dos Cartões de Recursos Pedagógicos - CRP nos núcleos do PST, podem ser analisadas no gráfico abaixo, observando-se que, de modo geral, os educadores consideram que a implementação dos CRP será apropriada a realidade dos núcleos do PST (56,3%).

As evidências encontradas revelam que coordenadores de núcleo e monitores acreditam que os CRP serão adequados aos núcleos (75%) e expressivamente apropriados para a organização das sessões (87,5%).

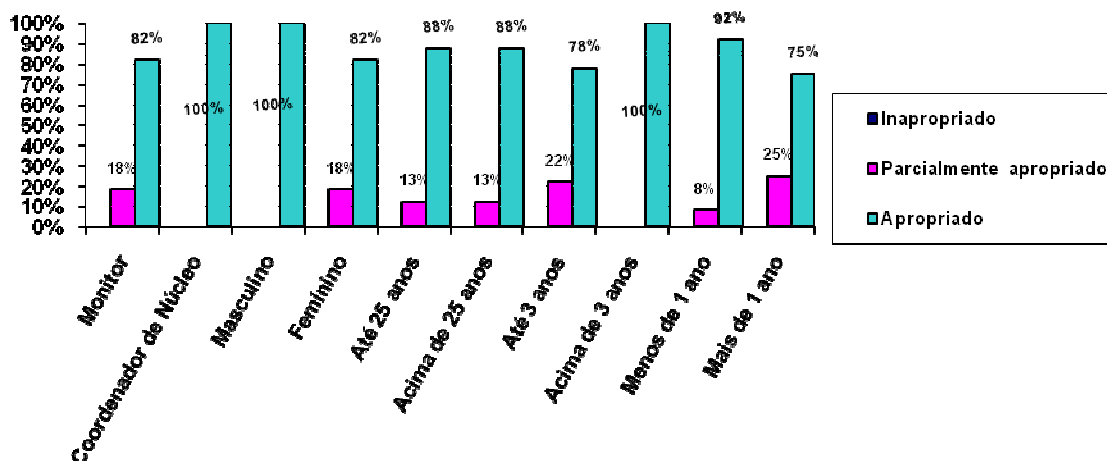
Expectativas iniciais dos coordenadores de núcleo e monitores em relação ao uso dos CRPs



No que se refere às expectativas dos participantes, observou-se que eles avaliam que os Cartões poderão ser adequados, enquanto uma ferramenta complementar para o auxílio no planejamento dos professores e no desenvolvimento da proposta do PST.

O gráfico abaixo apresenta as expectativas de coordenadores de núcleo e monitores em relação à contribuição dos CRP para a organização das sessões nos núcleos do PST, considerando as características pessoais e profissionais dos educadores. De modo similar a dimensão adequação, verificou-se que nenhum educador considera que os CRP poderão ser inapropriados em termos de organização das sessões.

Expectativas em torno da organização das sessões possibilitada pelos CRP



Assim, as evidências encontradas em relação às expectativas iniciais de coordenadores e monitores dos núcleos pilotos, em relação à utilização dos CRP nos núcleos do PST, revelam que os educadores consideram que a implementação dos CRP será apropriada a realidade dos núcleos.

No que se referem às dimensões dos cartões, as informações obtidas indicam que coordenadores de núcleo e monitores acreditam que os CRP serão adequados aos núcleos e expressivamente apropriados para a organização das sessões.

Em relação às expectativas dos participantes do estudo piloto, observou-se que eles perspectivam que os Cartões poderão ser adequados enquanto uma ferramenta complementar para o auxílio no planejamento dos professores e no desenvolvimento da proposta do PST. Apesar de alguns posicionamentos contrários, que levantaram possíveis inconvenientes em relação à utilização destes, principalmente a realidade dos recursos materiais e do espaço físico dos núcleos.

No que se refere às características pessoais e profissionais dos educadores, revelou-se que os coordenadores de núcleo e os homens apresentam percentuais ligeiramente mais elevados de sujeitos que consideram os cartões apropriados, em comparação aos monitores e as mulheres.

Por fim, enfatiza-se o expressivo percentual de educadores com mais de três anos de intervenção docente que consideram os CRP como ferramentas apropriadas para auxílio nas sessões do PST, em comparação aos professores com menos de três anos.

Já como fruto dessa experiência, foi elaborado um novo *kit* de Cartões (*kit* CRP) que contemplou alterações em cartões originais, produzindo dessa forma uma versão totalmente adaptada às características brasileiras e mais especificamente à realidade dos núcleos do PST.

Em decorrência desses bons resultados alcançados, os CRPs foram introduzidos no Programa Mais Educação/PST, e serão distribuídos a todos os núcleos envolvidos como material pedagógico de apoio aos monitores.

Como um marco de encerramento do Piloto, um relatório (Relatório Final da Parceria Ministério do Esporte/Conselho Britânico- Anexo 59) foi elaborado e encaminhado ao Ministro do Esporte, ao embaixador do Reino Unido no Brasil e ao Diretor do Conselho Britânico para o Brasil, contendo o histórico da parceria com o Conselho Britânico, bem como as conclusões da pesquisa realizada com os dados colhidos durante o Piloto.

Em relação ao referido projeto, foram identificadas dificuldades de formalização dos convênios, cujos núcleos haviam sido selecionados inicialmente para a participação no piloto.

Em perspectiva, o Projeto TOPS será incluído e aplicado nos núcleos do Programa Segundo Tempo e do PST no Mais Educação.

Projeto Aeróbica

Ampliando a proposta, além de conferir maior diversidade de modalidades ofertadas, incluindo modalidades rítmicas na proposta pedagógica, o projeto “Aeróbica no PST teve os seguintes objetivos:

- Estruturar e experimentar uma pedagogia para a Ginástica dentro do PST;
- Publicar as boas práticas desenvolvidas;
- Verificar as exigências físicas e materiais para o desenvolvimento desta pedagogia;
- Observar a aceitação do núcleo a uma modalidade rítmica;
- Estimular que meninos e meninas participem das mesmas atividades ao mesmo tempo;
- Aumentar o nº de beneficiados do sexo feminino no PST;
- Aumentar a permanência dos beneficiados do sexo feminino no PST.

Espera-se, assim, estimular o aumento de participação do gênero Feminino no PST.

Para o desenvolvimento desse Projeto a ação inicial foi formar um grupo de consultoras, integrantes das Equipes Colaboradoras que compõe a Rede do PST e com formação especializada em atividades gíminicas.

São elas:

- Profa. Dra. Ana Maria Pereira – Universidade de Londrina

- Profa. Dra. Kátia Lucia M. Lemos – Universidade Federal de Minas Gerais
- Profa. Dra. Marynelma Camargo Garanhani – Universidade Federal do Paraná

O Projeto Piloto consistiu em selecionar as entidades participantes por meio de adesão voluntária, desenvolver a metodologia de aplicação, acompanhamento e avaliação do Piloto, além da produção de relatório final (Anexo 60).

Cabe ressaltar que este projeto foi planejado em três fases distintas, sendo estas:

FASE I: Implantação;

FASE II: Acompanhamento;

FASE III: Validação.

Para cada fase foram planejadas estratégias de acompanhamento e de avaliação do projeto registradas em relatórios parciais (visitas I, II e III) e dados coletados por meio de questionários respondidos pelos Coordenadores dos Núcleos, Monitores que atuavam no projeto e pelos Participantes.

Foi definido ainda que cada núcleo envolvido deveria organizar um Festival de Ginástica Aeróbica Esportiva com a intenção de motivar os participantes, divulgar o trabalho realizado à comunidade e outros núcleos do PST e, conseqüentemente, sensibilizar dirigentes e participantes a consolidar a inserção da Ginástica Aeróbica Esportiva no PST. Para isto, foi realizada, durante a primeira visita aos núcleos, ações de motivação e orientação para a organização dos festivais.

As entidades convidadas para a participação do projeto piloto foram aquelas que participaram anteriormente do processo de Capacitação realizado em 2009 por meio de um convênio formalizado entre a Confederação Brasileira de Esportes Radicais - CBER e a SNEED.

O material de apoio pedagógico, que é composto de: Apostila, vídeo e CD (disponível na SNEED) foi também desenvolvido pelo convênio com a CBER citado anteriormente.

Inicialmente 9 entidades parceiras do PST aderiram ao Piloto e 6 conseguiram chegar até o final das atividades:

1. Núcleo: UNIME (União Metropolitana de Educação e Cultura).
Entidade: Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/BA
2. Núcleo: Colégio Estadual Francisco Conceição de Menezes
Entidade: SETRE (Secretário do Trabalho Emprego Renda e Esporte) - Salvador/BA

3. Núcleo: Escola Municipal Profa. Amélia Fernandes Martins
Entidade: Prefeitura Municipal de Goiânia/GO
4. Núcleo: EMEB Madre Marte Cerutti
Entidade: Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT
5. Núcleo: CRAS Hércules Mandeta Novos Estados
Entidade: Fundação Municipal de Esporte - Campo Grande/MS
6. Núcleo: Escola Municipal Josélia Florêncio

Entidade: Associação Caruaruense de Ensino Superior – Caruaru/PE

O projeto piloto foi desenvolvido seguindo o cronograma abaixo:

Cronograma de execução do Projeto Piloto Aeróbica – PST

Elaboração de instrumentos da coleta de dados	Fevereiro
Elaboração de texto de apoio para os núcleos	Março
1ª visita	Março
2ª Visita	Maior
3ª Visita	Junho/Julho
Análise dos registros das entidades	Julho
Entrega do Relatório Final	Outubro
Entrega do material a ser publicado	Novembro

Na implementação da proposta, foram identificados problemas em relação a falta de pagamento de Coordenadores e monitores, por conta de inadimplência da entidade parceira; certa resistência inicial por conta dos meninos á prática da nova modalidade; licença maternidade de professoras que haviam sido capacitadas para a implantação do piloto; falta de aparelho de som adequado; não reprodução da capacitação aos monitores por parte da Coordenação Geral de algumas entidades.

Considerando a experiência, encontra-se em fase de formatação uma Cartilha com os resultados do Projeto Piloto Aeróbica Esportiva no PST, onde estarão documentadas as experiências de sucesso e a estratégia usada para democratizar o acesso de meninos e meninas às práticas da modalidade ginástica esportiva.

Em perspectiva, este projeto deve propiciar a consolidação da Ginástica Aeróbica Esportiva como uma das modalidades presentes no PST e oferecimento de nova Capacitação aos convênios interessados em implantar a GAE nos núcleos do PST, além de se aliar com novas estratégias da Secretaria para inclusão dos beneficiados do público feminino no atendimento sistemático.

Outra proposta desta Secretaria em seu planejamento estratégico está na busca de alternativas de interlocução interna. Para tanto, a estratégia é estreitar a execução dos seus Programas com os das áreas, em especial, com o Alto Rendimento.

O primeiro passo para a efetivação da parceria do PST com núcleos de esporte de base já foi iniciado. O Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR) teve sua implantação no Programa Segundo Tempo, em janeiro de 2009⁴.

Em 2010, houve o desenvolvimento de algumas atividades de forma contínua, necessárias para a efetivação da aplicação do PROESP-BR, em nível nacional e envolvem principalmente a comunicação com os colaboradores e a manutenção do sistema de informática, bem como do banco de dados.


No Projeto do Observatório do PST, o PROESP-BR estabelece uma fase de criação seguida das fases de aplicação e de resultados. Essa dinâmica foi necessária para adequar o antigo sistema PROESP-BR às novas demandas do Observatório PST.

⁴ O PROESP-BR tem sua base na Escola de Educação Física da UFRGS e os seguintes objetivos: (a) Realizar intervenções na área da promoção da saúde através da proposição de um sistema de medidas e testes que possibilitam a avaliação dos indicadores de saúde associados ao gênero, a idade cronológica, ao crescimento corporal, ao estado nutricional e a aptidão física; (b) Realizar intervenções na área do esporte através da proposição de um programa de identificação de crianças e jovens com altas habilidades motoras capaz de viabilizar uma interface entre a educação física, o esporte educacional e o esporte de rendimento; (c) Constituir um banco de dados capaz de orientar estudos no sentido de sugerir diagnósticos e de propor normas e critérios de avaliação da população escolar brasileira no âmbito do crescimento corporal, do estatuto nutricional e da aptidão física relacionada à saúde e ao desempenho motor; (d) Subsidiar a criação do Observatório Permanente sobre o Desenvolvimento corporal, motor e da aptidão física de crianças e jovens brasileiros.

Em fevereiro de 2010 foram colocados no site do PROESP os novos vídeos de aplicação da bateria de medidas e testes, sendo que estes agora apresentam áudio e legenda. Acredita-se que os novos vídeos ficaram ainda mais pedagógicos, possibilitando um melhor entendimento da montagem e aplicação dos testes.

Na tabela abaixo, apresentam-se as avaliações enviadas até o momento no novo sistema virtual do PROESP-BR/PST.

Tabela 1 - Distribuição do número de avaliações divididas por estado

 PROESP-BR PROJETO ESPORTE BRASIL			
RESUMO NÚCLEOS, AVALIAÇÕES, DEFICIENTES. PROGRAMA SEGUNDO TEMPO			
<small>Atualizado em: 11/03/2010 12:32</small>			
PAIS	Núcleos	Avaliações	Deficientes
BRASIL	180	22.235	42
ESTADOS	Núcleos	Avaliações	Deficientes
Ceará	149	17.981	36
Goiás	6	733	1
Rio Grande do Sul	1	179	1
São Paulo	24	3.342	4
TOTAL:			22.235

A fase de resultados é concomitante com a fase de aplicação. Os resultados estão disponibilizados através do Observatório-PST na página do PROESP-BR e em forma de relatórios ao PST. Os dados sobre as avaliações do PST são disponibilizados através de mapas no Observatório-PST. O mapa da quantidade de avaliação por estado encontra-se na página. Com a análise dos dados enviados, já é possível apresentar os dados descritivos do perfil das Aptidões Físicas relacionadas à saúde.

Para tanto foi criado dentro do link do Observatório geral do PST, no site do PROESP-BR, uma página que mostra os dados atualizados referentes à saúde das crianças do PST, conforme os critérios de avaliação para a aptidão física relacionada à saúde.

Tabela 2 – Dados referentes à aptidão física relacionada à saúde das avaliações enviadas pelos colaboradores do PST.

MAPA DA SAÚDE PROGRAMA SEGUNDO TEMPO Atualizado em: 11/03/2010 12:32												
	ABDOMINAL			FLEXIBILIDADE			IMC			RESISTÊNCIA		
	Avaliações	Zona Saudável	Zona Risco	Avaliações	Zona Saudável	Zona Risco	Avaliações	Zona Saudável	Zona Risco	Avaliações	Zona Saudável	Zona Risco
BRASIL	20.670	51%	49%	20.576	79%	21%	21.045	86%	14%	19.237	46%	54%
Ceará	17.010	50%	50%	16.790	79%	21%	17.241	87%	13%	15.949	44%	56%
Goiás	723	52%	48%	723	70%	30%	723	85%	15%	718	60%	40%
Rio Grande do Sul	178	33%	67%	178	68%	32%	178	77%	23%	179	84%	16%
São Paulo	2.759	62%	38%	2.885	82%	18%	2.903	80%	20%	2.391	49%	51%

Referente à fase de criação já estão concluídas as seguintes ações:

- Determinaram-se pontos de corte para as avaliações do PROESP-BR, no que se refere à aptidão física relacionada à saúde. As tabelas estão disponibilizadas aos colaboradores no site do PROESP-BR. Dessa forma será possível descrever o perfil da saúde dos jovens do PST, servindo como um dado importante no direcionamento das atividades do PST;
- Criou-se o novo site do PROESP-BR adequado às novas propostas ao PST. Desenvolvemos o novo layout do site de forma a oferecer, passo a passo, as informações necessárias aos colaboradores do PST na aplicação do PROESP-BR/PST. As páginas de download, cadastro, envio de dados e observatório foram divididas em “escolas e clubes” e “Programa Segundo Tempo”. Dessa forma, os colaboradores acessam diretamente as sessões destinadas ao PST.
- Desenvolveram-se melhorias no atual sistema de coleta e novas consultas WEB, por meio da criação de um programa de digitação específico para o PST. Com a criação de um espaço para o cadastramento dos núcleos pelos seus coordenadores, foi possível criar um

programa mais simples, com menos informações a serem digitadas. Ao enviar os dados das avaliações o sistema PROESP-BR identifica automaticamente os dados cadastrais do núcleo que esta enviando o arquivo.

- Foi criado um novo sistema de armazenamento e extração de dados para as variáveis do OBSERVATÓRIO-PST, com um banco de dados exclusivo do PST;
- Foram criadas ferramentas de extração e estatísticas sobre as avaliações registradas no banco de dados. Esse sistema se constitui de um filtro virtual, no qual poderemos resgatar planilhas com as variáveis selecionadas. Por enquanto esta ferramenta só está disponível à administração do PROESP-BR/PST. É de interesse do PROESP-BR realizar a vinculação dessas informações ao sistema de informática utilizado pelo PST (SIAPA). Foi encaminhada uma proposta para que se viabilize por meio de um intercâmbio de informações. O PROESP-BR se responsabiliza pela disponibilização dessas informações ao ME e PST através de solicitação por e-mail. Essas medidas foram adotadas para preservar dados como a identificação das crianças;
- Criou-se a Página Observatório PST. Atualmente com o mapa do número de avaliações enviadas por estado;
- Foram realizadas capacitações dos colaboradores quanto aos aspectos inerentes ao projeto a serem realizados pelo PST;
- Foi firmado um acordo de parceria e intercâmbio de informações entre a Universidade de Maputo e o PROESP-BR/PST (abril de 2009), com o comprometimento dos africanos em aplicar a bateria de testes do PROESP-BR nos escolares no seu país. Esse convênio fortalece as relações entre as comunidades científicas dos dois países, abrindo um espaço de diálogo acerca do acompanhamento e desenvolvimento de crianças e jovens de nações emergentes, bem como projetos e políticas públicas voltados a esse público. Referente a outras ações de interesse comum ao PROESP-BR e ao PST.
- Capacitação do Projeto Piloto PROESP do Ceará, em maio de 2009: Acompanhando as ações do PST, realizamos uma capacitação de atualização dos coordenadores de núcleos do Estado do Ceará que abordou as modificações nos critérios de avaliação do novo site e programa de digitação desenvolvido no PROESP-BR. Essa ação integrou um encontro com os coordenadores de núcleos dos convênios do Ceará, organizado pela Secretaria do Esporte do Ceará. No Anexo 61, apresentamos o Relatório do Projeto Piloto – PROESP/Ceará.

Da fase de aplicação, estão sendo desenvolvidas as seguintes ações:

- Realização de avaliações pelos núcleos, conforme a tabela 1 apresentada;

- Análise dos dados estatísticos para incluir no OBSERVATÓRIO-PST. O número de avaliações enviadas pelos núcleos está disponível no site. As outras análises se referem à aptidão física relacionada à saúde, aptidão física relacionada ao desempenho motor e ao estado nutricional dos jovens atendidos pelo PST. Em breve, disponibilizaremos no site os mapas das variáveis referentes ao desempenho motor;
- Atualização do OBSERVATÓRIO-PST, conforme o progresso dos estudos realizados e à demanda operacional do Projeto e dos colaboradores;
- Elaboração de um projeto de distribuição por amostragem entre os núcleos do PST, relativo a distribuição de 500 quites de avaliação pelo ME;
- Elaboração do mapeamento da aptidão física relacionada à saúde dos escolares brasileiros (este estudo foi realizado para posteriormente embasar pesquisas sobre o PST sobre as mesmas variáveis).
- Criação de lista de distribuição de e-mails e envio de informativo sobre o novo sistema PROESP-BR/PST.
- Criação de um sistema que envia e-mails informativos a todos os coordenadores de núcleos cadastrados. Enviadas mensagens através dessa lista de distribuição informando sobre a disponibilidade do novo sistema PROESP-BR/PST;
- Realização de estudos sobre perfil da aptidão física relacionada à saúde, fórmula da análise multivariada para identificação de jovens talentos motores por modalidades e distribuição dos talentos motores por modalidade no Brasil, a partir do banco de dados do PROESP-BR. Tais estudos são relevantes para o PST, tanto na perspectiva de conhecer o perfil do jovem brasileiro, quanto na possibilidade de reproduzir as mesmas pesquisas com os dados dos jovens do PST. Os dados coletados poderão direcionar e acompanhar as ações do PST, visando à promoção da saúde e da aptidão física relacionada à saúde.
- Organização de um curso e um simpósio em Porto Alegre, baseado nas experiências das capacitações do PST e no SADE (Sistema de Aprendizagem e Desenvolvimento Esportivo) com caráter teórico/prático. O público alvo foram os professores e estudantes de educação física, principalmente do Rio Grande do Sul. O simpósio abordou temas relevantes referentes à educação física escolar, apresentando alguns estudos realizados pelo PROESP-BR ao longo de 15 anos de pesquisas científicas, bem como buscou divulgar o trabalho realizado pelo PST.
- Um novo sistema de capacitação do PROESP-BR está em processo de elaboração. A intenção é realizar capacitações à distância. Essa demanda surge dos próprios colaboradores do PST. Até o momento foram respondidos 316 e-mails relacionados ao PST, a maioria de coordenadores de núcleos. Parte das dúvidas recebidas e respondidas se refere ao sistema operacional do PROESP-BR que vem sendo atualizado.

- Até março de 2010, o sistema PROESP-BR/PST recebeu e homologou 456 senhas para coordenadores de núcleo, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 - Cadastros de coordenadores de núcleo solicitados e homologados pelo PROESP-BR/PST.



Unidade Federativa / Coordenadores SEGUNDO TEMPO	
Estado	Total
Ceará	307
Goiás	21
Mato Grosso	27
Minas Gerais	2
Paraná	1
Piauí	2
Rio Grande do Norte	1
Rio Grande do Sul	8
Rio de Janeiro	2
Santa Catarina	9
São Paulo	71
Tocantins	5
Total Geral	456

- Na figura 1 apresentamos uma página do Observatório do PST, com a distribuição das avaliações da cidade de Fortaleza enviadas até o momento ao site do PROESP-BR como exemplo da disponibilidade de informações no site.

Figura 1: página do Observatório PST no site www.proesp.ufrgs.br

 PROESP-BR PROJETO ESPORTE BRASIL				RESUMO NÚCLEOS, AVALIAÇÕES, DEFICIENTES. PROGRAMA SEGUNDO TEMPO Atualizado em: 11/03/2010 12:32							
PAIS	Núcleos	Avaliações	Deficientes	ESTADO	Núcleos	Avaliações	Deficientes	CIDADE	Núcleos	Avaliações	Deficientes
BRASIL	180	22.235	42	Ceará	149	17.981	36	Fortaleza	7	722	2
ESTADOS	Núcleos	Avaliações	Deficientes	CIDADES	Núcleos	Avaliações	Deficientes	NÚCLEOS	Núcleos	Avaliações	Deficientes
Ceará	149	17.981	36	Abaiara	1	193		BOM JARDIM	1	63	
Goiás	6	733	1	Acarapé	1	152		Campus do Pici	1	100	
Rio Grande do Sul	1	179	1	Acaráú	1	176		EEFM General Eudoro Correa	1	10	
São Paulo	24	3.342	4	Acopiara	2	375		FORTALEZA - VILA MANOEL SÁTIRO	1	60	
				Aluaba	1	206		Fortaleza Cidade 2000	1	147	
				Alcântaras	1	122		Fortaleza Vila Olímpica do Conjunto Ceará	1	200	
				Alto Santo	1	88		Parque Manibura (Anjos da bola)	1	142	2
				Amontada	1	138					
				Aquiraz	2	294					
				Aracoiaba	2	362					
				Ararendá	1	84					
				Araripe	1	157					
				Aratuba	2	188					
				Aurora	1	195					

Foi publicada uma matéria no Jornal Folha de São Paulo, em 11 de março de 2010, sobre as curvas de crescimento de jovens brasileiros. Essa matéria teve por base os artigos publicados pelo PROESP, dentre os quais estão presentes dezenas de jovens avaliados pelo PST, estando disponível no Folha ONLINE no site www.folha.com.br.

Criança brasileira está mais alta

GABRIELA CUPANI
da Folha de S.Paulo

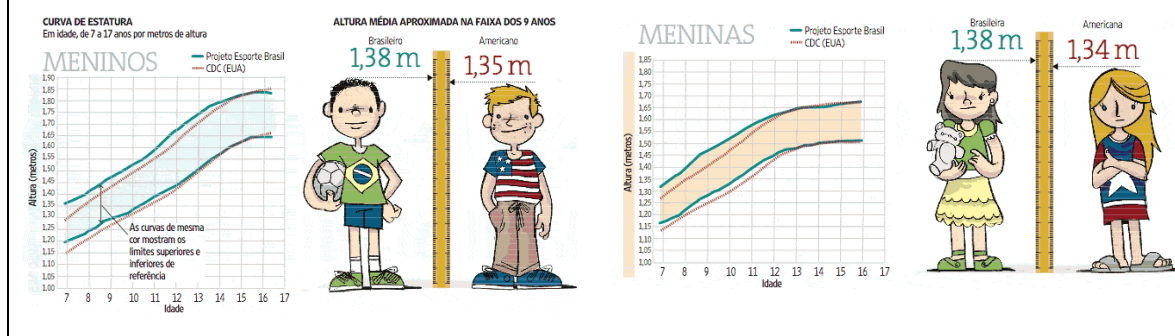
Crianças e adolescentes brasileiros são mais altos, em média, do que os americanos na faixa etária entre os sete e os 17 anos. Isso é o que revela um estudo inédito conduzido por pesquisadores das universidades federais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A pesquisa também mostrou que a maturação biológica (como a chegada à puberdade) dos brasileiros e brasileiras acontece mais precocemente em relação aos americanos e que os americanos alcançam os brasileiros por volta dos 14 anos.

O trabalho, que faz parte do projeto Esporte Brasil – observatório de indicadores de crescimento e desenvolvimento corporal, motor e do estado nutricional de crianças e jovens –, gerou uma proposta de curvas de estatura, peso e índice de massa corporal especificamente para crianças brasileiras.

Até agora, só havia iniciativas antigas e isoladas, criadas com dados de regiões específicas, para criação de uma curva de crescimento nacional.

"Médicos pediatras e outros profissionais da saúde no Brasil utilizam as curvas de crescimento dos CDCs [crianças e jovens americanos] para avaliar as nossas. E as pesquisas daqui demonstram que nossas curvas de crescimento são distintas das americanas", enfatiza Adroaldo Gaya, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador do Projeto Esporte Brasil.



A equipe PROESP-BR/PST realizou no dia 11 de março de 2010 uma reunião para a definição do cronograma de atividades de março a dezembro de 2010, bem como as metas para 2010 e 2011. Foram previstos estudos, dentre eles um estudo de correlação entre as populações do PST e as demais avaliações que compõem o banco de dados do PROESP-BR (provenientes de escolas e clubes). Esse estudo nos possibilitará compreender melhor as diferenças entre as crianças praticantes de esporte incluídas no PST. Está prevista também a elaboração de uma Cartilha destinada aos colaboradores do PST, com mapas das aptidões físicas relacionadas à saúde e ao desempenho motor, pesquisas sobre crescimento e estado nutricional da população escolar brasileira e outras informações pertinentes. Foi estabelecida nova estratégia de contato e apoio

aos colaboradores do PST. Será desenvolvido um curso à distância, através de vídeos para o PST.

15. Contribuir para a implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer

- Assegurar o protagonismo da SNEED na estruturação do esporte educacional no Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
- Contribuir na construção da III Conferência Nacional do Esporte em todas as suas fases;
- Contribuir para a consecução do censo do esporte nacional, a ser realizado pelo ME/FINEP – UFBA.

A SNEED, no ano de 2010, mais uma vez contribuiu, com protagonismo, na estruturação do esporte educacional no Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Além dos avanços na gestão do Segundo Tempo e das ações de intersetorialidade, a realização da III Conferência Nacional de Esporte possibilitou que o debate sobre os rumos da política pública de esporte educacional ganhasse nova perspectiva.

O chamamento da terceira edição foi pelo slogan “Por um time chamado Brasil”. O tema foi estabelecido pelo Plano Decenal de Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais. Foi realizada nos dias 03 a 06 de junho de 2010, em Brasília/DF.

A Secretaria contribuiu para o sucesso sob diversos aspectos. Com recursos financeiros do programa, com o deslocamento de quadros para fazer parte do Comitê Organizador Nacional e acompanhar etapas municipais, regionais e estaduais, com o amplo debate e participação de servidores na etapa nacional, em especial, na condução dos grupos de trabalhos e plenária final. Vale destacar que o esporte educacional estava contemplado, em especial, no debate apresentado na Linha 3 – Esporte, Lazer e Educação. E o Programa Segundo Tempo, ao final das discussões e contribuições em todas as etapas da Conferência (Anexo 62), estava validado de forma destacada em duas ações e respectivas metas:

Ação 1: Ampliação e qualificação do atendimento, monitoramento, manutenção e avaliação de resultados dos programas sociais do Ministério do Esporte.

Meta 1: Ampliar, manter, garantir e avaliar os programas sociais de esporte, lazer e paradesporto do Ministério do Esporte, dentre eles o Programa Segundo Tempo, em 100% das escolas da rede pública da educação básica, profissionalizante e universitária, sendo no mínimo 10% ao ano, priorizando os municípios com menos IDH, respeitando o projeto político pedagógico das instituições de ensino e garantindo que sejam coordenados e ministrados por professores de Educação Física, com infraestrutura, material didático e esportivo de qualidade.

Ação 2: Ampliação e qualificação das ações intersetoriais dos Programas do Governo Federal.

Meta 2: Instituir o Programa Segundo Tempo em 100% das escolas do Programa Mais Educação – MEC, não sendo substitutivo da educação física enquanto componente curricular, conforme LDB 9394/96, garantindo o espaço físico para este.

Estas assertivas, incluídas pelos delegados da Conferência como ações e metas para o desenvolvimento do esporte nos próximos 10 anos, permite identificar a preocupação e identificação da população brasileira com a referida temática.

O Ministério já prioriza esta pauta. No entanto, para o cumprimento das metas e ações indicadas acima, urge a necessidade de novas pactuações relacionadas à ampliação do orçamento ministerial e inclusão do esporte de forma transversal em todas as iniciativas do Governo Federal.

Parte das ações da Secretaria também foi realizada com vistas a contribuir para a consecução do diagnóstico nacional do esporte, a ser realizado pelo ME/FINEP – UFBA. Este diagnóstico tem em suas variáveis as questões relativas ao esporte educacional.

Em 2010 foi elaborado o referido projeto e aprovada a destinação dos recursos pela FINEP. A Secretaria participou de reuniões e encaminhou explicações sobre o conjunto de sistemas e parâmetros que dispõe, como forma de contribuir com o diagnóstico da situação.

Para 2011 está sendo aguardado o início da execução do projeto.

- 16. Fortalecer as parcerias com gestores e entidades no âmbito do esporte educacional**
 - Fortalecer as parcerias com CBDE, CBDU, COB, CPB, CONFEF, etc.
- 17. Apoiar a realização de eventos e atividades diferenciadas de esporte educacional, fortalecendo a participação de crianças, adolescentes e jovens**
 - Definir critérios para chamamento público dos eventos de esporte educacional;

- Apoiar a participação de escolares e juventude em jogos e eventos nacionais e internacionais.

O Departamento de Esporte Universitário é responsável pelas seguintes ações: 8360- Desenvolvimento de Atividades Educacionais; 8238 – Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais e 2626- Promoção de Eventos de Esporte Educacional.

Segundo o regimento interno do Ministério do Esporte, em seu art. 11, compete ao Departamento de Esporte Universitário:

- I - subsidiar a formulação, implementação e avaliação dos programas, projetos e ações destinados ao desenvolvimento do esporte universitário, fundamentados nos princípios e fins da educação nacional;
- II - promover eventos e a capacitação de recursos humanos destinados ao esporte universitário;
- III - realizar estudos e pesquisas com vistas ao desenvolvimento do esporte universitário;
- IV - promover estudos e análises sobre pleitos, programas, projetos e ações em sua área de atuação; e
- V - coordenar e acompanhar as atividades de controle e fiscalização dos convênios firmados pelo Departamento.

No ano de 2010, este protagonizou parcerias com diversas entidades para realização de 14 eventos esportivos, em especial, as parcerias com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário e Confederação Brasileira do Desporto Escolar.

Tendo em vista que é uma das finalidades desta Secretaria planejar, coordenar, apoiar e promover a realização de Eventos Nacionais e Internacionais de caráter educacional, é de suma importância fortalecer as parcerias com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário e a Confederação Brasileira de Desporto Escolar, já que essas entidades são as representantes oficiais no Brasil do Desporto Universitário e Escolar respectivamente, filiadas a entidades internacionais como a FISU (International University Sports Federation) e a FISEC (International Sports Federation For Catholic Schools).

Inclusive, elas exercem um papel importantíssimo no esporte educacional brasileiro, pois proporcionam aos atletas das categorias escolares e universitária a possibilidade de participarem de diversas competições de nível nacional e, principalmente, de nível internacional. Proporcionam também o conhecimento de novas culturas, cidades, a maneira como outros atletas se portam nas

competições, as condições de treino a que são submetidos em suas cidades e em seus países, dentre outras experiências.

Destaca-se a capacidade técnica e financeira dessas entidades em realizarem e participarem dos eventos previstos em seus calendários esportivos, com a parceria desta Secretaria. Assim, na ação de planejamento da Secretaria está a priorização destas parcerias como forma de democratizar o esporte e assegurar a ampliação da participação dos atletas de nível escolar e universitário nos eventos esportivos.

Os critérios de seleção das entidades encontra-se detalhado no item X do Plano de Ação.

18. Manter a articulação com a Rede de Instituições de Ensino Superior para estimular a produção de conhecimento relacionado ao PST

- Contribuir para o estabelecimento de uma rede “IES” em torno do esporte educacional;
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao esporte educacional/PST;
- Realizar eventos em parceria com as IES participantes da rede.

O Esporte Educacional é fundamental para que a população brasileira possa usufruir de seu direito constitucional que é o livre acesso à prática esportiva. Com isso, os protagonistas do processo de estudo e melhorias, que são os profissionais que o orientam e desenvolvem, não podem ficar de fora e à margem desse processo. Assim, as IES precisam estar com o Ministério nessa empreita e a cada dia mais vinculadas e se co-responsabilizando pelo apoio e desenvolvimento do esporte educacional. Hoje, o país possui perto de 800 cursos de formação em Educação Física. Trata-se de um contingente expressivo e que pode em muito contribuir e enriquecer o desenvolvimento e aprimoramento desta prática social. Esta rede de IES estando estabelecida e disponível para novos integrantes, o esporte educacional com certeza será valorizado e despertará o interesse de nossas futuras gerações. Assim como, haverá um arcabouço teórico significativo para a área e seus profissionais.

A tríade ensino, pesquisa e extensão é uma constante nas Instituições de Ensino Superior, com destaque às Universidades. É imperioso e imprescindível que haja relacionamento entre as partes da tríade estabelecida. Nesse sentido, o desenvolvimento de ações de extensão estimulará que as pesquisas se desenvolvam e assim por diante numa relação de complementaridade. Nesse sentido, a SNEED procurou estimular que algumas IES em especial, pelo seu vínculo com o PST e participação na rede existente, desenvolvessem experimentos e estudos com o PST padrão, PST universitário e PST pessoa com deficiência. Foram envolvidas as Universidades Federais de

Santa Maria/RS, Pelotas/RS, Belo Horizonte/MG, Ouro Preto/MG e Universidade de Brasília/DF. Estas instituições desenvolveram estes programas e apresentaram bons resultados no que diz respeito ao processo de valorização da prática esportiva, inclusão social e desenvolvimento do esporte educacional. Por conta desses estudos, os programas do PST universitário e PST pessoa com deficiência encontram-se preparados para serem disponibilizados à comunidade brasileira, pois os experimentos foram positivos e conseguiram apresentar indicadores gerenciais e pedagógicos que nortearam as propostas a serem disponibilizadas.

Ainda como decorrência da proposta, muitos estudos foram incentivados e desenvolvidos, tendo seus resultados sido apresentados em eventos técnico-científicos da área no país e fora dele, tais como Colômbia, Espanha, Portugal, Moçambique, Canadá e Inglaterra.

A SNEED tem investido para que as IES integrantes da rede de apoio ao PST se prontifiquem a desenvolver eventos técnico-científicos com a finalidade de discutir e avaliar as políticas públicas relacionadas ao Esporte Educacional. Entretanto, trata-se de uma prática que ainda necessita ser mais bem estruturada para o futuro, pois há a necessidade de um aporte financeiro maior por parte do Ministério do Esporte para a ação, da mesma forma que incentivos ampliados para que as IES se prontifiquem a desenvolvê-la.

19. Divulgar ações e projetos de esporte educacional para a sociedade

- Documentar e divulgar as ações da SNEED;
- Potencializar o site da SNEED/ME como instrumento de divulgação das ações do PST;
- Participar de concursos de inovação da gestão pública;
- Realizar campanhas publicitárias.

Atualmente, o processo de comunicação exige respostas rápidas para os usuários dos sistemas de informação e comunicação. Nesse contexto, o sítio do Programa Segundo Tempo insere-se como um instrumento de divulgação de atividades e projetos com o intuito de proporcionar visibilidade a suas ações. Constituindo-se também como um instrumento facilitador, para ser utilizado como intermediário no processo de pesquisa de usuários interessados em se informar e esclarecer dúvidas referentes a questões relacionadas ao Programa. Dessa forma, é essencial que as informações publicadas sejam revisadas e atualizadas periodicamente, considerando as transformações que ocorrem em um programa desta natureza e amplitude, garantindo que o fluxo de informações seja otimizado para o interessado final. Para tanto, é essencial que os atores responsáveis pelo desenvolvimento do programa tenham em vista que as ações realizadas

internamente serão conhecidas e compreendidas apenas se forem devidamente divulgadas, fazendo com que o site seja vital para o desenvolvimento desse processo.

A página do Segundo Tempo na internet está em constante atualização de seus conteúdos, tanto pelos diversos setores relacionados à sua implementação, quanto pelos parceiros do Programa, quando cadastram seus convênios nos diversos sistemas desenvolvidos para o seu gerenciamento e acompanhamento. Disponível a toda sociedade, contribuindo assim para o controle social do Programa. Em 2010 destaca-se o lançamento de três links no portal do Segundo Tempo:

1. Memórias do Programa

O Projeto Memória do Programa Segundo Tempo é fruto de uma parceria do Ministério do Esporte com o Centro de Memória do Esporte (CEME) da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Considerando a experiência do Centro de Memória do Esporte no que respeita a preservação e a divulgação da memória esportiva nacional e a importância social do Programa Segundo Tempo no âmbito das políticas públicas de esporte, o projeto busca construir registros sobre a memória do PST gerando informações de diferente natureza: acadêmicas, de divulgação, históricas, entre outras.

Busca, por fim, transmitir as gerações do presente e do futuro conhecimentos sobre um projeto específico cuja efetivação vem marcando o cenário das políticas públicas de esporte no Brasil.

2. Capacitação; e 3. Acompanhamento

A Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED/ME dispõe de um conjunto de ações de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do PST, visando aprimorar o processo de efetiva execução do projeto junto às Parcerias estabelecidas em todo o território nacional. O processo de acompanhamento Pedagógico e Administrativo é integrado pelas seguintes ações: I. Capacitação de Recursos Humanos inseridos no PST; II. Monitoramento; III. Avaliação, que poderão ser acompanhadas na página principal do Segundo Tempo.

Com o intuito de promover e valorizar as ações inovadoras planejadas e executadas por esta secretaria, o DEEIC inscreveu o Projeto: Capacitação e Acompanhamento Pedagógico dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo no Brasil (Anexo 63), na 15ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, organizado pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), entidade vinculada ao Ministério do Planejamento,

que objetiva estimular implementação de ações e soluções inovadoras de gestão em organizações do governo federal, como também valorizar servidores públicos que atuem de forma criativa e proativa em suas atividades.

O projeto submetido é desenvolvido pela SNEED desde 2008 tem como objetivo implementar uma estratégia de acompanhamento e monitoramento sistemático das ações desenvolvidas no Programa Segundo Tempo, por meio da Rede de Equipes Colaboradoras, subsidiando assim, a gestão do referido programa na avaliação e controle da execução dos convênios, com vistas a aprimorar a relação entre os serviços públicos e a sociedade.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da SNEED

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SNEED

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 8028	Denominação: Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens	
Objetivos Específicos: A Inclusão social, vivência e iniciação esportiva de caráter educacional - Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso a atividades esportivas e complementares, no tempo ocioso, desenvolvidas em espaços físicos públicos ou privados, tendo como enfoque principal e abordagem pedagógica o esporte educacional e a inserção de crianças, adolescentes e jovens que se encontram fora do ensino regular. A prática esportiva, conforme preconiza o Artigo 217 da Constituição Federal, é direito de cada cidadão e constitui dever do Estado garantir à sociedade - independentemente da condição sócio-econômica de seus distintos segmentos - o acesso ao Esporte. Este acesso, por si só, é uma forma de inclusão social. E quando este é efetivado como instrumento de formação integral do indivíduo, terá, ainda, como consequência, o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a melhoria da saúde e qualidade de vida, do bem estar e o aprimoramento da consciência crítica, além de contribuir efetivamente para a ampliação do número de horas dedicadas ao processo educacional e a redução da evasão escolar, da repetência e déficit no processo de aprendizagem. Portanto, a partir das orientações dadas pelo projeto democrático e popular do Governo Federal aos programas sociais esportivos, voltados à inclusão social e para a gestão democrática, o Programa de Inclusão social, vivência e iniciação esportiva de caráter educacional - Segundo Tempo contribui para a reversão do quadro de injustiça, de exclusão e vulnerabilidade social a que é submetida grande parcela de população brasileira (crianças, adolescentes e jovens), atuando sinergicamente com outros programas e ações intersetoriais que visam o atendimento do mesmo público-alvo. As finalidades precípua são o desenvolvimento de estudos, a melhoria da infra-estrutura esportiva, a democratização do acesso à prática esportiva, a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras, a melhoria da qualidade de vida, a diminuição da exposição aos riscos sociais, o desenvolvimento de valores comunitários e a conscientização para a prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania a crianças, adolescentes e jovens.	
Gerente: Fábio Roberto Hansen	Responsável: Fábio Roberto Hansen
Público Alvo: Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social	
Informações orçamentárias e financeiras do Programa	Em R\$ 1,00

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
208.791.660,00	200.730.000,00	158.182.199,65	65.074.862,25	93.107.337,40	42.547.800,35	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	percentual	31/12/2010	0,01	1,60	1,50	0,53
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de crianças, adolescentes e jovens beneficiados no Programa / Nº de crianças, adolescentes e jovens.						
Análise do Resultado Alcançado: Ver item 2.4.3						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	percentual	31/12/2010	0,11	8,50	8,00	5,90
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de municípios beneficiados pelo Programa / Nº de municípios brasileiros.						
Análise do Resultado Alcançado: Ver item 2.4.3						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	percentual	31/12/2010	0,29	10,00	9,50	20,21
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de municípios beneficiados pelo Programa / Nº de municípios com mais de 50 mil habitantes e regiões metropolitanas.						
Análise do Resultado Alcançado: Ver item 2.4.3						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	percentual	31/12/2010	37,00	39,00	38,00	39,54
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de beneficiados do sexo feminino no ano/Total de beneficiados pelo Projeto no ano.						
Análise do Resultado Alcançado: Ver item 2.4.3						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

5	percentual	31/12/2010	80,00	87,00	85,00	96,88
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleo capacitados no ano/ Total de beneficiados atendidos do ano						
Análise do Resultado Alcançado: Ver item 2.4.3						

2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas pela SNEED

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
27 - Desporto e Lazer	812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional	A - Atividade	3 - Demais ações prioritárias	Unidade	603.335	185.700	14.814
27 - Desporto e Lazer	812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	2626 - Promoção de Eventos de Esporte Educacional	A - Atividade	4- Ação não prioritária	Unidade	18	11	21
27 - Desporto e Lazer	812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais	A - Atividade	4- Ação não prioritária	Unidade	500	791	299
27 - Desporto e Lazer	812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	8360 - Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais	A - Atividade	4- Ação não prioritária	Unidade	8.500	3.000	5.087

Análise crítica (Quadros A.2.1. e A.2.2.):

a) Cumprimento das metas físicas:

A meta física estimada corrigida no SIGPLAN/LOA corresponde a 612.335 beneficiados, referente a ações orçamentárias 4377, 8238 e 8360 e 18 eventos da ação 2626, com previsão de recursos no montante de R\$ 200.730.000,00. No entanto, considerando que o recurso liberado foi de R\$ 158.182.200,00, correspondendo a 79% do orçamento corrigido, a meta física deve ser adequada ao orçamento liberado. Assim, a meta física relativa ao recurso liberado equivale a 484.184 beneficiados e 14 eventos, ou seja, 79% da meta física inicial.

Com os recursos orçamentários disponibilizados/empenhados em 2010 no montante de R\$ 158.182.200,00 (ações orçamentárias 4377, 8238, 8360 e 2626), foram beneficiadas cerca de 612.891 crianças, adolescente e jovens e realizados 18 eventos de esporte educacional. Neste valor estão inclusos, além dos recursos destinados aos núcleos do PST (convênios formalizados em 2010 e empenho de 2º parcela de convênios formalizados em exercícios anteriores), Recreio nas Férias e eventos, os recursos designados para a capacitação, monitoramento, material esportivo e uniforme.

O índice apurado com base nos empenhos emitidos corresponde a 100% da meta física. Porém o índice apurado no SIGPLAN corresponde a 31%, considerando a metodologia do referido sistema, o qual apresenta como meta alcançada apenas as despesas pagas.

b) Ações que apresentaram problemas de execução

A baixa execução da meta física está associada às dificuldades enfrentadas no decorrer do segundo semestre de 2010, onde não houve liberação de recursos financeiros às parcerias celebradas. Também merece destaque, a situação de inadimplentes das entidades no SIAFI, o que dificulta o desenvolvimento das atividades do Objeto pactuado no Convênio, devido impossibilidade de receber recursos em determinados momento de algumas entidades.

c) Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

A ação de Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, no exercício de 2010 ampliou o número de atendimento para 1.468.239 crianças, adolescentes e jovens, considerando o início das atividades do Programa Segundo Tempo no Mais Educação, por meio da parceria realizada entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação e ainda considerando os convênios celebrados em exercícios anteriores vigentes em 2010. Cabe destacar que as o quantitativo de beneficiados por meio da parceria com o MEC não são contabilizados no SIGPLAN.

d) Ações Prioritárias na LDO

Com a qualificação e ampliação do Programa no decorrer dos últimos anos, em 2010, a ação 4377, prioritária da LDO, possibilitou o funcionamento dos Núcleos de Esporte Educacional em mais de 1.400 municípios, em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal. Nesse período, estiveram ativas 293 parcerias, sendo 02 com o Governo Federal (MEC e MD), 26 com Governos Estaduais, 218 com Prefeituras, 09 com outros órgãos públicos e 38 com organizações não governamentais, beneficiando aproximadamente 1.468.239 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 27.544 professores e monitores. Foi assegurado o repasse dos recursos aos convênios formalizados, de acordo com a disponibilidade financeira do Ministério do Esporte.

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SNEED - Secretaria Nacional de Esporte Educacional	51101	180007

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
Exercícios		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO					229.267.540	214.288.105
	PLOA					229.267.540	214.288.105
	LOA					225.297.540	217.703.105
CRÉDITOS	Suplementares					8.371.000	1.071.000
	Especiais						
	Abertos						
	Reabertos						
	Extraordinários						
	Abertos						
	Reabertos						
Créditos Cancelados						30.295.200	8.224.498
Outras Operações							
Total		-	-	-	-	203.373.340	210.549.607

2.4.1.2. Programação das Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Origem dos Créditos Orçamentários		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	500.000	1.310.055				
	PLOA	500.000	1.310.055	0	0	0	0
	LOA	88.560.000	18.370.055	0	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		56.998				
	Especiais						
	Abertos			0	0	0	0
	Reabertos			0	0	0	0
	Extraordinários			0	0	0	0
	Abertos			0	0	0	0
	Reabertos			0	0	0	0
Créditos Cancelados	25.000.000					0	0
Outras Operações							
Total		63.560.000	18.427.053	-	-	-	-

2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		Reserva de Contingência	
Exercícios		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	136.880.000		100.000	0		
	PLOA	229.267.540	214.288.105	500.000	1.310.055		
	LOA	225.297.540	217.703.105	88.560.000	18.370.055		
CRÉDITOS	Suplementares	8.371.000	1.071.000	0	56.998		
	Especiais	0	0	0	0		
	Abertos	0	0	0	0		
	Reabertos	0	0	0	0		
	Extraordinários	0	0	0	0		
	Abertos	0	0	0	0		
	Reabertos	0	0	0	0		
	Créditos Cancelados	30.295.200	8.224.498	25.000.000	0		
Outras Operações	0	0	0	0			
Total		203.373.340	210.549.607	63.560.000	18.427.053	0	0

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebido					
Movimentação Externa	Concedidos	153062	51101.27.812.8028.4377			175.284
		153114	51101.27.812.8028.4377			2.000.000
		154040	51101.27.812.8028.4377			163.821
		153114	51101.27.812.8028.8360			161.975
	Recebido	540001	54101.23.695.1166.4620			2.999.913
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebido					
Movimentação Externa	Concedidos	153061	51101.27.812.8028.8767	700.000		
	Recebido					

Análise crítica

O quadro acima detalha a movimentação orçamentária por meio de descentralização de créditos recebidos e concedidos. Quanto aos créditos concedidos, a grande maioria à conta de dotações da Ação 4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, para atendimento a parcerias com Universidades Federais. No tocante aos créditos recebidos, registre-se o valor de R\$ 2,9 milhões proveniente da programação do Ministério da Educação que foi integralmente utilizado em convênio com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU.

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da SNEED

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	7.178.739	36.312.299	3.277.437	24.315.023
Convite	16.975		7.000	
Tomada de Preços	1.070.000	0	0	0
Concorrência	2.810.510	3.700.000	1.497.178	3.236.113
Pregão	3.281.254	32.612.299	1.773.259	21.078.910
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	3.081.526	1.269.666	753.072	1.007.946
Dispensa	882.581	1.008.541	753.072	1.007.946
Inexigibilidade	2.198.945	261.125	0	0
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	117.000	130.700	50.024	81.761
Pagamento em Folha				
Diárias	117.000	130.700	50.024	81.761
Outros	188.914.169	137.562.409	51.909.066	46.245.660
Convênios e Contratos de Repasse	188.914.169	137.562.409	51.909.066	46.245.660

2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA
DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal								
2 - Juros e Encargos da Dívida								
3 - Outras Despesas Correntes	144.294.110	165.363.467	144.294.110	165.363.467	84.997.490	94.288.495	53.699.128	70.868.629
41 - Contribuições	126.052.772	126.057.471	126.052.772	126.057.471	82.088.227	82.179.812	43.964.545	43.698.459
30 - Material de consumo	1.586.398	25.642.095	1.586.398	25.642.095	1.309.435	10.180.597	272.803	15.461.498
39 - Outros Serviços de Terceiros P J	15.549.034	13.089.248	15.549.034	13.089.248	1.258.699	1.789.375	8.712.705	11.272.728
Demais elementos do grupo	1.105.906	574.654	1.105.906	574.654	341.129	138.710	749.076	435.944

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	61.672.060	9987250	61.672.060	9.987.250	58.237.369	9.287.250	2.240.447	700.000
42 - Auxílios	54.623.560	9.036.125	54.623.560	9.036.125	54.623.560	9.036.125		
51 - Obras e Instalações	4.734.388	700.000	4.734.388	700.000	1.380.697	0	2.159.447	700.000
39 - Outros Serviços de Terceiros P J	2.197.500	251.125	2.197.500	251.125	2.197.500	251.125		
Demais elementos do grupo	116.612		116.612		35.612		81.000	
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

Análise crítica

O quadro A.2.8 discrimina a realização das despesas, à conta de dotações do programa Segundo Tempo, por modalidade de contratação. Cabe observar que grande parte das despesas foi destinada ao atendimento de convênios e contratos de repasse, transferências voluntárias para as quais não se aplica as modalidades de licitação listada no quadro. Os quadros A.2.9 e A.2.10 indicam para cada exercício, a classificação das despesas realizadas à conta das dotações do Programa Segundo Tempo que em grande parte foi detalhada nos elementos de despesa 41 - Contribuições e 42 - Auxílios, elementos de despesa apropriados para as transferências voluntárias, no caso, por meio de convênios e contratos de repasse.

Os valores referentes às despesas empenhadas no exercício de 2010 correspondem ao total de recursos disponibilizados para o Programa Vivência e Iniciação Esportiva. Portanto, em análise observa-se que o valor aprovado na LOA para 2010 não foi executado integralmente devido ao contingenciamento de limites para emissão de empenho. Tal contingenciamento prejudica a ampliação do atendimento aos beneficiados do Programa Vivência e Iniciação Esportiva e o alcance das metas físicas estabelecidas para o ano.

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SNEED por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913
Convênios e Contratos de Repasse	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913

2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA
DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da								
3 – Outras Despesas	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913	4.403.520	0	0	2.999.913
41 - Contribuições	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913	4.403.520	0	0	2.999.913
Demais elementos do grupo								

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA
DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

Análise crítica

O quadro A.2.11 discrimina a realização das despesas por modalidade de contratação, à conta de créditos recebidos de outras UJs. Cabe observar que grande parte das despesas foi destinada a transferências voluntárias (Convênios) para os quais não se aplica as modalidades de licitação listada no quadro. Os quadros A.2.12 e A.2.13 indicam para cada exercício, a classificação das despesas realizadas à conta de créditos recebidos de outras UJs para finalidades convergentes com a atuação da SNEED, tendo sido em grande parte detalhadas nos elementos de despesa 41 - Contribuições, elemento de despesa apropriado para as transferências voluntárias, no caso, por meio de convênios.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Durante o ano de 2010, continuaram sendo aferidos os indicadores apresentados no SIGPLAN, paralelamente à transição para o novo sistema de indicadores do Programa Segundo Tempo.

A metodologia de cálculo dos indicadores agregados de resultado apresentados no SIGPLAN considerou o número de convênios vigentes, diferentemente, portanto, da metodologia adotada em anos anteriores, que considerava apenas o número de convênios formalizados no ano. Em função da existência de convênios plurianuais, entendeu-se pela aferição dos indicadores com base no quantitativo (beneficiados e municípios) efetivamente atendido durante o ano, independentemente do ano de formalização dos convênios. Cabe ressaltar que os indicadores agregados de resultado consideraram dados populacionais do IBGE e INEP, conseqüentemente, todas as matrículas no ensino fundamental e médio das escolas públicas do país como referência para o público do Programa, independentemente da vulnerabilidade ou risco social, em função da dificuldade de localizar as áreas de risco social para orientar a atuação do programa e dimensionar seu público-alvo.

A tabela abaixo demonstra a evolução dos indicadores apresentados nos últimos Relatórios de Gestão da SNEED, além da metodologia de cálculo.

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens*	1,15%	2,00%	2,50%	2,11%	3,64%	3,57%	3,66%	4,16%
Taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros	11,23%	20,09%	17,67%	17,36%	25,66%	28,09%	27,28%	21,46%
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas	44,15%	55,32%	58,51%	51,60%	61,17%	67,02%	72,34%	71,81%

* Com base no quantitativo de beneficiados dos convênios vigentes durante o ano

Fontes das variáveis - indicador "taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens":

Variável X: número de beneficiados atendidos durante o ano

Variável Y: número de matrículas no ensino fundamental e médio das escolas públicas do país no ano (INEP)

<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>

Fórmula de cálculo: Variável X / Variável Y * 100

Fontes das variáveis - indicador "taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros":

Variável X: número de municípios atendidos durante o ano

Variável Y: número de municípios do país (IBGE) <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Fórmula de cálculo: Variável X / Variável Y * 100

Fontes das variáveis - indicador "taxa e Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas":

Variável X: número de municípios com mais de 50 mil habitantes em regiões metropolitanas atendidos durante o ano

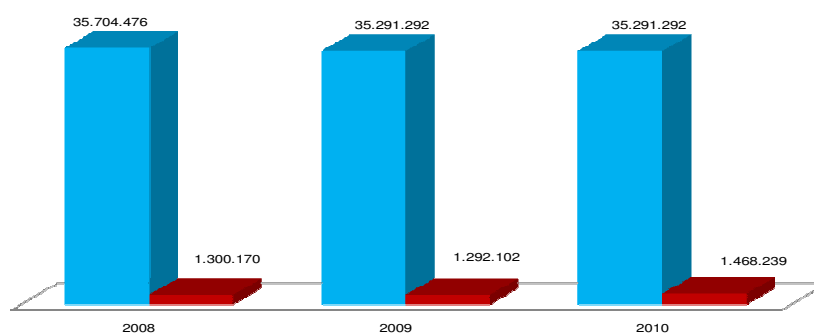
Variável Y: número de municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes em regiões metropolitanas (IBGE) - Organização: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. Fonte: Legislações Federal e Estaduais

Fórmula de cálculo: Variável X / Variável Y * 100

De acordo com a tabela acima, observa-se que, apesar do crescimento do Programa, o atendimento realizado está distante da universalização do acesso ao esporte, seja pelo orçamento

que não alcança a magnitude da demanda, seja pelo modelo de execução pautado na descentralização de recursos federais que, entre outras questões, impacta na descontinuidade do atendimento aos beneficiados.

PÚBLICO POTENCIAL E PÚBLICO ATENDIDO



2008 - Público Alvo = 35.704.476 (IBGE) X Nº de beneficiados (convênios Atendidos em 2008) = 1.300.170.

2009 - Público Alvo = 35.291.292 (Censo Escolar 2009 INEP) X (convênios Atendidos em 2009) = 1.292.102.

2010 - Público Alvo = 35.291.292 (Censo Escolar 2009 INEP) X Atendimento Anual Previsto = 1.468.239

Por outro lado, verifica-se que a cobertura geográfica do Programa foi significativa, conforme atestam os indicadores taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros e taxa de atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas, este atingindo mais de 70% em 2010. No entanto, conforme já indicado, a efetiva democratização do acesso ao esporte educacional depende da articulação entre a Política Educacional e a Política Esportiva, considerando que a pesquisa nacional mencionada no item 2.2.2. deste Relatório revelou que apenas 41,9% dos núcleos do Programa funcionam em escolas.

3 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica

4 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

R\$ 1

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscritos	Cancelados Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar 31/12/2010
2009	5.597.492	0	5.595.791	1.701
2008	188.616	0	188.616	0
2007	640.020	0	183.030	456.990
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscritos	Cancelados Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar 31/12/2010
2009	84.997.490	956.087	68.366.667,68	15.674.735
2008	9.298.245	5.882	603.094	8.689.270
2007	22.219.947	6.046.036	12.984.112	3.189.798
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2. Análise Crítica

O quadro acima registra os saldos dos empenhos Inscritos em Restos a Pagar ao longo dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, relativos a ações do programa Segundo Tempo, exceto as Ações 5069 e 8767 que visam à implantação e modernização de infraestrutura esportiva para o esporte educacional, cuja gestão é da Secretaria Executiva. Os valores refletem a gestão da Unidade frente a esses compromissos em 2010, ressaltando que quanto aos restos a pagar relativos aos exercícios de 2007 e 2008, seu pagamento foi amparado pelo Decreto nº 7057, de 29 de dezembro de 2009, que prorrogou a validade destes compromissos até 31 de dezembro de 2010.

5 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA SNEED

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO
APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provedimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos				
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provedimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas			3	
2.2.4 Sem vínculo			20	
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas			2	
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total			25	

Fonte: CGRH/SNEED

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA
- SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	1		1		
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	10	3	3	1
2.3. Funções gratificadas		1		1	

Fonte: CGRH/SNEED

QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA
- SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira						2			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					10	12			1
2.3. Funções gratificadas					2				

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGRH/SNEED

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Não se aplica

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	4	4	5	5	R\$ 28.336,63
Área Fim	4	4	5	5	R\$ 28.336,63
Área Meio	/	/	/	/	/
Nível Médio	4	4	4	4	R\$ 16.823,98
Área Fim	4	4	4	4	R\$ 16.823,98
Área Meio	/	/	/	/	/

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

As informações em relação aos custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010 integram o Quadro A.5.7 da SE/ME.

5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Não se aplica

5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Integra o Relatório Consolidado da SE/ME

6 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010

Vide Anexo 64 Quadro A.6.1

6.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

**QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS
ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria Nacional de Esporte Educacional						
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	33	123	81	104.736.623,80	110.494.786,76	96.327.646,50
Contrato de Repasse	9	1	0	4.040.689,60	133.141,91	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	42	124	81	108.777.313,40	110.627.928,67	96.327.646,50

6.1.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Nacional de Esporte Educacional					
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	261	303.650.876,27	104.281.459,69	143.778.686,50	34,34%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação	7	25.839.106,46	7.864.811,86	9.975.118,28	30,44%
Termo de Compromisso					
Totais	268	329.489.982,73	112.146.271,55	153.753.804,78	64,78%

6.1.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

A finalização das parcerias é caracterizada pelo processo de instrução e análise técnica com vistas à Prestação de Contas de cada Convênio. Nesse particular, cabe a SNEED manifestar-se sobre o Cumprimento do Objeto pactuado, emitindo parecer quanto à execução física e atingimento dos objetivos do convênio, a teor do estabelecido no Art. 31, § 1º, inciso I da IN STN 01/97 e Art. 59 e 60 da Portaria Interministerial nº. 127/2008.

No âmbito desta unidade gestora, a análise técnica da Prestação de Contas Final é coordenada pela CGAT – Coordenação-Geral de Análise Técnica. Especificamente, as demandas do setor consistem na: avaliação preliminar da documentação encaminhada pela entidade que compõe a Prestação de Contas Final a fim de verificar a necessidade de abertura de Diligência, por meio do Ofício, com vistas a solicitar a apresentação da documentação pendente e/ou informações

adicionais, se for o caso; análise e emissão de Parecer de Avaliação do Aspecto Técnico da Prestação de Contas Final; e ainda, na reanálise de Pareceres já encaminhados à CGPCO, quando solicitada.

Ademais, cabe a referida Coordenação o encaminhamento de Ofício à Conveniente informando sobre os procedimentos subsequentes ao encerramento da parceria, a exemplo da indicação do prazo para a apresentação da Prestação de Contas Final (PCF), dos documentos que devem integrá-la e também das etapas da análise das contas apresentadas (técnica e financeira). Também é responsabilidade da Coordenação o acompanhamento junto à Coordenação Geral de Prestação de Contas – CGPCO/SPOA/ME acerca do cumprimento do prazo estabelecido para a apresentação da Prestação de Contas Final pelas entidades Convenientes, solicitando a adoção das medidas pertinente para os casos de omissão, bem como a emissão de Despachos em processos de convênios expirados, seguido da expedição de Informações/Ofícios relativos ao saneamento de pendências por ventura identificadas. No particular dos convênios que se encontram sob a égide da IN STN 01/97, em sendo o caso, é de responsabilidade da Coordenação a Análise de Prestações de Contas Parciais. Considerando ainda o compromisso da SNEED em acompanhar os convênios até a fase final, é realizado o monitoramento da Prestação de Contas Final do convênio até o encerramento da análise financeira e respectivo registro junto ao SIAFI, tomando as devidas providências quando necessário.

Para a análise e emissão dos Pareceres Técnicos de Prestação de Contas Final, Conforme já relatado no Relatório de Gestão referente ao exercício anterior, em função da insuficiência de elementos para subsidiar a decisão a respeito do cumprimento do objeto, cada vez mais foi se fortalecendo a idéia de integrar os procedimentos técnicos da fase de execução com os procedimentos técnicos relativos à Prestação de Contas Final. A visão de conjunto da área técnica foi fundamental para apoiar as mudanças introduzidas no acompanhamento e controle dos convênios, permitindo que a análise do cumprimento do objeto passasse a ser considerada ao longo da vigência do convênio, integrando-se aos demais processos gerenciais.

Além disso, a construção dos instrumentos e modelos, que padronizam as ações, buscou enfatizar os pontos que devem ser considerados para análise de mérito da Prestação de Contas Final, a qual, embora seja amparada pela documentação e registros apresentados, que buscam objetivá-la, ainda apresenta forte caráter subjetivo. No que tange aos instrumentos utilizados, convém destacar os modelos de ofício informando o término da vigência e demais procedimentos subsequentes (Anexo 65); o de Diligência (para os casos de pendência na composição dos documentos que integram a Prestação de Contas Final e/ou solicitação de esclarecimentos necessários para subsidiar a análise técnica) (Anexo 66); e o de Notificação (para entidades que

não responderam às diligências) (Anexo 67). Ademais, cabe salientar a implantação do 3º Relatório de Acompanhamento, referente à última fase de acompanhamento da execução do Convênio, correspondente ao Relatório de Cumprimento do Objeto (Anexo 68) e, por último, o modelo de Parecer de Avaliação do Aspecto Técnico, que contempla a análise de todas as ações pactuadas, com vistas à emissão de conclusão sobre o alcance dos objetivos do convênio (Anexo 69).

4.2 Principais resultados

Não obstante ao acúmulo de análises pela área técnica responsável pelo acompanhamento das parcerias, em virtude da fusão das equipes das coordenações de Implementação, Operação e Análise Técnica da Prestação de Contas, que em face das demandas/prioridades com prazos exíguos das duas primeiras Coordenações (CGOPE e CGIMP), muitas vezes inviabilizavam o planejamento do setor, cabe ressaltar que dentre os resultados obtidos, que serão citados ainda nesse item, o cumprimento das determinações oriundas do Tribunal de Contas da União, relativas ao cumprimento da análise técnica dos convênios que integravam o passivo da Prestação de Contas Final da SNEED, constituiu um marco na gestão da SNEED.

Conforme já relatado no último Relatório de Gestão, apesar do prazo estabelecido, em 08/12/2009, pelo Órgão de Controle no Acórdão nº. 7256/2009 (dia 08/04/2010), para a conclusão das análises de Prestação de Contas pendentes e com vistas ao respectivo cumprimento, considerando o volumoso passivo existente para o início de 2010, a Força Tarefa foi ampliada envolvendo a Equipe Técnica de vários departamentos da SNEED, quais sejam: DEEIC, ATG, CGFOR e DEUNI.

Todavia, apesar dos esforços empreendidos por esta unidade, não foi possível o cumprimento integral da demanda dentro do último prazo assinalado, em virtude do impacto no início de 2010, da equipe técnica ter dividido sua força de trabalho, ao dedicar esforços também no acompanhamento dos convênios que foram celebrados no final de 2009.

Dessa forma, por meio do Ofício nº. 445/DEEIC/SNEED/ME, datado de 08/04/2010, foi solicitada a avaliação quanto à possibilidade de concessão de mais 60 (sessenta) para conclusão dos trabalhos de finalização do passivo de Prestação de Contas.

Em resposta, por meio do Acórdão nº. 3451/2010, adotado pelo Tribunal de Contas da União em Sessão da Primeira Câmara de 15/6/2010, foi autorizada a prorrogação do prazo, por 60 (sessenta) dias, para a conclusão do atendimento às determinações exaradas por meio dos

Acórdãos nºs 2.908/2009-TCU-1ª Câmara e 7.256/2009-TCU-1ª Câmara, tendo sido determinado a esta Secretaria o seguinte:

1.5.1.1. adote as providências necessárias para a instauração das devidas tomadas de contas especiais, relativamente aos Convênios nº. 450/2006, 182/2004, 339/2005, 096/2007, 194/2007, 059/2008, 335/2007 e 256/2007, se confirmado que as respectivas prestações de contas não foram apresentadas;

1.5.1.2. finalize, se for o caso, as análises técnicas das prestações de contas dos Convênios nºs 111/2004, 105/2004, 158/2005, 238/2004, 142/2006, 051/2006, 065/2006, 028/2003, 239/2005, 283/2006, 152/2003, 122/2006, assim como do convênio firmado com a Universidade do Rio Grande do Sul (Navegar), que teriam sido dispensadas.

Em 31/08/2010, por meio do Ofício nº. 1231/DEEIC/SNEED/ME, datado de 31/08/2010, esta Secretaria, ao tempo em que informou a conclusão dos trabalhos da força-tarefa instituída para a conclusão do passivo de Prestação de Contas, foram relatadas as providências adotadas no sentido do cumprimento das determinações acima.

Dentre as providências informadas no referido Ofício, no que se refere aos Convênios nºs 182/2004; 339/2005, firmados com as entidades Associação do Projeto Restaurar - Obras de Promoção e Assistência à Infância e Adolescência – OPAI; Obras de Promoção e Assistência a Infância e Adolescência – OPAI, após análise processual, verificou-se que as respectivas entidades já haviam apresentado a Prestação de Contas Final, entretanto, deixaram de apresentar informações complementares, imprescindíveis à análise técnica e financeira da Prestação de Contas Final, razão pela qual foi registrada a inadimplência das referidas entidades junto ao SIAFI, e diante das determinações proferidas, esta unidade solicitou a instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos do Memorando nº. 529/DEEIC/SNEED/ME (Anexo 70), datado de 31/08/2010. No particular do Convênio nº. 059/2008, considerando que já havia sido solicitada a apresentação da Prestação de Contas Final, condicionado o não atendimento ao registro de inadimplência junto ao SIAFI, esta unidade se comprometeu no monitoramento dos procedimentos cabíveis.

Dessa forma, por meio do Memorando nº. 819/2010-CGAT/DEEIC/SNEED/ME, datado 22/12/2010 (Anexo 71), esta unidade gestora solicitou à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, informações acerca dos procedimentos adotados com relação aos convênios acima, e ainda com relação ao Convênio nº. 239/2005, firmado com a Associação Atlética Dois Mil e Onze Esporte Clube, que em cumprimento ao Acórdão em questão (item 1.5.1.2), também foi solicitada a abertura de Tomada de contas Especial, em face da não apresentação de documentação complementar. Em resposta, a Coordenação-Geral de Prestação de Contas deste ME, por meio do Memorando nº. 001/2011-SPOA/SE/ME, datado de 03/01/11 (Anexo 72), ao

tempo em que informou o status dos convênios indicados, relatou que seriam adotados os procedimentos para a devida instauração de Tomada de Contas Especial.

No tocante aos Convênios nºs 450/2006; 096/2007; 194/2007; 335/2007; 256/2007, mencionados no item 1.5.1.1 do citado Acórdão, os quais se encontravam com pendência na apresentação da Prestação de Contas Final, não foi informado que não seria necessária a solicitação de instauração de Tomada de Contas Especial, pois na medida em que estas foram apresentadas, foi providenciada a análise

Em se tratando da determinação exarada no Item 1.5.1.2, destaca-se que a Prestação de Contas Final da maioria dos convênios mencionados já havia sido objeto de análise por esta unidade gestora, entretanto, os respectivos pareceres técnicos não constavam dos arquivos, sendo eles: convênio nº. 105/2004; convênio nº. 158/2005; convênio nº. 238/2004; convênio nº. 142/2005; convênio nº. 051/2006; convênio nº. 065/2006; convênio nº. 028/2003; convênio nº. 283/2006; convênio nº. 152/2003; Descentralização de Crédito – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Navegar).

No que se refere aos Convênios nºs 111/2004 e 122/2006, firmados com a Prefeitura Municipal de Mairi e Prefeitura Municipal de Ibiraci, respectivamente, cumpre informar que estes já tiveram a análise financeira concluída, em função da devolução integral dos recursos, não tendo sido necessária a análise técnica da Prestação de Contas Final.

Quanto aos demais convênios integrantes do passivo da Prestação de Contas Final, conforme já informado, esta unidade gestora concluiu a análise técnica da Prestação de Contas Final de 203 convênios, cabendo registrar que do passivo inicialmente informado, foi repassado o status de que 11 estavam em processo de TCE; 04 convênios ainda apresentavam pendências na apresentação da PCF ou de documentos relativos; 04 convênios não demandaram análise técnica da Prestação de Contas Final; e 02 convênios e 01 Termo de Cooperação tiveram a vigência prorrogada e portanto não integraram o passivo de 225 convênios que tiveram a vigência expirada até Janeiro/2010. Ademais, cabe registrar que por meio de Informações, também foram finalizadas 08 reanálises de Prestações de Contas. Registre-se, que os convênios e os respectivos Pareceres e/ou Informações de Reanálise, encontram-se discriminados, conforme planilha anexa (Anexo 73).

Conforme já mencionado, o resultado alcançado representa um marco relevante e significativo, em face da dimensão do volume do passivo assumido por essa gestão e das limitações das estruturas físicas e de pessoal enfrentadas, cabendo destacar as dificuldades dos técnicos e

coordenações para conciliar os trabalhos da presente Força Tarefa com suas atribuições regulares.

Em se tratando de resultados obtidos, cabe ressaltar que a elaboração dos referidos pareceres, agregou conhecimento a toda equipe sobre a análise técnica da Prestação de Contas Final, bem como sobre os procedimentos acompanhamento dos convênios, especialmente para os servidores concursados que ingressaram no departamento e tiveram como tarefa inicial analisar, sob a orientação das Coordenações designadas, processos integrantes do passivo de Prestação de Contas da Secretaria.

Embora os trabalhos da força-tarefa tenham impactado nas demandas regulares do setor, conforme será tratado no próximo item, foram envidados esforços no sentido da manutenção dos procedimentos de monitoramento da apresentação da Prestação de Contas Final, bem como dos instrumentos de análise.

Nesse sentido, considerando a inclusão de todos os convênios firmados no âmbito do Programa Segundo Tempo no Sistema Informativo de Convênios – SIC, o que demandou a solicitação, por meio da Coordenação-Geral de Prestação de Contas, à empresa responsável pelo arquivamento dos convênios, possibilitou o saneamento de grande parte dos arquivos físicos e digitais do setor.

4.3 Principais Problemas

Não obstante a inserção dos procedimentos de acompanhamento implantados por esta unidade, e o aprofundamento da análise técnica da Prestação de Contas Final, em decorrência da visão geral dos técnicos sobre os procedimentos de acompanhamento desde a formalização até o final da execução, esta Secretaria, por meio do seu corpo Técnico, ainda se depara com dificuldades na emissão de conclusão sobre o cumprimento do objeto, pela falta de subsídios que possam embasar as conclusões sobre o desenvolvimento das atividades durante todo o período pactuado no Plano de Trabalho.

Cumprir registrar que em função dos esforços expendidos a fim de dar cumprimento às determinações proferidas nos Acórdãos dirigidos a esta unidade sobre os prazos de análise das Prestações de Contas integrantes do passivo, a demanda de convênio que tiverem sua vigência expirada a partir de Janeiro de 2010 ficou, em parte, prejudicada, uma vez que a prioridade das análises foram os convênios integrantes que tiveram a vigência expirada antes da referida data. O balanço da situação atual das demandas do setor será apresentado em item oportuno.

Outro fator, relevante continua sendo a insuficiência de técnicos, que Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional – CGAO possui, que impede o cumprimento das demandas de todas as sub-coordenações, inviabilizando cumprimento das expectativas; demandas e das exigências conferidas a esta Secretaria.

Como já é de conhecimento dos Órgãos de Controle, que acompanham os trabalhos desta Secretaria, a falta de experiência e capacitação da equipe técnica na análise de convênios continua sendo uma dificuldade a ser superada, que inclusive impacta na produtividade, posto que em média um técnico leva entre 10 (dez) e 15 (quinze) dias para finalizar uma análise de Prestação de Contas Final, o que inviabiliza o acompanhamento diário e sistemático dos convênios que também se encontram sob a responsabilidade do servidor. Além disso, é mister salientar que a própria equipe técnica, se mostra resistente quanto às demandas de Prestação de Contas, vislumbrando-se que em virtude da complexidade das análises e a ausência de elementos que possam subsidiar, com clareza, a avaliação final da execução da parceria.

Destaca-se ainda que, a falta de experiência da equipe aliada à resistência identificada, contribui para que a coordenação tenha que revisar o trabalho realizado, na maioria dos casos, mais de uma vez, o que corrobora para que haja um acúmulo de revisões, tanto pela área técnica quanto pelas coordenações.

Não obstante as questões reveladas acima, em alguns momentos as demandas sucessivas inviabilizam o apoio necessário da coordenação para com a equipe técnica, o que dificulta a aprendizagem/capacitação dos servidores.

Conforme já relatado anteriormente, outro dado relevante é o aumento das demandas com prazos exíguos das outras Coordenações, que interrompem e inviabilizavam o planejamento da Coordenação, que muitas vezes, também é solicitada para auxiliar na demanda das outras Coordenações.

Ademais, a necessidade do cumprimento dos procedimentos finais de acompanhamento do convênio (eventual saneamento, conferência Sistema Informativo de Convênio, preenchimento da Ficha de Acompanhamento Operacional etc.) contribui para a ocorrência de atrasos no encaminhamento dos processos expirados à Coordenação Geral de Prestação de Contas – CGPCO/SPOA/ME, responsável pelo recebimento/apensamento da Prestação de Contas Final, e registros no SIAFI.

Cabe registrar que com a abertura do módulo de Prestação de Contas no SICONV a partir de 13 de julho de 2010, tornou-se imprescindível a inclusão, no SICONV, de todas as informações/documentos referentes às ações executadas com recursos do convênio. Dessa forma, considerando que as análises de Prestação de Contas dos convênios formalizados no âmbito do SICONV devem ser feitas no referido Sistema, a falta de conhecimento/capacitação dos procedimentos a serem adotados, também se mostra como um ponto a ser superado, no sentido de dar cumprimento ao estabelecido na legislação vigente.

Apesar das dificuldades acima elencadas, em 2010 a Coordenação-Geral de Análise Técnica, contribuiu com o aprimoramento dos modelos de procedimentos utilizados na fase final do acompanhamento dos convênios e ainda, com a elaboração/coordenação dos seguintes produtos:

Pareceres de Avaliação do Aspecto Técnico no ano de 2010: 190, sendo que:

- **70** convênios analisados tiveram o acompanhamento da Coordenação – Geral de Implementação – CGIMP/CGAO/DEEIC/SNEED/ME, mediante procedimento de Ordem de Início, dos quais se observa o seguinte resultado:
 - **13** Aprovações;
 - **53** Aprovações Parciais;
 - **04** Reprovados

- **120** tiveram o acompanhamento de sua execução pela sistemática anterior (**Relatórios Trimestrais e Fiscalização *in loco* por técnico deste Ministério**), **donde se observa:**
 - **57** Aprovações;
 - **47** Aprovações Parciais;
 - **13** Reprovações;
 - **03** Inconclusos;

Pareceres de Prestação de Contas Parcial no ano de 2010: 04, sendo:

- **02** Aprovações;
- **02** Aprovações Parciais;

Informações de Reanálise, no ano de 2010: 11, sendo que:

- **10** Reiteraram o posicionamento proferido na ocasião da emissão do Parecer Técnico

- **01** Alterou a conclusão inicialmente proferida de Aprovação Parcial para Aprovação

Despachos Saneadores, no ano de 2010: 49

A sistemática adotada com a fusão das 03 Coordenações e com a unificação do corpo técnico não se mostrou favorável às Análises Técnicas das Prestações de Contas Final, o que pode ser observado ao confrontar os índices de produtividade da CGIMP e CGOPE frente aos da ATPCF, que apesar de ter finalizado o passivo de convênios encerrados até janeiro de 2010, a Coordenação já conta com 21, convênios pendentes de análise, 07 de revisão pela Coordenação e 18 aguardando a Prestação de Contas Final. Além disso, têm-se pendentes 16 reanálises.

Diante das dificuldades enfrentadas no sentido de dar cumprimento a todas as demandas do setor, para o próximo exercício, vislumbra-se a possibilidade de constituir uma equipe para a realização da análise da Prestação de Contas dos convênios, a fim de apoiar a equipe técnica que acompanha os convênios deste a implementação do projeto à fase final da execução. Tal alternativa, não busca desconstituir o modelo adotado pela Secretaria no acompanhamento dos convênios, posto que a referida equipe terá como missão analisar a Prestação de Contas dos convênios que a Coordenação entender como prioritários, sempre com o auxílio do técnico que acompanhou a parceria desde o início.

Cabe ressaltar que a formação desse conjunto de técnicos pode representar a qualificação dos trabalhos, e evitar o acúmulo de tarefas, posto que, conforme já explicitados, em função das demandas com prazos exíguos, o técnico responsável acaba por ter que deixar as análises para outro momento, o que nem sempre ocorre com a rapidez necessária.

A concepção dessa equipe está em fase de avaliação, sendo relevante destacar que as expectativas são bastante positivas para o próximo exercício, embora as dificuldades relacionadas ao número reduzido de técnicos; à falta de infra-estrutura adequada possam retardar o início da implantação da Equipe de Prestação de Contas.

**QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS
CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE
REPASSE**

Unidade Concedente							
Nome:							
CNPJ:			UG/GESTÃO:				
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
				Convênios	Contratos de Repasse		
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			62		
		Montante Repassado			58.410.168,23		
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade			-	
			Montante Repassado			-	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade			3	
			Montante Repassado			1.320.511,48	
2009	Contas prestadas		Quantidade	62			
			Montante Repassado	46.077.719,60			
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	3			
			Montante Repassado	3.227.407,27			
2008	Contas prestadas		Quantidade	134			
			Montante Repassado	71.110.877,96			
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	11			
			Montante Repassado	1.515.918,40			
Anterior a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	18,00			
			Montante Repassado	6.015.854,47			

6.1.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

**QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE
CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			64	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	
		Montante repassado (R\$)		-	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	31	
			Quantidade Reprovada	1	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	-	
			Quantidade	7	
Montante repassado (R\$)		5.560.557,45			
2009	Quantidade de contas prestadas			65	
			Quantidade Aprovada	54	
	Contas analisadas	Quantidade Reprovada		4	
		Quantidade de TCE		-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		7	
		Montante repassado (R\$)		5.663.505,92	
2008	Quantidade de contas prestadas			138	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		115	
		Quantidade Reprovada		12	
		Quantidade de TCE		1	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		17	
		Montante repassado		2.043.160,95	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		40	
		Montante repassado		25.612.817,11	

Análise Crítica

Preliminarmente, cabe registrar que no ano de 2010 foi cumprida a determinação do TCU quanto à superação do passivo de Prestação de Contas de convênios finalizados até o início do referido exercício, conforme já detalhado em item específico deste Relatório.

Mesmo com todo o esforço para o cumprimento da determinação e considerando os avanços no controle dos convênios do PST, obtidos a partir do acompanhamento sistemático da sua execução, ainda assim persistem limites de difícil transposição para tornar o processo eficaz.

A análise da Prestação de Contas dos convênios do Programa Segundo Tempo é dividida entre dois setores do Ministério, ficando sob a responsabilidade da SNEED a análise do aspecto técnico e da CGPCO/SPOA/SE/ME a análise financeira.

Embora essa divisão seja justificada em face da estrutura física e de pessoal das unidades, na prática enseja descompassos nos períodos das análises, no método e entendimentos para a avaliação. Tais problemáticas, além de prolongar a avaliação final sobre as contas dos convênios, também enseja conclusões dispares, justamente em virtude da falta de unidade.

Embora esta unidade gestora tenha adotado diversos procedimentos no sentido de superar as dificuldades encontradas para o cumprimento dessa atribuição, a exemplo da padronização de

modelo de Parecer e da capacitação da equipe para compreensão da matéria, outros fatores impactam o regular desenvolvimento do trabalho.

A questão central da dificuldade dessa unidade para avaliar o cumprimento objeto, envolve o cálculo do número de beneficiados efetivamente atendidos durante a vigência do convênio, que está diretamente relacionada a regularidade da execução físico-financeira do convênio, e tem impacto efetivo na decisão quanto a aprovação total, parcial ou reprovação.

Em face da escassez de elementos ou por falta de precisão dos elementos disponíveis, há subjetividade na avaliação de mérito, o que pode levar a gestão a tomar decisões equivocadas.

Além dos mais, outros fatores interferem nesse procedimento, a exemplo da limitação quantitativa e qualitativa de pessoal para o desempenho de tal mister, o que enseja o acúmulo de processos com análises pendentes, morosidade na abertura de diligências, gerando por consequência dificuldades na análise devido ao lapso temporal entre a execução e a análise das contas e a falta de efetividade na avaliação da política pública para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e evitar prejuízos ao erário.

7 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SNEED

7.1. Estrutura de Controles Internos

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.		x			
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria			x		
Considerações gerais: Esta UJ é unidade setorial de acompanhamento e fornecimento à Consultoria Jurídica de subsídios e elementos que possibilitem a defesa do Ministério em Juízo, bem como cabendo-lhe comunicar e fazer cumprir, no âmbito do Ministério dos					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8 INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

As informações integram o Quadro A.10.1 do Relatório Consolidado SE/ME

9 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

As informações integram o Quadro A.11.1 do Relatório Consolidado SE/ME

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

As informações integram o Quadro A.11.1 do Relatório Consolidado SE/ME QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

As informações integram o Quadro A.11.1 do Relatório Consolidado SE/ME

10 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA SNEED

Com o crescimento do Programa Segundo Tempo, houve a necessidade do aprimoramento dos controles de gestão processual e, principalmente, da informação. Para tanto, desenvolveu-se a Plataforma Informatizada da Secretaria Nacional do Esporte Educacional, iniciada em 2009 e implantada/efetivada em 2010 com seus novos sistemas e utilitários. Tais ferramentas possibilitam a integração das informações, aumentam seu controle e confiabilidade das informações, contribuindo de forma mais assertiva no atendimento ágil aos convênios e, conseqüentemente, aos beneficiados do Programa Segundo Tempo.

10.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	PARA A SNEED 1 SERVIDOR DA PLATAFORMA NA UEM				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	É EFETUADO ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO DO CONVÊNIO FAURGS E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui		X			
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

11 INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SNEED

Não se aplica

12 INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

12.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código
Secretaria Nacional de Esporte Educacional					SNEED
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	013.073/2008-0	2.908/2009 TCU 1ª Câmara	1.5.1, alínea "b"	DE	Ofício nº
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código
Departamento de Esporte Escolar e de Identidade Cultural					DEEIC
Descrição da Deliberação:					
<p>Proceder ao registro da no SIAFI, dos convenientes de ajustes do Programa Segundo Tempo, cujas contas encontram-se vencidas e ainda não foram apresentadas, nos termos do inciso I, do §1º, do art. 5º da IN/STN nº 01/1997;</p> <p>Pronunciar, conclusivamente, quanto ao aspecto técnico, num prazo máximo de 120 dias, nos termos do inciso I, § 1º, do art. 31 da IN/STN nº 01/1997, sobre todas as contas prestadas e pendentes de análise, em conformidade com o caput do art. 31 da IN/STN nº 01/1997.</p>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código
Departamento de Esporte Escolar e de Identidade Cultural					DEEIC
Síntese da providência adotada:					
<p>Solicitada ao TCU a dilação do prazo por meio do Ofício nº 2011/DEEIC/SNEED/ME, de 23/10/2009, tendo sido concedido o prazo de 120 dias por meio do Acórdão 7256/2009, Sessão da 1ª Câmara de 8/12/2009;</p> <p>Solicitada ao TCU nova dilação de prazo, por meio dos Ofício nº 445/DEEIC/SNEED/ME, de 08/04/2010, tendo sido concedido o prazo de 60 dias por meio do Acórdão 3451/2010, de 15/06/2010.</p> <p>Encaminhamento às respectivas Secretarias para conhecimento e adoção das determinações referidas.</p> <p>Adoção de medidas em caráter emergencial, necessitando-se de montagem de uma estrutura física temporária para imediata realização dos trabalhos, ocasionando necessidade de locação de imóvel, bem como requisição de toda a equipe técnica e vários departamentos da SNEED para concentrar esforços nesta demanda, sendo os processos divididos entre as áreas para fins de análise, tendo na oportunidade sido promovida uma capacitação presencial e fornecido modelo de parecer norteador pelo DEEIC.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Análise da Prestação de Contas dos convênios celebrados no âmbito do Programa Segundo Tempo, que tiveram suas vigências expiradas até o início do exercício de 2010, adimplindo a obrigação de superar o passivo estabelecida pelo Acórdão nº 2.908/2009 - TCU - 1ª Câmara, em cumprimento das disposições da Portaria Interministerial nº 24/2008 e do Acórdão nº 2.908/2009-TCU-1ª Câmara.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo					
Fatores Negativos:					
<p>Volume do passivo de convênios com pendência de análise da Prestação de Contas Final, acumulado ao longo das gestões 2004-2009; Limitações na infra-estrutura física e de pessoal; Divisão dos esforços dos servidores responsáveis pelo cumprimento desta tarefa com as demais atribuições inerentes às funções exercidas.</p>					
Pontos Positivos:					
<p>Revisão do modelo de parecer; Capacitação dos servidores envolvidos; Trabalho em equipe e divisão de esforços.</p>					

12.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Não existem deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

12.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Não houve recomendações do OCI no exercício

12.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Não existem recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

RESPOSTAS A ÓRGÃOS DE CONTROLE

De Em geral, o procedimento interno de análise das demandas dos órgãos de controle consiste no levantamento de informações e elaboração de ofício de resposta, prestando esclarecimentos e cópias de documentos solicitados.

Convém registrar que quando os expedientes têm relação com convênios do Programa, encaminha-se cópia dos documentos para apensamento aos autos respectivos.

As informações são lançadas em Formulário específico do SIC, de forma a disponibilizá-la para todas as coordenações da SNEED, e assim possibilitar a integração no acompanhamento do convênio.

Principais Resultados:

- Centralização das demandas de diversos órgãos, tendo uma visão integrada das fiscalizações realizadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, permitindo inclusive subsidiar a avaliar a execução dos convênios e a tomada de decisões com base nos achados constantes dos Relatórios e recomendações recebidas.

Fraquezas:

- Demora no recebimento dos relatórios de fiscalização da CGU e TCU, muitas vezes após a finalização da execução do convênio, inviabilizando a adoção de medidas corretivas enquanto o projeto está em desenvolvimento;
- Não recebimento de posição das Procuradorias da República, acerca de Inquéritos instaurados para apuração de irregularidades na execução de convênios.

Balanco:


- **CGU:** Em 2010 foram recebidas e respondidas 02 demandas;
- **TCU:** Em 2010 foram respondidas 02 demandas recebidas em 2009. Não houve nova demanda em 2010;
- **PROCURADORIAS:** Em 2010 foram recebidas e respondidas 14 demandas.

13 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

13.1. Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
Secretaria Executiva	180002 e 180004
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes no Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicional que apresenta Relatório de Gestão.	
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.	
Local Brasília	Data 1/3/2011
Contador Responsável Jane Cristina de Farias	CRC nº 010761/O-7


Jane Cristina de Farias
 Técnico de Contabilidade
 CRC/DF 010761/O-7
 CGCOF/Ministério do Esporte

14 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

14.1. Composição Acionária do Capital Social

Não se aplica

14.2. Composição Acionária da UJ como investidora

Não se aplica

15 INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

Não se aplica

16 INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS SALDOS DOS FINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, AÇÕES DE EXECUÇÃO, RESSARCIMENTOS E INADIMPLÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

Não se aplica

17 INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES

Não se aplica

18 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA UJ

Não se aplica

19 INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Não se aplica

20 INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Não ocorreu no período

21 INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

Não se aplica